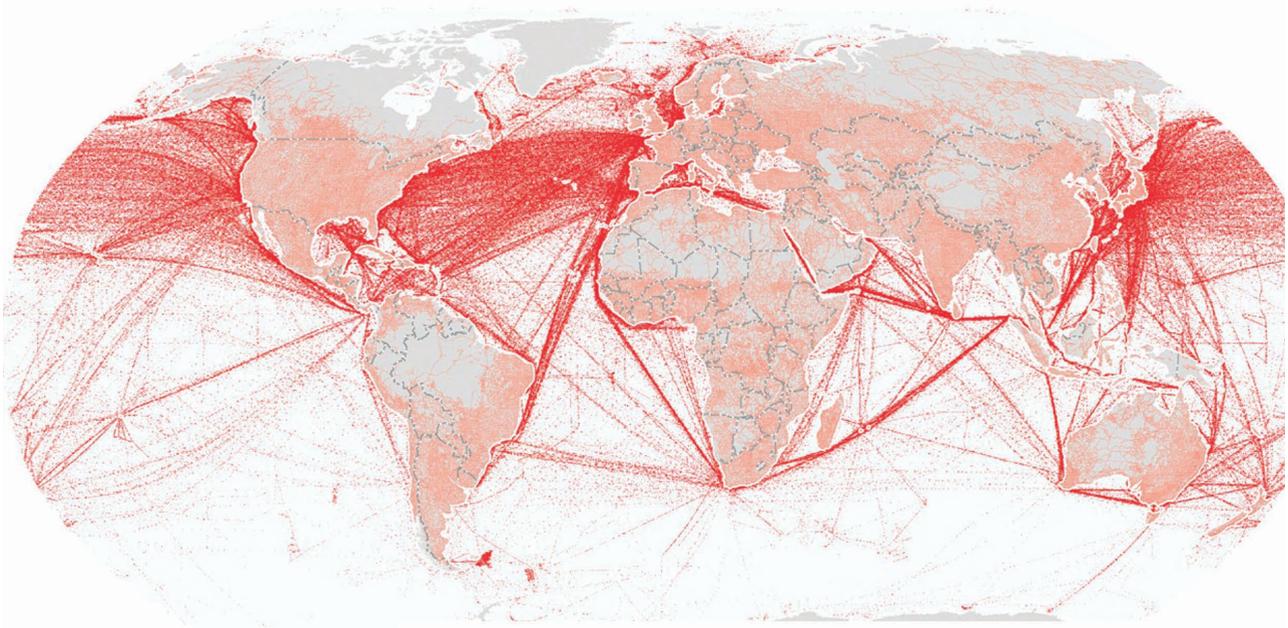


Revista Internacional em
Língua Portuguesa

Rotas e Mercadores



Revista
Internacional
em Língua
Portuguesa
Rotas e Mercadores

Publicação Anual da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

A RILP cumpre as normas de referenciação do Catálogo Latindex – sistema de Informação Internacional de Revistas Científicas e do European Reference Index for the Humanities (ERIH) da European Science Foundation (ESF).

A Revista Internacional em Língua Portuguesa, editada desde o ano de 1989, é uma publicação interdisciplinar, da Associação das Universidades de Língua Portuguesa. Criada para aprofundar o conhecimento sobre o português, expressa hoje o conhecimento em português, num espaço de intervenção, que em perfeita igualdade participem os membros da comunidade de utilizadores de português no mundo, nas suas diversas formas de expressão e difusão, das ciências humanas, sociais e da natureza, com destaque para a ligação entre o espaço geográfico dos que utilizam a língua portuguesa.

Fundador: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Director: Presidente da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Rui Martins)

Editor científico: Júnia Ferreira Furtado

Conselho de acompanhamento científico: Conselho de Administração da AULP - Rui Martins (Universidade de Macau), Francisco Noa (Universidade Lúrio), Jaime Arturo Ramírez (Universidade Federal de Minas Gerais), João Gabriel Silva (Universidade de Coimbra), Orlando da Mata (Universidade Mandume Ya Ndemufayo), Judite Nascimento (Universidade de Cabo Verde), Lourenço do Rosário (Universidade Politécnica de Moçambique), Albano Ferreira (Universidade Katyavala Bwila), João Sobrinho Teixeira (Instituto Politécnico de Bragança), Tomaz Santos (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), Aires Bruzaca de Menezes (Universidade de S. Tomé e Príncipe), Rui Jandi (Universidade Lusófona da Guiné), Francisco Miguel Martins (Universidade Nacional Timor Lorosa'e).

Coordenação editorial: Cristina Montalvão Sarmento e Pandora Guimarães

Revisão: Júnia Ferreira Furtado, Pandora Guimarães e Sandra Moura

Montagem, traduções e arranjo gráfico: Pandora Guimarães

Capa/contracapa: Pandora Guimarães

Impressão e acabamentos: CLiObyRiP - Artes Gráficas, Lda.

Tiragem: 300 exemplares

Editor: Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Depósito Legal: 28038/89

ISSN: 2182-4452

Preço deste número: 10,00 Euros

Correspondência e oferta de publicações deve ser dirigida a:

Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP)

Avenida Santos Dumont, n.º 67, 2º, 1050-203 LISBOA

Tel: 217816360 | Fax: 217816369 | Email: aulp@aulp.org / rilp@aulp.org

Para referência de números anteriores consultar: www.aulp.org

Todos os artigos desta edição são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

RILP

Revista Internacional em Língua Portuguesa

Rotas e Mercadores

Editor científico

Júnia Ferreira Furtado

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Associação das Universidades de Língua Portuguesa

APRESENTAÇÃO DO EDITOR CIENTÍFICO

Júnia Ferreira Furtado 9

PRODUTOS

**Rotas de expansão marítima portuguesa e signo de um Timor sândalo
com gente de culturas**

Vicente Paulino 15

**O azeite de baleia e a rota direta entre o Rio de Janeiro e os Açores nos
finais de setecentos e início de oitocentos**

Margarida Vaz do Rego Machado 37

**S. Tomé e Príncipe nas rotas do cacau: consequências e gestão de espaços
rurais e urbanos no tempo pós-colonial**

Maria Nazaré Ceita 51

**A rota africana da expansão marítima portuguesa e o interesse comercial
pelo reino de Ndongo no século XVI**

Odílio Fernandes 69

Veredas dos livros: América ibérica e Europa, séculos XVI-XVIII

Mariana Sales 83

**Rotas de saberes entre Europa e américas e a edição de livros técnicos de
agricultura no mundo luso-brasileiro do século XVIII e início do século XIX**

José Newton Coelho Meneses 97

AGENTES

Mercadores italianos na Lisboa de quinhentos. Redes comerciais e estratégias mercantis.

Nunziatella Alessandrini 121

Mecanismos de governança no comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1618)

Daniel Strum 135

Fluxos de ouro no século XVIII: grupo mercantil e gestão da distância

Leonor Freire Costa e Maria Manuela Rocha 169

Pero Vaz de Siqueira: mercador e armador nas rotas orientais

Leonor Diaz de Seabra e Maria de Deus Manso 189

Rota da escravatura e cabo-verdianidade

Lourenço Gomes 201

As rotas da Rainha Achivanjila: género e resistência à escravatura no norte de Moçambique, finais do século XIX e princípios do século XX

Benigna Zimba 217

“Dos progressos que fazem a agricultura”: produção de arroz e trabalhadores da África ocidental para o norte da América portuguesa (1770-1800)

Reinaldo dos Santos Barroso Junior 235

RESUMOS/ABSTRACTS 255

AUTORES - BIOGRAFIAS 267

**APRESENTAÇÃO
DO EDITOR CIENTÍFICO**

Por mares nunca dantes navegados: rotas portuguesas de mercadorias, mercadores e saberes – Portugal, os novos mundos e a Europa

Júnia Ferreira Furtado

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

A partir do início do século XV, Portugal voltou-se para o vasto oceano Atlântico que, desde sempre, banhara suas costas, e deu início a um empreendimento marítimo, de caráter estatal-privado, cujos alcances foram cada vez mais amplos. A cronologia desse avanço se estende por vários séculos e sua geografia é por demais conhecida: entre tantos outros, Madeira, Canárias, Açores, Cabo Branco, Cabo Verde, Cabo Bojador, Cabo da Boa Esperança, Índia, Brasil, Timor, Molucas, China, Japão foram locais onde aportaram, pela primeira vez, as caravelas dos portugueses.

Durante esse longo processo, este pequeno país revelou outros mundos, outros povos, outros produtos e outros saberes, todos denominados “novos”, por serem até então relativamente ou absolutamente desconhecidos dos europeus. Mas, à medida que o empreendimento avançava, Portugal estabelecia entrepostos, feitorias, conquistas e colônias que, ao se estenderem pelas quatro partes do globo, acabaram por se entrelaçar numa rede de intercâmbio que adquiriu contornos mundiais. Oceanos e mares que, até então, haviam separado a Europa dos demais continentes, tornaram-se, a partir daí, espaços privilegiados de contato, de trânsito e de interação entre esses espaços distantes. Nesse processo, os portugueses que haviam sido pioneiros, permaneceram, nos séculos que se seguiram, sendo seus principais atores. Essa empreitada envolveu inúmeros agentes oriundos dos mais diversos estratos sociais, entre nobres, mercadores, oficiais mecânicos e escravos, os quais eram empregados nas mais diversas funções e atuavam conectando os distintos pontos dispostos ao longo das rotas comerciais que se estabeleceram na sequência das conquistas portuguesas de além-mar.

O tema desse dossiê versa exatamente sobre algumas dessas rotas que os portugueses estabeleceram e consolidaram ao longo desse processo de expansão marítima. Não se trata apenas de abordar as rotas comerciais em si, as quais permitiram fazer chegar à Europa as desejadas especiarias e mercadorias tropicais - entre tantas outras, o sândalo, o açúcar, o cacau e o azeite de baleia – o que,

no entanto, é o ponto de partida dos diversos artigos. Trata-se também de revelar o trânsito nessas rotas para além das mercadorias comercializadas como o de pessoas, de objetos, de práticas e de saberes, sendo que os navios portugueses, à medida que cruzavam as águas oceânicas, se tornavam dessa maneira verdadeiras caravelas de cultura.

Nesse contexto, a escravidão, reinstituída segundo uma nova lógica, o escravismo moderno, foi experiência ímpar, que provocou uma transumância forçada nunca antes vista na história da humanidade. A rota dos escravos impactou tanto as comunidades africanas de origem, de onde homens e mulheres eram continuamente arrancados no intuito de alimentar o tráfico negreiro, quanto as comunidades onde esses eram submetidos ao cativo, especialmente as Américas, a Europa, e as ilhas atlânticas. Portanto, interessa perscrutar não só os agentes – marinheiros, mercadores portugueses ou estrangeiros, reis e rainhas africanas, agricultores, como abordado em vários artigos, - envolvidos no comércio transatlântico, inclusive o negreiro, quanto os próprios cativos e também as sociedades onde eles foram escravizados, as quais também foram fortemente impactadas por esse processo.

Interessa ainda abordar a geografia dessa expansão. E, nesse caso, procurou-se estabelecer um diálogo em duas mãos, isto é, tanto de Portugal em relação aos Novos Mundos, quanto deste em relação à Europa, pois os portos italianos e os dos Países Baixos – católicos e protestantes –, por exemplo, tornaram-se pontos importantes de reexportação dos produtos trazidos pelos navios portugueses para os mercados europeus, como examinado em dois artigos.

Por fim, questiona-se também o fluxo dessa rota, insurgindo-se contra a ideia de que esta era unicêntrica, ou seja, tudo partia ou chegava de um único espaço, Portugal, dali sendo direcionado para as diversas conquistas espacialmente distantes e desconectadas entre si. Ao contrário, eram redes (no plural) multicêntricas por natureza, que podiam unir apenas dois ou mais espaços coloniais, sem envolver o reino ou os mercadores reinóis, como foi o caso do comércio negreiro estabelecido entre as praças do Rio de Janeiro e Salvador e alguns portos africanos, como Angola e a Costa da Mina, e o comércio baleeiro estabelecido entre as duas primeira praças, aqui também abordados. Outro questionamento versa sobre o sentido desse fluxo. Nesse caso, interroga-se a noção de que havia uma única direção fixa, isto é, enquanto especiarias e produtos primários partiam das colônias em direção a Portugal, dali fluíam os produtos manufatureiros, os conhecimentos e as práticas especializadas. Muito ao contrário, produtos das mais diversas naturezas – primários ou manufaturados – eram produzidos em diversos pontos do império, sendo a partir deles intercambiados em direções múltiplas, inclusive em direção ao reino, o que ocorria também com as práticas, os saberes e os conhecimentos.

A primeira parte deste dossiê, intitulada “Produtos”, reúne artigos que se debruçam sobre a análise de como o comércio de determinados artigos, impactaram as sociedades que se conectaram entre si nessas rotas comerciais.

A rota do sândalo em Timor Leste foi o tema explorado por Vicente Paulino, que destacou seu impacto sobre a sociedade local, ali criando uma mescla de gentes e culturas. A rota direta que se estabeleceu entre o Rio de Janeiro e os Açores para a extração e o comércio do azeite de baleia é o tema do artigo de Margarida Machado. A exploração do cacau na ilha de S. Tomé e Príncipe é abordado no artigo de Maria Nazaré Ceita, o qual analisa o impacto que sua produção exerceu sobre as áreas urbanas e rurais da ilha. Odílio Fernandes descortina o interesse da Coroa portuguesa, no início do século XVI, em aceder às riquezas materiais, principalmente metais preciosos como a prata, no reino do Ndongo.

Os livros, que transitaram entre diversos espaços do império português, não eram apenas simples mercadorias, pois se convertiam em vetores de transmissão de conhecimentos, são examinados em dois artigos. Mariana Sales analisa as bibliotecas jesuíticas da América portuguesa, cujos livros divulgavam a cultura judaico-cristã nos Novos mundos, tendo sido usados, principalmente, para a conversão dos nativos ao catolicismo. Já José Newton Meneses aborda a transmissão de saberes técnicos agrícolas entre Portugal e Brasil, a partir do fluxo de compêndios especializados sobre o tema, servindo para promover o desenvolvimento e aperfeiçoamento de novas práticas agrícolas.

A segunda parte intitula-se “Agentes” e aborda o componente humano envolvido nessas rotas, inclusive enquanto mercadorias, caso dos escravos africanos.

A gestão, as redes e as estratégias mercantis de alguns produtos são examinados em alguns artigos. Entre as inúmeras comunidades de comerciantes estrangeiros que se estabeleceram em Lisboa, a dos italianos é estudada por Nunziatella Alessandrini, que se debruça sobre o seu papel e as conexões que formaram entre essa praça e a Península Ibérica. Daniel Strum aborda os comerciantes da rota do açúcar, cujas redes se estenderam desde o Brasil, passando por Portugal, até diversas praças europeias, especialmente Amesterdão, onde o produto era comercializado na bolsa local. Já Leonor Freire Costa e Maria Manuela Rocha examinam as redes que se estruturam na rota do ouro brasileiro, produto que descoberto em abundância nas Minas Gerais, no século XVIII, fez prosperar e redirecionou todo o trânsito mercantil português durante esse século. E a trajetória do mercador e armador Pero Vaz Siqueira, que atuou em Macau no último quartel do século XVII, serve como pano de fundo para que Leonor Diaz de Seabra e Maria de Deus Manso descortinem o envolvimento de mercadores portugueses nas rotas locais orientais.

Por fim, dois artigos examinam as rotas dos escravos, redes que tiveram, a partir da África, alcance mundial e que os portugueses estruturaram desde os

primórdios da expansão marítima ainda no século XV, na qual também atuaram mercadores nascidos nas conquistas, especialmente os brasileiros. Os escravos forneceram a força de trabalho necessária à produção de um sem número de produtos tropicais, os quais foram comercializados em diferentes rotas em múltiplos sentidos. Lourenço Gomes detém-se no impacto que a escravidão moderna exerceu sobre o arquipélago de Cabo Verde, um dos destinos finais e ponto de passagem dos cativos, acabando por configurar aí uma sociedade própria, cuja especificidade espelha a chamada cabo-verdianidade. Já o artigo de Benigna Zimba versa sobre o outro lado dessa mesma moeda, abordando o impacto que a escravidão exerceu nas próprias sociedades africanas fornecedoras dos escravos ao tráfico negreiro. Nesse caso, mesclando uma análise de gênero e social, analisa as rotas da Rainha Achivanjila em Moçambique, em fins do século XIX.

PRODUTOS

A solução para as mazelas que arrasaram o território europeu concentrou-se na tentativa de encontrar novos caminhos para o Oriente, estabelecendo-se rotas marítimas no Oceano Atlântico, atravessando o mar do continente africano até ao continente da Ásia. E, para facilitar aos navegadores europeus a entrada na Ásia, um homem chamado Ferdinand Suez criou uma solução alternativa para tal situação, construindo-se o canal de Suez no Médio Oriente (concretamente na faixa da fronteira entre Egipto e Israel), pois uma rota alternativa para fazer transacção vinda do Mar Mediterrâneo.

Há dois factores preponderantes a este sucesso da expansão marítima europeia. De um lado, era para consolidar a burguesia mercantil no sentido de ampliar os seus lucros e reforçar o Estado fortalecido pela centralização do poder monárquico, como se viu no caso de Portugal, Espanha e Inglaterra. De outro lado, apreciava a perfeita justificativa ideológica legitimadora das novas conquistas: uma pretensa vocação missionária para a catequização dos povos não cristãos. Todavia, não convém, entretanto, exagerar a importância desta expansão marítima dos europeus, pelos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico, mesmo que o seu impacto inicie um comércio internacional e uma cultura planetária através de uma “tensão entre o extremo ocidente cristão, os mares que domina e o resto do mundo (...) as outras civilizações solidamente continentais, a África, a Ásia, grande parte da América; continuam a sua vida própria, a actividade dos europeus não os toca senão na epiderme” (Chaunu, 1987:20; Barreto, 1997).

Na esteira desta política expansionista marítima, Portugal, por seu turno, foi a primeira nação europeia que formou o maior império ultramarino nos territórios da África (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau), da Ásia (Goa, Macau, Timor-Leste) e da América (Brasil). Aliás, no que toca aos encontros entre a Europa e a África, a Península Ibérica é uma meia Europa e uma meia África do Norte. Encontros entre europeus do sul e do norte, porque os mares e os litorais de Portugal são o espaço de cruzamento das redes e das rotas marítimas que ligam o Atlântico e o Mediterrâneo: “(...) não existe em todo o Atlântico Norte um lugar mais adequado para a navegação até às águas quentes que a linha costeira que vai desde Lisboa a Gibraltar e *até ao encontro de povos de outras terras longínquas para além do oceano atlântico como da Ásia e das Ilhas Pacíficas*” (Chaunu, 1959:52; Barreto, 1997 – sublinhado nosso). Encontros que ainda estavam no circuito de universos comerciais, tecnológicos e políticos do Mediterrâneo e do Atlântico. Trata-se de encontros voltados aos valores, heranças e saberes das civilizações cristã, islâmica e judaica em confronto sempre com o poder de “nominação”, do “controlo” e de relações culturais.

Relativamente aos encontros que iam ser realizados com outros povos de outros continentes, o sentido de expansão portuguesa torna-se caracterizado como uma expansão de carácter “pioneirismo temporal, dispersão, espacial, pluralidade

civilizacional e universalidade cultural” (; Barreto, 1997), sendo por isso, considerada como “especialmente única” porque todas “as viagens oceânicas e a dispersão dos portugueses a todos os ventos, a sua fixação além-mar afundam raízes nas profundezas da vida nacional” (Godinho, 1963:46).

As rotas de expansão marítima iniciada pelo Portugal foi resultado de um “incontestável prodigioso desenvolvimento colonial e comercial prosseguidos pelos países ibéricos, como é óbvio, Portugal e Espanha, que em grande medida também resultado de um crescimento gradual do seu comércio externo nos séculos finais da Idade Média” (Verlinden, 1939:170; Deffie, 1977; Godinho, 1963). Daí, o mar para Portugal de então, torna-se uma “fronteira aberta” para fazer explorações marítimas os tesouros escondidos nas terras de outras auras. A consideração dada ao mar como “fronteira aberta” significa representativamente uma abertura dos “mundos ao mundo” no “universo aberto” (Barreto, 1997) e tal abertura é um surpreendente movimento de expansão que conduz o projecto nacional da Coroa Portuguesa, denominado “sentido do Estado-Coroa” em torno da “aposta lucrativa” que traz benefício para Portugal e bem-estar do seu povo. Portanto aqui começa a juntar-se as potencialidades estratégicas e o poder estatal/real na conjuntura política da Coroa Portuguesa.



Mapa “Planisfério de Cantino”²

O presente mapa é apresentado como a mais antiga carta náutica portuguesa conhecida como “Planisfério de Cantino (1502) que apresentou o resultado das viagens dos célebres navegadores como Vasco da Gama à Índia, Colombo à América Central, Gaspar Corte Real à Terra Nova e Pedro Álvares Cabral ao Brasil. Geralmente, a expansão marítima portuguesa resultou várias descobertas e deu um contributo essencial para delinear o mapa do mundo, e por isso, que Portugal

2. Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fc/Cantino_Planisphere.jpg (acesso a 8/8/2016).

foi considerado como responsável pelos importantes avanços da ciência náutica, cartografia e astronomia.

A carta náutica portuguesa sobre rotas de expansão marítima pode ser apresentada como um signo que reflecte as rotas percorridas ao longo de viagem prolongada em busca dos tesouros nas terras dos estranhos povos que têm culturas próprias. Por tal facto, considera as rotas de expansão marítima como:

Os signos migram, permanecem ou transmutam-se. A cruz de Cristo pintada nas velas das naus portuguesas tornou-se um vetor maior da empresa da expansão marítima e da globalização, esta simbolizada na esfera armilar e ancorada no sextante. As especiarias e o sândalo foram um marco das rotas no sul e sudeste asiático, e o pau-brasil indicou o único país do mundo com nome de árvore, desta feita do outro lado do mundo, onde medrou a mangueira provinda da Índia³.

A primeira conquista marítima portuguesa foi a Ceuta (1415), um dos mais importantes portos africanos, ao norte do Marrocos. A partir desta primeira proeza, Portugal começou a apostar no projecto nacional chamado “navegações oceânicas sistemáticas” que ficou conhecido com a denominação “descobrimientos portugueses”. O tal projecto nacional foi fortificando ainda com o descobrimento do “Cabo da Boa Esperança” (no extremo sul do continente africano) pelo Bartolomeu Dias em 1488. Mais tarde, a expansão marítima entrou no grande oceano Índico em busca das rotas alternativas relativamente ao comércio Mediterrâneo. Assim, chegou Vasco da Gama em 1498 às Índias Orientais (Calicute) e começou a estabelecer o império português naquele território. Ao mesmo tempo, em 22 de Abril de 1500 o navio de Pedro Álvares Cabral começou a aportar nas costas do Brasil, especificamente no litoral sul da Bahia.

Após a conquista de Malaca feita pelo Afonso de Albuquerque, começou a criar “condições de segurança e de controlo” dos mares para a circulação hegemónica dos produtos e dos navios em zonas chave do Índico “Durante todo o século XVI, as esquadras portuguesas detêm incontestável hegemonia no Oceano Índico e até 1570, nos mares malaios; o Atlântico entre a África e o Brasil está sob a sua dominação. Durante um século, o comércio português usufrui o monopólio da Rota do Cabo e dos Tratos Cristãos de Moçambique e Malaca (...) incluindo as rotas para ilhas especiarias como Célebes, ilhas Molucas, Solor, Flores, Timor” (Godinho, 1963:45 – sublinhado nosso). É portanto com a conquista de Malaca, que navegadores portugueses como Jorge Álvares começaram a aportar na China em 1513, esta navegação até a China foi um dos resultados de “missão diplomática” feita pelo Duarte Fernandes (enviado especial de Afonso

3. Fonte: texto proposto pela Universidade Nacional Timor Lorosa'e no âmbito de acolhimento do XXVI Encontro da AULP – Associação das Universidade de Língua Portuguesa – <http://aulp.org/node/114196> (acesso a 8/8/2016).

Albuquerque) junto do Reino do Sião (actual Tailândia) que fortaleceu “relações amigáveis entre o reino de Portugal e Sião”. Relativamente ao Japão, alguns estudos justificam que em 23 de Setembro de 1543, Francisco Zeimoto, António Mota e António Peixoto foram os primeiros portugueses a chegar ao Japão (vide: Lach & Van-Kley, 1994; Diffie, 1977; Newitt, 2005; Butel, 1999). Os contactos directos com povos asiáticos foram definidos da seguinte forma:

Não fomos ao Oriente levados por intuítos de conquista. A nossa entrada na Índia, em 1498, não se fez por um caminho aberto a golpes de lanças, mas por rotas que nossas caravelas descobriram, sulcando mares nunca antes navegados, sem destruírem iniciativas de ninguém, sem violarem direitos de outrem (*em certos casos violaram os direitos dos povos acolhedores*). Portugal foi ao encontro das mais desvairadas gentes, fora do convívio humano, arrumadas nos confins do mundo (Sá, 1951: 67 – sublinhado nosso).

É um marco histórico para Portugal que conseguiu ocupar as posições estratégicas na sua expansão marítima – em terras da África, da Ásia e da América Latina – graças às novas tecnologias de navegação, como o aperfeiçoamento da bússola e a modernização da cartografia. É a inovação de um gradeamento de rotas que faz florescer transferências e trocas de mercadorias e de negociações culturais nas regiões do globo. Descobriu-se, desta forma, os caminhos alternativos para as regiões atlânticas e africanas, Oriente e Pacífico; e começaram a explorar o sistema de comércio daquela região, estabelecendo ao mesmo tempo o maior império português na Ásia e no mundo que não pode ser tratado como uma “velha conquista, tanto em voga na tradição portuguesa, mas sim do descobrimento da infiltração comercial e da evangelização” (Sá, 1951:68). Sendo assim, os portugueses aplicavam aos povos conquistados “o projecto de escravidão e trabalhos forçados” com “crua guerra” (Sá, 1951:68). É a história do colonialismo que antes de mais, já foi feito assim.

Ainda em 1511, Afonso de Albuquerque deu ordem ao capitão Jorge de Abreu, coadjuvado por Francisco Serrão, para levarem os missionários franciscanos à Samatra, depois à Java, às Molucas e finalmente à Solor. Os religiosos franciscanos começaram a espalhar-se ainda mais por uma dezena de ilhas de entre as quais sobressaem, Java, Celebes e Timor. A este último, Teófilo Duarte em “*Timor Ante câmara do inferno*” (1930:23) escreve que:

Quis o destino que uma das numerosas e frequentes correrias que as nossas caravelas efectuavam através dos mares do Oriente e que tão depressa as levavam ao Japão com a Java e às ilhas de Sonda, quis o destino, digo, que uma delas aportasse em 1515 a Timor; e tão boa foi a impressão que alguns frades viajando a bordo colheram do natural de seus habitantes que bem depressa voltaram.

José Simões Martinho (1943:2-4), por seu turno, afirma que:

O descobrimento de Timor deve ter sido efectuado entre 1511; e 1515, por António de Abreu, enviado por Afonso de Albuquerque, após a conquista de Malaca, em demanda das ilhas Molucas ... De Malaca partiram os primeiros portugueses que se fixaram em Timor, e com eles entra a ilha no domínio da nossa história. Eram mercadores esses portugueses e o sândalo o seu principal negócio. Nestas suas viagens de ida e volta, era ponto obrigatório de passagem a ilha de Solor, a quarenta léguas de Timor, onde António de Abreu, em demanda das Molucas, tinha desembarcado os primeiros missionários.

Enquanto Frazão de Vasconcelos (1937:7) contra os que atribuíram da ilha à frota de Fernão de Magalhães, defendendo que António de Abreu na sua ida às Molucas reconheceu o porto de Solor e ali ficaram logo os primeiros missionários portugueses; e portanto, afirmando que Timor deve, pois, ter sido visitado pelos portugueses muitos antes de Sebastião del Cano, sucessor de Fernão Magalhães. É portanto, a tese de Frazão de Vasconcelos tem a sua “lógica da razão”, pois, o facto mostra que os portugueses aportaram na ilha de Timor em 1512⁴, aliás, havia um barco Junco Malaio que trazia os missionários portugueses avistaram a ilha em 1514 (Paulino, 2012). Sendo assim, muitos autores opinam que “antes de 1515 nenhum navio português entrou em águas de Timor” (Leitão, 1948; Morais, 1944). Entretanto, seja qual for a teoria, pode compreender a data de 1515 como uma data de estabelecimento definitivo da presença portuguesa administrativamente, e não propriamente a data da entrada dos portugueses na ilha de Timor, especificamente no Lifau, embora nesse mesmo sítio encontra-se um padrão com a seguinte inscrição: “Aqui desembarcaram portugueses em XVIII-VIII-MDXV”. Contudo, na perspectiva da formação do estado-nação timorense, o Lifau é berço do nascimento de Timor-Leste.

Assim exemplificando-se que as rotas dão sentidos aos signos, tais sentidos ontológicos dos termos podem ser considerados como signos de orientação e informação que são, de facto, geralmente apresentados em frases curtas e num formato simples que podem ser lidos e interpretados facilmente como no caso das expressões já referidas e incluindo esta “*Ilha de timor homde naçe o ssambollo*”. Trata-se de uma expressão firmada pelo Francisco Rodrigues no seu “Excerto do esboço onde refere a ilha de Timor” (cf. Casquilho, 2014) e que parecia como uma “descrição semiótica indexada” no quadro epistémico de “interpretação dos signos” (Mourão & Casquilho, 2012) e trocas simbólicas de sentidos das coisas mediante a circulação do ciclo temporal.

A ilha de Timor em excerto de mapa de Fernão Vaz Dourado em 1568⁵

4. Esta data é muito visível no mapa desenhado no terraço à frente do monumento de descobrimentos Portugueses em Belém – Lisboa.

5. Este mapa foi tirado no texto “SAUDADES DE TIMOR” de João José de Sousa Cruz, em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/562> (acesso a 8/8/2016). Portanto, na carta de Fernão Vaz Dourado, datada de 1568, consta uma descrição que diz respeito à Timor, dizendo que “A ilha de Timor tem amito de circunferência



É portanto, o próprio sentido do signo de sândalo que conduziu Portugal a viajar até Timor. Isso é a fundamental razão que levou os portugueses a desejarem a posse de Timor, uma das denominadas ilhas de sândalo. A riqueza das suas florestas em sândalo, uma árvore de madeira aromática que tem várias funções de utilidade que Garcia de Orta refere-a várias vezes nos seus Colóquios, assim como Luís de Camões n’Os Lusíadas (Canto X, 134): “Ali também Timor, lenho manda, sândalo salutífero e cheiroso”.

2. Timor Sândalo

Identifica-se o sândalo como uma madeira de pequena árvore da família das santalaceae, *Santalum Album* que habita no sul da Índia, nas florestas de Mysore, Travancore e outras, assim como no arquipélago malaio, particularmente na ilha de Timor, e na de Sumba ao sul da de Flores, que foi mesmo chamado por isso Nusa Chandana (Nusa – Ilha, Chandana – sândalo), isto é ilha do sândalo. Assim que Timor é chamado ilha do sândalo. Em termos de identificação do nome, pode dizer-se que

O nome *santalum* e *sândalo* deriva-se do arábico *صندل*, *sandal*, que era, como Orta diz, uma corrupção ou antes um modo de pronunciar e escrever o sânscrito *चन्दन*, *chandana*. Por este último nome vem a substância mencionada no Nirukta, um dos mais antigos comentários dos Vedas, assim como nos célebres poemas, o Ramayana e o Mahabharata. É igualmente citada no *Periplo do mar Erythreu*, nas viagens de Cosmas Indicopleustes, e em outras obras antigas. Se o *al-gum* ou *almug*, trazido pelas frotes de Salomão e de Hiram do paiz de Ophir, era igualmente esta madeira, é questão diversa e um pouco mais duvidosa.

Transcrição de Garcia de Orta (189)

melhoria de 200 léguas espanholas e tem de diâmetro de longitude 24. A terra produz muita cópia de sândalo branco e de bosques de frutais e de plantas medicinais e é regada de boas águas e produz minas de ouro, Tâmbase e outros metais e minerais.”

Muito naturalmente marinheiros chineses e de outras origens teriam estado na ilha em datas anteriores em busca do sândalo. Existem documentos publicados durante a dinastia Ming, datados de 1436, que relatavam a existência de “um valor lucrativo” de carácter comercial na ilha de Timor⁶. Trata-se de um lugar montanhoso coberto pelas árvores de sândalo, ou seja, segundo boticário Tomé Pires (1978), os matos de Timor estavam repletos de grande soma de sândalos brancos, e as informações em Malaca atraíam portugueses a Timor, que a bordo de um junco luso malaio provavelmente se deslocou ali entre 1514 e 1515 (Loureiro, 2001; Paulino, 2012). Todavia, alusões mais extensas a Timor são do reinado da dinastia YUAN, no século XIII, mas sobressaem só a partir do século XIV, em que o sândalo foi mais procurado pelos chineses, como demonstrou Roderich Ptak (1987), citado por Fernandes (1992):

The earliest extant Chinese description of Timor is contained in the TAO I Chih-lüeh (around 1350), states, and among other things: Timor's mountains do not grow any other trees but sandalwood which is most abundant. It traded for silver, iron, cups (of porcelain) cloth from Western countries (...).

Nesta pequena pista, Charles Ralph Boxter (1990:182) explicita que “Muito antes de Vasco de Gama dobrar o Cabo de Boa Esperança, Timor era conhecido pelos chineses como fonte de abastecimento de sândalo”. O Capitão Alexander Hamilton, por sua vez, afirma que “*The product of the Island is sandal-wood, the best the largest in the world, which is a Great commodity in China*” (Hamilton, 1940:1727). Com muito apreço, Frei Luís Cacegas descreve a circulação do sândalo de Timor desde os mercados do Oriente até à Europa: “*He de saber que crescendo a cidade de Malaca, depois da conquista pelos portugueses em povoações e moradores entre fazendas que mais requisitadas acharão n'ella, foi o sândalo branco de Timor (...) porque se servem delle para infinitos usos todas as províncias do Oriente*” (Fernandes, 1992:9).

Portugal, por seu lado, descobriu a ilha através das descrições informativas fidedignas dos navegadores de Fernão de Magalhães e de Sebastião D'Elcano, mas o mais conhecido era António Pigafetta que apresentou uma excelente crónica sobre Timor. Porém, quem introduziu os primeiros livros em Timor foram os missionários dominicanos; foram eles os pioneiros da introdução dos livros de Latim e Português na ilha de Timor, pelo menos, nos séculos XVI e XVII. Previsivelmente, com a abertura das escolas e os dois seminários de Oé-Cussi e de Manatuto, o conhecimento da sociedade timorense (nomeadamente das classes altas locais) sobre o Livro começou a ser uma coisa comum em Timor (Ximenes-Belo, 1999; Paulino, 2016). De facto, durante estes séculos (século XVI e XVII) que a maior parte da seguinte região, Laboina⁷ (na ilha de Solor), e Larantuca

6. Fonte: <http://www.uc.pt/timor/hist.timor.html> (acesso a 8/8/2016).

7. Povoação principal e a capital da ilha de Solor.

(na das Flores), ambas no caminho das especiarias das Molucas e do sândalo de Timor, desfrutaram dessa primazia. Embora,

Timor ocupa um lugar secundário nas crônicas dos narradores portugueses quinhentistas e seiscentistas sobre a Ásia, quando comparado com tantos outros sítios da Índia ou ilhas da região do sudeste asiático, por demais visitados e relatados, o que se pode ilustrar, por exemplo, de que no índice da obra monumental “Décadas da Ásia” de João de Barros só consta uma menção a Timor e outra a Solor, e na sua continuação, também monumental, de Diogo de Couto, no índice não se divisam as entradas “Timor” ou “Solor” (Casquilho, 2014:102).

Timor já foi noticiado por um documento oficial, datado em 1516, onde alguns navegantes ou comerciantes portugueses afirmavam que a ilha de Timor:

Tem rey e língua sobre si: nesta ilha há muytos sândalos que os Mouros muyto estimam na Índia e Persia, onde se gasta muita soma deles e tem grande valia no Malabar, Narsyngua, e Cambaya: hás náos de Malaca e Jaoa que aqy uem por ela, leuaom por retorno machados, machadinhas, cotelos, espadas, panos de Cambaya, estanho, azougue, chumbo e outras mercadorias com que carregoaom ho dito sândalo, de meel, cera, escravos e dalguma pimenta que há (Corrêa, 1944:11).

Aliás, de acordo com a informação dada pelo Rui de Brito Patalin ao Afonso de Albuquerque, em sua carta datada de Janeiro de 1514, que descreve a existência de “Timor” e na mesma data em que escreveu também ao D. Manuel, dizendo que “*Timor he de huma ylha além de Java, tem muito mel, muita cera; nom tem juncos pera navegar; he ylha grande, de cafres, por nom haver junco, nom foram la*”, adianta ainda que “*Maluco e bandam, timor e jaoa, (...) he necessário grandes naos; eu escrevi ao governador das Indias que devia de mandar huma nao ou duas de quinhentos tonees, porque além de fazer credito, se vay, traz grande copia despeciaria, o que se nom pode fazer com navios pequenos, pois ho caminho he ja sabido e podem navegar (...)*” (Matos, 1974:36). Além disso, pode definir também “Timor” como uma ilha reinada por vários Reis (liurai), enfeitado por várias línguas e pelo cheiro de sândalo (cf. Corrêa, 1944), por tal facto de que Timor é identificado como “mestiço na língua e na cultura” (Paulino, 2011a).

Além disso, segundo relato do novo capitão de Malaca, de então, Jorge de Albuquerque ao rei de Portugal em 8 de Janeiro de 1515, que o sândalo vindo de Timor não foi levado pelos mercadores portugueses, mas trata-se de um comércio feito por naturais de Malaca.

Pois, foi a fragrância do sândalo de Timor que abriu a luz ocidental ao rumo da ilha de Timor. Como se vê na descrição de Artur Basílio de Sá (s/d: 1568-1579):

He tão geral este sândalo pêra todo este Oriente que vem a ser huma das melhores fazendas que se comereção (...). He tão estimado de toda a gentileza que ordinariamente, não fazem cousa alguma assy do ornamento para pessoas, como para seus perfumes e cheiros que não seja com ele. O pau de sândalo, que nella (ilha de Timor se dá, he tanto que se tirão todos os anos de mil e quinhentos pera dois mil bares (...) por via dos portugueses, afora o que levão os Olandezes (...) Macassares (...) Malayos e mais sorte de Mouros daquelas partes que vão buscar todos os anos.

Pode fazer junção desta afirmação com a de Duarte Barbosa (um dos primeiros portugueses a visitar a ilha) descrita em 1518 que existe grande abundância de madeira de sândalo branco, para o qual os muçulmanos na Índia e na Pérsia dão grande valor e onde a maior parte dele é utilizado, e essa maneira valiosa “nasce em huma ilha chamada Timor” (Duarte, 1966).

Partindo dos pressupostos apresentados, pode colocar a seguinte questão: onde nasce o sândalo? Em resposta dessa pergunta, recorre o estudo de Garcia de Orta que explica a origem de uma árvore cheirosa chamada “sândalo”, dizendo em seguinte forma:

E tornando a dizer donde nasce o sândalo, digo que em Timor (à qual ilha tem muitas partes de uma banda e de outra); e digo que o de Metia, que é um porto, é o melhor de todos, e tem menos pau que os outros; e Matomea que é outro porto, tem um sândalo amarelo mas tem muito pau. E digo ter muito pau, ter pouco cerne, porque no cerne está o cheiro; e o outro porto dito Camanace tem ruim sândalo, porque é de muito pau e de pouco cerne, ou amaguio; e desta maneira é o sândalo de Cerviaguio (outro porto assim chamado) (Garcia de Orta, 1895: 283).

A afirmação de Garcia de Orta tem a ver com as “suavidades ecológicas” e “áreas geográficas” em Timor bastante favoráveis para a “produção biológica florestal” (Cinatti, 1950) que parecia fazer “nascer e crescer as árvores de sândalo em grande quantidade” (Garcia de Orta, 1895:281), pois uma ilha abençoada por Deus de todos os tempos, como descreve Tomé Pires: “Dizem os malaios mercadores que Deus criou Timor de sândalos, Banda de maçãs e as de Maluco de cravo, e que no mundo não é sabido outra parte em que estas mercadorias hajam, somente nestas. E inquiri diligentemente se estas mercadorias haviam em outra parte e todos dizem que não” (obs. cit Cinatti, 1950). É portanto, não havendo dúvida nenhuma de que a ilha de Timor era o berço do nascimento de árvores cheirosas e “principal fonte do comércio de sândalo” (Casquilho, 2015) e principal receita ao cofre do governo colonial português de então; além disso, pelo seu cheiro perfumado, Luís de Camões (1572) chamava Timor como “lenho manda, sândalo salutífero e cheiroso”, onde se “vê primeiro o sol nascendo”.

Ainda numa menção de reconhecimento, Alfred Wallace (o naturalista britânico à quem se devem os primeiros estudos sobre as linhas divisórias da fauna e da flora do arquipélago) ao descrever a vegetação da costa norte da ilha de Timor que visitou em 1861, a data em que começou a desenvolver plantações do café, dizendo que “A base das montanhas estão cobertas por todo o lado com eucaliptos que só ocasionalmente crescem ao ponto de ficarem grandes árvores florestais. Misturados com estas árvores, mas em número menor estão as acácias e o sândalo fragoso”.

Como é óbvio, o sândalo estava em estado de desaparecimento, o governador Celestino da Silva anuncia numa circular datada de 16 de Setembro de 1901:

Como tem sido muito grande a exportação de sândalo cortado na costa norte deste distrito, e rareando já as árvores em estado de serem aproveitadas se estão derrubando na maior parte ainda muito novas e susceptíveis de crescimento: Fica expressamente proibido o corte de arvoredos de sândalo nas arcas dos comandos militares de Batugadé, Liquiçá, Maubára, Mothael, Central de Oeste Aileu, Ermera, Reme-xio, Manatuto e Baucau (obs. cit Cinatti, 1950).

Aliás, durante o período do governo de Teófilo Duarte manteve-se a proibição. Até esta data, desde 1910, a exportação do sândalo — pau e raiz — cifra-se nas seguintes quantidades:

| | Quilogramas |
|----------------|-------------|
| 1910 | 898.000 |
| 1911 | 875.000 |
| 1912 | 210.586 |
| 1913 | 907.820 |
| 1914 | 139.717 |
| 1915 | 57.556 |
| 1916 | 353.042 |
| 1917 | 273.408 |
| 1918 | 251.286 |
| 1919 | 129.678 |
| 1920 | 121.033 |
| 1921 | 115.480 |
| 1922 | 80.000 |
| 1923 | 20.000 |
| 1924 | 40.000 |
| 1925 | 20.000 |
| 1926 | Proibida |
| 1927 | Proibida |

A mercadorização do sândalo foi evidentemente uma aposta que a administração colonial portuguesa de Timor fazia para trazer receitas ao cofre do estado e com elas podiam atender todo o plano sectorial de desenvolvimento da província, tais como a construção dos edifícios (saneamento básico, Escolas e repartições administrativas). Sendo assim, não conseguiu a desenvolver administrativamente o sistema de governação da província, e tal facto, que levou Justino Teixeira (1935) a considerar Timor como “ilha esquecida” ou “Timor ignorado” escrito em 1909 por um autor anónimo, talvez por razões de distância e pela “dependência económica” à província de Macau. A dependência económica acontece por falta de boa vontade da política do governo colonial português em aproveitar os materiais locais no desenvolvimento territorial.

3. Civilizar, catolizar e portugalizar timorenses

Entre as sábias directivas dadas pelo vice-rei das Índias, Conde de Serzedas, ao governador de Timor, Cunha Gusmão, dizendo: “os principais objectivos, que tiveram em vista os senhores reis de Portugal quando descobriram a navegação da Índia foram a propagação evangélica, a glória da Nação e o aumento do comércio, a fidelidade dos povos que se submeteram voluntariamente ou pela força das armas ao suave domínio” (Lencastre, 1929:50) e, numa linguagem pouca digna, o ex-governador de Timor, Sousa Gentil, escreveu assim:

Colonizar é civilizar à nossa imagem e semelhança. Colonizar é trazer o colonizado, nosso pupilo, a partilhar das nossas qualidades em troca de uma obediência que lhe garante todo o desenvolvimento físico, moral, intelectual e social compatível com as condições de povos ainda em estado de atraso. Colonizar não é oprimir, explorar, levar ao esgotamento povos que não tenham chegado ao nosso nível, mas é assimilar e assimilar não é criar tipos contrários à natureza. Há meia dúzia de sentimentos e de instintos comuns a todos os homens, seja qual for a raça a que pertençam e o estado de civilização em que se encontrem. O que é seleccionar sentimentos e instintos, atenuando estes, amoldando aqueles que o merecem, sem destruir, antes aproveitando, no que tiverem de bom, os que forem particular de sua estirpe (Gentil, 1929:174-175).

No domínio antropológico da história, Mendes Correia, citado por José Carlos Pina de Almeida (2001:183), afirma que os factores como “aptidão para o trabalho”, “impulsividade”, inteligência global” e “educabilidade” exteriores influenciam os contactos existentes entre grupos etnolinguísticos timorenses. Porém, António de Almeida (1961:39) nega explicitamente quaisquer influências culturais do lado dos chineses e de pessoas oriundas das ilhas da Indonésia presentes em Timor Português.

A mudança cultural na vivência social timorense está sob auge da influência portuguesa. Trata-se de um aspecto importante que foi estudado por António de Almeida, considerando, a presença portuguesa como uma “acção civilizadora” que mudou alguns aspectos do modo de viver dos nativos de Timor (Almeida, 1961:36). É portanto, assim que a administração colonial introduziu o seu modo de viver, ou seja, a sua civilização ocidental e cristã junto ao povo de Timor, definindo mais tarde, a sua presença como sendo uma “missão sagrada” que nalguns pontos não seguiam a nomenclatura de sacralidade. A propósito, Almeida dava exemplo nos vários aspectos como saúde e segurança, introduzem também a produção de milho, o boi, o porco de boas raças, fósforos e produtos de nylon ou de elástico. Sublinhou também que a presença portuguesa fez extinguir ou esmorecer a frequência de *velhas práticas ergológicas nativas* (Almeida, 1961:37). Para este género, muitos antropólogos seriam lamentados, ao respeito e fascínio que hábito pela várias diversidades de expressões culturais da população timorense.

As técnicas tradicionais são de tecelagem dos tecidos pelo processo ikat (em Tétum kesi/futu), por meio desse acto introduziam-se panos com vários desenhos da estética – panos tinham funções simbólicas e rituais, há mais ainda técnicas nas utilizações agrícolas sobre queimadas chamado “toós” (Almeida, 1959: 446-447; Thomaz, 2002). Relativamente à costura e ao bordado que as raparigas aprendem nas escolas, Meneses (1968:329) sublinha que as Irmãs Canossianas ensinavam a técnica portuguesa de desfiação e as rendas produzidas em Timor seriam ainda mais belas que as da ilha de Madeira e de Peniche. Algumas raparigas que frequentaram os colégios das Irmãs Canossianas, transmitiram os seus conheci-

mentos àquelas menos afortunadas que nunca frequentaram o estabelecimento de ensino (Martinho, 1953:300; Teixeira, 1974).

A arte de ‘lavors femininos’ é igualmente a de tecelagem *Ikat* (futu/kesi). A mulher timorense bem-feita e esbelta tem mãos pequenas, dedos fuzilados, denunciando a sua propensa para trabalhos artísticos, dotado de esplêndida vista, com a paciência e cuidado conta os fios, na fina cambraia, para que ao cortar, formando a ‘grade’, o trabalho não fique defeituoso ou inutilizado. Os portugueses mostraram a sua admiração sobre esta tecelagem *ikat*, sendo a sua presença “é sem dúvida o melhor elemento colonizador; é um elemento rico que há-de tratar-se convenientemente, tal como os metais preciosos, moldando-o depois, liberta de certas sobrecargas de processos rudimentares numa unidade activa e valorizadora em que, a par do processo técnico, se lhe crie uma personalidade interessante de humanista activo, fazendo dele o homem completo” (Silva, 1950:15). É por isso que ao colonizador impõe-se o dever de instituir entre os indígenas o ensino como os portugueses europeus o conceberam, uma alavanca para o progresso, um potencial para os mecanismos mentais que conduzirão à ânsia de uma vida melhor. E tanto assim é que nas colónias abriram escolas rudimentares, elementares, complementares, profissionais, quer entregues às missões religiosas, quer de carácter oficial.

A “impregnação da cultura ocidentalóida” em Timor-leste e os seus caracteres “animológico” que funcionava nas escolas do Catolicismo (Almeida, 1976/1967:145) nos anos 1960 foi, de facto, uma época em que se constituía o sentimento de “portuguesismo entre os Timorenses” (Almeida, 1961:38). Segundo Paulo Valverde, um trabalho simultâneo que os missionários fizeram, era cristianizar – significa que catolizar, civilizar, portugalizar. Isto é, a fé trazida pela acção missionária foi – segundo Marcelo Caetano – uma forma de educar a população das colónias, de acordo com as tradições portuguesas, para que seja “nossa colaboradora na obra do desbravamento e valorização da Colónia. A barreira da cor não existiu nunca na política portuguesa, que sempre aceitou no convívio social os homens de outras raças dignificadas pelo trabalho, pela cultura e pela assimilação das nossas crenças, ideias e costumes”⁸.

Com efeito, o governador Óscar Ruas, em 1946, justifica que “a obra das missões em Timor é tão profunda que o próprio indígena diz, como aforismo, que não foi conquistado pelas armas, mas pela água e pelo sal” e acrescenta ainda o governador que “Através de todos os tempos foi sempre os missionários o mais profundo elo de ligação entre a alma indígena e a alma dos portugueses. E que a alma dos naturais tem hoje uma formação portuguesa não podem restar dúvidas

8. Comunicação proferida pelo Prof. Dr. Marcelo Caetano à Colónia de Moçambique, por intermédio da Rádio Clube, em 7 de Setembro de 1945, citado por Augusto da Costa (1946), “Prof. Dr. Marcelo Caetano – alguns discursos e relatórios”, Agência Geral das Colónias, nº 252, p.57.

ao mundo, depois da prova de fidelidade dada através da bárbara e cruel ocupação nipónica, em que tantos se deixaram matar por não quererem renegar a sua qualidade de portugueses”⁹. De certo modo, a “história da civilização é a história das viagens, identificando-se também com a própria história da geografia, a qual, no dizer de Vicente Almeida de Eça – é a história da conquista da Terra pelo homem. As invasões dos bárbaros foram espantosas e formidáveis migrações guerreiras; as cruzadas foram viagens de carácter político-religioso; os descobrimentos marítimos, grandes viagens forma, com objectivos diversos, conforme as épocas ... toda a civilização gravita à volta dos movimentos do homem sobre a face da terra” (Costa, 1946:70).

Dar instrução aos timorenses foi também uma forma de civilizá-los que, de acordo com José dos Santos Vaquinhas, em 1883, havia em Díli somente uma escola de instrução primária sustentada pelo governo, um colégio de irmãs de caridade sustentada pela missão católica, e uma outra escola dirigida pelos missionários na sua residência de Lahane, e foram estas as casas de educação que existiam em Timor, o que era muito pouco para um território com uma população de duzentas mil almas, e entre os quais não haveria mais de 500 timorenses que sabiam ler e escrever que, na sua maioria, eram os filhos dos *liurais* e da família nobre local. Este método era o único meio de civilizar os timorenses e, por isso, mesmo, esclareceu Vaquinhas (1883:480):

Seria necessário e mesmo indispensável, haver duas escolas em cada reino, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, com professores competentes, o que o governo pode adquirir, mandando-os vir da Índia ou de Macau, aonde os há habilitados e outros da metrópole e se proposer aos régulos a obrigação de pagarem os ordenados dos professores que ensinaram nos seus reinos, nenhum d’elles se recusará. Como estamos certos, e até lhes será agradável ficando muito satisfeitos por terem o apoio do governo em lhes darem o pessoal habilitado para a instrução do seu povo. (...), para melhor se conseguir este fim, deve acabar-se com o imposto denominado *fintas*, de que resulta pouca ou nenhuma importância para os cofres públicos, sendo os povos em cada anno escandalosamente espoliados com tal imposto. Factos idênticos se praticam com as chamadas *vassalagens*, pois que achamos justo que o régulo só preste vassalagem de preito e homenagem quando for elevado ao poder, como praticam os holandeses com os dois régulos que há na sua ilha de Java, e com isto não temos dúvida em assegurar que se levantaria entre os indígenas nesta paragens a força moral e o prestígio da nação portuguesa.

O mais importante da missão civilizadora foi ensinar os nativos a trabalhar, e para tal, construiu as escolas para os filhos de *liurais* (famílias nobres) e escolas do povo (ensino de cartilhas). A instrução dada aos timorenses foi ministrada – na sua maior parte – por missionários que tinham escolas espalhadas por todo Timor. A instrução estava quase relacionada com a educação literária, mas foi feito também o ensino de certas profissões¹⁰, por exemplo, a assistência de saúde aos timo-

9. Entrevista do governador Óscar Ruas concedida ao jornalista Do Diário em 1946 e reeditada pela Agência Geral das Colónias com o título “Timor, Terra de lealdade e sofrimento”, 1946, nº 253.

10. Para a renovação da colónia de Timor, em 1948, foram enviados 80 carpinteiros e 40 pedreiros de Cabo

renses que viviam no interior do território, e para tal, os Serviços de saúde foram destacados por regiões com disponibilização de alguns médicos e grande número de enfermeiros; para facilitar este tipo de serviço foi criada uma rede telefónica nos postos administrativos, ligando directamente a Díli (Leitão, 1929:30-31) para descodificar a classificação dada à Timor como “ilha esquecida” aclamada por Justino Teixeira (1935). Todavia, o desenvolvimento de Timor Português foi verdadeiramente considerado como uma “missão sagrada civilizadora”, se Timor em si produz a gente nova com capacidade de pensar no trabalho. “Só dela se poderá esperar aquela obra de renovação material e espiritual capaz de transformar Timor e mostrar que o grande António Galvão soube corresponder às súplicas que os malaiois durante séculos lhe têm dirigido” (Cinatti, 1948:190).

4. Timor enfeitado pelas cores da gente com cultura

Timor, em língua malaia denominado ‘Timur’ que significa oriente. A ilha de Timor era considerada como uma zona mais rica do sândalo na região asiática e a mais remota do então império ultramarino português. Foi o sândalo que provocou a entrada dos portugueses na ilha. Trata-se de uma ilha do “encontro entre grupos” de diversos cantos do mundo. A existência da ilha de Timor foi assinalada pela geografia chinesa do século XIV e que considerava como o *Cabo do Mundo*, e que o nome desta terra “*was famous for its sandalwood and still alludes to tropical fragrance*” (Paulino, 2012:89). Dando-lhe também o nome ilha verde e vermelha de Timor e devido ao clima tropical que atapeta as suas costas de coral, os seus vales ameníssimos e às suas montanhas, todas elas constituem uma beleza indescritível. A de Ramelau, com 2.950 metros de altura era a segunda mais alta do império colonial português e a primeira mais alta do Timor-Leste independente.

Os habitantes de Timor – segundo Hamy (1875) – são de duas raças distintas. Negritos no centro e sul da parte portuguesa da ilha e Papuas na região ocidental. O elemento papua ligaria Timor às terras melanésias situadas a leste e o elemento negro estabelecerá ligação entre Timor e Malaca, isto é, com o continente asiático. Aliás, de acordo com Tem Kate, “não vê em Timor os negritos nem Papuas de raça pura, mas sim, a população profundamente mestiçada de sangue Melanésia e indonésia, nas quais o elemento negróide predomina no oeste e o amarelo no centro” (Anónimo, 1929:154). Leite de Magalhães, por seu lado, estudou os timorenses sob o ponto de vista etnográfico, linguístico e histórico, e, numa recente monografia de J. A. Fernandes, encontram-se também alguns dados sobre os costumes dos timorenses” (Anónimo, 1929:150).

Verde e para a actividades escolas foram enviados 5000 lousa, 500 caixas de giz, 150 mapas, 20.000 borrachas, 7000 lápis, 5000 cadernos de caligrafia, 2000 estojos e 12.000 colecções de livros de instrução primária e outros materiais escolares (Citado in Boletim Geral das Colónias (1950), nº 296, p. 136)

A paisagem de Timor não é só caracterizada pela grande diversidade dos seus aspectos, mas também pelos fortes contrastes com que se apresenta. Mesmo na costa norte, encontra-se uma planície que se estende monótona com a sua vegetação rasteira, ali abunda povoada de palmeiras ou de arborização cerrada, que se ornamentou de parasitas caprichosas e orquídeas perfumadas; encontra-se também coberta de extensos e verdejantes arrozais, depois é um areal ardente onde só o cacto bravio medra (Leitão, 1929), onde “o amanho das terras seguia com cultivo da inteligência dos povos, criando riqueza, fixando os povos à terra e criando o seu bem-estar” (Lencastre, 1929:36). Como confirmou também Alberto Osório Castro em *A ilha verde e vermelha de Timor* (1996:66): “Esta maravilha terra de Timor enfeitiça-me positivamente. Realiza o sonho dos meus catorze anos de pequeno beirão enfermiço, encantado a traduzir pouco mais ou menos a obra do naturalista Wallace sobre o Arquipélago Malaio que vinha na revista *Le Tour du Monde*. Em Timor vivera Wallace, também um dia eu lá havia de ir! E lá fui”.

José Valdez em “Timor e sua pecuária” (1929) justificava que nenhuma das colónias portuguesas possui uma riqueza pecuária tão abundante e tão variada como a de Timor. Tanto isto é assim, que nela vivem, por via da natureza e à sua lei, todas as espécies de animais domésticos que se conhecem na metrópole e nas outras colónias.

Timor é na realidade uma terra essencialmente agrícola, à parte da riqueza apreciável que o café representa actualmente, como o pode vir a ser a borracha, o algodão, o tabaco, etc., (se a estas culturas se der a devida atenção técnica), na sua quase totalidade, a cultura dominante é a dos géneros chamados pobres, isto é, o milho e o arroz. Enquanto a capital de Díli na sua especificidade foi uma cidade coberta pelas folhas de palmeiras e gigantescos gondões que “não era uma simples cópia do natural, mas antes uma visão rítmica, quase musical” (Cinatti, 1987:13), segundo a qual conduz o pensamento de qualquer cronista a recordar a passagem histórica de longa data sobre a transferência da capital de Lifau para Díli. Certo que o facto mostra, pois, “No porto de Lifau, no actual enclave de Oé-Cussi em território holandês Timor, tivemos a capital da nossa possessão até 1769, e então ‘após um longo assédio dos indígenas’ escreve Pinto Correia, em notas a página 338, ‘trocamos Lifau para Díli’” (Castro, 1996:24). É portanto, em Díli encontra-se “A noite serena e suave, fresca como cetim, como um lírio roxo na orvalhada, sempre os olhos se me ficam na suprema maravilha da noite timoresa, que deu origem o poema *Fulan Naromam*” (Castro, 1996:96).

Timor é caracterizado como uma terra colorida, pois, enfeitado por imensas cores culturais de diversos povos e habitado por diversos reinos¹¹. Estes foram repartidos em 31 grupos étnicos, falando suas línguas ou subdialectos (António de Almeida, 1976/1977:122).

5. Sínteses gerais – o futuro do sândalo ‘petróleo verde’ de Timor-Leste

Há um excerto do folheto “Eu aposto no sândalo” da Cooperação Agrícola Portuguesa em Timor (2006) que afirma:

| | |
|---|---|
| <p>Timor Leste ai kameli no floresta; Ai ho ema, floresta ho sosiedade sempre iha ligasaun ba malu; Timor Leste naran bo’ot no nia historia floresta nian, liu-liu ho ai Kameli: Historia rai ida ne’e nian iha ligasaun ho Ai Kameli nia morin.</p> | <p>Timor-Leste, sândalo e florestas; Árvores e homens, floresta e sociedade tem sempre uma ligação; O nome de Timor-Leste é grande com sua história florestal, especialmente com árvores do sândalo; História desta terra tem ligação com árvores do sândalo perfumado</p> |
|---|---|

Fonte: Agosto Joaquim de Carvalho Lança em “Timor Agrícola” – <http://timor-agricola.blogspot.com/2009/05/sandalo-o-petroleo-verde-de-timor.html> (acesso a 10/8/2016). Tradução do autor.

Se, portanto, o sândalo é uma árvore de folha perene que tem valor no mercado e pode trazer mais receitas ao estado de Timor-Leste, então precisa apostar na política de reflorestação do sândalo como uma forma de “salvar o meio ambiente” e a beleza exótica e luxuriante de Timor de que falam os naturalistas como o casal Forbes, William Dampier, Alfred Wallace e outros portugueses (Afonso de Castro, Alberto Osório de Castro, Ruy Cinatti) que visitaram o território de então pertencida a colónia portuguesa (Paulino, 2011b).

O sândalo em Timor-Leste, tal como na Indonésia, sofre com os incêndios florestais, a exploração excessiva pelos agricultores itinerantes, e isso faz com que o crescimento do sândalo fique ameaçado. Portanto, a exigência que o governo deve fazer é convidar todos timorenses a implementarem uma política de “exigências ecológicas” para salvaguardar ou preservar “pequenas plantações do sândalo” que nascem e crescem nas grandes matas. A estratégia de “sagrada salvífica” é “reflorestar o sândalo” nos locais como Ravinas do Subão, cordilheiras

11. Nomes de reinos existentes e registados em Timor Oriental: Alas, Ambeno, Atauro, Athara, Atsabe, Balibó, Baríque, Baucau, Bibico, Bibiçoço, Bibiluto, Boibau, Caelaco, Caimau, Cairuhi, Cová, Cotubaba, Dai-corele, Dilor, Diribate, Dotic, Ermera, Failacor, Fatumartó, Fatumean, Faturó, Fialara, Fohulau, Fofolai, Fohorem, Fúnar, Hera, Lacló, Laclubar, Lacluta, Laga, Laicor, Lalea, Lamekitos, Lautem, Leimea, Liquiçá, Luca, Mahubo, Manatuto, Manufai, Manumera, Marobo, Matarufo, Maubara, Maucatar, Motael, Naimute, Obulo, Ocusse, Raimea, Sama, Samoro, Sanir, Sarau, Suai, Turiscas, Tutuluro, Vemace, Venilale, Viqueque, etc. (Corrêa, 1934: 277). Os “reinos” abrangiam diversos sucos chefiados por um chefe. Os sucos incluíam algumas povoações ou aldeias, designadas por leo, lissa ou ili, conforme o dialecto. Tanto os Liurais como os chefes de suco e mesmo alguns chefes de povoação eram datós (príncipes), e formavam a classe da nobreza e recebiam do povo o rai-ten (imposto da terra). Era tipicamente um regime feudal.

de Ramelau (como zona de Mau-Ulun), grande planície montanhosa de Bobonaro, incluindo zonas entre Batuguede e Balibo, Balibo e Maliana. É portanto, estes locais são muito bons para reflorestar o sândalo e o café, para tal, o governo através o documento de carácter “Resolução” aprovado por si, defende que necessário dar “especial protecção por parte das instituições públicas e das pessoas singulares e colectivas devido à sua escassez, o corte, extracção e comercialização também pode ser proibido. Acrescenta ainda o documento “resolucionário do problema de florestação” que “a política nacional e estratégias para o sector florestal definem como objectivo específico a protecção da floresta, no âmbito do qual a protecção do sândalo se assume como prioritário¹²” para manter a sua existência como “petróleo verde de Timor”.



Viveiros de plantas com o sândalo em primeiro plano¹³

É necessário reflorestar o sândalo, porquê? Porque deve perceber-se que o sândalo em si, é uma árvore mais valiosa e pode criar receitas ao estado e dando benefício à economia familiar, além disso, uma árvore mais rica em óleos odoríferos. Certo que pode apostar nas “novas florestas de Timor-Leste com sândalo” (Mota, 2002), é para manter o “cheiro identitário” do ser timorense marcado historicamente pela “exótica e luxuriante paisagem” que alguma vez existia antes da era dos descobrimentos portugueses.

12. Fonte: “Governo timorense reforça proibições para proteger sândalo” - <http://observador.pt/2015/11/20/governo-timorense-reforca-proibicoes-protoger-sandalo/> (acesso a 10/8/2016).

13. Fonte: Paulo Maia “A Floresta em Timor Leste e o papel da Cooperação Agrícola Portuguesa no seu Desenvolvimento” - <http://naturlink.pt/article.aspx?menuid=21&cid=93731&bl=1&viewall=true> (acesso a 10/8/2016)

Referências

- Almeida, José Carlos Pina. 2001. *Commemorations of Portugal: National Identity and Public Celebration*. Tese de doutoramento, Universidade de Bristol.
- Almeida, António de. 1959. Notas sobre artes e ofícios de nativos de Timor Português. In *Garcia de Orta*, Vol. 7, nº3, pp. 445-451.
- Almeida, António de. 1961. Presença cultural no Timor Português. In *Estudos de Ciências políticas e Sociais*, Lisboa:
- Almeida, António de. 1976/77. Contribuição para o estudo dos nomes “lúlik”(sagrados) no Timor de expressão portuguesa. In *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, pp.121-147
- Anónimo. 1929. Estudo antropológico do indígena de Timor. In *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano 5, nº54, pp.149-151.
- Barreto, Luís Filipe. 1997. O sentido da expansão portuguesa no mundo (séculos xv-xvii). In *Administração*, n.º 36, vol. X, pp. 367-381
- Berthe, Louis. 1972. Bei gua: itinéraire des ancêtres mythes des Bunaq de Timor, text Bunaq recueilli auprès de Bere Loeq, Luan Tes, Asa Bauq et Asa Beleq. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique.
- Boxter, Charles Ralph. 1990. *Fidalgos no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente.
- Butel, Paul. 1999. The Atlantic. In *Seas in history*, Routledge
- Charles Verlinden. 1939. Deux Aspects de L'Expansion Commerciale du Portugal au Moyen Âge. In *Revista Portuguesa de História*, IV.
- Castro, Afonso de. 1867. *As possessões portuguesas na Oceânia*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Corrêa, António Augusto Mendes. 1944. *Timor Português – contribuições para o seu estudo antropológico*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Correia, António Augusto Mendes. 1943. *Raças do Império*. Porto: Portucalense Editora.
- Costa, Augusto da. 1946. Artes e letras coloniais: Mário Gonçalves – as viagens dos portugueses. In *Agência Geral das colónias*, nº254-255, pp.68-74.
- Camões, Luís de. 1572. *Os Lusíadas*. Lisboa: Antonio Gôçalvez Impressor.
- Cinatti, Ruy. 1948. Timor e os seus problemas. In *Boletim Geral das Colónias*, vol 24, nº 275, pp.187-190.
- Cinatti, Ruy; Almeida, Leopoldo de & Mendes, Sousa. 1987. *A arquitectura timorense*. Lisboa: IICT.
- Cinatti, Ruy. 1950. *Esboço histórico do sândalo no Timor Português*. Lisboa: Ministério Das Colónias Junta De Investigações Coloniais. Disponível em <http://gov.east-timor.org/MAFF/ta000/TA001.pdf> (acesso a 10/8/2016).
- Castro, Alberto Osório de. 1996. *A ilha verde e vermelha de Timor*. Lisboa: Cotovia & Fundação Oriente.
- Casquilho, José Pinto. 2015. Análise crítica do Colóquio Quadragésimo Nono de Garcia de Orta intitulado “De tres maneiras de sandalo”. In Martins, Francisco Miguel & Paulino, Vicente (coords)., *Atas da 1ª Conferência Internacional “A Produção do Conhecimento Científico em Timor-Leste”*. Díli: Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento/Programa de Pós-graduação e Pesquisa da UNTL.

Casquilho, José P. 2014. Memórias do sândalo: Malaca, o atrator Timor e o canal de Solor. In *Revista Veritas*, vol. 3, Dezembro 2014

Diffie, Bailey W. 1977. *Foundation of the Portuguese empire, 1415-1580*. Minneapolis: University of Minnesota Press

Duarte, Teófilo. 1930. *Timor Ante-Câmara do Inferno*. Famalicão: Tipografia Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão.

Barbosa, Duarte. 1966. *Livro das cousas da Índia – em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente (introdução e notas de Augusto Reis Machado)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Fernandes, Francisco. 1992. *Das missões de Timor*. In *Revista de Estudos Luso-Asiáticos*, nº 1, Lisboa: Fundação Oriente.

Gentil, Sousa. 1929. O problema de Timor. In *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano 5, nº54, pp.172-176.

Hamilton, Alexander. 1940. A new account of the East Indies. In *Boletim Eclesiástico de Macau*, vol.37, Macau: Imprensa Nacional de Macau.

Leitão, Humberto. 1929. Algumas indicações sobre a nossa colónia de Timor. In *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano 5, nº54, pp. 3-31.

Leitão, Humberto. 1948. *Os portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*. Lisboa: Tipografia dos Combatentes da Grande Guerra.

Lencastre, Julio Garcez de. 1929. Aspecto da Administração de Timor. In *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano 5, nº54, pp.32-54.

Lach, Donald Frederick & Van-Kley, Edwin J. 1994. *Asia in the making of Europe*. Chicago: University of Chicago Press.

Meneses, Francisco Xavier. 1968. *Contacto de culturas no Timor português: contribuição para o seu estudo*. Lisboa: Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas

Martinho, Susana de Abreu. 1953. Lavoros femininos em Timor. In *Boletim Geral das Colónias*, vol. 29, nº 336-337, pp.299-300.

Morais, Alberto Faria de. 1944. *Solor e Timor*. Lisboa: Agência Geral Ultramarina

Martinho, José Simões. 1943. *Timor - quatro séculos de colonização portuguesa*. Porto: Editora Livraria Progredior.

Mourão, José A.; Casquilho, José P. 2012. *O desenho e a interpretação dos signos: o Parque Biológico de Gaia*. *Revista de Comunicação e Linguagens (RCL)*, vol. 43,44 (2011-2012), pp: 375-383.

Mota, F. 2002. *Timor Leste: As novas Florestas do País*. Ministério da Agricultura e Pescas. Díli: Direcção Geral de Agricultura, Divisão de Florestas.

Newitt, M. D.D. 2005. *A history of portuguese overseas expansion*. Routledge.

Paulino, Vicente. 2016. O jornalismo de expressão portuguesa em Timor, 1900 a 1975. In Feijó, Rui (org), *Timor-Leste: colonização, descolonização e lusotopia*. Porto: Edições Afrontamento, pp.219-240.

Paulino, Vicente. 2012. Remembering the Portuguese Presence in Timor and Its Contribution to the Making of Timor's National and Cultural Identity. In Laura Pang (ed.), *Portuguese and Luso-Asian Legacies, 1511-2011: Complexities of Engagement, Culture, and Identity in Southeast Asia*.

Vol. 2: The Tenacities and Plasticities of Culture and Identity, Singapura: Institute of Southeast Asian Studies.

Paulino, Vicente. 2011a. Cultura e Múltiplas identidades linguísticas em Timor-Leste. In Sousa, Ivo Carneiro de & Correia, Ana Maria (org), *Lusofonia encruzilhadas culturais*, Macau: Saint Joseph Academic Press, pp. 70-87.

Paulino, Vicente. 2011b. Crónica de Viagem: Olhar e apreciar a paisagem e cultura timorenses. In *Actas da 2ª conferência internacional de Estudos Anglo-portugueses*, Lisboa: FCG, versão online encontra-se disponível em <http://www.historyanthropologytimor.org/>.

Pires, Tomé. 1978. Suma Oriental. In Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, pp.134-444.

Pierre Chaunu. 1987. *A Civilização da Europa Clássica*. Lisboa: Stampa

Pierre Chaunu. 1959. Seville et L'Atlantique (1504-1650). In *Les Structures Geographiques*, vol. 8 (1), Paris: Sevpen

Orta, Garcia de. (1536) 1895. *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* (dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho), vol. II. Lisboa: Real Academia das Ciências de Lisboa.

Ptak, Roderich. 1987. O transporte do sândalo para Macau e para a China durante a dinastia Ming. In *Revista de Culturas (Macau)*, nº 1, pp.36.45

Sá, Artur Basílio de. S/D). Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. In *Insulindia*, vol 4, pp. 1568-1579.

Sá, Artur Basílio de. 1951. Índia, Macau e Timor. In *Boletim Geral das Colónias*, 26 (310): 65-78.

Silva, Manuel. 1950. Emigração e problema de recuperação de mão-de-obra. In *Boletim Geral das Colónias*, nº297, pp.13-23.

Thomaz, Luís Filipe. 2002. *Babel Lorosae: o problema linguístico de Timor-Leste*. Lisboa: Cadernos Camões.

Teixeira, Pe. Manuel. 1974. As canossianas em Timor. In Teixeira, Pe. Manuel., *As canossianas na diocese de Macau – cem anos de apostolado (1874-1974)*. Macau: Tipografia da missão do padroado, pp.222-299.

Teixeira, Justino. 1935. Timor, a Ilha Esquecida. In *O Mundo Português*, vol. 2, nº 24, pp.394-400.

Vitorino Magalhães Godinho. 1963. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Arcádia.

Vaquinhas, José dos Santos. 1883. Timor: usos superstições da guerra. In *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4ª série, pp. 475-492

Valdez, José. 1929. Timor e a sua pecuária. In *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 54, pp.55-71.

Vasconcelos, Frazão de. 1937. Timor - Subsídios Históricos. In *Colecção Pelo Império*, nº 41, Lisboa: Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca.

Ximenes-Belo, Carlos Filipe. 1999. Mensagem. In *Seara*, Díli Timor Oriental.

O azeite de baleia e a rota direta entre o Rio de Janeiro e os Açores nos finais de setecentos e início de oitocentos

Margarida Machado

Docente no DHFCS da Universidade dos Açores e investigadora do CHAM, da FCSH da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores

O arquipélago dos Açores, logo após o seu descobrimento e, devido ao seu posicionamento no centro do Atlântico, tornou-se rapidamente numa placa giratória, quase obrigatória para quem fizesse as ligações entre a velha Europa e as costas de África Negra, Oriente e por último com o novo Mundo. Esta posição geoestratégica foi-se afirmando e, à medida que os impérios coloniais europeus se formavam e se reforçavam, mais os Açores se inseriam nas encruzilhadas de guerra pelas hegemonias económicas europeias.

Durante o século XVIII, quando o império português alicerçou a sua economia com as relações privilegiadas com o Brasil, os Açores também se integraram nesta dinâmica, firmando as suas ligações comerciais com aquela província portuguesa assim como os seus comerciantes alargaram as suas redes com mercados brasileiros.

Todavia a conjuntura do Atlântico de Setecentos, onde os diversos impérios marítimos lutavam por uma supremacia nas suas rotas, levava o Governo sediado em Lisboa a controlar mais as rotas que envolviam o arquipélago, pois as notícias que chegavam a Lisboa eram de que o contrabando vivia ao lado deste intenso tráfico legal¹. Além disso a própria política mercantilista, levou a que, nos finais da década de 30 do século XVIII, vários alvarás restringissem o livre comércio que se fazia entre estas ilhas e os portos do Brasil, pois desde a criação, em 1649, da Companhia Geral do Comércio do Brasil, apenas se podia navegar fora da frota nos chamados *navios de privilégio*. A este condicionalismo se juntou o alvará de 20 de Março de 1736, que cerceava a liberdade de reexportação de mercadorias estrangeiras das ilhas para aquela colónia portuguesa, assim como estabelecia um número fixo de embarcações, que os açorianos podiam mandar para o Brasil: 2 de Angra e 1 de Ponta Delgada, de tonelage não superior a 500 caixas. Esta situação, para além de privilegiar a Terceira, ilha, na época, menos desenvolvida do

1. Avelino Meneses, Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770), vol I, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1995, p. 191.

que S. Miguel, esquecia por completo o importante porto da Horta, o que levou a vários protestos por parte dos açorianos que, entretanto, conseguiram aumentar o número de barcos, embora os produtos a exportar não sofressem alteração, como bem lembrava as *instruções particulares* para o primeiro capitão-general, agora o responsável pelas licenças de passaportes². Estas reafirmavam que das ilhas apenas se podia exportar para o Brasil: *Farinhas de trigo, vinho, agoas ardentes, vinagres, legumes, nozes, amendoas, frutos secos, azeitonas e quaesquer outros molhados dos que se cultivarem nas ditas ilhas (...), panos de linho finos e grossos, chamados Genipapos, Estopas e Linhos sendo tudo o referido fabricado de linhos nascidos nas respectivas terras (...)*³. Em troca do Brasil vinham, para as ilhas, produtos como o açúcar, couros, madeira, tabaco, azeite de baleia e outras mercadorias de menor peso como a aguardente de cana, arroz, café, algodão, botões de punho e anéis de ouro, escravos entre muitos outros. Apenas com a ida da corte para o Brasil e a abertura dos portos desta colónia em 1808, estas restrições acabaram, contudo, nesta altura, o comércio açoriano não estava preparado para fazer face a uma conjuntura de mercado liberalizado e não saiu beneficiado desta situação.

O azeite de baleia, foi um dos produtos que teve uma grande importância na economia das ilhas, pois na segunda metade de setecentos, permitiu abrir uma rota direta entre o Rio de Janeiro e os Açores e, mais tarde, já no século XIX, com Santa Catarina. A nível local, o comércio do azeite de baleia irá dinamizar um comércio inter-ilhas, situação não muito comum até então. Embora as ligações se fizessem, a verdade é que a integração de S. Miguel em rotas com os grupos das ilhas central e ocidental, não era muito regular, pois aquela ilha, devido aos seus excedentes cerealíferos e aos seus contactos directos com outros portos do exterior, tornava-se mais autónoma. Acresce-se que as rotas transatlânticas prometiam taxas de lucro muito superiores ao vulgar tráfico regional e por isso eram mais procurados pelos mercadores de grosso trato. Como veremos estas ligações comerciais entre as ilhas do arquipélago açoriano irão tornar-se mais regulares devido à importação do azeite do Brasil.

A pesca à baleia era uma actividade económica importante pois, os seus derivados ou seja o óleo ou como na altura era tratado o azeite de baleia, era matéria-prima fundamental para a iluminação, lubrificação de engrenagens, assim como para o fabrico de velas, sabões, enxofre e breu para calafetagem, confecção de tecidos de lã grosseiros e preparação de couros. Ao azeite de baleia juntava-se óleo

2. A Horta conseguiu ainda em 1739 um navio anual e o Alvará de 5 de setembro de 1749 aumentou a tonelagem e o número de 4 para 8 navios anuais, assim como o alvará de 1752 concedeu novamente a exportação de víveres estrangeiros dos portos insulares. Contudo, D. José, com decreto de 20 de Junho de 1758, interditou de novo a reexportação de comestíveis estrangeiros.

3. A. H. U., *Códice 529*, fol. 93.

de espermacete, assim como as barbatanas da baleia, que eram transformadas e manufaturadas num enorme número de artefactos como guarnições de guarda-chuvas, tabaqueiras, cachimbos, estojos, bengalas, chicotes, brochas, lâminas de todos os comprimentos e espessuras destinadas às armações de chapéus golas, mangas e usadas nos célebres espartilhos, tão utilizados na moda feminina europeia de então, até aos instrumentos de física e química⁴.

De todos estes produtos merece especial destaque o azeite, que era utilizado na iluminação, em especial na iluminação pública, pois o seu mau odor fazia com que os mais afortunados utilizassem em suas casas azeite de oliveira, muitíssimo mais caro do que o de baleia, mas de odor muito mais suave. Era pois o azeite de baleia matéria-prima de maior importância no quotidiano de um povo, que o menos que desejava era ficar às escuras.

Apesar de nos mares dos Açores se encontrarem baleias e cachalotes, estes não eram pescados na altura. Há mesmo alguma correspondência entre o primeiro capitão-general D. Antão de Almada e o Secretário de Estado Martinho de Mello e Castro em que aquele informava, no ano de 1768, da existência nos mares dos Açores de 200 navios de nacionalidade Britânica, que capturavam baleias conseguindo uma produção de cerca de 250 barricas (com cerca de 50 canadas cada) de azeite e 100 de espermacete por navio. Dizia ainda que, este azeite e espermacete eram depois vendidos na América Inglesa por \$200 e \$300 réis a canada respectivamente⁵. Esta informação e a hipótese de serem os portugueses a caçarem as baleias nos Açores nunca obteve resposta e, isto, porque o azeite de baleia utilizado no império português vinha do Brasil e era explorado por grandes contratadores e monopolistas régios. Na verdade o comércio do azeite de baleia é um bom exemplo dos mecanismos do comércio do Antigo Regime, onde o mercantilismo e o pacto colonial estavam bem presentes e onde os circuitos comerciais eram mais do que uns simples atos de compra e venda.

As costas brasileiras eram povoadas destes cetáceos e, desde o século XVI, a sua captura era praticada. No século XVII esta prática foi intensificada, com a ida de Biscainhos para o Recôncavo Baiano⁶ e várias armações povoaram as enseadas brasileiras desde então. Como era natural numa época mercantilista e de centralização régia, estas eram outorgadas em regime de monopólio a contratadores que as arrematassem.

Na segunda metade do século XVIII, vigorava a tendência de unificar as várias áreas brasileiras num só contratador e, depois de algumas tentativas, como

4. Myriam Ellis, *A baleia no Brasil colonial*, S. Paulo, Edições Melhoramentos- Editora da Universidade de S. Paulo, 1969, pp.135, 136.

5. A. N./T.T., *Ministério do Reino*, maço 611, caixa nº713. Anexo à carta de D. Antão de Almada a Martinho de Mello e Castro, 19 de Outubro de 1768.

6. Myriam, Ellis, *ob.cit.* p.140.

por exemplo em 1754, quando Francisco Peres de Sousa (homem de negócios morador na Junqueira, em Lisboa) arrematara por tempo de 6 anos a pesca do Rio de Janeiro, por 28 000 cruzados cada ano, a de Santa Catarina por 10 000 cruzados e ainda por idêntica soma a da área paulista, associado a João Couto Pereira (um dos mais sólidos comerciantes do Rio de Janeiro na época). Este último construiu um enorme tanque no Rio, com capacidade para 4000 pipas, tendo-se verificado um novo impulso nesta actividade. Após a morte de João Couto Pereira, em 1761, houve um período de baixa, mas quatro anos depois inaugurou-se um período áureo com a criação da Companhia da Pescaria da Baleia, tendo-se unido as várias armações e reestruturado o monopólio. Arrematou-o Inácio Pedro Quintela, pela quantia de 80 000 cruzados e por uma vigência de 12 anos.⁷ Como era hábito entre os grandes negociantes do Antigo Regime, Inácio Pedro Quintela, embora maioritário, associou-se a outros negociantes da Colónia Brasileira, a saber: Francisco Peres de Sousa⁸, Baltazar dos Reis, José Álvares Bandeira, Domingos Dias da Silva⁹, João Fernandes de Oliveira¹⁰ e, por fim, Francisco José da Fonseca que, para além de sócio, foi caixa - administrador do contrato da pesca da baleia no Brasil até 1777¹¹.

Pela mesma época em que Inácio Pedro Quintela tinha arrematado o contrato da pesca à baleia e sua exploração nas costas brasileiras, navegava, entre o Rio de Janeiro e a Colónia do Sacramento, um micalense, Nicolau Maria Raposo que, após ter saído dos Açores, se tornou capitão e senhorio de um barco no Brasil. Homem de vistas largas e pronto para aproveitar qualquer negócio que a conjuntura lhe proporcionasse, percebeu quão rendoso era o comércio de azeite de baleia assim como na possibilidade de entrar no negócio com uma rota direta para o arquipélago açoriano. Ciente de que nada poderia fazer sozinho, pois como escreveu João Fragoso, *um negociante de grosso trato, para obter bons resultados no Ultramar, tinha de ter acesso aos recursos hierarquizados, produzidos pelo Antigo Regime*¹², resolveu, ainda antes de retornar aos Açores, rumar a Lisboa e contactar com o próprio Quintela.

Assim em 1767, teve a sua primeira reunião com o contratador régio e propôs-

7. Myrian Ellis, *ob. cit.*, p.149.

8. Anterior contratador irá, nos anos de 1774 e 1781 e juntamente com Quintela, arrematar o estanco do sal do Estado do Brasil.

9. José Álvares Bandeira e Domingos da Silva associados a Luís António Tinoco da Silva, representante de Inácio Quintela, foram também arrematadores do contrato da dízima do tabaco.

10. Em 1761, foi contratador dos diamantes, António dos Santos Pinto (participante na instituição da Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1754 e do contrato dos diamantes em 1759).

11. Myrian Ellis, *ob. cit.*, p. 150.

12. João Fragoso e outros (org.), *Nas Rotas do Império: eixos mercantis, tráfico de escravos e relações sociais no mundo português*, Ilha de Vitória: Edufes; Lisboa:IICT, 2006, p.27.

-lhe comercializar aquele produto na área do arquipélago referido. Conseguiu subarrendar o contrato ficando, assim, com o exclusivo da importação do azeite de baleia do Brasil para os Açores e respectiva comercialização. Esta iniciar-se-ia a 1 de Janeiro de 1768, ano em que Nicolau Maria se fixou definitivamente em S. Miguel, e teria a duração de nove anos. Nele estipulava-se, que durante estes anos, Nicolau Maria Raposo seria obrigado a extrair dos tanques da armação do Rio de Janeiro 700 pipas de azeite de baleia (ou seja 100 000 medidas do Rio de Janeiro, mais tarde reduzidas para 60 000), a \$90 réis à borda do tanque, que seria vendido exclusivamente nos Açores: *nem para a cidade de Lisboa, ou parte alguma do Reino, Madeira, nem para porto estrangeiro; e se o fizer pagará a Inácio Quintela o preço de 2000 réis o almude* (mais tarde Nicolau Maria Raposo teve autorização para reexportar para os portos da Europa do Norte 100 pipas de azeite por ano). Em contrapartida, o contratador da capital também não poderia vender nem de Lisboa nem do Brasil azeite algum nos Açores, incorrendo na mesma multa ou seja 2 000 réis por almude vendido¹³.

Seguiram-se as primeiras diligências para se organizar o negócio. Como bem sabia Nicolau, para que um negócio de tão grande envergadura desse certo era preciso organizar uma rede comercial que implicava alianças entre negociantes, oficiais régios, que residiam em espaços diferentes, neste caso nos Açores, Brasil e Lisboa. Estas alianças eram conseguidas com favores e “préstimos” dados a uns e outros onde a amizade e a honra, leia-se a confiança, eram imprescindíveis para o bom andamento do negócio.

Já vimos que em Lisboa, um dos vértices da comunicação deste negócio era feita com Pedro Inácio Quintela, no Brasil Nicolau foi aliar-se a dois amigos mercadores: Filipe António Brum Botelho, negociante da praça de Ponta Delgada (na altura no Rio de Janeiro) e Geraldo Gomes de Campos, negociante da praça do Rio de Janeiro. Acordou-se então que o caixa-administrador seria Nicolau Maria Raposo, que entretanto tinha regressado do Brasil e se fixara definitivamente em S. Miguel. Mais tarde com a revogação do contrato entrariam mais sócios insulares¹⁴, embora no Brasil Geraldo Gomes de Campos tenha continuado a ser o principal correspondente/comissário de Nicolau Maria em toda a vivência do contrato.

Na alínea H do referido contrato salvaguardava-se uma possível conjuntura de crise na produção do azeite e conseqüente proibição de exportação por parte dos membros das câmaras municipais brasileiras. Neste caso, o comprador ficaria

13. Machado, Margarida Vaz do Rego, *Uma Fortuna do Antigo Regime: A Casa comercial de Nicolau Maria Raposo*, Cascais, Editora Patrimónia, 2006, pp.46.

14. Para aprofundar todo este comércio realizado por Nicolau Maria Raposo com o contratador Inácio Pedro Quintela e, após a sua morte, com seu sobrinho Joaquim Pedro Quintela ver Margarida Vaz do Rego Machado, *Uma Fortuna do Antigo Regime: A casa comercial de Nicolau Maria Raposo de Amaral*, Cascais, Editora Patrimónia, 2006, capítulo II, pp. 41 a 99.

dispensado, no ano seguinte, de adquirir as pipas embargadas pelos municípios. Possibilitava-se, ainda, o reabastecimento na Bahia (mas com as medidas usadas no Rio de Janeiro).

Concluía-se o contrato com a transferência por parte de Pedro Inácio Quintela para Nicolau Maria Raposo dos privilégios que “Sua Magestade lhe fez mercê nas XIII e XVI condições com que foi arrematado o contrato da Pescaria, porque em atenção a ellas elle comprador faz esta compra”¹⁵.

Para que o contrato fosse devidamente aceite, Nicolau Maria Raposo teria de apresentar uma “fiança abonada”, o que o negociante micaelense fez, com a assinatura de Joaquim Polyart, que de imediato foi aceite.

Seguiram-se as primeiras diligências para se organizar o negócio. A obrigação de vender o azeite pelas outras ilhas, levou a que se criassem redes entre os vários mercadores das praças açorianas. Assim Nicolau Maria Raposo contactou vários negociantes, que nas outras ilhas iriam ser seus correspondentes e que lhe assegurariam a distribuição do azeite por todo o Arquipélago, elegendo dois administradores, um para a ilha Terceira e outro para a ilha do Faial de modo a que suas ordens fossem cumpridas e toda a contabilidade do contrato do azeite de baleia fosse feita, segundo o método das partidas dobradas que, desde então, passara a ser obrigatório para qualquer casa comercial. Na ilha Terceira, o escolhido foi Frutuoso José Ribeiro, um dos grandes negociantes, senão mesmo o maior, da praça de Angra de finais do Antigo Regime, muito próximo do Capitão-General dos Açores, situação muito importante pois, os favores e as relações chegadas entre os comerciantes e o governo central eram fundamentais para o bom desempenho dos negócios. Nada que não fosse comum no Antigo Regime onde favores e privilégios faziam parte integrante da política económica de época. Além disso, Frutuoso José Ribeiro residia em Angra, cidade onde estava sediada a Junta da Fazenda Real, aproximação muito importante para a arrematação de outros contractos em que estes dois negociantes, também, se associaram. Na Horta, ilha do Faial, o principal responsável foi António Dias dos Santos, pelo menos até 1778, altura em que deixamos de ter registo de correspondência entre os dois, passando o Padre João José de Sousa a ser o correspondente mais contactado pelo administrador do contrato¹⁶.

O correspondente/sócio no Rio de Janeiro era a peça mais importante, pois era necessário estar no local das explorações um homem de confiança de Nicolau Maria, assim como conhecedor dos meios mercantis desta Praça. Como já referimos esta peça chave no Brasil foi Geraldo Gomes de Campos, que era comerciante

15. A. J. M. R.A., *Escritura de ajuste entre Ignácio Pedro Quintella e Nicolau Maria Raposo sobre a pesca da baleia feito em Lisboa a 21 de Março de 1767*, documento avulso.

16. Margarida Vaz do Rego Machado, “O Comércio do azeite de Baleia e a organização mercantil açoriana nos finais do Antigo Regime”, in *Atas do Colóquio O faial e a periferia Açoriana*, Horta,

da praça do Rio de Janeiro e a na Colónia do Sacramento¹⁷, portanto conhecedor destas áreas e dos possíveis negócios que se poderiam encetar. Nicolau Maria, antes de vir a Lisboa, certamente sabia que necessitaria de um correspondente de confiança no Rio de Janeiro e, logo após ter conseguido o contrato com Quintela, contactou Geraldo Gomes para que se tornasse seu sócio. Foi o início de uma longa amizade e de contactos comerciais, tornando-se este negociante, uma peça fundamental nos negócios de Nicolau Maria Raposo, na rota entre Ponta Delgada e o Rio de Janeiro.

Para firmar a sociedade entre os dois, assinou-se uma escritura pública onde se determinava que Nicolau Maria Raposo e Geraldo Gomes de Campos faziam um contrato em que *são interessados em igual parte tanto em ganhos como em percas em três partes de todo o azeite de peixe que meterem nas ilhas dos Açores, sob o nome de Nicolau Maria Raposo e na forma e condições que este ajustou com Inácio Pedro Quintela por tempo de nove anos iniciados no 1º de Janeiro de 1768*¹⁸. A quarta parte poderia ser “largada” por Nicolau Maria Raposo a Filipe António¹⁹, o qual faria uma entrada de 2 400\$000 réis, tendo Nicolau Maria Raposo e Geraldo Gomes de Campos entrado cada um com dois contos de réis²⁰.

Os pagamentos seriam feitos, em princípio, ao administrador do Rio de Janeiro, Francisco José da Fonseca, ou directamente a Inácio Pedro Quintela, em Lisboa, pagamentos estes em dinheiro, produtos e letras²¹.

Geraldo Gomes de Campos era pois o negociante que comprava os azeites à boca do tanque do Rio de Janeiro e depois os mandava em direitura para os Açores. Havia uma rota direta entre o Rio de Janeiro e Ponta Delgada e outra com Angra, na ilha Terceira. Com menor assiduidade estava a rota direta para a Horta na ilha do Faial, não só porque a ilha era mais pequena, necessitando menos azeite, como pelos entraves, leia-se a taxaço dos preços máximos do azeite, que as gentes da governança impunham nas vendas deste produto, retirando, assim,

17. Em 1761, Geraldo Gomes de Campos fazia parte de um grupo de comerciantes da praça da Colónia do Sacramento, que pedem ao Rei o atraso da frota que seguia para o reino, visto que os seus carregamentos estavam com dificuldade de se aprontarem a horas. A. H. U., Rio de Janeiro, *Lista mandada pelo Capitão da Praça da Colónia do Sacramento de alguns de seus comerciantes*, caixa nº 68, doc. nº 35, 12 de Janeiro de 1761.

18. A. J. M. R. A., *Clareza da sociedade que tenho na negociação do azeite para as ilhas com o Sr. Giraldo Gomes de Campos*.

19. Deve referir-se a Filipe António Brum Botelho, comerciante da praça de Ponta Delgada e um dos primeiros sócios de Nicolau Maria Raposo na galera “Santa Anna e Santo Christo”, assim como em outros negócios.

20. Após alguma discussão sobre as cláusulas entre os sócios, António Filipe Brum Botelho acabou por não fazer parte da sociedade.

21. Numa das cartas este assunto é tratado e, Nicolau Maria Raposo informava Pedro Ignácio Quintela de que “*a minha galera Sr.ª Anna leva de frete 14 000 cruzados que enviei a Luís António Tinoco (representante de Joaquim P. Quintela no Rio) para pagamentos do azeite e 3 000 cruzados em efeitos e letras*”. A. J. M. R. A. Carta de N. M. R. a P. I. Q., Cop. C, vol I, 24 de Dezembro de 1775.

algum lucro ao contrato. Por isso nunca foi construído um tanque na Horta de maneira a que lá se depositasse os azeites. Na verdade uma das infra-estruturas necessárias a uma armação baleeira, era o tanque, local para onde se despejava o azeite, que depois era vendido. Isto não só acontecia no Rio de Janeiro, onde Nicolau Maria Raposo ia buscar o azeite, como nas ilhas, nomeadamente em S. Miguel e na Terceira. Nestas duas ilhas, para além dos tanques do contrato, também era usual arrendar algum a particulares, como é exemplo o tanque de Bernardo Gomes em S. Miguel e o de Frutuoso José Ribeiro na Terceira. No Faial, como nada era fácil, o tanque esteve várias vezes para ser construído pelo contrato mas acabou por nunca se concretizar. Apesar de tantos contratemplos, o administrador do Faial era de suma importância, porque além da venda do azeite, encarregava-se de comprar aguardente que era enviada para Ponta Delgada e daí reexportada para o Rio.

Muitas vezes o azeite que chegava ao porto da Horta não vinha directamente do Rio de Janeiro, mas por via Terceira ou mandado de S. Miguel. Isto acarretava algumas demoras, mas o pouco lucro que a venda dos azeites dava na Horta, não demoliu os intentos de Nicolau Maria Raposo de reduzir em número, as viagens da rota directa entre o Rio de Janeiro e a ilha do Faial. Os barcos usados eram os dos sócios do contrato (o negócio da armação também fazia parte das actividades de Nicolau Maria Raposo, assim como da maioria dos grandes comerciantes açorianos), de Frutuoso José Ribeiro e de alguns comerciantes do Faial com quem o negociante micalense mantinha relações mercantis, como era o caso do Padre João José de Sousa e do próprio António Dias dos Santos.

Como um bom capitalista do Antigo Regime que era Nicolau Maria Raposo não se especializava numa só actividade e este negócio do azeite de baleia vem demonstrar precisamente isso. Já vimos que o azeite de baleia vinha do Rio de Janeiro em barcos do contrato, portanto desde o início o negócio da armação, também, esteve sempre presente. Todavia não se ficaram só por aqui, pois se era preciso um barco para ir buscar a carga ao Brasil, era também importante assegurar a carga de ida, pois só assim o negócio de armador poderia dar lucro.

Como dos Açores só podiam ser exportados para o Brasil produtos fabricados nas próprias Ilhas e o tradicional comércio de cereais estava dirigido para a metrópole, os produtos usados pelos comerciantes açorianos foram essencialmente os panos de linho e a aguardente das Ilhas centrais. Esta era uma mais-valia para as Ilhas mais pequenas, pois sem a aguardente e vinagres a optimização das idas para o Brasil não eram possíveis.

Assim, todos os anos, Nicolau Maria Raposo ordenava a compra de aguardente que ia para o Rio de Janeiro e que, desde de 1778, e por toda a década de oitenta irá ser pedida preferencialmente a João José de Sousa, embora outros negociantes das ilhas do grupo central também estivessem ligados a este negócio de aguar-

dente. Sempre atento aos seus negócios, as ordens para a compra da aguardente eram minuciosas, referindo que elas deviam vir bem condicionadas, que nunca se utilizasse os cascos já usados pelo azeite, que só devia ser comprada aguardente do Pico e de S. Jorge e que só em caso de falta se recorresse à da Graciosa, pois considerava esta de inferior qualidade. Geralmente ordenava que as compras fossem feitas pelo menor preço possível, mas para que nada se fizesse sem seu prévio acordo, indicava os limites máximos, normalmente entre os 38\$000 e 50\$000 réis a pipa. Como aconteceu com os azeites, especialmente depois de 1782, os pedidos de aguardente eram feitos a Frutuoso José Ribeiro e após a sua morte a seu sucessor João da Rocha Ribeiro, que por sua vez contactava os comerciantes faialenses.

Quanto aos pagamentos, inicialmente eram feitos com o rendimento conseguido nas vendas do azeite e, caso não chegasse, a maneira mais usada era o desconto de letras, remetidas directamente a Nicolau Maria Raposo ou sacadas sobre alguns dos seus sócios.

O outro produto que se podia exportar para o Brasil eram os panos de linho (as exportações de cereais estavam reservadas para o reino). De todas as ilhas vinham alguns, mas a maior quantidade era os de S. Miguel, embora os linhos da Ilha das Flores também tivessem um peso apreciável.

A partir da década de setenta, Nicolau Maria Raposo organizou em S. Miguel uma rede de comissários, que percorriam toda a ilha com o intuito de comprar panos de linho, entregando-lhes dinheiro a risco, à razão de 5%²². Mais tarde, passaria a aceitar letras dos comissários, mandando-as para o Rio de Janeiro, para lá serem descontadas.

Os panos eram exportados para o Rio de Janeiro e, a partir de 1782, também para Pernambuco pois lá eram melhor vendidos e, segundo constava, havia muita mercadoria para ser exportada, mas poucos navios para o seu transporte²³.

Normalmente estes carregamentos de panos eram por conta e risco de Nicolau Maria Raposo e consignados preferencialmente ao seu correspondente do Rio de Janeiro, Geraldo Gomes de Campos, e a José Vaz Salgado, de Pernambuco.

Esta consignação de panos para o Brasil era a prática mais usada por Nicolau Maria Raposo nos seus negócios, sublinhando mesmo que *não dá dinheiro a comissários para irem no seu navio porque a experiência tem mostrado que estes homens têm arruinado o negócio de panos desta ilha, e o meu projecto hé dirigir todos os que forem comprados com o meu dinheiro nestas ilhas mandá-los a uma só mão nece Rio, pela comição de 4%, attendendo, que este negócio pela pequena utilidade, não permite huma comição de 6%. Todos os panos dos homens de*

22. A. J. M. R. A., *Carta de N. M. R. a Diogo da Costa Carvalho*, Cop. C, vol. III, 29 de Janeiro de 1778.

23. A. J. M. R. A., *Carta de N. M. R. ao Capitão António José Tavares*, Cop. C, vol. XI, 19 de Agosto de 1778; *Carta de N. M. R. a J. D. P.*, Cop. C, vol. III, 24 de Outubro de 1782.

minha casa (menos os do Moreira) são remetidos a Giraldo Gomes de Campos e na mesma forma algumas.

No final deste primeiro contrato o saldo foi deveras positivo. A quantidade de azeite vendido na ilha de S. Miguel, “por miúdo e por almudes”²⁴, foi de 731 pipas, 1 287 almudes e 30 canadas, para a Terceira 116 pipas e para o Faial 679 pipas. Para o Norte navegaram 335 pipas. As vendas somaram 116 801\$665 réis, enquanto as despesas foram de 33 035\$088 réis, o que perfaz um lucro de 83 766\$577²⁵. Se diminuirmos a renda paga anualmente ao contrato (60 000 medidas do Rio a \$100 réis cada uma), que nos 9 anos foram de 36000\$000, ainda temos um lucro líquido de 47 661\$577²⁶. Nada que se compare com o que ganhava o contratador geral Inácio Pedro Quintela que no seu primeiro contrato teve um lucro de 1 066 797\$487 reis. Todavia para o arquipélago era uma boa quantia e por isso novo contrato foi negociado.

A renovação do contrato foi feita por mais 12 anos e assinada a 4 de Fevereiro de 1777 e o contrato iniciar-se-ia a 1 de Janeiro de 1779. Vários acertos foram feitos nomeadamente o aumento de sócios insulares e ficando, também, decidido que todo o dinheiro apurado das vendas dos azeites seria recolhido em S. Miguel, para ser empregue em panos que iriam para o Brasil. Do seu produto, pagariam o que estava estipulado à administração da Companhia da Pesca das Baleias.

Durante a vigência deste segundo contrato algumas contrariedades apareceram como a pouca produção de linho nos anos oitenta e o aumento do preço do mesmo assim como o início da concorrência com os panos de algodão produzidos no próprio Brasil.

Face a esta conjuntura Nicolau Maria irá tentar outras hipóteses de negócios. Sublinhamos aqui uma destas hipóteses utilizando as suas próprias palavras: *mandar um navio a Benguela e Angola e dali para o Rio com escravos, com a condição de não levar fazendas estrangeiras mas unicamente os efeitos de produção destas ilhas, podendo sim mandar o mesmo navio a Lisboa carregar géneros estrangeiros antes ou depois de carregamentos neste porto*²⁷. Esta ideia de Nicolau mostra bem como ele estava a par das rotas e principais produtos que sulcavam o atlântico e de como o tráfico negreiro era vantajoso. Todavia esta ideia, não foi viabilizada, pois o governo central não autorizou a vinda de géneros

24. A. J. M. R. A., *Livro da Conta Geral do Contrato do Azeite de baleia de 1768 a 1778*, fol. 6.

25. Apenas como termo de comparação o resultado do primeiro contrato de Ignácio Pedro Quintela no Brasil foi de: lucros 1 066 797\$487 réis, a saber: dinheiro apurado 773 120\$649 e dívidas por cobrar até 1781, 293 676\$838 réis, in Myriam Ellis, ob. cit. P. 155.

26. Margarida Vaz do Rego Machado, *Ob. cit.*, p.63.

27. A. H. U., Açores, “Carta de Nicolau Maria Raposo a João Filipe da Fonseca”, Caixa nº 18, Doc. nº 5; 25 Janeiro de 1784. A mesma carta encontra-se também no A. J. M. R. A., mas com data posterior: *Carta de N. M. R. a João Filipe da Fonseca*, Cop. C, vol. III, 12 de Maio de 1784.

estrangeiros²⁸. Mesmo assim o contrato continuou a dar um lucro numa média anual de quase 2 000 000\$000 réis e, por isso mesmo, o terceiro contrato foi assinado para vigorar entre 1 de janeiro de 1791 e 31 de dezembro de 1803.

O último contrato foi assinado, com as condições *ipsis verbis* do segundo contrato, excepto a condição nº 6 que foi alargada ao referir que, se o comprador (Nicolau Maria Raposo) deixasse de mandar pipas de azeite para o Faial, poderia neste caso o vendedor (Joaquim Pedro Quintela) remetê-las por sua livre conta para aquela ilha, sem que estas medidas fossem descontadas nas 60 000 anuais que o comprador era obrigado a extrair por ano. Esta medida era importante pois as lutas com as Câmaras do Faial continuavam.

Nos Açores a organização era a mesma, apenas após a morte de Frutuoso José Ribeiro, este foi substituído pelo seu sobrinho, herdeiro da sua casa comercial, João da Rocha Ribeiro. O correspondente privilegiado no Faial será Vitorini José Sequeira. No Brasil continuava a ser Geraldo Gomes de Campos.

Todavia os problemas com a Câmara da Horta agravavam-se assim como as guerras no Atlântico faziam tornar menos seguro este negócio. Ao fim de 4 anos, Nicolau Maria Raposo pediu a rescisão do contrato ficando ele e o seu filho de mesmo nome, administradores de Joaquim Pedro Quintela na venda de azeites em S. Miguel.

Apesar de não querer acabar com esta rota direta, a verdade é que a conjuntura de finais de setecentos não era propícia. A própria conjuntura referente ao monopólio das pescas das baleias no Brasil modificara-se. Assistia-se a um declínio na captura de cetáceos nas costas brasileiras, mais precisamente entre os anos de 1793 a 1796, agravado com a concorrência estrangeira²⁹.

Esta linha decrescente de importação de azeite de baleia, parece mudar de rumo apenas a partir de 1813, apesar de não se equiparar com as décadas de 70 e 80 do século XVIII. É nesta altura que voltamos a sentir uma reanimação neste ramo de negócio, com a compra por parte de Nicolau Maria Raposo do Amaral (filho do primeiro) de um novo navio. Trata-se do brigue “Mãe de Deus”, destinado preferencialmente à rota Ponta Delgada — Rio de Janeiro em cujas cargas voltamos a encontrar azeite de baleia proveniente do Rio.

Como Geraldo Gomes de Campos falecera, serão contactados no Rio de Janeiro preferencialmente Manuel Caetano Pinto e Pedro José Caupers. Em relação ao envio do azeite para as outras ilhas, praticava-se o usual desta casa comercial: consignação de azeite a alguns comerciantes da praça de Angra e do Faial³⁰.

28. A. J. M. R. A., *Carta de N. M. R. a J. F. F.*, Cop. C, vol. III, 30 de Outubro de 1784.

29. Myriam Ellis, *ob. cit.*, p. 172. O Próprio contrato arrematado por Pedro Inácio Quintela terminou em 1801.

30. A. J. M. R. A., *Cartas de N. M. R. A. a Elias José Ribeiro*, Cop. C, AMA, vol. II, 10 de Junho e 4 de Julho de 1814; *a João da Cunha Terra*, Cop. C, AMA, vol. II, 3 de Agosto de 1814; *a Frutuoso José Ribeiro*, Cop. C, AMA, vol. II, 3 de Agosto de 1814.

Para que esta reactivação da importação de azeite de baleia não desanimasse, face à pouca captura de cetáceos nas costas do Rio de Janeiro, Nicolau Maria Raposo do Amaral irá mandar o seu brigue “Mãe de Deus” para as armações da ilha de Santa Catarina, iniciando-se assim uma nova rota na casa comercial deste comerciante micaelense³¹. Para além desta medida, aquele negociante irá encetar uma luta em defesa dos direitos comerciais dos súbditos portugueses, combatendo a introdução de azeite estrangeiro, nomeadamente o inglês porque, segundo ele, a ingerência britânica *arruinava o nosso comércio colonial*³². Como anteriormente a estratégia da rota para Pernambuco e principalmente como escala da vinda do Brasil continuava.

Se é verdade que agora Nicolau Maria Raposo de Amaral (filho) não tinha de preocupar-se com o poder local, que já não taxava o azeite, a conjuntura modificara-se e era a liberdade comercial que o iria incomodar. É que, para além de já não ter o exclusivo da vinda do azeite de baleia para os Açores, acrescia-se a concorrência do azeite estrangeiro que, como sabemos, estava a impor-se no comércio mundial, prejudicando altamente as armações brasileiras.³³

Como dissemos anteriormente coma nova situação da corte no Brasil e a abertura dos portos do Brasil o comércio açoriano não estava preparado para fazer face a uma conjuntura de mercado liberalizado e não saiu beneficiado desta situação.

Contudo podemos concluir que o comércio do azeite de baleia dinamizou a economia açoriana nas últimas três décadas de setecentos. Esta rota permitiu o aumento e a consolidação das rotas diretas entre os Açores e o Rio de Janeiro, assim como com Pernambuco. Esta já era habitual no arquipélago mas, com o aumento das redes comerciais iniciadas por Nicolau Maria Raposo, elas vão ampliar o volume de negócios entre e o arquipélago e a colónia brasileira. Na verdade, nem sempre os navios regressavam cheios de azeite, sendo comum encontrarmos remessas de variados produtos como açúcar, aguardentes, madeiras, couros, entre os principais, que vinham ou por conta de diversos ou por conta dos próprios sócios dos navios que percorriam as rotas S. Miguel/Brasil.

A organização deste comércio fez, também, que a rede de negociantes inter-ilhas se alargasse e as relações comerciais inter-ilhas se tornassem mais regulares.

Os finais do século XVIII, foram uma época onde as relações comerciais entre o Brasil e os Açores foram consolidadas e importantes para a economia açoriana. Todavia, nem sempre os navios regressavam cheios de azeite, forçando o nosso

31. A. J. M. R. A., *Cartas de N. M. R. A. a P. J. C.*, Cop. C, AMA, vol. II, 26 de Abril, 23 de Setembro de 1814; *a M. C. P. C.*, Cop. C, AMA, vol. II, 14 de Setembro de 1814.

32. A. J. M. R. A., *Carta de N. M. R. A. a P. J. C.*, Cop. C, AMA, vol. II, 4 de Abril de 1815 e, *Carta ao Ex^o. Senhor Capitão-General*, Cop. C, AMA, vol. II, 24 de Abril de 1815.

33. Myrian Ellis, *A Baleia no Brasil Colonial*, Edições Melhoramento, Editora da Universidade de S. Paulo, 1969, p. 192.

comerciante a encontrar carga para rentabilizar os regressos. Assim, era também comum encontrarmos remessas de variados produtos como açúcar, aguardentes, madeiras, couros, entre os principais, que vinham ou por conta de diversos ou por conta dos próprios sócios dos navios que percorriam as rotas S. Miguel/Brasil.

Esta conjuntura negativa iria ter como resultado a abolição do monopólio real, pelo alvará de 24 de Abril de 1801 (data do fim do contrato de Joaquim Pedro Quintela)³⁴.

Terceiro contrato 1791-1803

O usual era formarem-se sociedades, que agregavam alguns comerciantes e dividiam por todos, não só o capital inicial, como os futuros lucros ou perdas. Na verdade os riscos eram muitos, em particular neste comércio de longo curso, onde para além das possíveis tempestades, o perigo dos corsários era bem sentido.

Para um negociante de grosso trato, o comércio preferido eram as ligações transoceânicas, pois eram rotas de espaços mais alargados capazes de captarem não só investimentos de grande envergadura como também altas taxas de rentabilidade.

Vivendo em S. Miguel e organizando os negócios a partir de Ponta Delgada, a área privilegiada por Nicolau será, como não poderia deixar de ser, o Atlântico, espaço onde se tecia as principais rotas comerciais do império português de setecentos.

34. Jistváne Jancsó, outros, *Cronologia de História do Brasil Colonial (1500-1831)*, S. Paulo, Departamento de História-FFLCH USP, 1995, reimpressão, p. 189.

S. Tomé e Príncipe nas rotas do cacau: consequências e gestão de espaços rurais e urbanos no tempo pós-colonial

Maria Nazaré Ceita

Doutoranda no Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa

1. Introdução

O tema que nos propusemos trazer como contribuição nesta panóplia de reflexão académica está sustentado em dois trabalhos de pesquisa que apresentamos, um, em 1994 no Colóquio sobre a Construção e Ensino da História de África levado a cabo pelo Grupo de Trabalho do Ministério da Educação para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses na Fundação Calouste Gulbenkian, cujo tema que então expomos se chamou “Cidades: construção e hierarquização dos Espaços e dos homens (o caso de STP)”; outro, em 2014, desenvolvido no plano curricular do curso de Doutoramento em Desenvolvimento sócio-económico que está a ser desenvolvido num projecto de cooperação entre a Universidade de STP e o ISCSP/Universidade de Lisboa na cadeira ministrada pelo Prof. Dr. António Rebelo de Sousa denominada “Modelos de Desenvolvimento Económico” em que decidimos trabalhar sobre a questão da “Economia Cacaueira em S. Tomé e Príncipe: Da reconversão de um modelo convencional no modelo de agroindustrialização com predominância da vertente qualidade”.

A colocação de S. Tomé e Príncipe nas principais rotas das plantas coloniais desde o açúcar no séc. XVI e, fundamentalmente, o cacau no séc. XIX resultou em contornos indeléveis à gestão de espaços e dos homens, que os planos de desenvolvimento após a independência não conseguiram desconstruir. O discurso político do pós-independência empurrou para a administração das antigas roças quadros técnicos sem qualquer experiência de gestão, resultando na criação de focos de conflitos, baixa de produção e de produtividade, o desânimo dos trabalhadores expatriados (antigos serviçais), o atraso ou não pagamento dos salários a delapidação/degradação das infraestruturas, o êxodo rural, entre outros.

Nestes termos, ambos trabalhos, apesar da diferença de dez anos, colocam-nos perante questões muito relevantes de assimetrias locais, regionais e de pobreza extrema como se pode notar na zona sul de S. Tomé, em alguns bairros suburbanos e em resquícios de aldeamentos das antigas roças.

Faremos assim no presente trabalho uma breve caracterização da estrutura agrária colonial das ilhas, dos paradigmas de gestão pós-colonial, do carácter primário e dual da economia santomense, bem como as contribuições teóricas a esse respeito.

2. Caracterização da estrutura agrária da época colonial à primeira década da independência.

Para Ceita (2004) a configuração da estrutura agrária, assim como do conjunto da estrutura económica e social existente aquando da independência de S. Tomé e Príncipe em 1975 resulta fundamentalmente da combinação dos factores impostos pela colonização das ilhas. É, por isso, importante conhecer as formas de intervenção colonial na agricultura e sua dinâmica nas sociedades locais, reflexo do estágio de desenvolvimento em que se encontrava Portugal e da correlação de forças com os demais países actantes na cena internacional. S. Tomé e Príncipe representa um exemplo *sui generis* de exploração colonial, situação que se tornou mais evidente nos séculos XIX/XX com a implantação do cacau, que deu contornos indeléveis à vida agrária e urbana das ilhas.

O facto de terem sido concebidas, desde os primórdios da sua ocupação, para a instalação de culturas lucrativas, influenciou a forma como decorreria a formação sócio-económica das ilhas, que começou com a implantação da cana sacarina em 1485 e o recrutamento violento de escravos da costa africana, necessários à sua produção. Como diria Francisco Tenreiro (1961) a marcha das plantas foi marcada pela marcha dos homens.

Segundo Neves (1989) o séc. XVIII é assinalado por um comércio intenso de escravos entre a Costa da Mina e o continente americano quando se acentuaram as flutuações da produção do açúcar e a diminuição da sua procura nas ilhas, servindo essas apenas como entreposto de abastecimento de hortaliças para os navios, engorda e tratamento dos cativos doentes, que posteriormente deveriam prosseguir viagem.

Tenreiro (1961) assinala que o séc. XIX caracteriza-se pela introdução de novas culturas de rendimento, tais como o café (1800) e o cacau (1822), substituição do regime escravocrata pela servidão baseada na prestação de “serviços contratados”. Os colonos portugueses, estimulados pelos financiamentos do Banco Nacional Ultramarino, desencadearam uma luta cerrada pela posse de terras, tendo como consequência um rompimento amplo e devastador de solos que as ilhas jamais conheceram; o café foi o principal produto de S. Tomé até 1889. Somente a partir de 1890 o cacau passou a ter maior importância que o café, tendo dominado de longe a economia do território a partir dessa altura na lógica da extroversão.

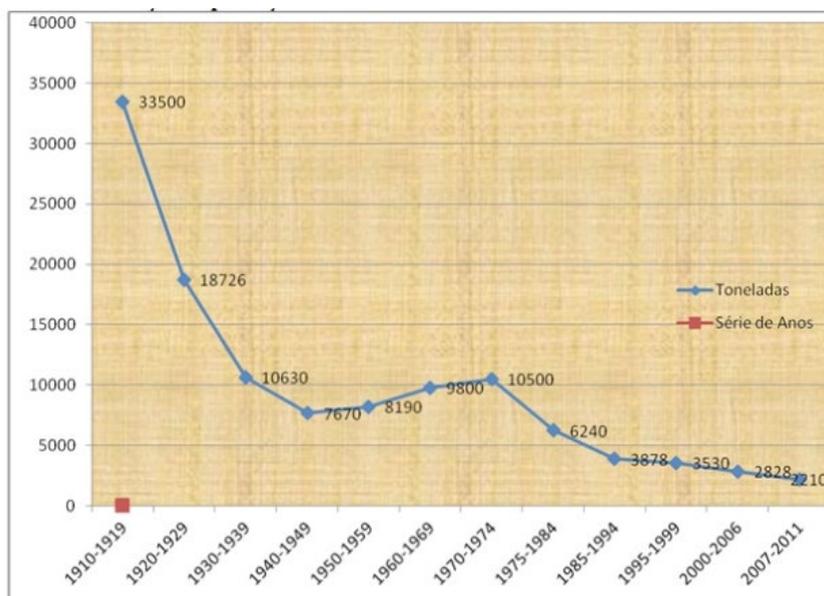


Gráfico 1: Evolução do Cacau entre 1910-2011. Fonte: Jornal Têla Non, Ceita, Armindo, 22/12/012

Estudos feitos no terreno por Helder Lains e Silva e Francisco Tenreiro entre 1958 e 1961, respectivamente, permitem concluir que os resultados agrícolas dos períodos áureos (1890-1920) baseados na subjugação total do homem à terra, ocupando-lhe todas as horas de labor, mascararam durante algum tempo a caducidade deste sistema de produção, o que veio a tornar-se evidente em 1921 com as infortáveis e incontornáveis baixas de produção após quarenta anos de glória.

É de notar que de 1890 a 1899 os níveis de exportação subiram de 3000 t para mais de 11000 t anuais, mas foi sobretudo a partir de aquele último ano, e até 1919, que o ritmo de exportação e a importância do cacau no valor das exportações se vincaram.

Em 1919 a exportação atingiu o seu pico máximo com 36500 toneladas. A partir de 1920 começa a oscilação. De 1920-25 a baixa atinge 20000 toneladas; em 1926-1939 a flutuação verifica-se nos meandros de 8000 e 14000 toneladas, descendo em 1940 para 7000 toneladas. (Pontos de Partida, Instituto Marquês de Vale Flor, 2008).

Segundo Tenreiro (1961) a posição cimeira que as ilhas ocupavam, manter-se-ia por cerca de 20 anos: em 1908, São Tomé produzia 14,8% do cacau mundial, enquanto a Costa do Ouro elevava já a sua exportação para 6,7%; em 1918, porém, São Tomé ocupava já o 2º lugar entre os territórios africanos na produção mundial (6,3%), sendo ultrapassado decididamente pela Costa do Ouro (24,6%); tal situação iria agravar-se, pois em 1928 contava-se já em 3º lugar (2,9%); em 1938 em 4º (1,8%), em 1948 em 5º (1,2%), cabendo os primeiros lugares à Costa do Ouro, à Nigéria e Camarões, à Costa do Marfim e à Fernando Pó, que então se

começava a impor como produtora do cacau. Nos anos 50 a posição da São Tomé agravar-se-ia, e, entre os territórios africanos, viria a ocupar o 6º lugar, situando-se num nível médio de 8000 toneladas, enquanto a Costa do Ouro produzia em média cerca de 230000 toneladas.

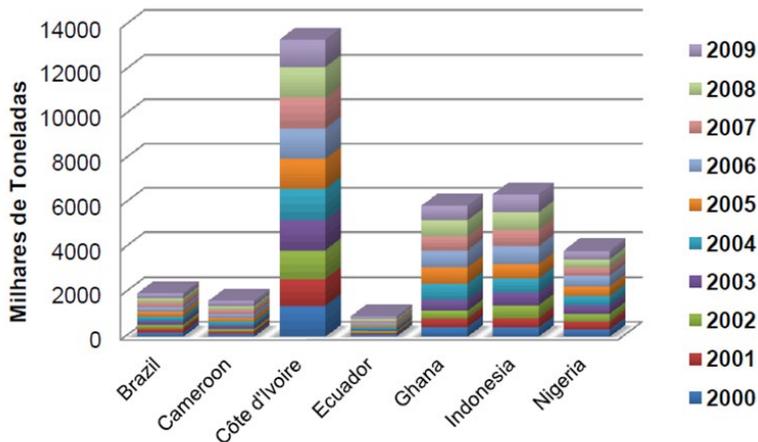


Gráfico 2: Maiores produtores mundiais do cacau. Fonte: FAOSTAT, 2010

Silva (1958) faz referência ao facto segundo o qual uma das críticas feitas a Portugal, pelos cientistas agrónomos de então, ao registarem tão significativa quebra de produção do cacau, ia no sentido de não haver, desde essa altura, projectos tendentes à valorização da agricultura dos trópicos, que continuou, por isso eivada de erros e preconceitos conducentes à exaustão da fertilidade do solo. Quando a devastação atingiu níveis irreversíveis e a escassez de terras virgens ameaçava a estrutura agrícola é que se pôde compreender o valor da investigação científica para o aumento da qualidade. Como se não bastassem tantos problemas, o decreto da abolição da escravatura colocou os roceiros perante condições gravosas para o custo de produção e arruinou definitivamente o modo de produção baseado no trabalho escravo e, conseqüentemente, todas as actividades subsidiárias da escravatura. A crise da produção do cacau é atribuída, não somente à senilidade das plantações, acompanhada da exaustão da fertilidade do solo utilizado de forma intensiva com a conseqüente diminuição dos seus valores nutritivos mas também pelo surgimento de doenças características do cacau como o rubrocintus (*phytophthora palmivora*) e pragas congéneres. Conseqüentemente, alguns proprietários encontraram solução em alguma substituição do cacau pelas oleaginosas (sobretudo na zona sul de S. Tomé) mas, sobre uma estrutura agrária arcaica e com fragilidades estruturais e sistémicas já apontadas.

Para Castro (1980) a estrutura económica e social de S. Tomé e Príncipe no limiar da independência era um exemplo típico de economia extrovertida baseada na exploração colonial, com mais de 99% dos produtos ricos - cacau, café, oleaginosas - pertenciam à empresas agrupadas em companhias, sendo que quatro delas controlavam cerca de 30% da produção dos produtos coloniais.

Benôt (1981), é de opinião que não obstante as constatações feitas sobre os problemas estruturais da monocultura do cacau, o Estado santomense vai assentar as suas bases económicas na prossecução dessa política de exportação na mais profunda incerteza, pois que o problema consistia antes em não perder de vista as estruturas sócio-económicas do seu próprio país na elaboração das suas próprias teorias e em elaborá-las de forma a que pudessem ter influencia essas mesmas estruturas, pois que se tratava de uma maneira certa e tradicional de entrada de receitas no país.

A 30 de Setembro de 1975 procedeu-se às nacionalizações das roças coloniais, dando-se início à uma reforma agrária que visava objectivos que iriam modificar profundamente a política agrícola do país com uma nova ordenação dos espaços das antigas roças coloniais.

Segundo Espírito Santo (2006) em 1985 em função dos resultados catastróficos das nacionalizações propôs-se renovar os cacaçais, uma solução sem se equacionar as matrizes ambientais, tecnológicas e de mão-de-obra disponível, dando-se início à uma política ténue de privatização. Foram convidadas para tal companhias estrangeiras a estabelecer contratos de gestão de 15-20 anos. É assim que empresas francesas e portuguesas entraram “ em cena” para a gestão de Uba Budo, Santa Margarida, Bela Vista e Água Izé; a empresa Agostinho Neto(antiga Rio do Ouro) e Diogo Vaz passaram a ter como gestores comissões administrativas formadas por agricultores nacionais com experiência na matéria.

Segundo Orlandi (2011) as etapas progressivas que a cultura do cacau teve ao longo do tempo, podem ser distinguidas de forma simplificada em seis épocas principais até à década noventa:

- Implementação das primeiras plantações no final do século XIX e início do século XX;
- Desenvolvimento de grandes plantações coloniais entre 1910-1920;
- Sensível diminuição da produção entre 1920 e 1940;
- Estabilização da produção, em aproximadamente 10 000 ton/ano no período 1940- 1974;
- Nova queda de produção depois de 1974 até 1980 (da ordem dos 25- 30%);
- Continuação da queda de produção de 1980 até 1990, com alguma estabilização em torno das 4 mil ton/ano.

3. Evolução dos paradigmas económicos e socioculturais na hierarquização dos espaços e dos homens após a independência

Tal como na era colonial a cidade de S. Tomé, elevada à referida categoria desde 1535 por carta régia de D. João III foi desempenhando a sua função essencial: centro político e administrativo, do comércio e das transacções relacionadas com a exportação de produtos lucrativos e importação dos alimentares e géneros de primeira necessidade; polo de convergência e fomentador de contactos culturais e seu centro aglutinador, onde se concentram os principais bancos, grandes mercados, movimentação à volta dos comércios formais e informais. A cidade de São Tomé é ainda marcada por edifícios coloniais que pertenceram a diferentes roceiros: escritórios, armazéns do cacau, lojas, onde eram transaccionados e revendidos o cacau, o coconote e a copra.

Até hoje, a maioria dos santomenses dos bairros suburbanos, das novas cidades criadas após a independência e das antigas roças não diz “vou à São Tomé”, mas “vou à cidade” porque os principais mercados, as lojas de revenda, as novidades da moda, entre outros se situam nesta urbe.

Com a independência em 1975 a concentração da população na cidade – capital foi acompanhando a proliferação do tecido urbano com resíduos de vida agrária, contrariando o período colonial quando “ir à cidade” era sinal de “à sua porta de entrada” limpar o pó nos pés, calçar sapatos (mesmo que não fosse habitual no quotidiano), vestir uma roupa domingueira, ter atenção com o lixo e resíduos, cuja distração poderia provocar o pagamento de coimas.

Algumas casas dos antigos bairros europeus foram ocupadas ou vendidas a preço irrisório à pequena burguesia nacional que paulatinamente foi chamada a ocupar cargos de maior destaque na função pública, cujos critérios de enquadramento e de hierarquização sociais até a independência difíceis, passaram a ser formas de mobilidade social e de prestígio. A flexibilidade, permissividade e critérios pouco rigorosos desse enquadramento tornou-se maior, trazendo consequências desastrosas para a capital, cuja vaga migratória aumentou no sentido ascendente, fundamentalmente nos bairros suburbanos, onde aumentaram os problemas de saneamento do meio e de higiene (Ceita, 1994).

As populações mais exigentes nas suas aspirações aproveitariam a extensão do ensino secundário em todo o país bem como da sua massificação, procuraria na migração para a cidade capital uma forma de ultrapassar as assimetrias existentes na tentativa de atingir uma vida melhor. Se em 1970 o Recenseamento Geral da População e Habitação dava como certa a existência de 3343 habitantes para São Tomé, o de 1981 apurou 19 636 pessoas, 1991, 39 759 almas; 2001, 75013 pessoas.

A euforia da independência e das nacionalizações das antigas roças traria à tona a necessidade da realização de mudanças estruturais, tanto dos meios

de produção como de mentalidade, eivado de métodos herméticos e diacrónicos (Costa, 1977). A direcção das roças passou a ser ocupada por regentes agrícolas e agrónomos que estudaram, fundamentalmente, na Europa sem qualquer experiência de gestão, se se tiver em conta a complexidade da roça nos termos sócio-culturais da sua formação baseada no trabalho forçado. Os salários na altura praticados eram aliciantes, o que mobilizou moradores desempregados da cidade, grande parte deles mulheres, que não perderam a oportunidade do novo momento político que apregoava a emancipação da mulher, acabando com o estatuto de desempregadas e domésticas (Jornal Revolução IV, 1976)

De acordo com Ceita (1994), a má gestão das empresas, a queda da produção do cacau, a degradação dos termos de troca no mercado internacional contribuíram para a diminuição da atracção pelas roças, produzindo o efeito contrário isto é a atracção pela cidade colocando pressão sobre a mesma em todos os sentidos (aumento de sólidos urbanos, o desemprego, entre outros desequilíbrios).

Desde os finais dos anos 80, o Governo definiu que fosse executado um projecto de reabilitação da economia do cacau através do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), encontrando-se o referido produto com um peso de cerca 94% no total de rendimentos provenientes de exportação. Um dos objectivos-chave do PAE era o de diversificar a economia, através do desenvolvimento de outras culturas de exportação e também do turismo (Seibert, 2001); outros objectivos principais eram: a estabilização dos equilíbrios macroeconómicos através da adopção de uma política de rigor nos domínios orçamentais, monetário e da taxa de câmbio (Do Espirito Santo, 1998); promoção de um crescimento económico sustentado através da liberalização do comércio e dos preços, do desenvolvimento e da diversificação da base produtiva e da privatização da economia (Pires dos Santos, 2000); Promoção de políticas visando atenuar os efeitos negativos da estabilização (Do Espirito Santo, 2008).

A primeira fase da aplicação do PAE inverteu a tendência do crescimento económico passando este de negativo (- 1,7%), a positivo. A segunda fase do programa, foi caracterizada pelo surgimento do PPADPP - Projecto de Privatização Agrícola e Desenvolvimento de Pequenas Propriedades (Do Espirito Santo, 1998).

O PPADPP provocou alterações no sistema agro-pecuário e na economia nacional em geral. (Jones, 2006; Do Espirito Santo, 2008; De Bom Jesus, 2008).

Este projecto que se geriu através da distribuição da terra aos assalariados agrícolas e aos licenciados da função pública, transformou a estrutura agrária herdada da colonização, desde o princípio caracterizada pela existência de grandes empresas agrícolas e roças em pequenas unidades familiares (pequenos agricultores) e médias empresas agrícolas (Do Espirito Santo 1998).

Mas tais medidas não contribuíram para suprir outros com carácter graves, nomeadamente a depreciação monetária que iria incentivar as iniciativas privadas

no âmbito da liberalização da economia. Surge uma série de actividades informais na cidade de São Tomé, fazendo crescer o mercado paralelo desenvolvido essencialmente na “Feira do Ponto” uma concentração antiga de feirantes que desapareceu com a construção do Mercado Municipal pelo Governador Carlos Gorgulho nos anos 50. O seu ressurgimento deveu-se aos “candongueiros”, uma classe mercantil dinâmica, que se ocupava do abastecimento do mercado, quando as lojas da cidade ficavam repletas de filas intermináveis na década de 80. Muitos desses homens e mulheres, cujo destino era essencialmente, Libreville, Togo, Benim, Angola e Nigéria conseguiram posições-chave na hierarquia social ao ponto, de alguns terem dado educação de nível superior aos seus filhos, ao mesmo tempo que foram construindo mansões das mais modernas ou através de escrutínios eleitorais se terem feito eleger como deputados e participado como candidatos às eleições presidenciais.

A “Feira do Ponto” desapareceu há alguns anos. Foi no entanto construído outro mercado, o de “Côco-Côco”, bastante diversificado pela compreensão das regras mercantis num país afectado por inúmeros desequilíbrios internos e ao sabor de assistências internacionais que diminuem a cada dia.

Prolifera nestes espaços o trabalho infantil (meninos que vendem plásticos, gelados, farinha de mandioca, milho) para ajudar, fundamentalmente suas mães, não conseguindo evitar a dislexia ou o insucesso escolar (UNICEF, Relatório, 2012).

A abertura do mercado nacional à costa africana atraiu camaroneses, nigerianos, beninenses, costa-marfinenses, senegaleses, entre outros, que vão participando no comércio informal, criando pequenas indústrias ou entrando em concorrência com outros estrangeiros que actuam no mercado nos mais diversos negócios de produtos alimentares, mobiliários, etc. O clima de paz que se vive nas ilhas tem também sido favorável à essa fixação.

4. O carácter primário da economia santomense e suas características duais face à deterioração da economia no espaços urbanos e rurais: contribuição teórica

Romana, 1997:213 defende que a roça constituiu, até a data da independência, o núcleo da actividade económica e a base da organização social de S. Tomé e Príncipe, tendo posteriormente entrado numa fase de decadência, que conduziu a um processo de mudança na ocupação espacial das ilhas, expressa no êxodo da população em direcção à capital, S. Tomé.

Com base nas estimativas da FAO sobre o histórico da produção de cacau no país, é possível comparar os dados com as atuais taxas de produção e questionar a sucessiva queda de produção dos produtos destinados à exportação, após a independência, e trilhar mecanismos rumo a uma distribuição espacial da produtividade

agrícola não centralizada (Miranda e outros (2008)). É aceitável afirmar que esta oscilação negativa da produtividade agrícola, até a presente data, se deve a ausência de um acompanhamento sistemático do Estado na conquista de meios capazes de promover uma ação assistencialista e condições técnicas produtivas através da estratégia de gestão de recursos para o sector agrário. A deficiência de gestão nesse sector afectou e continua a ser um empecilho à qualidade de vida dos pequenos agricultores são tomenses que continuaram a apostar na produção do cacau.

Os pequenos agricultores enfrentam inúmeras dificuldades em manter a produção. A falta de financiamento, de infraestruturas, de insumos para facilitar a produção, a ausência de uma política de escoamento dos produtos entre outros, são algumas das razões que explicam o baixo nível de produção da atual agricultura são tomense. Partindo desses pressupostos, a economia de São Tomé e Príncipe, é dependente da ajuda externa para manter o ritmo que ainda possui e vem adoptando modelos de desenvolvimento que nem sempre se adequam à sua realidade sócio-cultural.

Baseando-nos em Espírito Santo, 2009:61 para além das razões que explicam a crise do cacau em STP, existem outros argumentos que carecem contrariar a escolha da agricultura como base para o seu desenvolvimento. Esses argumentos vêm de especialistas de pequenas ilhas - Estado que encontram na pequena dimensão do seu território um grande obstáculo à expansão da economia agrícola. Esta é, portanto uma razão que, associada ao custo de insularidade, limita o desenvolvimento desses territórios com base na agricultura. E como STP é um desses pequenos países insulares, a sua pequenez constitui um factor limitativo ao aumento da produção agrícola de exportação.

4.1. Da contribuição teórica da economia dual de Arthur Lewis

Um dos maiores teóricos da economia dual foi Arthur Lewis. Analisando a sua contribuição científica Espírito Santo (2008) diz que o referido pensador analisou os países em desenvolvimento, tendo ressaltado a sua dualidade com a existência de dois sectores económicos bem demarcados: o rural e o urbano, como é o caso do nosso país. No sector urbano a produtividade do trabalho é muito maior do que no rural, onde existe uma oferta de trabalho suficientemente elástica precedente das zonas rurais. Tendo o sector rural excesso de mão-de-obra, a produtividade de trabalho é muito baixa. Assim, a produtividade marginal do trabalho rural é praticamente nula, o que significa que a emigração de “*braços*” do campo para a cidade não provoca diminuição da produção agrícola.

Para Sousa¹, 2004:152, o modelo de Lewis é um modelo dualista, facilmente aplicável à economias subdesenvolvidas, assentando na consideração de um sector tradicional e de um sector moderno.

1. Formulação que também encontramos em Sousa, 2009:104-110

Lewis parte dos seguintes pressupostos: a) a oferta de mão-de-obra é limitada no sector tradicional pelo que o salário real iguala o salário de subsistência; b) a produtividade marginal do trabalho no sector tradicional é reduzida ou mesmo nula, não havendo por conseguinte, qualquer problema em dispensar mão-de-obra empregue neste sector de subsistência para o sector moderno, i.é, não provocando a redução do número de trabalhadores empregues no sector tradicional; c) o sector moderno, ainda insuficiente, é composto pelo comércio, administração pública e, eventualmente, por um sector industrial (Sousa, 2004:105).

Segundo Samuleson e Nordhaus: 1999: 545 na maior parte dos países os rendimentos das zonas urbanas são mais do que o dobro das zonas rurais. E nos países ricos a maior parte da economia encontra-se na indústria e nos serviços. Deste modo, muitos países chegam à conclusão de que a industrialização é causa e não efeito, da abundância. A lição que se retira de décadas de tentativas de aceleração da industrialização à custa da agricultura levou muitos analistas a repensarem o papel desta última. A industrialização tende a ser capital-intensiva, ao atrair os trabalhadores rurais para as cidades apinhadas de gente e muitas vezes originando níveis elevados de desemprego.

No caso de S. Tomé e Príncipe a 2ª reforma agrária² dos anos 90 que teve como pressuposto a aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural do Banco Mundial e do FMI nas roças nacionalizadas em 1975 encorajou a privatização de algumas delas, bem como a distribuição de algumas parcelas pelos antigos trabalhadores. O abandono sentido por esses pela parte do Estado, que não garantiu salários, insumos, alfaias agrícolas, créditos, apoio técnico, entre outros, culminou numa massiva migração para a cidade de S. Tomé e seus arredores, o que provocou uma série de actividades terciárias e o fomento do desemprego (Ceita, 1995).

Segundo Sousa, 2004: 153 o processo de crescimento económico baseia-se no desenvolvimento do sector moderno, através da transferência de mão-de-obra proveniente do sector moderno tradicional e da reaplicação sucessiva dos lucros gerados pelo referido sector moderno, o que permitirá a deslocação da curva do rendimento marginal gerado pelo factor produtivo trabalho.

Hugon, 1997:33-34, fazendo referência à Margaut e Bernard diz que as análises dualistas ao invés de considerarem que o sector tradicional tem um papel passivo de fornecedor de mão-de-obra com uma taxa determinada pela renda de subsistência, ele é analisado em seu dinamismo e em seu papel positivo. Segundo esses mesmos autores, o sector tradicional (de subsistência pré-capitalista) recobre realidades e ramos diferentes, [sendo que] em muitos modelos ele é assimilado pela agricultura de consumo. O modelo de Lewis ao contrário, inclui no sector de subsistência a agricultura tradicional, os serviços domésticos e os pequenos ofícios urbanos, definindo o sector de subsistência pela ausência de

2. A 1ª reforma agrária se deu com as nacionalizações de 30 de Setembro de 1975.

capital reprodutível. Dois casos diferentes podem ser considerados para explicar a determinação dos salários: o caso tomado por Lewis em que, dentro de uma óptica neoclássica, o sector de subsistência fornece somente trabalhadores e faz pressão sobre o mercado de trabalho ao nível da sua oferta e, o caso dos modelos clássicos, em que o sector de subsistência faz subir o salário do sector capitalista, diminuindo a oferta do trabalho, [sendo que] no segundo caso faz baixar os salários reais.

4.2. Do modelo de Hollis Chenery: padrões de desenvolvimento e modelos alternativos de crescimento aplicados às economias de transição

Fazendo referência ao modelo criado por Arthur Lewis em 1954, Estêvão (2004) acha que se trata de um exemplo paradigmático do modo como foi construída a inter-relação dos factores, segundo os quais, o crescimento económico conduz a uma progressiva reafecção sectorial do trabalho e, desse modo, a uma progressiva diminuição da população rural, o que determina a progressiva desagregação das estruturas tradicionais e sua absorção por um sector moderno em expansão - a mudança estrutural, base da modernização da sociedade, é um produto do crescimento económico; por outro lado, é a própria transferência do trabalho para o sector moderno que cria as condições adequadas para o crescimento do excedente e da poupança, base do crescimento do investimento e da acumulação de capital. A mudança estrutural é, então, indispensável para sustentar as condições do crescimento económico (Lewis, 1954). O modelo permite, assim, associar a dinâmica do desenvolvimento económico à possibilidade de criação de um círculo virtuoso do tipo crescimento económico – mudança estrutural – crescimento económico.

Chenery e outros autores que também se destacaram na década de 1970 desenvolveram outro modelo baseado em dados empíricos de padrões de desenvolvimento colhidos de diversos países no período do pós-guerra. (Debali, 2009) O cruzamento de dados obtidos a partir países de características diversas de renda *per capita* e de diversos estágios de desenvolvimento permitiram identificar várias características do processo de desenvolvimento. Entre elas, a mudança do eixo económico da produção agrícola para a produção industrial, acumulação estacionária de capital físico e humano, mudanças nos padrões de consumo no sentido de bens básicos – comida e artigos de necessidade primária - para itens e serviços cada vez mais variados, êxodo rural e de pequenas cidades provocando crescimento dos grandes centros urbanos, a redução do tamanho das famílias na medida em que os pais passam a valorizar cada vez mais a qualidade (educação) no lugar de quantidade (mais mãos para ajudar em tarefas produtivas básicas), crescimento populacional acelerado no início do processo de desenvolvimento e que desacelera à medida que o desenvolvimento atinge estágios mais elevados.

Os criadores deste modelo ressaltam a existência de vários países, cujas particularidades e padrões de desenvolvimento os diferem uns dos outros, fazendo com que os efeitos desse mesmo desenvolvimento, em cada um, também sejam diferentes.

Estêvão (2004) continua sua reflexão baseada na formulação simplificada do modelo de Lewis, considerando a existência de capitalistas, assalariados e produtores de subsistência. É com base nestes elementos que o autor procura explicar o modo como a transferência de um recurso (trabalho) de um sector de baixa produtividade (produção de subsistência) para outro de produtividade mais elevada (produção industrial) pode constituir uma fonte de mudança estrutural. Trata-se, porém, de um processo de mudança lenta e incremental, com base numa fonte endógena, e que vai conduzir à expansão da produção industrial e declínio da produção de subsistência, com o alargamento das estruturas modernas da economia e simultânea desagregação das estruturas de subsistência. Nestes termos, para atingir a mudança institucional, a estrutural pode ser muito mais rápida se determinada por fontes externas. Estas tanto podem ser de origem mercantil, como não mercantil, sendo o Estado a principal fonte externa não mercantil, tanto na mudança estrutural, como na mudança institucional.

Segundo Sousa, 2009:154, para Chenery a transição das economias subdesenvolvidas para as industrializadas pode ser explicada pelo conjunto dos factores de uniformidade e dos factores de diversidade. Os factores de uniformidade seriam os seguintes:

- 1) Variações semelhantes na função consumo com o aumento de rendimento;
- 2) Necessidade de acumulação de capital físico e humano à medida que se vai constatando um aumento do output “per capita” de factor produtivo trabalho;
- 3) Acesso à tecnologia semelhante;
- 4) Acesso ao comércio internacional;

O modelo de Chenery vem provar que o êxodo rural deve ser acompanhado de medidas no meio urbano que possam garantir melhor absorção dessa mão-de-obra, dando-lhes qualificação através da formação profissional e outras, condições de habitação, saneamento de meio, água, energia garantia dos cuidados de saúde, o que ainda não é o caso em S. Tomé e Príncipe.

5. Novos desafios no meio rural santomense

Tem havido algumas melhorias nas zonas rurais na última década que podem contribuir para a retenção local da sua população, criando novos paradigmas que contrariam as velhas estruturas da economia cacauceira tradicional e suas lógicas sócio-culturais. Isto levará, por um lado, à utilização de novas relações laborais e de produção (cooperativas, fileiras, aposta no cacau biológico, novas estratégias de escoamento do produto para o exterior, novos desafios de cooperação com

organismos internacionais que se ocupam da comercialização do cacau biológico no exterior tais como a KAOKA e a SATOCAO. Estão no terreno ONGs de apoio como o PAPAFA e fazem-se aposta nas novas linhas de financiamento do FIDA, PRIASA, entre outros. Por outro lado, a conquista de novos mercados através da vertente qualidade é uma tentativa de vencer as barreiras da globalização, enquanto uma aposta irreversível (Almeida, 2011).

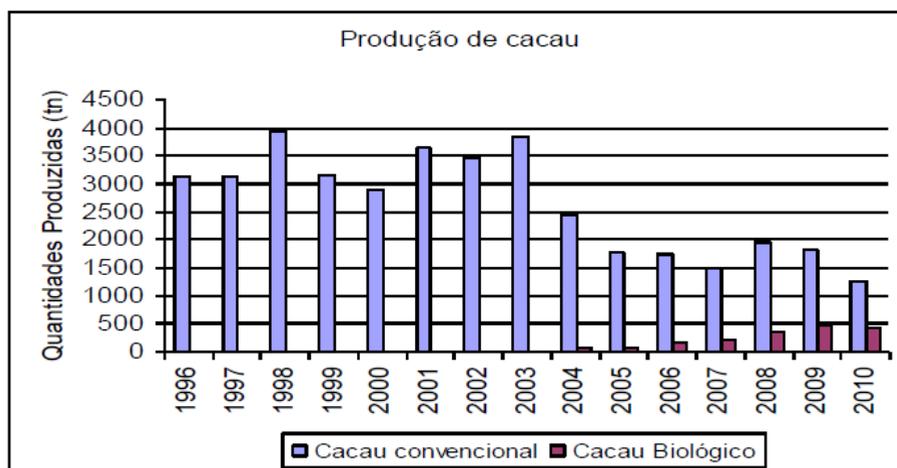


Gráfico3: Produção de cacau biológico e convencional.
Fonte: Ministério da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, 2010

Segundo a FAO (relatório, 2011), os países produtores de cacau necessitam desenvolver uma linha de trabalho que lhes permita formular e implementar novos programas e políticas agrícolas. A diversificação da produção agrícola é parte indispensável desse plano para se evitar a dependência da economia do país relativamente a uma monocultura. Os esforços devem ser direccionados na promoção de processamento de cacau em produtos derivados de alto valor acrescentado.

Tem também sido feita aposta no turismo rural, uma nova forma de potenciar as excelentes infraestruturas das antigas roças expostas longo tempo aos efeitos da degradação.

O país precisa de 150 milhões de dólares para alimentar o seu Orçamento Geral do Estado. O cacau pode contribuir com 1/5 desse orçamento com 30 milhões de dólares dentro de mais ou menos uma década, o que seria óptimo porque população rural contribuiria para o aumento do PIB. Aliás já contribui com 5 a 6 milhões de dólares. A produção do cacau biológico começou em 2005 com 65 toneladas. Hoje já atingiu 1008 a 1020 toneladas. Já existe um volume de negócios acima de 3 milhões de dólares (Extrato da entrevista solicitada pela autora ao Sr. António Dias, ex-Ministro da Agricultura do XIV Governo Constitucional em 2/06/2014).

Conclusão

S. Tomé e Príncipe foram, desde os primórdios da colonização, colocadas nas rotas mundiais das plantas (açúcar, cacau e café) que marcaram indelevelmente a economia-mundo e mundial, respectivamente, durante mais de quatro séculos. Tais plantas arrastaram consigo não só mercadores sedentos de lucros cada vez maiores (que aproveitaram a excelente posição geopolítica das ilhas no Golfo da Guiné), mas também várias vagas de mão-de-obra forçada (escravos e serviçais) em função das conjunturas internacionais.

Toda a construção das infraestruturas e gestão dos espaços se condicionou à supracitada conjuntura. Nestes termos, a caducidade do sistema agrícola pré-colonial impunha ao jovem Estado santomense soluções originais e acertadas de modo a inverter os problemas que induziam a uma queda da produção agrícola de ano para ano cada vez maior, o que pressupõe que o esquema extrovertido de acumulação de capital, o envelhecimento das plantações e o método intensivo de cultivo - que levou ao empobrecimento das terras durante o período colonial - conduziram ao bloqueio da dinâmica de desenvolvimento pós-colonial, estagnando estruturas económicas e sociais.

Concluimos, assim, que o percurso dos 40 anos da independência não foram suficientes para suprir os desequilíbrios sócio económicos entre os mundos urbano e rural em S. Tomé e Príncipe.

As assimetrias ainda são enormes, fruto da degradação das infraestruturas, redes viárias, instalações hospitalares, presença ténue da tecnologia e quadros especializados, acesso à energia e água potável para dar resposta uniformizada às questões básicas de desenvolvimento. As políticas públicas adoptadas pelos diversos governos em termos orçamentais, financeiros com o apoio externo não têm respondido às demandas da população cada vez mais exigente com a massificação do ensino e das tecnologias de informação. É também notória a ausência da autoridade do Estado nas zonas rurais mais recônditas, onde se verificam actos atentatórios contra os bens públicos e privados.

O Programa de Ajustamento Estrutural adoptado em 1987 incentivou o êxodo rural com consequências nefastas para a cidade de São Tomé, cujos migrantes, por falta de emprego, se concentram nas mais diversas actividades informais e terciárias que absorvem, fundamentalmente, mulheres e crianças numa atitude de mera sobrevivência sem que estivessem garantidas as perspectivas de médio e longo prazo. Tal incerteza incute em tais autores o “feeling” das regras de mercado em função dos preços e dos produtos em demanda, sobretudo em momentos de escassez.

Os modelos de desenvolvimento propostos por Lewis e Chenery colocam as economias como as STP em que se verifica o êxodo rural como economias duais e de transição primária.

Ambos modelos permitem, assim, associar a dinâmica do desenvolvimento económico nos meios rurais e urbanos à possibilidade de criação de um círculo virtuoso do tipo crescimento económico que garantam mudanças estruturais através das quais a transição das economias subdesenvolvidas para as industrializadas possa ser explicada pelo conjunto dos factores de uniformidade e de diversidade tais como o aumento de rendimento a necessidade de acumulação de capital físico e humano à medida que se vai constatando um aumento do output “per capita” de factor produtivo trabalho, o acesso à educação e à tecnologia e os benefícios do comércio internacional (como o bom momento por que passam os produtores do cacau biológico).

Torna-se, pois, necessário criar nos meios rurais medidas socioeconómicas e políticas que incentivem a retenção da população local, enquanto que, nas cidades sejam criadas condições infraestruturais, sanitárias, educacionais e tecnológicas que afastem os migrantes de modelos de vida infrahumanos.

Referências

Acemoglu, Daron, Robinson, James, (2013) *Porque Falham as Nações*, Temas e debates, Círculo de Leitores. Lisboa

Almeida, A. J. (2012) *Segurança Alimentar em S. Tomé e Príncipe: Estudo de caso do Distrito de Água Grande*, Dissertação para obtenção de grau de mestre em agronomia tropical e desenvolvimento sustentável, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa

Benôt, Ives (1998), *Ideologia das Independências Africanas*, Sá da Costa. Lisboa

Berthed, Marina (2012) *Reflexões sobre as Roças em S. Tomé e Príncipe*, Rev. SciELO, Estud. hist. (Rio J.), vol.25, no 50 Rio de Janeiro, <http://dx.doi.org/10.1590/So103-21862012000200004>

Bom Jesus, A.J. (2010), *Impacto do Projecto de Privatização agrícola das média empresas de S. Tomé e Príncipe*, Tese de doutoramento em Produção Agrícola Tropical, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa (ISA-UTL). Lisboa

Bonfim, Filipe (2003), *A Importância da Produção Pecuária na alimentação da População santomense*, Série de estudos de desenvolvimento e Gestão de Sistema-SEDGES 9 (5), Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa

Castro, Armando, *O Sistema Colonial Português em África* (meados do séc. XX), Ed. Caminho, Lisboa, 1980

Ceita, M.N (2001), *A Reforma Agrária em S. Tomé e Príncipe: Período pós – colonial (trabalho policopiado no âmbito da Cadeira Fronteiras, Nações e Estado em África*, Mestrado em História de África), Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa. Lisboa

Chenery, Hollis, *The process of Industrialization*, Harvard University, Economic Development Report, N. 16, December 1969

Delgado, Guilherme, *Especialização Primária como limite ao Desenvolvimento*, v.l. n.2, pp.11-125, Janeiro-Abril e Maio-Agosto / 2010

Dória, Agostinho, (2002) *Cultura do Cacau*, Tip. Lusanense, Évora

Estival, Katianny & outros(2010), Do Consumo de Chocolates à Produção Cacaueira: Alternativas para Agregar Valor à Cadeia Produtiva do Cacau Fino em Ilhéus - Bahia – Brasil, Ponência apresentada al VII Congresso latino-americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, 1997

Estêvão, João, *Crescimento Económico. Desigualdade e pobreza em Cabo Verde: Implicações de política XI Congresso Luso-Afrorasilero de Ciência Sociais*, Diversidades e desigualdades, Universidade Federal da Baía, Salvador, 7 – 10 de Agoston de 2011.

Espírito Santo, Armindo,(2009), S. Tomé e Príncipe, *Problemas e Perspectivas para o seu desenvolvimento*, Colibri, Lisboa.

Ferrão, J. E. (1991), O Cacaueiro em S. Tomé e príncipe – *Revista das Ciências Agrárias* –Vol. XIV, Lisboa

Furtado, Celso, *O Subdesenvolvimento revisitado. Economia e Sociedade*, v.1, Agosto de 1992
FAO (2011), www.fao.org

Hugon, Philipe, *O Sector Informal: Balanço de 25 anos de trabalho*, Ensaio FEE, Porto Alegre, v. 18, n. 2, 32-63, 1997

Jones, N. M. (2006) *Os médios Empresários agrícolas em S. Tomé e Príncipe: Identidades sociais*, Dissertação de Mestrado em economia agrária e Sociologia rural, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa. Lisboa

Medina, João (coordenação), (1998) *História de Portugal*, Vol. V, Ediclube, Lisboa.

Moura, Alkimar (1978), *Redistribution with growth: policies to improve income distribution in developing countries in the context of economic growth*, por Hollis Chenery e outros, Oxford University Press, 1974, XX, 304, Resenha Bibliográfica, Rio de Janeiro, 18(4):78-89, out/dez.1978, www.sielo.br/pdf/rae/v18n4a09.pdf

Nascimento (2002) Augusto, *Poderes e Quotidiano nas Roças de S. Tomé e Príncipe de finas de oitocentos a meados de novecentos*, Tip. Lousanense, Lisboa, 2002.

Neves, Carlos e Ceita, M.N., (2005) *História de S.Tomé e Príncipe*, Breve Síntese, Dória design, São Tomé

Orlandi, Francesca(2011) Cadeia de Valores do Cacau em S. Tomé e Príncipe, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Agronomia, Universidade técnica de Lisboa. Lisboa

Romana, Heitor São Tomé e Príncipe (1996), *Elementos para uma análise antropológica das suas vulnerabilidades e potencialidades*, ISCSP e Univ. Tec. de Lisboa

Santo, S.N.E. (2008), *Programas de Ajustamento, Produção Agrícola e segurança Alimentar na África Subsariana: Caso Especifico de S. Tomé e Príncipe*. Tese de Doutoramento. ISA/UTL, Lisboa

Seibert, Gerhard, *O Banco Mundial em S. Tomé e Príncipe: Problemas da Política Agrária, 1985- 1997*, Centro de Estudos Africanos, ISCTE; Lisboa, 1998

Seibert , Gehard, (2001), *Camaradas, Clientes e Compadres, Socialismo e Democracia em S. Tomé e Príncipe*, Veja. Lisboa

Silva, Helder L.(1958), *S. Tomé e Príncipe e a Cultura do Café*, MJIU, Lisboa,

Soares, Z.G. (2008), *A fileira do Cacau Biológico, o Exemplo de S. Tomé e Príncipe*, Dissertação mestrado de Engenharia Agronómica, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica

de Lisboa. Lisboa

Santo, S.N.E. (2008), Programas de Ajustamento, Produção Agrícola e segurança Alimentar na África Subsariana: Caso Específico de S. Tomé e Príncipe. Tese de Doutoramento. ISA/UTL, Lisboa

Tavares, Valdemira (2003), Segurança Alimentar e Nutricional em S. Tomé e príncipe, Tese de mestrado em Agronomia Tropical, ISA/UTL, Lisboa.

Tenreiro, Francisco (1961), *A Ilha de S. Tomé*, MJIU, Lisboa

Trovoada, Maria Alves, (1991) *Programme de Modernization de l'Agriculture, Distribution des terres et motivation des travailleurs*, Étude sociologique, PNUD, Sao Tomé

Van der Meer, C.L. J, Ignácio (2006), Standards and Supply - Chain Coordination - Impacto n Small - Scale producers, paper presented at the Workshop on Governance, Coordination and distribution along Commodity Value Chain, organised by the FAO Commodities and trade proceeding in Rome, on April 4-5, 2006

Vieira, Salomão (2005) O caminho-de-ferro em S. Tomé e Príncipe, UNEAS, Tip. Lusanense, Évora

V Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Ceita, M .N., A Evolução do Mundo Rural em S. Tomé e Príncipe, , Maputo, 1 a 5 de Setembro de 1998, File// D: AA504. HTM

Samuelson e Nordhaus (1999), *Economia*, 16ª Edição. Lisboa

Sousa, A.R. (2009) Manual do Desenvolvimento, Apontamentos, ISCSP, Colecção Manuais Pedagógicos. Lisboa

Sousa, A.R.(2004), *Da Teoria da Relatividade económica Aplicada à economia Internacional às políticas de Cooperação*, Universidade Lusíada Editora, Col. Teses. Lisboa

A rota africana da expansão marítima portuguesa e o interesse comercial pelo reino do Ndongo no século XVI

Odílio Fernandes

Assistente de investigação no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIESO),
da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Agostinho Neto

Introdução

As navegações marítimas foram desde sempre uma forma expedita de os povos se comunicarem entre si, estabelecendo ligações fáceis e rápidas entre diferentes regiões geográficas, permitindo assim que as populações do interior se relacionassem com as do litoral. Essas ligações por mar promoveram continuamente trocas comerciais intensas dando lugar a um comércio marítimo que se foi consolidando ao substituir o terrestre pois, os navios eram capazes de carregar numa única viagem o que as caravanas por terra teriam que fazer em várias viagens.

Ao libertar a actividade comercial de muitos empecilhos e obstáculos e dos mais variados encargos que a oneravam bastante, relativamente a alfandegas e peagens, o comércio marítimo foi-se internacionalizando (Correia 1928:4). É assim que Portugal, habitado por povos predominantemente constituídos por pescadores e marinheiros, no âmbito do desenvolvimento da sua actividade comercial marítima, dá início no século XV a um movimento de expansão territorial que se designou descobrimentos e que se alargou pelo mundo conhecido de então. O comércio como elemento de grande relevo nesse processo de expansão marítima é indiscutível, e a abertura de rotas oceânicas regulares levou a um desenvolvimento substancial dessa actividade, pois o acumular de riquezas várias constituía um verdadeiro estímulo para o efeito.

É assim que, logo no início dessa expansão, o interesse comercial é marcadamente referenciado por Zurara (1989:24) na crónica que escreveu em 1453 sobre a conquista da Guiné, quando ao referir-se às cinco razões que moveram o Infante D. Henrique “de mandar buscar terras de Guiné” aponta que a segunda razão foi porque, este considerou que “achando-se em aquelas terras alguma povoação de cristãos, ou alguns tais portos em que, sem perigo, pudessem navegar, se poderiam para estes reinos trazer muitas mercadorias que se haviam de bom merca-

do...” já que “com eles não tratavam outras pessoas destas partes nem de outras nenhuma que sabidas fossem; e que também levariam, para lá, das que em estes reinos houvesse: cujo tráfego traria grande proveito aos naturais”.

Do mesmo modo, Valentim Fernandes (1940:39), em obra escrita em 1505, ao afirmar que o Infante D. Henrique, depois da sua participação na tomada de Ceuta, teve “em noticia dos mouros que hiã por ouro cõtra esta parte occidêtal”, confirma o interesse particular do Infante em desbravar a costa atlântica africana, pois sabia que os Mouros aí comercializavam ouro.

É ainda João de Barros (1954:15), em obra publicada em 1552, sobre os descobrimentos portugueses em terras do oriente, que também confirma o interesse do Infante D. Henrique por terras com proveito mercantil na costa africana, ao afirmar que este, ainda durante a tomada de Ceuta, veio a saber pela população local “não somente das terras dos Algarves que são vezinhos aos desertos de África (...) mas ainda, das que habitam os povos azenegues, que confinam com os negros de Jalof, onde se começa a região de Guiné...”.

Também Ribeiro (1962:83) observa que, quando um dos degredados que fazia parte da armada de Vasco da Gama conseguiu entender-se em Calecute com um mouro que falava uma língua confusa que incluía palavras espanholas, italianas e portuguesas, e que lhe perguntou “o que vinham de tão longe ali procurar”, o degradado prontamente lhe respondeu “vimos buscar cristãos e especiarias”. Por sua vez, Cortezão (1990 I: 133-137), também realça a preponderância das razões económicas na génese dos descobrimentos, observando que para uma melhor compreensão das razões económicas dos movimentos de expansão marítima, é importante recordar que “na toponímia das terras descobertas, sempre que não existia uma nomenclatura geográfica anterior e indígena, se aplicaram, com frequência, designações de carácter económico”.

É assim que os marinheiros portugueses na África ocidental, em função da abundância em cada localidade da riqueza encontrada, as denominaram *Rio do Ouro*, *Costa da Malagueta*, *Costa do Marfim*, *Costa do Ouro* ou ainda *Costa dos Escravos*. Também Delumeau (1984: 46) observa que “os portugueses pensaram, no final do século XV, que seria mais vantajoso (...) irem eles próprios aos sítios de produção”, considerando assim que, essas expedições foram abertamente motivadas por razões económicas ligadas à procura das especiarias da Índia.

Neste trabalho, fazemos uma análise dos contactos gerais mantidos entre os representantes do Reino de Portugal e os principais dignitários do Reino do Ndongo, no início do século XVI, ou seja, os primórdios da ocupação deste reino por parte dos portugueses, com recurso à documentação da época que nos foi possível aceder. Assim, argumentamos que tais contactos, não sendo obviamente de parte a existência de uma componente de natureza político-religiosa a justificar a aproximação, foram grandemente determinados pela expectativa de parte dos

portugueses da forte possibilidade de trocas comerciais e do resgate de escravos e de exploração de riquezas diversas, fundamentalmente minério de prata, alimentadas por uma estratégia interpretativa bem delineada. Mas essas expectativas por parte da coroa portuguesa acabaram por se gorar pois, a prata que se esperava encontrar no Reino do Ndongo não existia o que acabou com os intentos iniciais do seu aproveitamento proveitoso, ditando assim também, conseqüentemente, o fim do sonho português do “ElDorado” angolano.

Os primeiros contactos entre os reinos de Portugal e do Ndongo

Em alvará datado de 13 de Novembro de 1504, o Rei de Portugal D. Manuel I determina que “nam ouuese mais navegação nas Cartas de marear de Guinee que até as Ilhas do Prymcepe e de sam Thomé” e que “homde as ditas cartas nam aviam de ser feytas, saluo até as ditas ylhas, se estenda mais atee o Rio Manicomguo e nas que sam fectas fique navegação até o dito reyno e dally por diante nam passem em mar nem per costa, sob pennas...” (Brásio I 1952: 203).

O autor anonimo da “Relação da costa da Guiné”, na parte em que se refere a Angola, afirma também em 1607 que “o comercio de Angola se descobrio des[de] o tempo delRej Dõ João o segundo, posto que com pouca frequêcia. E neste tempo o rej de Angola era amigo e quasi súbdito do rej do Congo (..) e cõ sua licença hião os portug[u]ezes negociar á ilha de Loanda” (Brásio 1955 V: 387). Estes documentos, permitem supor que os contactos com o Reino do Ndongo inicialmente foram feitos de forma sigilosa que incluía inclusive penas para os infractores o que leva a deduzir que a coroa portuguesa atribuía já ao território uma importância comercial acrescida.

Segundo Amaral (1996:154-161), no inicio do século XVI, estando o reino do Congo em aberta decadência económica, com o comercio de escravos a não render como desejado, a coroa portuguesa começa a ver com bons olhos a possibilidade de estabelecer com o vizinho Reino do Ndongo uma possível parceria comercial para assim poder manter o envio de escravos para o Brasil. Entretanto, apesar de não haver relações comerciais com o Ndongo, sabia-se da existência de um ténue tráfico clandestino realizado por mercadores portugueses não licenciados que mercê dessa condição, defendiam o fortalecimento dessas relações. Mas desafortunadamente, os contactos iniciais feitos pela coroa portuguesa para estabelecer relações diplomáticas com o Reino do Ndongo foram completamente desastrosos.

As primeiras intenções expressas pelo Rei de Portugal, D. Manuel I, sobre a possibilidade de se contactar o Reino do Ndongo, encontram-se no seu regimento de 16 de Fevereiro de 1520 a Manuel Pacheco e Baltazar de Castro, respectivamente capitão e escrivão de um navio preparado para de entre outras tarefas contactar o “Rei de Angola”, Ngola a Quiluanji. Esta decisão foi tomada em razão

da informação que o Rei do Congo prestou a coroa portuguesa sobre o facto de o Rei do Ndongo, localmente designado Ngola, lhe ter enviado embaixadores a informá-lo que pretendia ser cristão (Brásio 1952 I: 432). E esse regimento mostra de forma inequívoca os objectivos comerciais da missão pois realça que “...somos ãnformado que no dito Regno dAmgola [h]á prata (...) trabalhare[y] s por saber parte domde há a dita prata. E asy de quaees quer outros metães e se os há e acham...”, assim como “omde quer que achardes que há ouro, prata ou quaeêsquer outros metaees, faer[y]s por saber o nacymento deles e a vallya que tem e as mercadaryas por que os dam. E asy do marfym que soma se poderá tirar...” (Brásio 1952 I: 432).

Mas essa missão não foi bem-sucedida já que Baltazar de Castro, em carta dirigida ao Rei de Portugal, D. João III, em Outubro de 1526, lhe comunica a sua prisão pelo Ngola do Ndongo tendo sido libertado do cativeiro seis anos depois com a interferência do Rei do Congo (Brásio 1952 I:485-486). Aos 20 de Setembro de 1542, D. João III, concede ao seu irmão, o Infante D. Luís, uma “liçemça que posa mãdar descobrir por quem lhe aprouuer des o Rio dAmgolla até o cabo de Boa Esperança, ao longo da costa dous rios...”, e que até àquela altura não tivessem ainda sido descobertos (Brásio 1954 IV: 188). Essa licença mostra pois que os interesses da coroa portuguesa pelo Ndongo se mantinham.

E é assim que, a 7 de Junho de 1546, o Infante D. Luís concede por sua vez um regimento a Diogo de Soveral encarregando-o “desta viagem e armaçam que ora nouamente mamdo fazer ao meu Ryo Longa, que está no Reyno de Bemg[u] ella...” e sublinhado que “não faça aos ditos moradores nenhuã força nem cousa de que com rezam posam receber escamdallo, somente com muyta paz e amizade” (Brásio 1953 II: 138).

Essa expedição mostrou as dificuldades sempre encontradas pelos portugueses para negociar com os Ndongo pois de acordo com Paulo Dias de Novais, num processo de reclamação contra ele instaurado para lhe tirarem os direitos dos escravos despachados em Angola, declarava em 1579, que “prouará que antes de lhe ser feita doação da capitania do porto dÃngola, nõ auia comertio cõ a dita terra” pois que “os cõtratadores de São Thomé mãdarẽ lá alguõ nauio ou nauios que resgatauõ sã sayr em terra, por a gẽte ser muito guerreira e commũmẽte comrẽ os homens estrangeiros que hi aportauãõ”, porquanto “que mandando lá o Jfante dõ Luis tres nauios, se pederãõ e lhe comeraõ a gẽte” (Brásio 1952 IV: 319).

Mas tais contratamentos, evidentemente que não desvaneciam o interesse comercial dos portugueses pelo Ndongo tanto assim é que, o comerciante Jácome Leite, em 1553, solicitou ao Rei de Portugal D. João III uma “lyçemsa pera fazer huã armasão ã Angolla...” (Brásio 1953 II: 294).

Entretanto a mostrar que as relações entre as autoridades portuguesas e as do Ndongo não mostravam sinais de melhorias, em Agosto de 1556, o Rei de Portugal,

D. João III, pede ao Rei do Congo que permita a ida de um navio ao Reino do Ndongo para resgatar Francisco Roiz e Manuel Alvarez, respectivamente feitor e escrivão de um navio que há seis anos lá se encontravam como prisioneiros (Brásio II 1953: 387), sem no entanto especificar porque razão teria o navio ido a esse reino. Tendo em conta todos os problemas encontrados no estabelecimento de relações com o Ndongo, o Rei de Portugal deve ter sido provavelmente levado a pensar que, a melhor forma de as melhorar poderia ser por meio da evangelização.

Desse modo, em Outubro de 1556, D. João III escreve para o Bispo de São Tomé “en que lhe encomenda que favoreça os padres frei Gaspar da Cõceipção e frey Esteuão de Lagos (...) que vão ao Regno do Congo (...) e lhes roga que cõ eles se ãnforme das cousas do Regno de Angolla e do aparelho que auerá pera cõuersão do dito Regno...” (Brásio II 1953: 391). Os referidos padres da ordem de São Francisco, com efeito em Maio de 1557 chegam ao Reino do Congo em companhia do Embaixador português nesse reino, Manual Pacheco de Lima para a partir daí iniciar então os trabalhos posteriores do fortalecimento da evangelização dos Ndongo.

Em Abril de 1558, o Padre Inácio de Azevedo, Provincial da Companhia de Jesus em Portugal, comunica ao Padre Diogo Laínez,, Vigário Geral da mesma companhia em Roma que “una empresa se offereció aora aquá de nueuo, de un reino que se quiere hazer christiano, que llamam Angola, según que darán cuenta á V.P. los Padres, que an ido de aquá” (Brásio II 1953: 407).

Essa intenção do reino de Angola em tornar-se cristão, é posteriormente expressa pessoalmente à Rainha Regente, D. Catarina de Áustria, em Junho de 1559, por dois embaixadores enviados pelo Ngola do Ndongo, que solicitava para o efeito o envio de missionários que pretendia que fossem da Companhia de Jesus (Brásio II 1953: 409, 410, 440).

E como resultado desta nova lufada de ar fresco nas relações entre os dois reinos, é preparada uma nova missão para o Ndongo, desta vez chefiada por Paulo Dias de Novais, que chega à Barra do Quanza, nos arredores de Luanda, no dia 03 de Maio de 1560 (Brásio II 1953: 466). Durante a sua viagem a armada aportou em São Tomé a 14 de Fevereiro de 1560 cujo Bispo D. Frei Gaspar Cão, de quem receberam informações sobre o Ndongo, se mostrava de certa forma reservado quanto a possíveis êxitos na evangelização desse reino.

Com efeito, o Bispo expressa essa preocupação em carta de Fevereiro de 1560, dirigida ao Rei de Portugal D. Sebastião escrevendo que estava “mujto desconfiado de se fazer Crjstamdade, não lhe damdo ho trato de neguoçio de mercadorjas (...) e mais po ser ãnformado que os amguollas tem hidallos aos quais ho demonio hos tem muj atados e lhes perturba ho júizo e emtemdimento naturar”, uma desconfiança que aliás se mostrou acertada (Brásio II 1953: 460). É

natural que essa missão não tivesse sido enviada com a intenção de apenas levar os sacerdotes solicitados, mas é evidente que se inseria já num programa mais alargado de intercâmbio político-económico com o Ndongo.

Mas os contactos com o Ngola do Ndongo após a chegada de Paulo Dias de Novais foram longos e muito difíceis, e consubstanciaram-se numa sucessão de envio de embaixadas, presentes e mensageiros, que se prolongou por vários meses durante os quais a tripulação vivia nos navios, padecia já de inúmeras doenças, verificavam-se várias mortes, e eram mesmo registados períodos de fome, até que finalmente o capitão decidiu partir ao encontro do Ngola (Brásio II 1953 467, 488, 489).

Os representantes de Portugal foram inicialmente bem recebidos pelo Ngola, que até lhes entregou algumas crianças para serem evangelizadas e posteriormente baptizadas, mas depois de algum tempo passaram a ser tratados como prisioneiros mostrando mais uma vez o quão difícil era lidar com os Ndongo. Esta situação arrastou-se por cinco anos até Paulo Dias de Novais ter sido libertado e ter regressado a Portugal em finais de 1557 (Brásio II 1953 489, 511, 530).

Em 1575, Paulo Dias de Novais voltaria ao Reino do Ndongo, desta vez investido no cargo de capitão e governador, sendo portador de uma carta de doação que o mandava “sojeitar e conquistar o Reynno dAngola” (Felner 1933:407), eliminando de uma vez por todas qualquer pretensão que pudesse ter havido de se estabelecerem relações amistosas e biunivocamente vantajosas com o Reino do Ndongo. Paulo Dias de Novais é assim encarregue pelo Rei de Portugal de fundar uma capitania no Ndongo pelo que, desse modo “a intenção colonizadora é inequívoca” (Heintze 2007: 247).

O interesse comercial de Portugal pelo Ndongo e o mito da prata.

O grande interesse comercial de Portugal pelo Reino do Ndongo centrava-se inequivocamente na exploração de possíveis minas de prata já que, era obviamente gritante a falta desse mineral que era essencialmente importado e de que dependia a estrutura monetária portuguesa (Amaral 1996: 76). Com efeito, no século XIV, na Europa, as sucessivas guerras entre estados atingiam profundamente as suas economias, com exércitos formados maioritariamente por mercenários que eram pagos em dinheiro.

Por essa razão as cobranças reais de impostos aumentavam para que os reis pudessem manter os seus exércitos, reconstruir e fortalecer fortificações, e que associadas aos impostos papais, contribuíssem substancialmente para uma séria falta de metais preciosos na Europa (Nicholas 1999: 39-40).

Em Portugal com efeito, ainda em 1415, D. João I ordenou por lei que a venda ou compra de ouro ou prata deveria ser feita apenas nas únicas duas casas de câmbio que ele mandara estabelecer em Lisboa e no Porto e mandava punir com

veemência as contrafações (Barros 1922 IV: 134). Essa mesma ordenação foi também feita por D. Afonso V em 1442, porque os estrangeiros levavam muita prata para fora do país assim como os nacionais também o faziam de forma encoberta. Nessa época, o rei português insurgiu-se contra a liberdade de compra e venda de prata porque “se tal soltamento se desse á prata, os reaes brancos viriam a tão grande abatimento que seria forçoso desfazel-os de todo, tornarl-os em bulhom e fabricar outra moeda, e á moeda velha dar valia nova, do que se seguiria em todo o reino grande abatimento...” (Barros 1922 IV: 135). Mas entretanto, o soberano português era a favor da importação da prata, o que demonstrava a sua insuficiência no reino, isentando-a mesmo do pagamento de impostos pois “a sua tenção é que venha de fora para Portugal a maior quantidade de prata que seja possível, e manda que por dez annos não se pague dizima da que se trazer” (Barros 1922 IV: 135).

E é tendo em conta a necessidade permanente de prata que em Portugal servia essencialmente para alimentar a circulação monetária, que a coroa portuguesa resolveu procurá-la nas zonas onde se supunha haver, criando assim o mito da sua existência no Reino do Ndongo, Esse mito começa a ser construído quando o Rei de Portugal D. Manuel I, como já antes referido, acredita na existência de prata no Reino por Ndongo por lhe ter sido oferecido pelo Rei do Congo uma manilhas de prata, pelo que no regimento de 02 de Fevereiro de 1520 dado a Manuel Pacheco e Baltazar de Castro, observa que “...somos ãnformado que no dito Regno dAmgola [h]á prata, porque se vyo per huãas manylhas que vyeram a nós delRey de Comgo; trabalhare[y]s por saber parte domde há a dita prata” (Brásio 1952 I: 432).

Contudo, Baltazar de Castro que esteve retido pelo Ngola como prisioneiro, e que enquanto cativo procurou informar-se sobre a existência das tão ambicionadas minas de prata, desmistifica as informações do Rei do Congo e chama a atenção do Rei de Portugal, D. João III para o facto de que não havia prata nenhuma no Ndongo pois em carta de Outubro de 1526 dirigida ao soberano português observa que “achey fama que ele [Rei do Congo] dyzya que vyra serras de prata e outras cousas, as quaes eu ã seys anos que na dita terra estyve nũca vy” (Brásio 1952 I: 486).

Mas a convicção de que havia minas de prata no Ndongo era tão forte que em 1581, o Governador de Angola, Paulo Dias de Novais, pelos seus bons serviços prestados na “conuersão da gente” do Ndongo, decidira doar ao Padre Balthezar Barreira, Superior dos Padres da Companhia de Jesus e em seu nome à dita companhia “huã mina de prata” (Brásio 1988 XV: 263). Em carta escrita em Janeiro de 1582 ao Rei de Portugal D. Manuel I, Paulo Dias de Novais, comunicava-lhe que era seu intento mandar-lhe amostras de rochas com veios de prata de Cambambe “por ter minas abertas e ser mui fina a prata que delas se tira”, mas que

gorada essa possibilidade havia ordenado “para que fosse buscar outras minas a Jlanba” que o mineiro Diogo de Requena confirmava serem as amostras obtidas “de prata e ríquas” (Brásio 1954 IV: 336). Mas o Governador é cauteloso pois afirma que “não ouzo afirmar nada por não ter experiência delas” e que “por estar mal disposto” ainda as não tinha visitado (Brásio 1954 IV: 336).

Noutra carta datada de Julho de 1582, e novamente dirigida ao rei de Portugal, o Governador informa-o da qualidade de algumas amostras que Diogo de Requena havia retirado de uma mina na Ilamba que designara, Boa Ventura e que “chegados ao porto de Loanda, donde está Joaõ Lopez, natural de Seuilha, (...) mineiro, trataraõ de fazer ensac dellas (...) e pella informasaõ que tiue me pareseo não serem de mandar a V. M[agestade] por se auerem tirado á frol de terra”, mas que achava mais importante tratar de certas minas “de que já lá mandei [a]mostras, de que tiue recado serem boas” (Brásio 1954 IV: 341).

No seu trabalho Relation del Viage de Gvine de 1583, o Frei Diego do Santíssimo Sacramento, afirma que no reino de Angola havia “vna conquista de plata por vnos montes, que ay della tanta, que blanquea como nieue” (Brásio 1954 IV: 359) e o Padre Baltazar Afonso em Outubro desse mesmo ano, também em carta refere que “a prata que tẽ [os nativos] que hé muita” e que no momento em que escrevia essa carta, haviam chegado amostras de prata de Cambambe e que o senhor fidalgo daquela área tinha mandado recados ao Governador “que tẽ hũ monte de prata para lhe dar” e acha que “hé para dar graças a Deus ver como vẽ a prata nascida nas ve[i]as das pedras com suas raízes” (Brásio 1953 III: 249).

O Padre Diogo da Costa, também em carta afirmava em Junho de 1585 que no Ndongo “as minas de prata são huãs serras muy compridas” e afirmava ainda que as vira pessoalmente “mas foy hũ pouco de longe” e que “se tudo é prata como dizẽ, cre[i]o que não acabarão d’aquí a 300 años” (Brásio 1953 III: 317). Nesse mesmo ano, o Padre Baltazar Afonso afirma que o Governador Paulo Dias de Novais tinha estendido a guerra às minas de Cambambe e que tinha levado um mineiro “para tirarẽ amostras e fazerẽ fundição para se mandar a esse Reino” (Brásio 1953 III: 318).

Em Julho ainda de 1585, em carta, o Padre Diogo da Costa observa que no Ndongo “há muitas minas de prata, e mui ricas”, e que ele mesmo viu “as serras onde ellas estão” e teve nas mãos algumas dessas pedras e que “entre ellas uinhão muitos fios, algũs mais grossos que alfinetes dos grandes muito grossos”. Escrevia ainda o padre que “os mineiros affirmão que até agora, se não tẽ outras minas descobertas tãm ricas” e que a prata podia ser colhida “a frol da terra obra de uma vara”, afirmando os nativos que “há minas que tudo hé prata sã pedra, e estas minas são muitas” (Brásio 1953 III: 321).

Em Maio de 1586, o Cardeal Alberto informa em carta ao Rei Filipe II, que Diogo Roiz Cardoso que viera do Ndongo a mando do Governador Paulo Dias de

Novais, trouxera as amostras da prata que lhe seriam entregues e que tinham sido testadas pelos mineiros Cristóvão Sanchez e Martim Roiz (Brásio 1953 III: 326). Ainda em Maio de 1586, numa carta dirigida ao Provincial de Portugal, o Padre Diogo da Costa observa que no Ndongo “estão as minas de prata de Cambambe que são as mais ricas que os portugueses té agora tẽ achado”. Observa ainda o prelado que “estas minas são serras altas, e mui compridas, de penedia, e não são como lá imaginão e [que] luzem por fora, são como as do Reyno, somente tẽ muitas ve[i]as de prata, as quaes quanto mais /cavão tanto mais tirão mayor quantidade e melhor prata”. Para o prelado “destas ve[i]as há muitas que parece impossível acabarensen nunca. Minas há tã ricas que somente os ferreiros do Rei sabem onde estão, e quando querem tirar prata para o Rei, achão as vergas tam grossas, que não lhe[s] fazẽ outro beneficio senão martelalas...” (Brásio 1953 III: 338).

Em carta datada de Dezembro 1587, dirigida ao Provincial de Portugal, um padre anónimo, afirma que “neste anno passou o campo, dos Portugueses por Cambambe onde estam as minas, & os mineiros que em sua companhia leuauam acharam tantas e tam ricas minas, que segundo o que escreveram & depois experimentaram nas fundições que fizeram: excedem ás mais ricas de Peru” (Brásio 1953 III: 354).

Também numa petição datada de 1588, onde Paulo Dias de Novais faz a história da sua acção em Angola, afirma que “E a o tempo de s[ua] [par]tida, se lhe encomendou muito per ElRey (...) procurasse muito de aver noticia dalguãs minas, por se presumir estarem naquele Reyno”, o que demonstra que continuava a haver a convicção da existência de minas que poderiam ser de prata no território Ndongo. Nessa petição, o governador declarava que tinha cumprido essa recomendação pois à custa de muito sacrificio seu e de muitos gastos “descobrião vinte quatro minas de prata e (...) as amostras d prata e pedras que de lá vieraõ se entregou a Grauiel Almeida e [a]os officiaẽs da casa da moeda, os quoaes (...) fundiraõ a prata e fizeraõ ensayo nas pedras. E achouse ser a mais riqua cousa e da mais rendimento e fineza se até oje vio” (Brásio 1954 IV: 481).

Entre 1590 e 1591, Domingos de Abreu de Brito, que esteve no Ndongo para fazer uma inspeção, observa também que “o Reyno Danguolla hé de muitas minas de prata, em quantidade” e “pareçe que em uentagem são mais que as do Peru” (Brito 1931: 14). Em Maio de 1594, na sua informação generalizada sobre o reino de Angola, os padres da Companhia de Jesus, os Jesuítas¹, relatam que “quanto ás minas de prata, alem das de Cambambe na provincia de Mosseque (...) tem este Reyno muitas outras em grande numero” e afirmavam ainda que “no anno de 1590, foi Martim Rodrigues de Godoy, mineiro de sua Majestade, ao longo do rio Lucala, onde achou muitas minas de prata, de que trouxe mostras, fez ensayos,

1. O documento em questão denomina-se “História da Residência dos Padres da Companhia de Jesus em Angola, e Cousas Tocantes ao Reino, e Conquista”.

e tirou prata ficando muito contente de como respondia, como consta de papéis públicos em que assinou”. Os jesuítas reproduziram também a informação de que o mineiro Diogo de Requena “afora as minas de Cambambe descobriu outras quarenta minas também de prata, a que pôs nomes, e a informação de tudo enviou a El Rey Dom Sebastião” (Brásio 1954 IV:549-550). É importante aqui realçar que o mineiro Martim Godoy fez uma declaração escrita a atestar a qualidade da prata observada de forma a conferir maior credibilidade à análise técnica.

Do mesmo modo, Jerónimo Castaño, sócio de Paulo Dias de Novais, no seu memorial ao Rei Filipe II, em Setembro de 1599, afirma em relação à existência de prata no Ndongo que “es tanta abundancia lo que se há uisto, que la maior parte de la tierra esta a lastrada de Plata” (Gomez 1951: 57). Num relatório datado de 1602-1603, sobre a Missão dos Jesuítas no Ndongo, estes afirmavam que o Governador Manuel Serveira Pereira, depois de desbaratar o Soba Cafuche “dali se foi (...) direito à serra de Cambambe onde estão as minas de prata” e “pôs-se logo o governador com toda a pressa a fazer uma fortaleza” e “nesta fortaleza (...) começou a cavar, ainda que pouco, em algumas partes daquela serra, de que tiraram várias amostras de prata que nela há, que dizem os mineiros ser muita”.

Conclusões

A documentação consultada, mostrou como as diferentes embaixadas enviadas pelos soberanos portugueses ao Ndongo, se saldaram em fracassos sucessivos e que as várias tentativas de se estabelecerem trocas comerciais com aquele território foram goradas. Os portugueses procuravam no Ndongo não apenas escravos, mas principalmente metais preciosos, fundamentalmente prata que servia essencialmente para alimentar a circulação monetária.

Com base em informações pouco fidedignas vindas das mais variadas fontes, como clérigos, funcionários estatais e mesmo aventureiros exploradores, foi sendo criado em Portugal por diferentes representantes da coroa portuguesa, o mito da existência de prata no Ndongo, mais concretamente na região de Cambambe. Importa referir que o Governador de Angola, Paulo Dias de Novais teve a sua quota-parte na criação desse mito pois, mesmo sem nunca tendo passado de Massangano onde residia enviou informação para Portugal a falar das minas de prata de Cambambe, região que nunca visitou pois, o processo de conquista do território Ndongo no seu tempo não havia aí chegado.

É apenas com o regimento que D. Filipe II deu ao governador Manuel Pereira a 26 de Março de 1607 onde o soberano admite que “tendo-se chegado com a dita Conquista até às terras de Cambambe, e mandado cauar nellas em diversas partes se não achou Prata, ou tam pouca que não pareceo conveniente fazer se nellas despesa, nem o fruto que della se podia esperar correspondia ao guasto” (Brásio 1955 V: 265), se reconhece que em Cambambe não existiam as tão ambicionadas

minas de prata e se abandona definitivamente a ideia da sua exploração. Mas ainda assim, no mesmo regimento, o Rei Filipe II, mantém a crença na existência de minas de prata em outras localidades do território Ndongo pois afirma que fora informado por carta do Capitão Manuel Serueira“ que na experiência que fez em Cambambe para se saber se auia ally prata, achou não [a] auer, mas porque as partes em que sempre se entendeo que a há são fora Cambambe...” (Brásio 1955 V: 270).

A necessidade premente de prata em Portugal no século XV e que motivou o seu movimento expansionista marítimo, abriu concomitantemente espaço para que os pesquisadores desse metal precioso, na sua busca desenfreada, tivessem procurado sinais da sua existência em todas as manifestações do quotidiano, numa verdadeira atitude interpretativa. Seguindo Todorov (2003: 27), esta designa uma atitude de “estratégia finalista” pois “torna-se preponderante (num) sistema de interpretação: não se trata mais de procurar a verdade, e sim procurar confirmações para uma verdade conhecida de antemão (ou, como se diz, tornar desejos por realidade) ”.

Com a interpretação finalista, descobriam-se sinais que confirmavam sempre as crenças e as esperanças que se tinham e que mostravam que havia continuidade já que esses sinais da natureza “são indícios, associações estáveis entre duas entidades, e basta que uma esteja presente para que se possa imediatamente inferir a outra” (Todorov 2003: 35). É assim que, inúmeros representantes da coroa portuguesa no Ndongo, em diversos relatos, como antes referido neste texto, ao procurarem indícios da existência de prata, acabavam sempre por os encontrar de uma forma ou de outra.

Nas montanhas vistas ao longe, todos os sinais indicavam a existência de prata, desde a sua brancura como a neve até ao brilho reluzente, já que é assim que eles desejavam que fosse, uma convicção formada havia muito tempo. Em muitos casos, essa convicção também se misturava com rasgos de ignorância e de ressalvas de conhecimento, mas em todas as cartas é conservado um mesmo esquema de pensamento: as serras do Ndongo estavam prenhes de prata porque todos eles desejavam ardentemente que assim fosse, já que as suas convicções eram sempre mais fortes do que a experiência e a realidade observada. E na sequência dessa linha de pensamento, as autoridades portuguesas eram literalmente aliciadas pela informação dos relatores com promessas do que poderia ser descoberto, acirrando abertamente a sua imaginação.

Mas é evidente que tais narrativas não podem ser consideradas totalmente verdadeiras e dignas de confiança pois misturavam o verdadeiro com o falso, o testemunho verdadeiro com o imaginário, e apesar de poderem certamente conter elementos verdadeiros, não é possível determinar quais. Fazendo recurso permanentemente a analogias, que na verdade nada provavam, esses relatores baseados nas

suas fortes certezas, apenas procuravam a informação que pudesse confirmar a que lhes convinha enviar às autoridades do reino de Portugal.

Nessa senda, a qualidade dos informantes locais era constantemente exaltada quando estes corroboravam a informação que pretendiam que confirmassem as suas crenças. Na sua interpretação finalista observa-se frequentemente nos textos dos relatores, o uso de superlativos que são usados como que para tornar ainda mais convincente o relato feito. É conclusivo que a existência de minas de prata na região Ndongo foi literalmente empolada pelos diversos relatores que dela deram notícia, e os seus relatos “podem ser situados com tanta segurança de um ou de outro lado da linha que separa os «testemunhos verdadeiros» dos «testemunhos imaginários»” (Todorov 1991: 135).

Por essa razão, é difícil determinar neles a fronteira que separa a realidade da ficção. Em suma, os relatos dos mais variados representantes da coroa portuguesa que estiveram no Ndongo no século XV, ajudaram a criar o mito das minas de prata nesse território e que se manteve por muito tempo até finalmente, se concluir que não existiam, um mito que determinou a forma muitas vezes deselegante e violenta como os portugueses trataram os Ndongo, certamente movidos pela ganância da prata.

Referencias bibliográficas

Albuquerque, Luís. 2001. *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*. Publicações Europa-América.

Almeida, A. A. Marques de. 1996. “A evolução da economia portuguesa de 1450 a 1550”, *Portugal no Mundo*, Luís de Albuquerque (Direcção), Publicações Alfa, pp. 112-124.

Amaral, Ilídio do. 1996. *O Reino do Congo, os Mbundu (ou Ambundos), o Reino dos “Ngola” (ou de Angola), e a presença portuguesa, de finais do século XV a meados do século XVII*. Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa.

Amaral, Ilídio do. 2000. *O consulado de Paulo Dias de Novais: Angola, no último quartel do século XVI e primeiro do século XVII*. Ministério da Ciência e Tecnologia, Instituto de Investigação Científica Tropical. Lisboa.

Barros, Henrique da Gama. 1922. *História da Administração Pública em Portugal nos seculos XII e XV*. Tomo IV, Typographia Castro Irmão, Lisboa, Portugal.

Branco, Garcia Mendes Castello. 1881. “Da mina ao cabo, 154-1620”, in Luciano Cordeiro (ed.), *Viagens, explorações e conquistas dos portugueses*. Imprensa Nacional, Lisboa.

Brásio, António. 1952-1971. *Monumenta missionária africana*. Vol. I-XV, Primeira Série, Agencia Geral do Ultramar, Lisboa.

Brito, Domingos de Abreu e. 1931. *Sumério e descrição do reino de Angola e do descobrimento da Ilha de Luanda e da grandeza das capitánias do estado do Brasil*, publicado por Alfredo de Albuquerque Felner. Imprensa da Universidade, Coimbra.

Coelho, António Borges. 1895. *Raízes da Expansão Portuguesa*. Livros Horizonte.

Cordeiro, Luciano. 1881a. *Viagens, explorações e conquistas dos portugueses: Terras e minas africanas, 1593-1631*. Imprensa Nacional, Lisboa.

Cordeiro, Luciano. 1881b. *Viagens, explorações e conquistas dos portugueses: Produções, commercio e governo do Congo e de Angola*. Imprensa Nacional, Lisboa.

Cordeiro, Luciano. 1881c. *Viagens, explorações e conquistas dos portugueses: Estabelecimentos e resgates portugueses na costa ocidental de África*. Imprensa Nacional, Coimbra.

Correia, Francisco António. 1928. “O Comércio de Portugal no Século XVI”, *Boletim da Agencia Geral das Colónias*, Ano 4º, Nº. 40, pp. 3-26.

Cortezão, Jaime. 1990. *Os descobrimentos portugueses*. Vol. 1; 2, Imprensa Nacional, Lisboa.

Delumeau, Jean. 2004. *A Civilização do Renascimento*. Lisboa, Edições 70.

Dias, Gastão de Sousa. 1934. *Relações de Angola. Primórdios da ocupação portuguesa*. Imprensa da Universidade, Coimbra.

Felner, Alfredo de Albuquerque (Org.). 1931.

Felner, Alfredo de Albuquerque. 1933. *Apontamentos para a história da ocupação e inicio do estabelecimento dos portugueses no Congo, Angola e Benguela*. Imprensa da Universidade, Coimbra.

Fernandes, Odílio. 2014. *As Rotas da Incompreensão: Uma análise histórico-sociológica do mundo social Ndongo a partir de textos europeus dos séculos XVI e XVII*. Editorial Kilombelombe, Luanda, Angola.

Godinho, Vitorino Magalhães. 1990. *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar (Séculos XIII-XVIII)*. Difel, Difusão Editorial Lda., Lisboa.

Gomez, Claudio Miralles de Imperial y. 1951. *Angola em tempos de Filipe II e Filipe III. Los memoriales de Diego Herrera y de Jerónimo Castaño*. Madrid, Instituto de Estudios Africanos.

Heintze, Beatrix. 2007. *Angola nos séculos XVI e XVII*. Editorial Kilombelombe. Luanda, Angola.

Mauro, Frédéric. 1960. *Le Portugal et l'Atlantique au XVIIe siècle (1570-1670): Étude économique*. École Pratique des Hautes Études. France.

Nicholas, David. 1999. *A Evolução do Mundo Medieval: Sociedade, Governo e Pensamento na Europa (312-1500)*. Publicações Europa-América.

Parreira, Adriano. 1997. *Economia e Sociedade em Angola: Na época da Rainha Jinga, Século XVII*. Editorial Estampa.

Pigafetta, Filippo, Lopes, Duarte. 1989. *Relação do reino do Congo e das terras circunvizinhas*. Publicações Alfa, Biblioteca da Expansão Portuguesa. Portugal.

Ribeiro, Orlando. 1962. *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa. Portugal.

Santos, Maria Emília Madeira. 1988. *Viagens de Exploração Terrestre dos Portugueses em África*. Instituto de Investigação Científica Tropic. Lisboa.

Todorov, Tzvetan. 1991. *As Morais da História*. Publicações Europa-América. Portugal.

Todorov, Tzvetan. 2003. *A conquista da América: A questão do outro*. Livraria Martins Fontes Editora, Brasil.

Zurara, Gomes Eanes. 1989. *Crónica dos Feitos da Guiné*. Publicações Alfa, Biblioteca da Expansão Portuguesa. Portugal.

Veredas dos livros: América ibérica e Europa, séculos XVI-XVIII

Mariana Sales

Pesquisadora no Centro Mare Liberum (UNICAMP), CRES
(Centre de Recherches sur l'Espagne) e CREPAL
(Centre de recherches sur les pays lusophones) Sorbonne Nouvelle Paris 3

Ao contrário da América espanhola, onde se autorizou a instalação da imprensa desde 1502, não se sabe exatamente quando ela chegou ao Brasil. Desconhece-se grande parte do perfil das coleções de livros na América ibérica, tanto privadas quanto institucionais. Instalaram-se prelos no Novo Mundo ibérico, principalmente publicar textos que colaboravam a conversão ao cristianismo, a cultivar a espiritualidade ou para fim administrativos. As colônias contavam com poucos letrados e um mercado consumidor de livros ainda mais reduzido.

Uma parte dos especialistas dos livros descrevem as especificidades da cultura livresca e letrada no Brasil através de um registro negativo. No entanto, os filhos da terra e os homens que a América ibérica acolheram fizeram uma história dos livros original e rica. Neste campo, privilegiamos analisar o início da imprensa na América do Sul e os itinerários dos livros.

Um autor cacique, tipógrafos índios, um livro em guarani e um leitor cego

Alguns autores¹ consideram que uma das razões para a tipografia ter sido levada ao Brasil tardiamente (1736) foi a ausência de um mercado consumidor de livros numa colônia tão extensa, cuja maioria da população era escrava e indígena e que contava com poucos letrados.

No entanto, vincular a imprensa no Brasil - e América do Sul de modo mais geral - a um mercado consumidor é estabelecer uma relação de causa e efeito inadequada. A imprensa era considerada importante na época colonial pelos responsáveis políticos que, como veremos, pensavam que ela facilitaria a difusão de

1. Cf., por exemplo, Matías Martínez Molina, *História dos jornais no Brasil - Da era colonial à Regência (1500-1840)*, São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p. 57. Segundo Laurence Hallewell, somente as pessoas mais ricas consumiriam livros no Brasil. Segundo o autor, em 1747 o Brasil teria no máximo 2,5 milhões de pessoas et 1250 consumidores de livros potenciais, Laurence Hallewell, *O livro no Brasil - sua história*, São Paulo, Edusp, 2005, p. 89.

informações e o trabalho administrativo. Os padres também a viam como meio auxiliar para a conversão dos nativos ao cristianismo. Como sabemos, os jesuítas tiveram grande participação na implantação da prensa nos domínios marítimos ibéricos, na Ásia, África e América. Eles foram os primeiros a instalarem prelos nos colégios da América do Sul, em Lima, em 1584.² No início do século XVII, instaram-se na província do Paraguai e desde o início quiseram levar a imprensa para as reduções. Eles escreveram belos capítulos da história dos livros nessa parte então remota do Globo.

Os jesuítas transpuseram línguas indígenas até então não escritas³ para o alfabeto latino⁴, escreveram as primeiras gramáticas e dicionários e os imprimiram na América e na Europa. Além disso, traduziram textos religiosos em línguas indígenas. O leiaute dos livros seguia modelos da imprensa europeia, muitos deles foram feitos tipógrafos indígenas que haviam aprendido o uso da prensa com os jesuítas. Além dos impressos, existe uma grande quantidade de manuscritos relativas a administração que mostram que a escrita e a leitura faziam parte da vida quotidiana nas reduções.⁵ Essas práticas de leitura, escrita e impressão nessa parte da América do Sul mostra que as colônias tinham um público original que não comprava livros mas sabia fabricá-los. Finalmente, os textos eram um dos meios que os padres usavam para promover a catequização e a leitura e a escrita eram reservadas para a educação da elite ameríndia.

Há mais informações sobre a imprensa nas reduções no século XVIII. Não se tem conhecimento de nenhum livro publicado na atual parte do território do Brasil que pertencia a província do Paraguai, nos séculos XVII e XVIII, mas as reduções tiveram pelo menos um autor indígena. O cacique Nicolas Yapuguay, escreveu dois livros em colaboração com o padre Paulo Restivo⁶, publicados na atual Argentina.

Uma descrição que se encontra em um⁷ dos sete exemplares hoje conhecidos

2. Fernanda Verissimo, *L'impression dans les missions jésuites au Paraguay : 1705-1727*, thèse de doctorat inédite, soutenue le 1 décembre 2011 à la Sorbonne, p. 14.

3. Fernanda Verissimo, *L'impression dans les missions jésuites au Paraguay ...*, p. 13.

4. Ces linguistes religieux ... créèrent des nouveaux signes pour représenter de sons qui n'avaient pas d'équivalents dans les alphabets connus et qui ont été reproduits ensuite par les typographes. » Fernanda Verissimo, *L'impression dans les missions jésuites au Paraguay ...*, p. 13.

5. Fernanda Verissimo, *L'impression dans les missions jésuites au Paraguay ...*, p. 16.

6. *Explicacion de el catechismo en lengua guarani por Nicolas Yapuguay con direccion del P. Paulo Restivo de la Compañia de Jesus*, En el Pueblo de S. Maria La Mayor, 1724. *Sermones y Exemplos en lengua Guarani Por Nicolas Yapuguay Com direction de un religioso de la Compañia de Jesus*, En el Pueblo de S. Francisco Xavier, 1727.

7. O exemplar pertenceu a Ferdinand Denis é conservado na Biblioteca Sainte-Geneviève, em Paris. *Explicacion de el catechismo en lengua guarani por Nicolas Yapuguay con direccion del P. Paulo Restivo de la Compañia de Jesus*, En el Pueblo de S. Maria La Mayor, 1724, legs Ferdinand Denis, DELTA 53519. Para

da primeira edição da *Explicacion de El Catecismo de Yapuguay* nos informa que o livro foi levado ao Brasil e a maneira como ele foi usado:

« ... um livro curioso, pertencia a um velho índio das missões de Alegrete, nos confins do Brasil: o bom homem sabia a doutrina cristã inteiramente de cor ... ele virava as folhas do livro sem nunca as olhar. E isso por uma boa razão, ele era cego ... o velho índio tendo morrido; uma índia (sua mulher eu creio) deu a obra que se tornou inútil ao Sr. Gavet. Este honorável habitante do Rio Grande do Sul lhe deu de presente a Daniel Gavet⁸, seu filho, que por sua vez me fez um dom amigável. Estando o livro há muito tempo na minha biblioteca, havia esquecido a sua proveniência quando em 14 de setembro de 1845, ... D. Gt me contou uma cena do velho índio, instruindo os catecúmenos - em meio as ruínas que invadiam os bosques de laranjeiras e bananeiras⁹».

Se o episódio descrito tem um fundo histórico, o livro foi levado a Alegrete no final do século XVIII ou início do XIX. Nada indica que o índio que perdera a visão pertencia a elite indígena. De acordo com o relato, sua memória se tornou o suporte principal de transmissão dos ensinamentos cristãos às crianças, que eram feitos em língua guarani, devido a impossibilidade praticar a leitura.

O uso tátil que ele fazia do exemplar do Yapuguay também pode ser analisado. No primeiro capítulo das *Hétérographies*¹⁰, « Pour les sens: toucher, goûter, voir et écouter l'écrit », Fernando Bouza nos fala da relação entre os sentidos e os aspectos materiais do texto. O historiador espanhol mencionou diversos usos religiosos dos escritos: comer textos religiosos; escrever orações, em seguida dissolver a tinta do texto na água e a beber; ambas as práticas equivaliam a fazer um uso eucarístico do texto. Virtudes taumatúrgicas foram atribuídas aos manuscritos de Teresa de Ávila e milagrosas às assinaturas de Santo Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus. Algumas pessoas carregavam junto ao corpo nomes de santos e orações, como se fossem amuletos, talismãs ou fetiches. Também acreditava-se que tocar um texto de caráter religioso engendrava a proteção

mais detalhes sobre esse exemplar, ver Mariana Sales « Ferdinand Denis, éditeur et traducteur de sources sur l'Amérique latine », *Bulletin du bibliophile*, no 1, 2013, p. 69-96. *Sobre a imprensa guarani e o exemplar*, cf. *Fernanda Verissimo, L'impression dans les missions jésuites au Paraguay ...*

8. Daniel Gavet ofereceu o livro a Ferdinand Denis. Trata-se provavelmente do autor de *Jakaré-Ouassou, ou les tubinambas : une chronique brésilienne*, Paris, Timothée Dehay, 1830.

9. «« ...un livre curieux, appartenait à un vieil Indien des missions d'Alegrete, sur les confins du Brésil: le bon homme savait la doctrine chrétienne entièrement par Cœur; [...] il tournait les feuillets du livre, sans jamais y regarder. Et cela par une bonne raison, il était aveugle: [...] le vieil indien étant mort; une indienne (sa femme je crois) remit l'ouvrage désormais inutile à Mr Gavet. Cet honorable habitant de Rio Grande do Sul en a fait cadeau à Daniel Gavet son fils, qui à son tour m'en a fait un don amical. Le livre étant depuis longtemps dans ma bibliothèque, et j'en avais oublié la provenance lorsque le 14 7bre 1845, [...] D. Gt [...] ma [sic] raconté la scène du vieil indien, instruisant les catéchumènes – au milieu des ruines qu'envahissaient des bosquets d'orangers et de bananiers». Explicacion de el catechismo en lengua guarani por Nicolas Yapuguai..., En el Pueblo de S. Maria La Mayor, 1724, legs Ferdinand Denis, DELTA 53519, f. [2] ms. encadernado antes da parte impressa. Trad. Mariana Sales.

10. Fernando Bouza, Roger Chartier (pref.), Jean-Marie Saint-Lu (trad.), *Hétérographies – formes de l'écrit au siècle d'or espagnol*, Madrid, Casa de Velázquez, 2010.

do corpo. Embora Bouza descreva práticas na Espanha do século de ouro, os índios da América espanhola podem ter adotado algumas delas.

Purificar-se, proteger-se, transmitir autoridade aos catecúmenos através do ato de folhear o livro na presença deles, nostalgia da prática da leitura da qual fôra privado... Infelizmente, o breve comentário de Ferdinand Denis não nos permite aprofundar o estudo sobre o índio de Alegrete.

A imprensa na América portuguesa: séculos XVI e XVII

Dez anos depois da chegada de Colombo à América, a coroa espanhola autorizou a imprensa no Novo Mundo. O México publicou o primeiro livro na década de 1530¹¹. Em 1583, o Peru acolhia a primeira tipografia. Em 1600, a Nova Espanha já contava com oito prelos.

Os conhecimentos sobre a imprensa no Brasil nos séculos XVI e XVII são bem mais imprecisos. Os historiadores do livro chegaram a considerar que ela foi trazida pela primeira vez ao Recife, a pedido de Maurício de Nassau.

«A primeira tentativa de introduzir a impressão no Brasil, de que possuímos provas documentadas, foi feita não pelos portugueses, mas pelos holandeses, no período de 1630 a 1655, quando ocuparam o Nordeste brasileiro. Uma carta do Supremo conselho (holandês) do Brasil, de 28 de fevereiro de 1642 e dirigida aos responsáveis pela Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, solicitava o envio de um prelo para que as ordens oficiais recebessem « maior consideração » e o Conselho fosse poupado do estafante trabalho de copiar.

Temos aqui, em poucas palavras, a razão primordial pela qual cada colônia acabou recebendo sua própria prensa tipográfica: as exigências administrativas. Depois da evangelização, a burocratização! Por volta de 1640, os holandeses possuíam um sistema administrativo suficientemente sofisticado para sentirem essa necessidade.»¹²

Talvez Hallewell desconhecisse a complexidade da burocracia do império português. A imprensa também teria sido muito útil no Brasil lusitano para fins administrativos. É bem mais provável, como afirmam diversos pesquisadores, que os governantes portugueses não quisessem implantar no Brasil, pois ela seria um facilitador na propagação de informações relativas a essa colônia que foi tão cobiçada desde sua descoberta e cujos relatos despertaram tanto interesse na Europa.

11. «Há referências a um prelo na Cidade do México, instalado por Esteban Martéin, com permissão do imperador Carlos V, que teria impresso em 1533 a *Escala espiritual para llegar al cielo*, de São João Clímaco, e em 1536 a *Doctrina*. A informação é incerta pois « não restam vestígios dessas atividades. Johann (Juan Cromberger, de uma família alemã de impressores instalada em Sevilha, obteve uma licença exclusiva de impressão no México, onde publicou a *Breve y más compendiosa doctrina* em 1539, da qual há referências, mas não resta nenhum exemplar. No ano seguinte, Juan Pablos (Giovanni Paoli), italiano de Brescia, que era o representante de Cromberger no México e depois tornou detentor de um « privilégio », imprimiu o *Manuel de adultos*, do qual se conservam algumas folhas. Ele é considerado o primeiro tipógrafo do Novo Mundo.» Molina, *História dos jornais no Brasil...*, vol. I, São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p. 51-52. Para muitos historiadores do livro, o primeiro livro impresso na América ibérica que se conhece comprovadamente foi *Breve y más compendiosa doctrina Christiana en lengua Mexicana y Castellana*, publicado no México em 1539.

12. Laurence Hallewell, *O livro no Brasil - sua história*, São Paulo, Edusp, 2005, p. 85-86.

Pieter Janszoon, tipógrafo neerlandês que respondeu à demanda de Nassau, chegou a Pernambuco em 1643 mas faleceu antes de começar qualquer atividade. Independente da sua morte, estudou-se também a hipótese da existência da imprensa no Brasil neerlandês devido ao folheto *Brasilsche Gelt-sack...*¹³. «A imprensa desse opúsculo, verdadeiro libelo contra os diretores da Companhia das Índias Ocidentais, traz ao pé da página a indicação *Gedruckt in Brasilien ap't Reciff in de Breede-Bijil. Anno 1647* (Impresso no Brasil, no Recife, no Machado Largo ...). Alfredo de Carvalho provou que tinha sido impresso na Holanda».¹⁴

Já no Brasil lusitano, Serafim Leite relatou que «Pelos fins do século XVII, a biblioteca do Colégio da Baía possuía à roda de 3000 livros «de todo género de escritores que se podem desejar, e se renova e guarda por um diligente e hábil livreiro», de nome António da Costa, natural de Lyon de França, que sabia latim e organizara o catálogo. Os ofícios deste irmão declaram-se em diversos tempos: bibliopegus (encadernador), typographus (tipógrafo), impressor (impressor), bibliothecarius (bibliotecário) e bibliothecae praefectus (prefeito ou director da biblioteca)».¹⁵

Os padres da colônia compreendiam que a impressão de livros no Brasil era uma questão delicada. Apesar do estabelecimento de uma tipografia não depender de licença ou autorização prévia¹⁶, o triplo controle¹⁷ para a impressão de livros em Portugal, implementado de 1539 a 1576 pelo cardeal D. Henrique, tornou improvável o desenvolvimento da imprensa no Brasil. Manuscritos, idéias sobre a América portuguesa ou o relato das experiências vividas nela foram impressos na América espanhola e na Europa. Por exemplo, José de Anchieta, jesuíta fundador de São Paulo em 1554 foi o primeiro autor a ter escrito uma obra no Brasil, *De gestis Mendi de Saa*, publicada anonimamente em Coimbra e 1563.¹⁸ Anchieta também escreveu a primeira gramática tupi-guarani, *Arte de grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, que circulava no Brasil em algumas cópias

13. O saco de dinheiro Brasileiro.

14. Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo, Universidade de São Paulo e Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, p. 61-62. Apud Alfredo de Carvalho, «Da introdução da imprensa em Pernambuco pelos Holandeses», *Rev. do Instituto Arq. e Geo. de Pernambuco*, v. IX, n. 64, 1904. Não foi possível consultar o artigo de Alfredo Carvalho.

15. Serafim Leite, *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965, p. 110.

16. Molina, *História dos jornais no Brasil ...*, vol. I, São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p. 55

17. Necessidade de licença do bispo local, do Santo Ofício e do Desembargo do Paço.

18. Valeria Gauz, *Portuguese and Brazilian books in the John Carter Brown Library 1537 to 1839 With a selection of Braziliana Printed in countries Other Than Portugal and Brazil*, Providence/Rio de Janeiro, The John Carter Brown Library/Briquet de Lemos, 2009, p. 49.

manuscritas e foi igualmente publicada em Coimbra em 1595¹⁹. No século XVII, os sermões que Vieira pregou no Brasil também só foram publicados na Europa, até onde sabemos²⁰. Mas, por que nos registros do colégio de Salvador se mencionou o ofício de impressor se A. da Costa não o exercia, ao que tudo indica, essa atividade?

Serafim Leite informou que, igualmente no final do século XVII, José Correia, tipógrafo de Viseu que vivia no colégio do Rio de Janeiro²¹, teria preparado quatrocentos volumes para o colégio e para os padres. Leite supôs que se tratava da encadernação de quatrocentos volumes e não de impressão e que, mesmo se houvesse «algum pequeno prelo portátil para quaisquer pagelas»²², elas seriam destinadas ao uso estritamente privado.

Contraditoriamente, o próprio Serafim Leite ainda registrou que o mesmo colégio possuía «alguns trabalhos impressos na própria casa por volta de 1724». Mas Laurence Hallewell afirma que se o colégio possuía seu próprio prelo, é estranho que Agostinho Santos Félix Capelo não tenha mencionado o fato em seu relatório ao governador, conde de Bobadela, sobre as propriedades confiscadas em 1759, quando os jesuítas foram expulsos e o colégio fechado.²³

Infelizmente, as bibliotecas jesuítas do Nordeste que parecem ter sido as mais dinâmicas por estarem instaladas nas cidades importantes da América portuguesa nos séculos XVI e XVII, foram dispersadas e parte das informações a seu respeito foram perdidas, devido a presença holandesa na Bahia e em Pernambuco. A expulsão da Companhia, consequência da política pombalina no século seguinte, prejudicou ainda mais as coleções jesuítas na América do Sul e dificultaram as pesquisas sobre elas, o que inclui as investigações relativas a existência da imprensa no Brasil nos séculos XVI e XVII.

Coleções e veredas dos livros no Brasil colonial, séculos XVI e XVII

Quanto às coleções das ordens religiosas, há mais informações sobre as bibliotecas dos colégios jesuítas, primeiramente pela importância que eles tiveram no Brasil²⁴ e, em segundo lugar, porque não houve pesquisadores que tenham

19. Molina, *História dos jornais no Brasil ...*, São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p. 66.

20. No século XVII, os sermões de Vieira foram Portugal, Espanha e Itália.

21. Colégio de Santo Inácio, no morro de São Januário, depois conhecido como Morro do Castelo. O morro foi aterrado posteriormente.

22. Serafim Leite, *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965, p. 110, 111.

23. Laurence Hallewell, *O livro no Brasil - sua história*, São Paulo, Edusp, 2005, p. 84. Apud José Vieira Fazenda, « Antiquilhas e Memórias do Rio », Revista do IHGB, 88, p. 113-116 ».

24. «No império português, os jesuítas dominaram a educação até mais do que fizeram nos domínios da Espanha. E a Companhia de Jesus controlou toda a impressão colonial.» Laurence Hallewell, *O livro no Brasil*

feito trabalhos equivalentes aos que Serafim Leite sobre as bibliotecas franciscanas, carmelitas e beneditinas²⁵.

As primeiras informações esparsas sobre a entrada de livros no Brasil datam de 1549, quando representantes da Companhia de Jesus fundaram o colégio de Salvador (Bahia), sob a direção de Manuel da Nóbrega. As bibliotecas de Recife e Olinda também se tornaram importantes no século XVII, bem como a de Maranhão²⁶. As coleções eram constituídas principalmente de textos de teologia, espiritualidade, filosofia, história, gramáticas e dicionários, embora Serafim Leite tenha afirmado que elas tivessem livros «de todo género de escritores que se podem desejar²⁷».

Os jesuítas reservavam parte das rendas obtidas com a venda de cacau, cravo e remédios das boticas para comprar livros que vinham especialmente da Itália e de Portugal. As baixas taxas para importar livros em direção das colônias ibéricas também colaboraram para a disseminação dos textos europeus na América²⁸. Além disso, os altos servidores das monarquia portuguesa ou compósita que passavam pelo Brasil também vendiam suas coleções privadas que eram integradas as coleções dos colégios jesuítas.²⁹

O perfil das bibliotecas particulares podem ser melhor estudadas a partir do século XVIII³⁰, pois as fontes são mais abundantes, mas Borba de Moraes afirmou que desde o início do século XVII os acervos se tornaram importantes e testamentos seiscentistas feitos na capitania de São Paulo registram diversos livros: «Numa capitania pobre como a de São Paulo, onde os habitantes estavam empenhados principalmente em formar bandeiras para descobrir ouro e combater

- sua história, São Paulo, Edusp, 2005, p. 64.

25. Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo, Universidade de São Paulo e Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, p. 1.

26. «O padre Antônio Vieira, referindo-se à do Colégio do Maranhão, disse: «Livraria temos muito boa». Carta ao geral da Cia. de Jesus datada de 21 de março de 1661. Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo, Universidade de São Paulo e Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, p. 3-4. Apud Serafim Leite, *História da Companhia*, v. 4, p. 287.

27. Serafim Leite, *Suma histórica da Companhia de Jesus no Brasil, Assistência de Portugal, 1549-1760*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965, p. 110.

28. «As colônias espanholas na América Latina também importavam obras impressas da Espanha e de outros países pagando taxas muito baixas com total isenção. Laurence Hallewell comenta que esse liberalismo no comércio de livros não era acompanhado no resto da Europa. O resultado foi que tanto a Espanha como suas colônias na América foram inundadas com impressos e outros países, especialmente dos Países Baixos (Antuérpia) e da França (Lyon)». Molina, *História dos jornais no Brasil...*, vol. I, São Paulo, Companhia das Letras, 2015, p. 54.

29. Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo, Universidade de São Paulo e Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, p. 5.

30. Luiz Carlos Villalta, «O que se fala o que se lê: língua, instrução e leitura», F. A. Novais (dir.), L. de M. e Souza (org.), *História da vida privada no Brasil*, vol. 1, São Paulo, Companhia das Letras, 1997, p. 331-385.

índios, tem-se notícia de alguns livros em mãos de paulistas.... as Novelas de Cervantes³¹, o *Fralstantonio* de Viluegas... que talvez fosse a *História y vida del Tacaño llamado Buscón* [1626]». ³²

No século XVII, a biblioteca do colégio jesuíta da Bahia já tinha cerca de três mil livros e, no início do século seguinte, a biblioteca do colégio do Rio de Janeiro registrava quinze mil livros. A extensão das coleções equivalia a das grandes bibliotecas européias, o que é ainda mais surpreendente para uma colônia que tinha uma população de letrados muito reduzida e, até onde sabemos, não tinha imprensa. Tal riqueza evidencia o grande interesse da pequena parcela letrada de luso-brasileiros pelos livros.

Ironicamente, conhecemos muito pouco sobre os itinerários dos textos e como as pessoas contribuíram para a constituição dos acervos no Brasil seiscentista, apesar da América portuguesa ter recebido letrados e bibliófilos tão importantes, entre os quais António Vieira e, durante um breve período, D. Vicente Nogueira.

Ambos tinham os livros por vocação mas foram políticos por necessidade. Há registros que mostram que António Vieira conhecia Vicente Nogueira³³; eles serviram D. João IV de Portugal na campanha pelo reconhecimento da Restauração portuguesa e, principalmente o primeiro, aconselhou o rei quanto as estratégias a adotar no intuito de expulsar dos neerlandeses de Pernambuco.

Estudamos alguns escritos de Vieira³⁴ e a correspondência de Vicente Nogueira como núcleo a partir do qual faz-se um trabalho de reconstituição de uma vasta rede de relações entre bibliófilos, que como os primeiros, também preferiam os livros mas se viram obrigados a se engajarem na diplomacia seiscentista. Vieira colaborou com o I marquês de Niza (Vasco Luís da Gama) pois ambos foram representantes diplomáticos portugueses em Paris, na década de 1640. Neste período, o jesuíta foi levado às Províncias Unidas no âmbito das negociações que resultaram no tratado de Munster. Vieira conheceu Menasseh ben Israel, impressor, homem político e rabino de grande importância da comunidade sefardita de Amsterdã.

31. Devido provavelmente a grande quantidade de castelhanos na capitania.

32. Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo, Universidade de São Paulo e Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, p. 13, 24-25.

33. «... com o P. António Vieira tenho discurrido horas inteiras ...», carta de D. Vicente Nogueira para o Marquês de Niza, Roma, 19-09-1650. D. Vicente Nogueira sentia que o Padre António Vieira lhe tinha particular amizade. João Carlos Gonçalves Serafim (int. & ed.), José Adriano de Freitas Carvalho (superv. científica), *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o marquês de Niza (1615-1654)*, Lisboa, Afrontamentos, 2011, p. 312, 16.

34. «Defesa do livro intitulado Quinto Imperio, que é a apologia do livro Clavis prophetarum: e respostas das proposições censuradas pelos srs. inquisidores : dada pelo padre Antonio Vieira estando recluso nos carceres do Santo Officio de Coimbra», Vieira, *Obras ineditas do padre Antonio Vieira*, tomo I, Lisboa, J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1856, p. 44.

Não seria possível detalhar aqui os trabalhos escritos ou editados por este último: citamos apenas quatro títulos de sua autoria, *El Conciliador* (IV partes, Amsterdam, 1632-1651), *a Biblia en lengua española* (Amsterdam, 1630), *De la Resurrección de los muertos...* (Amsterdam, 1636) e *Esperança de Israel* (Amsterdam, en la Impresion de Samuel Ben Israel Soeiro, 1650).

Em 1644, Luis de Montesinos, viajante de origem portuguesa, retornou da América do Sul e desembarcou em Amsterdã. Ele se converteu ao judaísmo e adotou o nome de Aaron Lévy. O viajante estava convencido de ter encontrado, na Nova Granada (atual Colômbia), uma das tribos perdidas de Israel, porque viu os nativos recitarem o *Shéma*, praticarem ritos hebreus e afirmaram ser da tribo de Rubem. Sob juramento, Montesinos fez este relato a Menasseh ben Israel e a outros dirigentes da sinagoga de Amsterdã. A notícia de que os descendentes das tribos perdidas teriam sido redescobertos, alimentou a idéia de que as doze tribos se reuniriam em Jerusalém em breve. O episódio do encontro de Montesinos com os supostos membros de uma das tribos perdidas, em uma parte isolada da América do Sul foi o motor de *Esperança de Israel*, de Menasseh ben Israel, publicado no seu próprio prelo em 1650³⁵.

António J. Saraiva analisou como o encontro do rabino de Amsterdã e de António Vieira pode ter alimentado a dimensão messiânica e profética do pensamento do jesuíta, pois Vieira esteve em Amsterdã logo depois do retorno de Montesinos da América. O jesuíta luso-brasileiro fez uma nova viagem a Holanda quando o rabino finalizava a escrita de *Esperança de Israel*. Perguntamo-nos: teria António Vieira levado os livros de Menasseh ben Israel ao Brasil, especialmente *Esperança de Israel*, que tratava de temas caros a Vieira, o profetismo e o messianismo, e cujo mote fôra um relato de um episódio que se passara na América do Sul?

Vieira afirmou que «... *por mar e por terra meus companheiros inseparáveis os livros...*»³⁶, de onde presumimos que as sete travessias atlânticas que realizou quando estava vivo, cinco foram feitas certamente em companhia dos livros. Mas quais livros?³⁷ Além disso, Rubens Borba de Moraes ainda lembrou que o jesuíta

35. Menasseh ben Israel, Lionnel Ifrah (trad. prés. notes), *Justice pour les juifs*, Paris, CERF, 1995, p.15-18.

36. «Defesa do livro intitulado Quinto Imperio, que é a apologia do livro Clavis prophetarum: e respostas das proposições censuradas pelos srs. inquisidores: dada pelo padre Antonio Vieira estando recluso nos carceres do Santo Officio de Coimbra», Vieira, *Obras ineditas do padre Antonio Vieira*, tomo I, Lisboa, J. M. C. Seabra & T. Q. Antunes, 1856, p. 44.

37. António Vieira se exprimia pouco sobre os aspectos pessoais de sua vida e os livros foram um tema que sobre o qual ele tenha, talvez, silenciado propositadamente. Depois de uma das viagens que fez a Amsterdã, Vieira seguiu para Lisboa. Um dos jesuítas do colégio de S. Antão de Lisboa que vivia com Vieira em 1648 denunciou o irmão ao Santo Officio porque ele teria um livros intitulado vates, relativo a temas proféticos e que o livro não era muito católico. Dito de outro modo, um dos meios encontrados pelo Santo Officio para enviar Vieira para a prisão foi um livro. Muhana, Adma (ed.), *Os autos do processo de Vieira na Inquisição*, São Paulo, Ed. UNESP, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1995, p. 387. Apud. ANTT, Sentença, Anexos, 56-60, anexo 22, f. 89r-v.

«... sempre foi amigo de livros e, a pedido seu, encarregaram-no das bibliotecas de todos os conventos por onde passou»³⁸, o que justificaria ainda mais seu interesse em viajar com livros, para enriquecer as coleções dos colégios brasileiros.

Saraiva nos informou ainda que é possível que o jesuíta já conhecesse os trabalhos do rabino de Amsterdã durante sua primeira estadia no Brasil, pois Menasseh expedia seus livros de Amsterdã para a colônia!³⁹ Desde que as primeiras notícias sobre a América ibérica chegaram a Europa, os relatos sobre o Novo Mundo despertavam um grande atenção e encantamento. No século XVII, além do domínio luso-espanhol no Brasil, a França e as Províncias Unidas tentaram estabelecer colônias no território. António Saraiva nos lembra que a dedicatória da segunda parte *d'El Conciliador* de Menasseh ben Israel (Amsterdam, 1641) foi feita para o conselho da Companhia das Índias Ocidentais, que ele felicitou pelas vitórias contra o Rei de Espanha. Como esse período coincidiu com o início da campanha de portuguesa pelo reconhecimento da Restauração, e o rabino era de origem portuguesa, este ainda afirmou que o reino havia reencontrado sua legitimidade, e que ele desejava a paz entre Portugal e a Holanda. Os interesses econômicos e geopolíticos da Europa pela América ibérica explicaram, em parte, o interesse do público europeu por textos relativos a essa parte do Globo, mas como as comunidades dos ibéricas, francesa, neerlandesa também se tornaram importantes no Novo Mundo, e como parte das guerras se travavam na América, fazia todo sentido fazer circular impressos e manuscritos de propaganda nas colônias também. Além disso, do mesmo modo que os católicos trouxeram livros ao Brasil visando a conversão dos nativos ao cristianismo, a comunidade sefardita na América também tinha interesse alimentar sua cultura religiosa pela via da comunicação escrita.

De descendência judaica, Vicente Nogueira⁴⁰ era cônego da Sé de Lisboa. Acusado de ter cometido o pecado nefando foi, em 1633, condenado à suspensão das ordens, ao degredo na ilha do Príncipe e ao confisco de todos os bens, entre

38. Rubens Borba de Moraes, *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*, São Paulo, Universidade de São Paulo e Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979, p. 3-4.

39. «...faisait-il expédier ses livres vers l'Espagne et le Brésil portugais. ... Selon la déposition de Duarte Guterres Estoque in Roth, *Menasseh*. Estoque possédait lui-même un exemplaire de *El Conciliador*». A. J. Saraiva, «Antonio Vieira, Menasseh ben Israel et le cinquième empire», *Studia Rosenthaliana*, Vol. 6, No. 1, January 1972), pp. 25-57, p. 35.

40. D. Vicente Nogueira, nasceu em Lisboa em 1586. Seu pai era membro do Conselho de Estado e mudou-se para Madri. Quando Vicente Nogueira tinha doze anos, passou a frequentar a corte de D. Filipe III, onde manifestou um grande preferência pelos livros. Estudou em Alcalá, Salamanca, Valladolid e Coimbra, tornando-se sacerdote em 1612 e, no ano seguinte, assumiu o cargo de desembargador da Casa da Suplicação. Em 1627 foi nomeado cônego da Sé de Lisboa. «Torna-se um leitor compulsivo, um bibliófilo singular e um mecenas reconhecido. Usa as suas posses para subsidiar edições diversas, das quais adquire depois centenas de exemplares. Os autores ou editores, agradecendo as dádivas, dedicam-lhe elogiosas dedicatórias.» João Carlos Gonçalves Serafim (int. & ed.) e José Adriano de Freitas Carvalho (superv. científica), *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o marquês de Niza (1615-1654)*, Lisboa, Afrontamentos, 2011. p. 20.

eles sua biblioteca « o que chorará toda a vida⁴¹ ». O navio no qual D. Vicente foi embarcado quando foi obrigado a deixar o reino fez uma escala na Paraíba em meados de 1633 e ele fugiu ao destino que a Inquisição quis lhe impor. Não se sabe exatamente quanto tempo passou no Brasil⁴², mas foi desta maneira que um dos maiores bibliófilos luso-espanhóis do século XVII chegou a América portuguesa.

Este episódio instiga a curiosidade, mas nossas questões sobre sua contribuição para o enriquecimento das bibliotecas no Brasil permanecem, por enquanto, sem respostas, pois as circunstâncias da estadia de D. Vicente no Brasil impuseram discrição⁴³ de sua parte. Na documentação que consultamos, Nogueira emitiu diversas opiniões sobre o Brasil mas não menciona sua breve estadia na Paraíba. Como ela pode ter influenciado os pareceres políticos que emitia de Roma? Como a brevíssima passagem pela América - um território que despertava tanto interesse e que ele tinha por missão defender dos neerlandeses - pode ter transformado a escolha dos livros que ele aconselhava⁴⁴ e comprava para vasta rede de letrados com a qual ele tinha relações? O que pensava das bibliotecas da colônia? Apesar de ter estado preso no período que precedeu sua partida e apesar de sua biblioteca lisboeta ter sido desmembrada, D. Vicente teria levado livros ao Brasil? Depois do retorno a Europa ele teria feito remessas de livros para o Brasil? A quem? Quais livros?

A lista das amigadas de D. Vicente era impressionante e, a seguir, citamos apenas algumas personagens: Giulio Sacchetti (núncio papal em Mandri), Claude Peirese (bibliófilo francês), Galileu, Zacuto, Lope de Veiga, Holstenius (bibliotecário do Vaticano), Gabriel Naudé (bibliotecário de Júlio Mazarino), D. João IV de Portugal, Manuel Severim de Faria, Cristóvão Soares de Abreu, D. Francisco

41. Serafim e Carvalho, *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o marquês de Niza (1615-1654)*, Lisboa, Afrontamentos, 2011. p. 21.

42. «D. Vicente Nogueira profite de l'escale du bateau à Paraíba (Brésil) pour s'échapper et parvient à rentrer en Espagne, où il devient, à Madrid, secrétaire du nonce apostolique, le cardinal Sacchetti et, plus tard (de 1636 à 1654) à Rome, du cardinal Barberino.», Daniel Lacerda, «La pression du pouvoir inquisitorial contre la formation de bibliothèques au Portugal (1640-1660) d'après la correspondance de l'érudite et agent royal D. Vicente Nogueira», *La lettre clandestine - Lecteurs et collectionneurs de textes clandestins à l'âge classique*, Paris, PUPS, 2003, p. 237-272, p. 242.

Em 1649 diz estar há 15 anos em Roma. Cf. D. Vicente Nogueira para o Marquês de Niza, Roma, 15-5-1649 – B.P.E. Cód. CVI/ 2-11, fól. 540 r.-542 v. De acordo com J. C. G. Serafim e J. A. de Freitas Carvalho, em 1634 ele já havia retornado a Europa.

43. Além disso, parte os estudiosos sequer menciona o breve capítulo da vida do letrado na *terra brasilis*.

44. «Em Roma ... o nobre exilado dedicava-se a fazer aquilo de que mais gostava: comprar, ler, colecionar e vender livros... E durante anos aceitará a incumbência de aconselhar e adquirir exemplares para a biblioteca de D. João IV, do Marquês Almirante e de outros senhores... E fazia-o de uma forma empenhadíssima... Numa carta de 22 de Novembro de 1649, mostrando algum ressentimento por sentir que o Marquês relativizava muitas vezes os seus conselhos e avisos, vê-se coagido a falar dos seus dotes...». Serafim e Carvalho, *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o marquês de Niza (1615-1654)*, Lisboa, Afrontamentos, 2011, p. 21.

Manuel, padre Vieira, o cardeal Barberini⁴⁵ e o marquês de Niza⁴⁶.

Foi depois de sua instalação em Roma (1636), Nogueira conheceu Gabriel Naudé, que na época era bibliotecário do cardeal de Bagni. O bibliófilo parisiense foi responsável pelas coleções de livros de diversas personalidades políticas: Henri de Mesmes - presidente do Parlamento de Paris -, os cardeais de Bagni e Barberini durante sua estadia em Roma; em 1642 ele retornou a Paris para assumir a biblioteca de Richelieu mas o ministro faleceu e ele se tornou bibliotecário de Mazarino. A serviço deste último cardeal-ministro ele constituiu em apenas oito anos uma das bibliotecas mais importantes da Europa do século XVII, estimada em cerca de trinta mil livros. Gabriel Naudé era muito admirado pela constituição desta coleção, e pelos textos que publicou sobre os livros, entre os quais destacamos o *Advis pour dresser une bibliothèque* (1627) e a *Bibliographia politica* (1633). Vicente Nogueira certamente os conhecia. Sem ser exatamente original quanto aos usos dos livros, Naudé foi o porta-voz eleito por sua geração do ideal de biblioteca. Ele defendia, sobretudo, a importância dos livros para formar e informar os representantes dos Estados⁴⁷, idéia compartilhada e que fazia parte da cultura política pelas personalidades que tratavam da diplomacia ibero-americana que mencionamos neste artigo.

D. Vicente Nogueira aconselhou e comprou livros para letrados e nobres portugueses, entre eles D. João IV e o marquês de Niza. Este foi um mecenas importante das letras portuguesas, tendo feito a publicação de textos na França, de Bandarra, Camões, Diogo do Couto, assim contribuindo para a propagação em defesa da Restauração e a difusão da cultura lusitana. Sua esposa também era uma grande leitora de livros de espiritualidade. O marquês solicitou Vicente Nogueira para constituir uma biblioteca que tinha a ambição de superar as coleções então existentes em Lisboa. Como afirmamos, Gabriel Naudé trabalhou para Henri de Mesmes e escreveu *Advis pour dresser une bibliothèque* (1627) que dedicou ao presidente do Parlamento, quando o servia. Nesta obra Naudé preconizava tornar as bibliotecas públicas. Provavelmente inspirado pelo parisiense, diretamente ou através dos conselhos de Vicente Nogueira, a biblioteca do marquês de Niza foi aberta ao público.

Encontramos na correspondência de D. Vicente e do marquês, intercaladas às informações sobre a política, notas abundantes sobre livros e seus itinerários europeus.⁴⁸ No entanto, apesar do marquês de Niza ter sido mecenas das letras,

45. D. Vicente o serviu desde seu retorno a Europa até sua morte, em 1654.

46. Serafim e Carvalho, *Um diálogo epistolar: D. Vicente Nogueira e o marquês de Niza (1615-1654)*, Lisboa, Afrontamentos, 2011. p. 19.

47. Cf. Robert Damien, *Bibliothèque et Etat. Naissance d'une raison politique dans la France du XVIIe siècle*, Paris, PUF, 1995.

48. A correspondência do marquês com Vicente Nogueira é abundante de informações. Além disso, A. Sa-

dele e sua esposa terem grande interesse pelos livros e de serem familiares do capitão da Companhia do Comércio do Brasil, João Rodrigues de Vasconcelos e Sousa, não encontramos nenhuma informação sobre o envio de livros ao Brasil da parte de sua família.

O interesse pelos caminhos dos livros entre a América ibérica e a Europa no séculos XVII - na origem deste artigo - vem de uma miscelânea de manuscritos em língua portuguesa e espanhola, relativa a tomada da Bahia pelos neerlandeses (1624) e a Jornada dos vassalos (1625), que figurava na primeira biblioteca de Mazarino⁴⁹, constituída por Gabriel Naudé. Pensamos que é provável que os documentos tenham entrado na coleção pelas mãos do padre Vieira⁵⁰, que foi encarregado de escrever a carta ânua ao general da Companhia de Jesus, narrando os eventos aos quais os documentos são relativos, pois Vieira residia em Salvador no momento da invasão neerlandesa. Por todas essas razões, teve facilidade e uma forte motivação para recolher tais documentos. Na tentativa de compreender como essa coletânea de manuscritos e outros livros relativos aos impérios ibéricos entraram na coleção, e sabendo que parte da biblioteca foi formada graças aos dons de diplomatas e letrados, temos analisado a rede de relações cujo núcleo são Gabriel Naudé, o padre Vieira, o marquês de Niza e Vicente Nogueira.⁵¹

Os relatos sobre o Novo Mundo, impressos ou manuscritos, alimentavam o encantamento dos habitantes do Velho Mundo pelos povos, costumes, fauna, flora e as riquezas da América, e também foram fundamentais para fornecer informações geopolíticas estratégicas, usadas nas negociações diplomáticas no âmbito do tratado de Munster, tanto pelos representantes das monarquias que estavam em solo europeu como americano.

O episódio do envio de livros ao Brasil por Menasseh ben Israel e a dedicação da segunda parte *d'El Conciliador* mostram que os livros também foram

raiva afirmou que o «marquês de Niza se interessava muito pelos livros escritos por Menasseh ben Israel e comprou em Rouen *De resurrectione mortuorum* (1636) e *De termino vitae* (1639). O intermediário da compra fora Manuel Fernandes de Villa Real, que escreveu a Menasseh ben Israel em 1648 uma carta na qual o consultava sobre a cronologia bíblica. Niza também adquiriu *Thesouro dos Dinim*, através de Vicente Nogueira e este último ainda propôs outros livros do rabino ao marquês e embaixador. Menasseh et Nogueira étaient en rapports suivis pour l'échange de livres et le premier fit cadeau au second d'un bel exemplaire de son édition de la traduction castillane de la Bible, relié en bois et cuir rouge.» [carta de 10 de fevereiro de 1648].» A. J. Saraiva, «Antonio Vieira, Menasseh ben Israel et le cinquième empire», *Studia Rosenthaliana*, Vol. 6, No. 1, January 1972), pp. 25-57, p. 35-36.

49. Biblioteca nacional de França (BnF), departamento de manuscritos ocidentais, Ms. Portugais 48.

50. «Vieira, ambassadeur à Paris (1646-1647). Essai sur la communication politique», *Antônio Vieira (1608-1697). Perspectives de la recherche actuelle*, Paris, éd. Champion, no prelo. Atas do colóquio internacional Antônio Vieira (1608-1697) Usages & voyages de l'oeuvre (XVIIe-XXe siècles), 27-29 de janeiro de 2014, organizado pelo CREPAL (Centre de recherches des pays lusophones) Univeridade Sorbonne Nouvelle Paris 3 e CARE (Centre d'anthropologie religieuse européenne), Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales.

51. Pesquisa de pós-doutorado, desenvolvida nos centros de pesquisa Mare Liberum (Unicamp), CRES e CREPAL, Sorbonne Nouvelle Paris 3. Financiamento FAPESP (2013-2015).

fundamentais no Brasil num momento em que os ibero-americanos se debatiam contra a presença neerlandesa e a sombra dos franceses, pois além de terem se instalado no Maranhão no começo do século XVII, Mazarino pediu uma parte do território brasileiro para apoiar a Restauração portuguesa nos anos de 1640. Ao contrário do que acontecera no século XVI, onde a imprensa que difundia notícias sobre o Brasil foi vista principalmente como uma ameaça pelos governantes portugueses, no século XVII, a difusão de textos impressos e manuscritos de propaganda pró-lusitana na *terrae brasilis* foi vital na comunicação política que visou conservar a colônia para os conquistadores originais.

O lamento de alguns historiadores do livro no Brasil colonial ecoa mais um complexo de inferioridade imputado a América ibérica na época colonial, que um verdadeiro déficit, pois não faz sentido apresentar a história dos livros, inclusive no Brasil, pelo prisma do desprovimento. A América tinha coleções muito importantes apesar do mercado comprador de livros ser praticamente inexistente, do Brasil não ter tido provavelmente imprensa até o século XVIII e de uma população letrada muito pequena, das veredas dos livros que vieram o Novo Mundo desaparecem, muitas vezes, como o rastro dos navios na água.

Diversos letrados devem ter feito o mesmo que Menasseh ben Israel e enviado livros ao Brasil para defender interesses religiosos, políticos, econômicos ou ainda por simpatia aos habitantes dessa parte do mundo que era apresentada, nos relatos escritos e orais, como tão encantadora e rica. Podemos imaginar a figura simpática do rabino, imortalizada por Rembrandt, com os pés fincados no porto de Amsterdão a ver embarcar as caixas de seus livros (e quais outros?) que mandava ao Brasil.

Livros que foram impressos por povos que haviam se apropriado do alfabeto na véspera, inventando igualmente sinais gráficos para expressar fonemas inexistentes nas línguas neo-latinas, para fazer o registro de idiomas que até então não haviam sido escritos e, ainda por cima, o fazerem usando uma técnica desconhecida pelos guaranis até então, oferecem muitos elementos de reflexão sobre a história da imprensa. Além disso, mencionamos um livro cujo autor foi indígena, usado para ensinar os valores cristãos aos filhos da terra em guarani, missão que foi assegurada, no Sul do Brasil, no fim século XVIII ou início do XIX, por um leitor cego, graças ao fato deste ter transferido o conteúdo do impresso para um suporte imaterial, a memória, o que nos permite estudar a complexidade da relação entre a materialidade do texto e usos sensoriais deste. Ainda que a história do índio de Alegrete ecoe estranhamente o memorioso de Borges - informação que este bem pode ter encontrado no livro de areia - o episódio narrado por Ferdinand Denis supera mesmo a imaginação sem limites do antigo diretor da Biblioteca nacional da Argentina.

Rotas de saberes entre Europa e américas e a edição de livros técnicos de agricultura no mundo luso-brasileiro do século XVIII e início do séc. XIX¹

José Newton Meneses

Universidade Federal de Minas Gerais

Queremos neste texto problematizar o papel do capucho Frei José Mariano da Conceição Veloso como um editor e divulgador de técnicas e de saberes, agindo como um instrumento de mediação entre culturas: à luz de propostas econômico-políticas iluministas, ele elabora um projeto editorial conjugando matrizes de conhecimento agrícola e de história natural europeias com interesses econômicos da Monarquia portuguesa. Associa, sobretudo, tais saberes com uma realidade “brasileira” que ele conhece e elege como alvo. Este alvo é, a nosso ver claro, mas pouco discutido historiograficamente. Frei Veloso e sua experiência como editor, traduz, sobretudo um trânsito de saberes agrônômicos entre partes da Europa e que, no caso aqui estudado, se estendem à América portuguesa. O capucho centra-se em dois fatores distintos: o tipo de leitores que deverão ser atendidos e o repertório de leituras que lhes atendem na sua busca produtiva. Para isso – atender à uma demanda da Coroa portuguesa e buscar a formação de uma produção agrícola eficiente – instrumenta-se em traduções e adaptações de textos, em experiências e pesquisas de países europeus em seus territórios e em suas áreas coloniais das Américas, para editar um relevante repertório de ensinamentos técnicos pelos livros.

Frei José Mariano da Conceição Veloso tem papel importante na tentativa portuguesa de incentivar mudanças na produção agrária do Império, ao final do século XVIII e início do XIX. Tanto D. Martinho de Melo e Castro, ministro de D. Maria I, quanto D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro do Príncipe Regente D. João, após a morte daquele em 1795, tentaram incentivar a produção de novos gêneros comerciais em territórios da Colônia americana. A justificativa para isso

1. O início da pesquisa sobre Manuais Técnico para o mundo rural, no universo colonial da América portuguesa teve apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, em projeto aprovado em 2005. A partir de complementação da pesquisa, em 2014-15, na Bibliothèque Nationale de France, com Bolsa Sênior da CAPES, a investigação buscou refletir sobre os originais, em sua maioria franceses, que deram origem à traduções criativas promovidas nas edições de Frei José Mariano da Conceição Velloso.

era a salvação de uma economia avaliada como decadente. Almejavam produzir na América, produtos exportáveis que estimulassem o comércio português.

A iniciativa editorial de Frei Veloso era movida por um sentimento, em verdade, uma virtude cultuada nos meios científicos europeus e, então, percebemos, também neste fator, para além de trânsitos de saberes técnicos, uma rota de princípios norteadores do fazer científico no mundo europeu. Falamos do valor da filantropia, típico dos círculos letrados europeus em geral e, sobretudo, parisienses, deste tempo, marcado pelo desejo e justificativa de desempenhar um papel social no combate a uma rotina ignorante, para diminuir a escassez, conciliar interesses dos produtores do campo e dos consumidores e lutar contra a exclusão das parcelas miseráveis das populações.

A filantropia seria, neste sentido, mais que um sentimento, um senso, um valor ou uma virtude. Se apresentaria, sobretudo, com uma atitude científica. Segundo Catherine Duprat, era uma vertente romântica e prática da ciência, um valor e uma virtude natural do ser humano de amor a seu próximo, de busca da satisfação das necessidades das populações europeias e do fortalecimento material e simbólico da nação². Viria a ser a laicização do sentimento de caridade, transformando-a em busca de “prosperidade social”. Esta última condicionaria a felicidade pessoal que seria impossível sem ela. Assim para os filantropos, o interesse privado deveria ser menor que o coletivo e o ser civilizado era aquele que teria a capacidade de expressar o dom da filantropia. E como se daria a “prosperidade social”? Pelo progresso da nação. À ciência, caberia, então, conhecer o mundo natural e levar as nações ao progresso através deste conhecimento. Para Duprat a filantropia caracterizaria o homem de ciência do “Iluminismo tardio”.

Frei Veloso partilhava destes princípios e tinha em sua *démarche* racionalizadora, basicamente essas ideias. Como já citamos, além dos ideais franciscanos “naturalistas”, objetivava, enfim, um melhoramento das condições de vida e de produção, atento a uma realidade que ele julgava conhecer³.

Importante neste momento de pesquisa ainda por terminar é aquilatarmos, para além deste papel importante de Frei Veloso e de suas iniciativas editoriais, a integração da realidade da América portuguesa a uma produção agrária proposta como importante na economia-mundo deste período e ao diálogo de saberes biológicos-agronômicos no ambiente científico da Europa. A realidade luso-brasileira que nos interessa é parte dessa dinâmica e dela participa de forma efetiva.

A partir de Lisboa, foram remetidas para as Capitâneas americanas e, especificamente para a das Minas Gerais, publicações técnicas que buscavam dar novos rumos à produção da agricultura na Colônia. Como exemplos dessas remessas,

2. DUPRAT, 1993.

3. Para essa discussão ver DINECHIN, 1999; CURY, 2004, dentre outros.

apresentamos os quadros abaixo que demonstram duas delas ocorridas em 19 de agosto de 1800 e em 22 de outubro do mesmo ano. Na primeira, anexava-se correspondência com os seguintes dizeres:

Por ordem do Príncipe Regente Nosso Senhor, remeto a Vossa senhoria os Impressos que constam da Relação inclusa e se destinam a instruir os povos não só em objetos da agricultura, mas, também, em outros importantes assuntos. Fará pois Vossa senhoria distribuir e vender os mesmos impressos pelos preços que vão apontados na mesma relação e montam 151 \$ 920, remetendo a sua total importância ao Oficial Maior desta Secretaria de Estado, afim de que a Real Fazenda se indenize das despesas que tem feito com a publicação das referidas obras.⁴

QUADRO 1
Quadro da Primeira Relação (19/08/1800)⁵

| Número de exemplares | Obra | Valor individual | Valor total |
|----------------------|---|------------------|-------------|
| 50 | Volumes 2 ^{os} de Bergman * | 1 \$ 400 | 72 \$ 000 |
| 50 | Volumes do <i>Fazendeiro de Anil</i> – T. 2 | 1 \$ 200 | 60 \$ 000 |
| 12 | Volumes 2 ^{os} em pasta do <i>Manual do Mineralógico</i> | 1 \$ 600 | 19 \$ 200 |
| 6 | Elegias F ^{co} Cardozo ** | \$ 120 | \$ 720 |
| | | TOTAL | 151 \$ 920 |

* *Manual do Mineralógico ou Esboço do Reyno Mineral*, de Mr. Torben Bergman, traduzido por Martim Francisco Ribeiro de Andrade Machado e editado por Frei Velloso. Na Oficina de João Procópio Corrêa da Silva, Lisboa, 1799.

** Provavelmente referência ao Canto Heroico de José Francisco Cardoso, Professor Régio de Gramática latina na cidade de Salvador, Bahia, escrito em latim e traduzido por Manoel Maria de Barbosa du Bocage: *Ao Serenissimo, piissimo, felicissimo, Principe Regente de Portugal, D. João, Ornament. Prim., Esperança do Brasil e Protector Eximio das letras, Canto Heróico sobre as façanhas dos Portuguezes na Expedição de Tripoli*.

Essa lista tinha em anexo a relação da destinação das caixas de livros:

1 caixa Para o Ilmo. e Exmo. Snr. Gen^{ral} desta Capitania

1 d^a P^a o Ilmo. e Exmo. Snr. Gen^{ral} de Goyas

1 d^a P^a o Ouvidor de V^a R^a

2 d^{as} P^a o Ouvidor de Sabará

2 d^{as} P^a o Ouvidor do Rio das Mortes

2 d^{as} P^a o Ouvidor do Serro Frio

1 d^a P^a o Juiz de Fora da Camp.^a

1 d^a P^a o Juiz de Fora de Paracatu⁶

4. APM/SC 290, f. 205

5. APM/SC 290, f. 130

6. APM/SC 290, f. 207

QUADRO 2

Quadro da Segunda Relação (22/10/1800)*7

Dos livros que vão por ordem de S. A. R. ao Ilmo. Exmo. Governador General de Vila Rica em um caixote marcado com a Letra C

| Nº de exemplares | Obra | Valor individual | Valor total |
|------------------|---|------------------|-------------|
| 10 | Cultura Americana | 1 \$ 800 | 18 \$ 000 |
| 5 | Jogos de Bergman | 2 \$ 400 | 12 \$ 000 |
| 10 | Conciderações Candidas | 1 \$ 000 | 10 \$ 000 |
| 10 | Cultura e Opulência do Brasil | \$ 960 | 9 \$ 600 |
| 3 | Tratado das Abelhas em meia pasta | \$ 960 | 2 \$ 880 |
| 12 | Paladios | \$ 600 | 7 \$ 200 |
| 4 | Historia da America | \$ 600 | 2 \$ 400 |
| 4 | Canto Heroico | \$ 480 | 1 \$ 920 |
| 4 | Relações de Tripoli | \$ 80 | \$ 320 |
| 20 | Arvore Asucareira | \$ 240 | 4 \$ 800 |
| 30 | Fazend ^o do Caffê T. 3 ^o p ^e 2 ^a | 1 \$ 200 | 36 \$ 000 |
| 50 | Cultura das Battatas | \$ 320 | 16 \$ 000 |
| 12 | Fazend ^o do Asucar T. 1 ^o p ^e 2 ^a | 1 \$ 600 | 19 \$ 200 |
| 3 | Canaes de Fulton | 4 \$ 000 | 12 \$ 000 |
| 3 | Caligrafia | \$ 480 | 1 \$ 440 |

* Ver identificação das obras no Anexo 1

Do palácio de Queluz, em Lisboa, D. Rodrigo enviava mensagens ao Governador Bernardo José de Lorena, como a do texto seguinte, datada de 1º de dezembro de 1800:

Conhecendo o Príncipe Regente Nosso Senhor quanto seria danoso à felicidade e riqueza dos povos dessa Capitania o abandonarem a agricultura e o trabalho das minas para se darem às manufaturas e a uma indústria que apenas reproduz novas riquezas muito superiores ao trabalho que se emprega em os haver; por tão justos motivos manda Sua Alteza Real recomendar a Vossa Senhoria que procure animar muito os povos à Agricultura e ao trabalho das minas e desviá-los das Manufaturas, que nada lhes convém, em quanto as primeiras fontes já citadas da riqueza nacional se não acharem levadas por uma proporcional população ao limite em que seja necessário haver recurso às manufaturas para o emprego dos braços. O mesmo Augusto Senhor é servido que Vossa Senhoria tenha o maior cuidado em não perder de vista este objeto como o mais essencial, nem se afastando de tão necessários princípios.⁸

A historiografia tem ressaltado o papel de Frei Veloso na circulação desses Manuais no Reino, sem, no entanto, atentar para a abrangência da circulação destes textos nos territórios ultramarinos e sem vê-los como decorrência dos intercâmbios de saberes científicos no mundo europeu e americano. Vimos que eles chegavam ao sertão da América, nas Minas Gerais. Resta-nos investigar a

7. APM/SC 290, f. 203-4

8. APM/SC. 290, f. 253

abrangência da leitura destes textos técnicos destinados à uma prática produtiva e a uma utilidade aplicável à realidade que se queria mudar.

Ao reconhecer essa destinação prática e útil dos textos editados por Frei Veloso, Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola o veem como um “divulgador de conhecimentos práticos e úteis num projeto editorial de rara coerência temática”.⁹ Essa coerência temática, talvez se explique pelo ambiente intelectual do frade e sua vocação naturalista, como os mesmos autores ressaltam, mas essas duas condições e a coerência ressaltada não explicam sozinhas a amplitude da circulação destes manuais de agricultura e, principalmente o que queremos problematizar, o projeto editorial amplo de Frei Veloso. Ressalte-se a falta de formação universitária do franciscano e a sua formação autodidata, centrada, entretanto, nos princípios do que poderíamos chamar de cientificidade acadêmica possível na segunda metade do século XVIII, na Capitania do Rio de Janeiro, onde ele desempenha seu papel.

Importante salientar aqui que ao final da década de 1770, já se observava um grande interesse da cientificidade ligada à Universidade de Coimbra, no sentido de integrar os luso-brasileiros ali formados e que viviam dedicados aos propósitos do Museu Real da Ajuda, na produção de conhecimento sobre os recursos naturais do Brasil e suas possibilidades econômicas. Era uma clara busca, sob comando de Domingos Vandelli, de uma integração de Portugal à produção científica já praticada no restante da Europa. Faziam parte deste grupo, homens nascidos no Brasil como Joaquim Veloso de Miranda, Alexandre Rodrigues Ferreira, João da Silva Feijó, Joaquim José da Silva e Manuel Galvão da Silva. O primeiro vai produzir estudos em Vila Rica e ser sócio correspondente da Academia de Ciências de Lisboa.¹⁰ Outros comandarão *viagens filosóficas* ao norte do Brasil (Alexandre Ferreira), à Angola (José Joaquim da Silva), a Moçambique (Manuel Galvão da Silva), a Cabo Verde e ao Ceará (João da Silva Feijó), apenas como exemplos.¹¹ Frei Veloso, mesmo sem a formação acadêmica, como os citados acima, pesquisará a flora do Rio de Janeiro e enviará amostras e dados ao Jardim da Ajuda, neste tempo.

Vamos a alguns dados biográficos de Frei Veloso, nascido José Veloso Xavier, para entendermos melhor o editor e seu percurso de contatos com os saberes. Ele nasceu em Minas Gerais e foi registrado pelos pais (José Velloso da Câmara e Rita de Jesus Xavier) na Freguesia de Santo Antônio, da Vila de São José, da Comarca do Rio das Mortes, Bispado de Mariana, em 1742. Em 1761 ingressou no Convento franciscano de São Boaventura de Macacú e cinco anos mais tarde

9. NUNES & BRIGOLA, 1999, p. 51.

10. BOSCHI, 2011, p. 101-210.

11. Para um quadro sintético com as viagens filosóficas portuguesas ver MENESES, 2012, p.55. Ver ainda: DOMINGUES, 2001; PATACA, 2005 e RAMINELLI, 2001.

recebeu as ordens sacras no convento de Santo Antônio no Rio de Janeiro. A despeito de ser orador e confessor, interessou-se mais pelo magistério e, em 1770, tornou-se docente de geometria no Convento de São Paulo. Pouco tempo depois ele aparece nos documentos como professor de História Natural no Convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Seus biógrafos vêm no seu trabalho didático a influência das tímidas mudanças no ensino conventual franciscano preconizadas por Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas, em seu *Plano dos estudos para a Congregação dos religiosos da Ordem terceira de São Francisco do Reino de Portugal*, de 1769. Tal plano recomendava estudos de física, matemática, filosofia natural, princípios de geometria, ontologia e pneumatologia e “algumas cousas da História Natural de Plínio”, de forma a que os alunos pudessem ser instruídos “com as noções precisas para que no curso Theológico saibam entender-se na Física Sacra”.¹² O plano seguia, ainda, a recomendação pombalina de que os institutos de ensino deveriam se moldar às mudanças que ocorriam na Universidade de Coimbra e que se consolidaram com a reforma de 1772.¹³

Nosso personagem tornou-se um franciscano “vocacionado” para ser sensível aos fenômenos do mundo natural, essa sensibilidade de matriz franciscana que a ordem constrói e implementa na ação de seu corpo clerical. Interessa-se especialmente pelo ensino de História Natural e pela pesquisa da natureza vegetal. Como vimos, é nomeado lente da disciplina, em 1786.

O ambiente cultural do Rio de Janeiro a partir de 1770, também, propicia a Veloso um estímulo a seus estudos. Tivemos, em 1772, por iniciativa do marquês de Lavradio, a fundação da “Academia Médica, Cirúrgica, Botânica, Farmacêutica” do Rio de Janeiro, muitas vezes referida como Sociedade de História Natural do Rio de Janeiro, que agregava uma série de amadores naturalistas do meio castrense e eclesiástico da cidade. Lembremos que esse tipo de iniciativa já fora realizado no Rio, com mais ou com menos sucesso, como são exemplos a tentativa de criação de uma sociedade médica de estudos botânicos, a existência efêmera de algumas associações literárias e a, também passageira existência da “Academia dos Seletos” que chegou a ter uma tipografia e a imprimir vários folhetos, antes que fosse proibida e destruída a mando da Metrópole. A “Sociedade de História Natural”, de Lavradio, construiu um horto botânico que, de acordo com seus Estatutos servia

(...) para nele se tratarem, e recolherem todas as plantas notáveis. E terá cada acadêmico obrigação de o ir ver para observar a diferença e crescimento delas. Haverá alguns coletores, os quais serão encarregados do Horto Botânico. Haverá, também, alguns acadêmicos desenhadores de plantas.¹⁴

12. Apud NUNES & BRIGOLA, 1999, p. 53. Para mais dados biográficos de Veloso ver: STELLFELD, 1952; DIAS, 2005, dentre outros.

13. ARAÚJO, 2000; CARVALHO, 1978; FALCON, 1982; GAUER, 1996; FONSECA, 2011; MENESES, 2011.

14. MOREIRA DE AZEVEDO, 1885, p. 269.

Podemos ver que esse ambiente naturalista se ligava plenamente a uma cultura médica que via na Botânica um instrumento auxiliar da terapêutica médica, tentando conhecer para explorar as potencialidades farmacológicas das espécies vegetais. Frei Veloso se ligará a uma outra vertente dessa “economia da natureza”: aquela que via na potencialidade do conhecimento dos reinos da natureza, sob uma visão classificadora e racionalizadora, de que é exemplo Lineu, a possibilidade de transformação do mundo e de uma sociabilidade científica de caráter naturalista, ligada à utilidade das aplicações do conhecimento, na prática econômica. Esta característica o aproximava dos preceitos da ciência agrônoma nascente nos países da Europa central, como veremos.

O governo do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa (1779-1790) caracterizou-se, também, por iniciativas como a construção do “Passeio Público” e nele a “Casa de História Natural”, popularmente conhecida como “Casa dos Pássaros”, onde se colecionava e preparavam-se produtos naturais para o envio a Lisboa. Alguns a consideram o primeiro museu de história natural do Brasil.¹⁵ Essas remessas eram requeridas pela Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos e pelo Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda, na tradição de envolvimento dos governadores das Capitânicas americanas com esse tipo de atividade desde a década de 1760.¹⁶

Frei José Mariano da Conceição Veloso iniciou em 1783, a sua função de responsável pelas remessas de plantas, acompanhadas de descrição e de desenhos, para o Jardim da Ajuda. Em 1790, já depois de deixar o Brasil e ir para a Corte, ele, segundo Rômulo de Carvalho, escreveu uma *Suplica*, onde reclamou do peso e das dificuldades de sua atividade de coletor de espécies naturais pela Capitania do Rio de Janeiro.¹⁷ Frei Veloso havia sido liberado das atividades da regra conventual, pelo provincial frei José dos Anjos Passos, em 1783, para servir ao vice-rei em viagens filosóficas pela Capitania do Rio de Janeiro. Outros franciscanos foram seus auxiliares e desenhadores nessas expedições, como Frei Francisco Solano (desenhador), frei Anastácio de Santa Inês, frei Francisco Manuel da Silva Melo, José Correia Rangel, José Aniceto Rangel, João Francisco Xavier, Joaquim de Sousa Marcos, Firmino José do Amaral, José Gonçalves e Antônio Álvarez.¹⁸ Em 1790, Luís de Vasconcelos e Sousa convidou Frei Veloso para ir para Lisboa, levando consigo 70 caixotes de amostras de espécies naturais e os originais de seus estudos e pranchas sobre a Flora Fluminense, depositando o Material no Museu e Jardim da Ajuda, já sob a direção de Domingos Vandelli.

15. LOPES, 1997, p. 26-27.

16. MENESES, 2000, p. 34-76.

17. CARVALHO, 1987, p. 90. *Suplica* de Frei José Mariano da Conceição Veloso. AHU, Reino, Manuscrito 2719. Os pesquisadores Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola afirmam não ter encontrado este documento no AHU.

18. BRAGANÇA, 2010.

Nosso instigante personagem torna-se editor em Lisboa, a despeito de seu afastamento da Academia de Ciências da capital lusitana e das muitas críticas à sua obra sobre a flora fluminense. O que o teria levado a conseguir esse estatuto editorial sendo autodidata e não usufruindo do beneplácito acadêmico-científico do círculo intelectual lisboeta? Uma questão em aberto e de instigante discussão, pouco explorada pelas pesquisas até o momento.

Sua estadia em Lisboa objetivava, além do trabalho na Ajuda e na Academia com atividades de classificação das espécies naturais (especializou-se em Ictiologia), a edição de seu estudo sobre a Flora Fluminense, objetivo que não se concretizará. Tal edição, além de outros problemas críticos se tornara cara e difícil. Em 1797 ele solicitou à autoridade régia que “(...) o suplicante se acha nesta Corte há sete anos fora de seu Convento, para onde deseja recolher-se logo que complete esta ação”.¹⁹ A Real Academia de Ciência de Lisboa almejava que Frei Veloso adaptasse a sua obra e ao mesmo tempo classificasse a sua coleção de peixes. A exigência dessas duas tarefas o afastaram da Academia.

Os projetos editoriais de Frei José Mariano da Conceição Veloso têm um marco original nesse afastamento da Academia e na preparação e publicação de um periódico agrário, em 1796, editado pela Officina Patriarchal, de Lisboa: *Paladio Portuguez e Clarim de Palas que anuncia periodicamente os novos descobrimentos e melhoramentos n'agricultura, artes, manufacturas, commercio & oferecido aos senhores deputados da Real Junta do Commercio*. Aqui já se percebe o contatos de Frei Veloso com os saberes produzidos, sobretudo na França. No primeiro *Paládio*, as novidades eram exclusivamente do campo da “Nova Agricultura” preconizada pelos conhecimentos agrônômicos da Filosofia Natural setecentista, influenciada pelos princípios econômicos e políticos da Fisiocracia. Inspirada em Pierre Samuel Dupont de Nemours, autor de *De l'Origine et des Progrès d'une Science Nouvelle*, publicado em Londres em 1768, essa nova ciência era condicionada ao desenvolvimento de uma economia do mundo rural. A terra era vista como a verdadeira fonte de riqueza de uma nação e os produtos dela é que originariam a prosperidade de qualquer economia. Dupont de Nemours e seu ciclo parisiense, onde se incluíam, mais especificamente, Anne-Robert Turgot, que foi ministro das finanças de Luís XVI, e Antoine-Laurent Lavoisier, foram os grandes inspiradores dessa lógica racional para o mundo rural.²⁰ Concomitante à difusão deste pensamento mais econômico, desenvolvia-se na França, Inglaterra e Alemanha, principalmente, mas, não apenas nessas três nações, correntes científicas de pesquisa e de experimentação no campo, vocacionadas para a obtenção de dados, a partir de uma prática empírica que envolvia grande rede de cientistas

19. AHU, Reino, Maço 2705.

20. MENESES, 2000, p. 46-47; DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 1987, p. 485-486.

e de produtores rurais colaboradores. Marcados pela virtude da filantropia propuseram práticas de investigação, políticas de Estado, diálogos entre os saberes produzidos nas nações europeias e formas de editar manuais para informar os produtores acerca do avanço e do progresso dos conhecimentos na área. Neste marco de tempo, podemos pensar que a “Nova Agricultura” representou o verdadeiro nascimento da Agronomia, no mundo ocidental moderno.²¹

Para as primeiras edições Frei Veloso procurou constituir uma rede de tipografias para dar vazão às edições de textos que atendessem ao seu interesse temático. Assim, essas obras seriam editadas pelos prelos das oficinas de Antonio Rodrigues Galhardo (impressor da Casa do Infantado), de João Procópio Correia da Silva (impressor da Igreja Patriarcal) e pelo oficial impressor independente Simão Thaddeo Ferreira. Chamando a si a condição de compilador de textos, coordenador de projetos gráficos e tradutor, o franciscano procurava ter material interessante para as edições que segundo seus biógrafos já objetivavam distribuição em Portugal e no Brasil.²² Essa busca de textos para serem traduzidos e adaptados aos interesses portugueses na América é marca clara de um trânsito de saberes, em rotas praticadas por rede de homens de ciência, almejando maior produtividade no mundo rural e maior progresso da sociedade, a partir de uma riqueza, acreditavam eles, que apenas a terra e a inventividade humana poderiam proporcionar.

QUADRO 3

Obras publicadas por Frei José Mariano da Conceição Veloso antes do funcionamento da Tipografia, Calcográfica e Literária do Arco do Cego, em 1799

| Obra | Autor | Tradutor | Oficina | Ano |
|--|-------------------------|--|--------------------------------|------|
| <i>Helminthologia Portugueza</i> | Jacques Barbut | José Mariano da Conceição Veloso | João Procópio Correia da Silva | 1799 |
| <i>Memoria sobre a cultura da Urumbaba e sobre a criação da Cochonilha</i> | Claude Louis Berthollet | José Mariano da Conceição Veloso | Simão Thaddeo Ferreira | 1799 |
| <i>Colecção de memórias Inglezas sobre a Cultura e Commercio do Linho Canamo</i> | Diversos | José Mariano da Conceição Veloso | Antônio Rodrigues Galhardo | 1799 |
| <i>Cultura Americana</i> | “Hum Americano” | José Feliciano Fernandes Pinheiro | Antonio Rodrigues Galhardo | 1799 |
| <i>Discurso Prático acerca da cultura, maceração, e preparação do Canamo</i> | ? | José Mariano da Conceição Veloso (do italiano) | Simão Thaddeo Ferreira | 1799 |

21. DINECHIN, 1999.

22. NUNES & BRIGOLA, 1999, p. 63.

| | | | | |
|--|---------------------------------|---|-------------------------------|------|
| <i>A Sciencia das Sombras relativas ao desenho</i> | M. Dupain | José Mariano da Conceição Veloso | João Procópio Correa da Silva | 1799 |
| <i>Tratado sobre o Canamo</i> | Mr. Marcandier | José Mariano da Conceição Veloso (do francês) | Simão Thaddeo Ferreira | 1799 |
| <i>Memoria sobre a cultura do Loureiro Cinamomo, vulgo Caneleira do Ceilão</i> | ? | Francisco da Cunha Menezes | Simão Thaddeo Ferreira | 1798 |
| <i>Memoria sobre a cultura, e preparação do girofeiro aromático vulgo cravo da India nas ilhas de Bourbon e Cayena</i> | ? | José Mariano da Conceição Veloso | João Procópio Correa da Silva | 1798 |
| <i>Memoria, e extractos sobre a pipereira negra</i> | ? | José Mariano da Conceição Veloso | João Procópio Correa da Silva | 1798 |
| <i>Discurso sobre o melhoramento da economia rustica do Brazil</i> | José Gregório de Moraes Navarro | - | Simão Thaddeo Ferreira | 1799 |
| <i>Paladio Portuguez</i> | Diversos | José Mariano da Conceição Veloso | Oficina Patriarcal | 1796 |
| <i>Quinografia portuguesa</i> | Diversos | José Mariano da Conceição Veloso | João Procópio Correa da Silva | 1799 |
| <i>Alographia dos álcalis fixos</i> | Diversos | José Mariano da Conceição Veloso | Simão Thaddeo Ferreira | 1798 |
| <i>O Fazendeiro do Brazil</i> | Diversos | José Mariano da Conceição Veloso | Régia Officina Typographica | 1798 |

Fonte: CAMPOS; PAES LEME; FARIA; CUNHA; DOMINGOS; 1999.

Veloso teve o apoio de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, fundamentado no seu interesse claro no desenvolvimento agrícola do Brasil e no crescimento de estabelecimentos dedicados ao comércio marítimo e à construção náutica. Residiu em sua casa como hóspede e, no Prefácio do Tomo I, Parte I, de *O Fazendeiro do Brazil*, editado na Régia Officina Typographica, em 1798, ele diz que, por D. Rodrigo ele fora

Incumbido, a saber: de ajuntar e trasladar em português todas as memórias estrangeiras que fossem convenientes aos Estabelecimentos do Brasil, para melhoramento de sua economia rural e das fábricas que dela dependem, pelas quais, ajudadas, houvessem de sair do atraso e atonia em que atualmente estão e se pusessem ao nível com os das nações nossas vizinhas e rivais e no mesmo continente, assim na quantidade como na qualidade dos seus gêneros e produções.²³

É possível que o ambiente de discussão sobre a “nova agricultura” na Europa, envolvendo Academias de Ciência e sociedades agrícolas, quando a causa

23. Prefácio de VELLOSO, José Mariano da Conceição *O Fazendeiro do Brazil, melhorado na economia rural dos generes já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, nas fabricas, que lhe são proprias*, segundo o melhor que se tem escrito a este assumpto: de baixo dos auspícios e de ordem de Sua Alteza Real e Príncipe do Brazil. Colligido de Memorias estrangeiras / por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. – Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1798-1806. 5 T. em 11 volumes, front., est. (alg. Desd. e color.) 17 cm. Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro). Divisão Obras Raras - OR – 00465 [1-3]

res-rustica foi incentivada pelas novas experiências instrumentais e de conhecimentos botânicos, tenha contribuído para o contato de frei Veloso com uma nova temática para além de seu interesse puramente naturalista. Os avanços do conhecimento desta área eram, ainda, muito incentivados pela expansão do consumo e da produção do arroz, da batata e das “bebidas alimentosas”, chá, café e cacau, em contraposição à produção e consumo dos cereais, marca e permanência da tradição dos cultivos mediterrânicos. O certo é que seu discurso inicial naturalista, a partir deste diálogo ampliado com experimentos científicos e homens de ciência ligados ao progresso da agricultura, adquire uma perspectiva agrarista.

O Arco do Cego: cadinho de diálogos entre saberes para uma “nova agricultura”

Como já mencionamos acima, pergunta-se com frequência a razão de ter D. Rodrigo de Sousa Coutinho investido em uma nova tipografia de caráter estatal, se já existiam a Impressão Régia e a tipografia da Academia das Ciências de Lisboa. É importante certificar-se que desde 1797, D. Rodrigo já tomara uma série de providências de modo a dar liberdade a Frei Veloso usando como justificativa a necessidade da edição do *Flora Fluminense*: disponibilizara técnicos (“abridores”) do Arsenal Real do Exército para trabalhar para o franciscano às custas do Arsenal; solicitara à Real Junta da Fazenda da Marinha o pagamento de chapas de cobre polido para “abrir” as estampas do frei; pedira pagamento de todo o papel necessário solicitado por Veloso para a edição de seu livro; por fim havia demandado a Domingos Vandelli que devolvesse a Frei Veloso os originais do *Flora* que estavam sob a guarda do Real Jardim Botânico da Ajuda.²⁴ Para Andréa Mansuy-Diniz Silva a motivação de D. Rodrigo de Souza Coutinho fundamentava-se no desejo de produzir em baixo custo brochuras de caráter prático e de fácil apreensão para um leitor médio de pequenos proprietários na agricultura e de artesãos.²⁵ Mesmo concordando com essa premissa da historiadora, reforçamos a necessidade de maior pesquisa documental acerca deste fator.

Segundo Maria de Fátima Nunes e João Carlos Brigola, a Casa Tipográfica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego foi “um projeto iluminista” que se converte em um “cadinho intelectual de jovens brasileiros que se encontravam na Metrópole e que gravitavam em torno de Mariano Veloso”.²⁶ Faziam parte deste grupo os “brasileiros” Hipólito José da Costa, Antônio Carlos de Andrade e Silva e Martim Francisco de Andrade e Silva, irmãos, José Feliciano Fernandes Pinheiro, Vicente Seabra da Silva, Manuel Rodrigues da Costa, José Ferreira da Silva, José

24. NUNES & BRIGOLA, 1999; CURTO, 2007, p. 239-280; CURTO, 1999, p.15-75; DOMINGOS, 2007.

25. SILVA, 2006, p. 123-124.

26. NUNES & BRIGOLA, 1999, p. 66.

Viegas de Meneses, João Manso Pereira, Manuel Arruda da Câmara e Manuel Jacinto Nogueira da Gama. Todos esses homens percorreram as rotas de saber agrônomo na Europa e na América. É bom certificarmos que às experiências de campo na Europa somavam-se as práticas experimentadas e divulgadas dos Estados Unidos da América do Norte e das colônias europeias na América central.

A existência e funcionamento deste grupo de sociabilidade científica nos dá subsídios para entender como Frei Veloso, constituindo em torno do Arco Cego uma plêiade de pensadores, buscou delimitar e atingir o seu alvo, do qual falávamos no início do texto: os leitores e o repertório de leituras. Em uma apresentação do manual *Tratado Histórico e Físico das Abelhas*, de Francisco de Faria e Aragão, nosso editor salienta a qualidade daquela informação acessível ao público específico ao qual se destinava e criticava os escritores que tinham “ócio literário” e produziam obras que “jamais servirão para o conhecimento dos camponeses, como desconhecedores da linguagem em que são escritas e apenas para algum rico proprietário”. Justificava, no mesmo texto, seu trabalho incansável de tradução, dizendo que o fazia “para que nada falte a estes homens úteis que habitam os campos e sustentam as cidades”.²⁷ A ideia de necessidade de progresso rural *vis a vis* ao progresso urbano está presente, também, nas justificativas para a prática científica dos filantropos da Europa central.

A sociabilidade científica aqui tratada, inclui correspondências com homens cultos envolvidos na produção agrária no Brasil e em outras partes da América (como fazendeiros do sul dos Estados Unidos), buscando trocas de experiências e de informações úteis sobre equipamentos, formas de produção, etc. Esse é o caso do doutor Gregório Soares, de Vila Rica, Minas Gerais que pretende ser esclarecido sobre moedas de açúcar, mais especificamente sobre uns desenhos que ele tinha tido acesso na Parte I de *O Fazendeiro do Brasil*, publicado antes da existência da Casa Literária do Arco do Cego. A carta motiva a publicação, já nesta tipografia, em 1800, do manual *Respostas dadas a algumas perguntas que fizerão sobre as moedas dos engenhos de assucar e novos alambiques*, por Jerônimo Vieira de Abreu.

As estratégias de circulação das obras publicadas denotam um publicismo utilitário para a causa agrária, presente em nosso personagem. Elas envolveram a produção periódica de catálogos e de indicações de livrarias no Reino, onde elas podiam ser adquiridas. Anunciavam, ainda, as obras no prelo e as programadas para entrarem no prelo, acreditando em um potencial de leitura e de leitores e estimulando nesses a expectativa pelos novos lançamentos. Dessa forma, as livrarias

27. *Tratado Histórico, e Físico das Abelhas*, composto por Francisco de Faria e Aragão, Presbytero secular, publicado debaixo dos Auspícios e Ordem de S. Alteza, o Príncipe Regente, Nosso Senhor, por Fr. Joze Mariano Velloso. Lisboa. Na Off. da Casa Literaria do Arco do Cego. Anno M.DCCC. (Acervo Digital da Biblioteca Nacional de Portugal)

de Lisboa que vendiam as obras, além da loja da própria oficina tipográfica eram a da “Viúva Bertrand e Filho” e na de “Borel e Martin”, no Chiado. Em Coimbra, os livros podiam ser comprados na loja de “Semiond” e, no Porto, na de “Antonio Alvares Ribeiro”.²⁸

A opção pelo investimento em uso de imagens nas edições é outro importante fator na estratégia de informação e de venda, objeto de análise específica que não vamos fazer aqui, lembrando por oportuno que essa marca de edição de textos para o mundo rural foi característica marcante, também nas edições das outras nações europeias, mormente daquelas produzidas na França. Fazemos apenas uma pequena mensuração dessa estratégia: das 83 obras editadas pelo Arco do Cego (número que inclui o total de edições e não apenas os textos voltados para o mundo rural, cerca de 36), 45 eram ilustradas. Comparando com a Impressão Régia, das 582 obras editadas, apenas 34 eram ilustradas e 548 não tinha nenhuma ilustração.²⁹

QUADRO 4
Manuais editados pelo Arco do Cego traduzidos de outras línguas

| Ano | Manual | Língua | Autor | Tradutor |
|------|---|----------|-------------------|---|
| 1800 | Conciderações Candidas e imparciais sobre a natureza do commercio do assucar; e importância comparativa das ilhas britânicas, e francezas das índias occidentaes, nas quaes se estabelece o valor, e consequências das ilhas de Santa Luzia, e Granada. | Inglês | | Antônio Carlos Ribeiro de Andrada |
| 1800 | Tratado do melhoramento de navegação por canaes, onde se mostram as numerosa vantagens, que se podem tirar dos pequenos canaes, e barcos de dous até cinco pés de largo, que contêm duas até cinco toneladas de carga, com huma descripção das maquinas precisas para facilitar a conducção por agua por entre os mais montanhosos paizes, sem dependência de comportas, e aqueductos; incluindo observações sobre a grande importância da comunicação por agua com reflexões e desenhos para aqueductos, e pontes de ferro, e madeira. | Inglês | Roberto Fulton | Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado da Silva |
| 1800 | Dicursos apresentados a Meza da Agricultura, sobre vários objetos relativos a cultura, e melhoramento interno do Reino, traduzidos da língua inglesa... | Inglês | | José Feliciano Fernandes Pinheiro |
| 1800 | Tractado sobre a cultura, uso, e utilidade das batatas, ou papas solanum tuberosum, e instrucção para a sua melhor propagação. | Espanhol | D. Henrique Doyle | José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) |
| 1800 | Instrução sobre a cultura das batatas, traduzida do Inglez por Ordem Superior. | Inglês | ? | ? |

28. Ver, sobretudo, dentre outras, NUNES & BRIGOLA, 1999, p. 67 e LISBOA, 1991.

29. Ver sobre o uso de imagens nas edições do período, FARIA, 2001.

| | | | | |
|------|--|-------------|-------------------------------------|--|
| 1801 | Descrição do Branqueamento dos tecidos, e fiados de linho, e algodão pelo ácido muriático oxigenado e de outras suas propriedades, relativas as artes, por Berthollet | Francês | Berthollet | ? |
| 1801 | Tractado da agua relativamente a economia rustica, ou da rega, ou irrigação dos prados, por M. Bertrand | Francês (?) | M. Bertrand | ? |
| 1801 | Manual Pratico do Lavrador, com hum tratado sobre as abelhas, por Chabouillé | Francês | Chabouillé | José Ferreira da Silva |
| 1801 | Collecção de Memorias sobre a Quássia Amarga, e Simaruba, (Com Estampas), traduzidas por ... Fr. José Mariano Da Conceição Velloso | ? | ? | José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811) |
| 1801 | Observações sobre a propriedade da Quina do Brasil, por André Comparetti | Italiano | André Comparetti | José Ferreira da Silva |
| 1801 | Compendio de Agricultura resumido de várias memórias, e cartas oferecidas a Sociedade de Bath | Inglês | Vários | Ignácio Paulino de Moraes |
| 1801 | Observações sobre as enfermidades do Negros, suas causas, seus tratamentos, e os meios de as prevenir. | Francês | Jean Barthélemy Dazzile | Antônio José Vieira de Carvalho |
| 1801 | Arte do carvoeiro ou methodo de fazer carvão de madeira | Francês | Duhamel du Monceau | Paulo Rodrigues de Sousa |
| 1801 | Compendio sobre a canna, e sobre os meios de se lhe extrahir o sal essencial, ao qual se ajuntão muitas memorias ao mesmo respeito, dedicado a Colônias de S. Domingos | | Jacques François Dutrone la Couture | José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811) |
| 1801 | Memoria sobre as moléstias dos agricultores | Inglês | D. G. Falkoner | ? |
| 1801 | Memoria sobre a qualidade e sobre o emprego dos adubos, ou estrumes. | Francês (?) | M. de Massac | José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811) |
| 1800 | Os Jardins ou A Arte de Aformosear as paisagens, Poema / de Mr. Delille, da Academia Franceza, traduzido em verso.. | Francês | Jacques Delille (1738-1813) | Manoel Maria de Barbosa du Bocage |
| 1800 | Methodo com que se governa o Estado de Raguza e Dalmacia, quando nos confins se percebe algum ataque de peste ou outro mal contagioso / Traduzido por ordem | ? | ? | José Ferreira da Silva |
| 1800 | Memoria sobre a moagem dos graons, e sobre outros objectos relativos, por Jean Louis Muret, traduzidos do francez. | Francês | Jean Louis Muret (1715-1796) | Frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811) |
| 1801 | Ensayo sobre o modo de melhorar as terras, composto em francez po M. Patullo | Francês | M. Patullo | ? |

| | | | | |
|------|--|--------------------|-----------------------------------|--|
| 1801 | Cartas sobre os Elementos de Botânica, por J. J. Rousseau, com as notas, e adições de Thomaz Martyn; (quarta edição em Londres) / Traduzidas da Língua Ingleza por Huma Senhora desta Corte. | Inglês/ Francês | Jean Jacques Rousseau (1712-1778) | “Huma Senhora desta Corte” |
| 1801 | Systema Universal de Historia Natural, incluindo a História Natural do Homem, dos Ourag-outangs e toda a Tribu de Ximia, traduzida do Inglez | Inglês | ? | José Feliciano Fernandes Pinheiro |
| 1801 | Tratado da Cultura dos Pessegueiros/Nova Edição Revista, Corregida, e augmentada/Traduzida da Língua Franceza.. | Francês | ? | Manoel Rodrigues da Costa |
| 1801 | O Fazendeiro do Brazil/Criador. Melhorado na economia rural dos gêneros já cultivados, e de outros que se podem introduzir; e nas fábricas, que lhe sao próprias, segundo o melhor que se tem escrito a este assumpto,...., Collegido de memorias estrangeiras, publicado por Fr. José Mariano.... | Vários | Vários | Frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811) |
| 1800 | Naturalista instruído nos Diversos Methodos, Antigos, e Modernos de Ajuntar, preparar, e conservar a produção dos três reinos da natureza, coligidos de diferentes autores, dividido em vários livros, Reino Animal, I Tomo | Vários | Vários | Frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811) |

Fonte: CAMPOS; PAES LEME; FARIA; CUNHA; DOMINGOS; 1999.

QUADRO 5

Manuais de agropecuária e afins, editados pelo Arco do Cego - originais em português

| Ano | Manual | Autor |
|------|---|--|
| 1802 | Respostas dadas a algumas perguntas que fizeram sobre as novas moendas dos engenhos de assucar e novos alambiques. | Jeronymo Vieira de Abreu |
| 1800 | Extracto sobre os Engenhos de Assucar do Brasil, e sobre o Methodo Já Então Praticado na factura deste sal Essencial, tirado da obra Riqueza e Opulência do Brasil, para se combinar com os novos methodos que agora se propõem | André João Andreoni, por José Mariano da Conceição Velloso |
| 1800 | Tratado Histórico e Fysico das Abelhas | Francisco de Faria e Aragão (1726-1806). Publicou outro tratado sobre electricidade e seus usos, no mesmo ano. |
| 1800 | Phitographia Lusitanea Selector | Félix de Avelar Brotero (1744-1828) |
| 1799 | Memoria sobre a cultura dos algodoeiros, e sobre o methodo de o escolher, e ensacar, etc, em que se propõem alguns planos novos, para o seu melhoramento. | Manuel Arruda da Câmara (1752-1810) |
| 1801 | Memoria sobre a Ipecacuanha Fusca do Brasil, ou cipó das nossas boticas | Bernardino António Gomes (1768-1823) – “Médico d’Armada Real e Capitão de Fragata Graduado” |

| | | |
|------|---|--|
| 1800 | Memoria sobre a Cultura e Produtos da cana de Assucar | José Caetano Gomes |
| 1800 | Descrição da Árvore Assucareira e de sua Utilidade e Cultura. (36 p.) | Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça (1774-1823) |
| 1800 | Copia de Huma Carta sobre a nitreira artificial, estabelecida na villa de Santos, na capitania de São Paulo. (19 p) | João Manso Pereira (17--1820) |
| 1800 | Copia de Huma Continuação de huma carta..... (14p.) | Idem |
| 1800 | Memoria sobre a Cultura do Arros em Portugal, e suas Conquistas. (30 p) | Vicente Coelho de Seabra Silva Telles (1764-1804) |
| 1800 | Aviario Brasilico ou Galleria Ornithologica das Aves Indigenas do Brasil, disposto, e descrito segundo o systema de Carlos Linne, copiado do natural, e dos melhores autores, precedido de diversas dissertações analogas ao seu melhor conhecimento, acompanhado de outras estranhas ao mesmo continente,... | Frei José Mariano da Conceição Velloso (1742-1811) |

Fonte: CAMPOS; PAES LEME; FARIA; CUNHA; DOMINGOS; 1999.

A definição dos leitores é evidenciada em vários momentos, como na Introdução do Tomo II, Parte II d’*O Fazendeiro do Brazil*, publicado em 1800, na oficina de Simão Taddeo Ferreira, onde Frei José Mariano escreve, explicitando sua missão e, ao mesmo tempo, a forma estratégica do destino de suas obras:

[estas obras] devem ser, como Cartilhas, ou Manuais, que cada Fazendeiro respectivo deve ter continuamente nas mãos, dia e noite, meditando e conferindo as suas antigas e desnaturalizadas práticas com as novas e iluminadas, como que deduzidas de princípios científicos e abonadas por experiências repetidas que eles propõem para desbastardar e legitimar os seus gêneros, de sorte que hajam, por consequência, de poder concorrer nos mercados da Europa a par dos estranhos.³⁰

E arrematava o mesmo texto com a expressão: “*Sem livros não há instrução.*”

Em levantamento realizado por Miguel Faria, identificam-se como mencionamos acima, 83 obras publicadas na Casa Tipográfica, Tipoplástica, Calcográfica e Literária do Arco do Cego. Dessas 93% editadas em português e 7% em latim. As traduções assim se apresentam: 47% do francês; 29% do inglês; 10% do alemão; 5% do latim, 2% do italiano, 2% do espanhol e 5% de outras diversas línguas. Tematicamente, assim se distribuem as edições:

- 11% - História Natural
- 26% - Agricultura
- 16% - Poesia
- 16% - Medicina, Assistência e Saúde Pública

30. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão Obras Raras - OR – 00465 [1-3] - Orig. 5 Tomos em 11 vols. Impressos na Regia Officina Typografica, 1798-1806 (A Coleção da BN está incompleta – 3 Tomos). VELLOSO, José Mariano da Conceição. *O Fazendeiro do Brazil*, melhorado na economia rural dos generes já cultivados, e de outros, que se podem introduzir, nas fabricas, que lhe são proprias , segundo o melhor que se tem escrito a este assumpto: debaixo dos auspícios e de ordem de Sua Alteza Real e Príncipe do Brazil. Colligido de Memorias estrangeiras / por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. – Lisboa: Na Regia Officina Typografica, 1798.

- 7% - Belas Artes
- 7% - Obras Náuticas
- 5% - História
- 5% - Ciências exatas
- 7% - Outros assuntos³¹

Traduções: rotas e trânsitos dos diálogos de saberes

A pesquisa que fazemos sobre os manuais de agricultura no mundo português e europeu setecentista e oitocentista, ainda em curso, nos levou a identificar uma evidente influência de uma discussão crescente na França sobre o papel da agricultura no desenvolvimento nacional e social e como objeto de conhecimento científico. Se essa evidência recai sobre alguns homens de ciência, como Buffon, por exemplo, ela tem aderência clara a uma corrente mais pragmática de ação dos acadêmicos sobre a realidade. É o que buscamos agora materializar neste momento da pesquisa. Nesse ponto desponta o nome e o trabalho investigativo de um acadêmico francês com claras influências sobre Frei Veloso e com textos traduzidos para o português. É Henri-Louis Duhamel du Monceau e seus textos ligados ao melhoramento da agricultura, principalmente o *Traité de la culture des terres*; *Traité de la conservation des grains* e *Traité des Arbres et Arbustes*.

Se existiram, basicamente, dois tipos de homens de ciência na França do século XVIII, como apresenta, de modo geral, a historiografia, os enciclopedistas e os preocupados com a intervenção na realidade, Duhamel du Monceau foi parte deste segundo grupo. Praticou uma ciência rigorosa que, fundamentalmente baseou-se em um método que podemos assim simplificar: 1) busca de informações entrevistando as pessoas; 2) observação e registro detalhados das diferentes práticas; 3) apresentação de propostas hipotéticas de melhoramentos; 4) experimentação das propostas, testando as hipóteses; 5) apresentação de resultados com rigor nos dados da experimentação.

Henry-Louis Duhamel du Monceau foi, simplificando, um cientista e um engenheiro. No primeiro caso quis autopsiar a natureza e, no segundo, resolver problemas concretos e responder às questões apresentadas pelo poder público e pelos agentes econômicos. Foi, ainda, movido pelo princípio religioso de admiração pelas maravilhas de Deus. E a natureza é uma delas. Ainda o nortearam um senso de “filantropia”, típico dos círculos letrados parisienses e europeus, em geral, deste tempo, marcado pelo desejo e justificativa de desempenhar um papel social no combate a uma rotina ignorante, para diminuir a escassez, conciliar interesses dos produtores do campo e dos consumidores e lutar contra a exclusão

31. FARIA, 1999, p. 117.

das parcelas miseráveis das populações.³²

Frei Veloso partilhava destes princípios e tinha em sua démarche racionalizadora, basicamente os mesmos princípios. Como já citamos, além dos ideais franciscanos “naturalistas”, objetivava, enfim, um melhoramento das condições de vida e de produção, atento a uma realidade que ele julgava conhecer. Foi agente de um trânsito de conhecimentos naturalistas e agraristas vigente na Europa do século XVIII e início do XIX, participando de redes e rotas de saberes e de cientistas. Mesmo com formação autodidata, impôs uma participação na difusão de saberes e, mais que isso, liderou homens de formação acadêmica no propósito informar, instruir e mudar a produção econômica no campo. Em síntese, Frei Veloso configurou-se como instrumento de diálogo entre saberes agronômicos e virtudes científicas (a filantropia) nos mundos europeu e americano de seu tempo. O seu pensamento agrarista foi condicionado pelo contato com os meios científicos de uma “nova agricultura” na Europa, pelo desejo da Coroa portuguesa de estimular a produção de gêneros agrícolas em sua colônia na América, mas, sobretudo, por sua comunhão com valores científico-naturalistas frente à uma realidade americana que ele julgava conhecer e que, pela informação, intencionou mudar.

Referências

ARAÚJO, Ana Cristina B. de. *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2000.

BOSCHI, Caio C. “Um hábil naturalista”. Joaquim Veloso de Miranda. In: BOSCHI, Caio C. *Exercícios de pesquisa histórica*. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS, 2011, p. 101-210.

BRAGANÇA, Aníbal. António Isidoro da Fonseca e Frei José Mariano da Conceição Velloso: Precursores. In: BRAGANÇA, Aníbal e ABREU, Márcia (orgs.) *Impresso no Brasil. Dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 25-39.

CARVALHO, Laerte Ramos de. *As reformas pombalinas da instrução pública*. São Paulo: EDUSP/Saraiva, 1978.

CARVALHO, Rômulo de. *A história natural em Portugal no século XVIII*. Lisboa: ICALP, 1987.

CURTO, Diogo Ramada (com Colaboração de Luís F. Farinha Franco). D. Rodrigo e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CURTO, Diogo Ramada. *Cultura Escrita. Séculos XV a XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2007, p. 239-280.

CURTO, Diogo Ramada. D. Rodrigo de Souza Coutinho e a Casa Literária do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; PAES LEME, Margarida Ortigão Ramos e FARIA, Miguel Figueira de; CUNHA, Margarida; DOMINGOS, Manuela D. *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Bicentenário. “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999, p. 15-75.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: DIAS, Maria Odila da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005, p. 39-126.

32. Sobre Duhamel du Monceau ver DINECHIN, 1999.

DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. 2ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987, p. 485-486.

DINECHIN, Bruno Dupont de. *DUHAMEL DU MONCEAU. Un savant exemplaire au siècle des lumières*. CME (Connaissance et Mémoire Européene), 1999.

DOMINGOS, Manuela D. (org.). *Gentes do Livro – Lisboa, século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Lisboa, 2007.

DOMINGUES, Ângela – Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. [online]. 2001, vol.8, suppl., p. 823-838.

DUPRAT, Catherine. *Pour l'amour de l'humanité*. Les temps des philanthropes. La philanthropie parisienne, des Lumières a la monarchie de Juillet. Paris: C.T.H.S, t. 1, 1993.

FALCON, Francisco J. Calazans. *A época pombalina. Política econômica e monarquia ilustrada*. São Paulo: Ática, 1982.

FARIA, Miguel Figueira de. *A imagem útil: José Joaquim Freire (1760-1847) desenhador topográfico e de história natural : arte, ciência e razão de estado no final do Antigo Regime*. Lisboa: EDIUAL, 2001.

FARIA, Miguel Figueira de. Da Facilitação e Ornamentação: A Imagem nas Edições do Arco do Cego. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; PAES LEME, Margarida Ortigão Ramos e FARIA, Miguel Figueira de; CUNHA, Margarida; DOMINGOS, Manuela D. *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Bicentenário. "Sem livros não há instrução"*. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999, p. 107-137.

FONSECA, Thais Nívea de Lima e. (org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2011.

GAUER, Ruth Maria Chittó. *A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

KURY, Lorelay. Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). In: *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. 11. (Suplemento):109-129, 2004.

KURY, Lorelay. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. In: *História, Ciências, Saúde. Manguinhos*, vol. 8. (Suplemento):863-880, 2001.

LISBOA, João Luís. *Ciência e Política. Ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, 1991.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

MENESES, José Newton Coelho. Educar na oficina: a aprendizagem do artesão no mundo português e as reformas pombalinas do ensino no final do século XVIII. In: FONSECA, Thais Nívea de Lima e. (org.). *As Reformas Pombalinas no Brasil*. Belo Horizonte, Mazza Edições, 2011, p. 245-270.

MENESES, José Newton Coelho. *O Continente Rústico*. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça Editora, 2000.

MENESES, José Newton Coelho. *Uma história da Veterinária*. Exercício e aprendizagem de ferradores, alveitares e veterinários em Minas Gerais e a Escola de Veterinária da UFMG – 80 anos. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

MOREIRA DE AZEVEDO, Sociedades fundadas no Brazil desde os tempos coloniaes até o começo do actual reinado. In: *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Ethnografico do Brazil*, T. XLVIII, 1885.

NUNES, Maria de Fátima & BRIGOLA, João Carlos. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811) – um frade no Universo da Natureza. In: CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de; PAES LEME, Margarida Ortigão Ramos e FARIA, Miguel Figueira de. *A Casa Literária do Arco do Cego (1799-1801). Bicentenário. “Sem livros não há instrução”*. Lisboa: Biblioteca Nacional/Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1999, p. 51-75.

PATACA, Ermelinda Moutinho; PINHEIRO, Rachel – Instruções de viagem para a investigação científica do território brasileiro. In: *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 2005. p. 58-79.

RAMINELLI, Ronald – Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxionomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. In: *História, Ciências, Saúde – Mangui-nhos*. [online]. 2001, vol.8, suppl., pp. 969-992.

SILVA, Andrée Mansuy-Diniz. *Portrait d'un homme d'État: D. Rodrigo de Souza Coutinho, Comte de Linhares, 1744-1812*. T. II. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2006.

STELLFELD, Carlos. *Os dois Vellozos: biografias de José Mariano da Conceição Velloso e do padre doutor Joaquim Vellozo de Miranda*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1952.

ANEXO 1

Identificação das obras do QUADRO 2

1 – *Cultura Americana que contem huma relação do terreno, clima, producção, e agricultura das colonias britannicas do norte da America, e nas Indias occidentais, com obervações sobre as vantagens, e desvantagens de se estabelecer nellas, em comparação com a Grã-Bretanha, e Irlanda*. Por hum Americano. Traduzida da lingua ingleza pelo bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro; vol 1º [Vol. 2º trad. Por Antonio Carlos Ribeiro de Andrade]; publicado por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Na Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1799. Com mapa.

2 – *Manual do Mineralógico ou Esboço do Reyno Mineral disposto segundo a analyse chimica*; por Mr. Torben Bergman;... publicado por Mr. Forber...; traduzido e augmentado de notas por Mr. Mongez, o Moço...; nova edição consideravelmente augmentada por M. J. C. de La Metherie; utilmente traduzido por Martim Francisco Ribeiro de Andrade Machado...; publicado por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Na Off. de Antonio Rodrigues Galhardo, 1800.

3 – *Conciderações candidas e imparciaes sobre a natureza do commercio do Assucar; e importancia comparativa das ilhas britannicas, e francezas das Indias Occidentaes, nas quaes se estabelece o valor e consequencias das ilhas de Santa Luzia e Granada*; trasladada do inglez por Antonio Carlos Ribeiro de Andrade; publicadas por Fr. Joze Mariano da Coceição Velloso. Lisboa: Na Offic. Da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

4 – Extracto sobre os engenhos de assucar do Brasil, e sobre o methodo já então praticado na factura destesal essencial, tirado da obra *Cultura e Opulência do Brasil*, para se combinar com os novos methodos, que agora se propoem.... Por Fr. José Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1800.

5 – *Tratado Historico e Fysico das Abelhas*, composto, por Francisco de Faria e Aragão....., por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Na Offic. da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

6 – *Palladio Portuguez e Clarim de Pallas que annuncia periodicamente os novos descobrimentos, emelhoramentos n`agricultura, artes, manufacturas, commercio, & .* Offerecido aos senhores deputados da Real Junta do Commercio &. Lisboa: Na Officina Patriarchal, 1796.

7 – *Historia Nova e Completa da America, colligida de diversos authores.../* pelo Bacharel José Feliciano Fernandes Pinheiro; publicado por Fr. Joze mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Na Officina da casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

8 – Canto Heroico

9 – *Relação do modo com que desempenhou o Chefe de divisão Donald Campbell, a Comissão de que o encarregou o Almirante Lord Nelson, na viagem ao Porto de Tripoli, a fim de effectuar a paz entre o baxá daquella regencia, e a Coroa de Portugal.* Lisboa: Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1799.

10 – *Descripção da Arvore Assucareira e da sua utilidade e cultura...* por Hippolyto José da Costa Pereira....Lisboa: Na Typographia Chalcographica, e Litteraria do Arco do Cego, 1800.

11 – Fazendeiro do Caffé

12 – *Tractado sobre a Cultura, Uso, e utilidade das Batatas, ou papas, solanum tuberosum, e instrucção para sua melhor propagação;* por D. Henrique Doyle; Traduzido do hespanhol, ... por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Na Typographia e Chalcographica e Litteraria do Arco do Cego; 1800.

Ou

Instrucção sobre a Cultura das Batatas, Traduzida do inglez por ordem superior. Lisboa: Na Officina da Casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

13 – Fazendeiro do Asucar

14 – *Tractado do melhoramento da navegação por Canaes, onde se mostrão as numerosas vantagens, que se podem tirar dos pequenos canaes, e barcos de dous até cinco pés de largo, que contenhão duas até cinco toneladas de carga, com huma descripção das maquinas precisas para facilitar a condução por agua por entre os mais montanhosos paizes, sem dependencia de comportas, e aqueductos; incluindo observaões sobre a grande importância das communicações por agua com reflexões e desenhos para aqueductos, e pontes de ferro, e madeira. Ilustrado com XVIII estampas.* Escrito na lingua ingleza por Robert Fulton..., traduzido para a portugueza por Antonio Carlos ribeiro de Andarade Machado da Silva...; publicado por Fr. Joze Mariano da Conceição Velloso. Lisboa: Na Officinada casa Litteraria do Arco do Cego, 1800.

15 - Caligrafia

AGENTES

Mercadores italianos na Lisboa de quinhentos. Redes comerciais e estratégias mercantis

Nunziatella Alessandrini

Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar (CHAM-FCSH-UNL/UAc).
Bolsreira de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência
e Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência

Introdução

Os resultados das recentes linhas de investigação, nomeadamente as que se debruçaram sobre o estudo da comunidade italiana em Lisboa no século XVI¹ e as que focalizaram o funcionamento das redes comerciais e as suas modalidades de actuação,² deram um notável impulso para a compreensão de como as companhias comerciais estrangeiras estruturavam a sua actividade comercial em Portugal.

É de reconhecer à expansão atlântica um papel incentivador no desenvolvimento dos circuitos de ligações económico-político-culturais que irão caracterizar o século XVI. De facto, nesse sentido, confirma-se, no final do século XV, uma importante presença de mercadores estrangeiros, nomeadamente “italianos”,

1. Na última década a pesquisa desenvolvida à volta da comunidade italiana em Lisboa no século XVI deu contributos importantes, recordamos, entre outros, os estudos de N. Alessandrini, B. Crivelli, F. Guidi Bruscoli e os 6 ciclos de conferências co-organizados por quem escreve e que produziram 3 volumes, nomeadamente: Nunziatella Alessandrini, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini, Antonella Viola, *Di Buon affetto e commercio Relações luso-italianas na Idade Moderna* (Org.), Lisboa, Cham, 2012; Nunziatella Alessandrini, Pedro Flor, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini, *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se ne pò* Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII), Lisboa, Cátedra A. Benveniste, 2013; Nunziatella Alessandrini, Susana Bastos Mateus, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini, *Con gran mare e fortuna*. Circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na Época Moderna, Lisboa, Catedra A. Benveniste, 2015.

2. Dentro da ampla produção nesse âmbito, recordamos a obra de Phillip D. Curtin, *Cross-Cultural Trade in World History*, Cambridge University Press, Cambridge, 1984; os textos de referência para questões teóricas, J. Brown, M. B. Rose (eds), *Entrepreneurship, networks and modern business*, Manchester University Press, Manchester, 1993; M. Casson and M. Della Giusta (eds), *The economics of networks*, Edward Elgar, Cheltenham, 2008; M. O. Jackson, *Social and economic networks*, Princeton University Press, Princeton N.J., 2008; J. L. Podolny and K. L. Page, “Network forms of organization”, «Annual Review of Sociology», n. 24 (1998), pp. 57-76; *Commercial network in the early modern world*, (org.) Diogo Ramada Curto e A. Molho, European University Institute, 2002; o trabalho de Francesca Trivellato relativo à diáspora comercial: *The familiarity of Strangers: The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period* University Press, Yale, 2010; e o recente *Commercial networks and european cities*, (org.) Andrea Caracausi e Christoff Jeggle, Londres 2014.

na articulação entre vários sectores comerciais em Lisboa. Famílias florentinas, genovesas e oriundas de Cremona – na altura sob o domínio de Veneza – tinham nas suas mãos rendosos negócios que a coroa portuguesa lhes tinha outorgado juntamente com privilégios.

A partir de 1498, com a abertura do caminho marítimo para a Índia, estes negócios foram-se alargando, alcançando uma dimensão global que ia abranger os quatro continentes. Nesta altura, “i mari divennero l’arena privilegiata per gli scambi commerciali e culturali di lunga distanza” e as estratégias comerciais remodelaram-se seguindo os contornos da nova realidade geográfica.³

Os importantes contributos que nestes últimos anos se debruçaram sobre as transacções comerciais e à circulação de mercadorias entre a Itália e Portugal, apresentam uma riqueza de pormenores não apenas relativamente à variedade e quantidade de produtos até então pouco ou nada conhecidos que iam ser difundidos em toda a Europa, mas também houve a preocupação de proceder ao levantamento de fontes inéditas de modo a poder aprofundar e organizar ainda melhor esta temática.⁴ Com esse cenário de fundo, iremos analisar o percurso comercial e as modalidades mercantis dos homens de negócios italianos que actuavam, no século XVI, na capital portuguesa cujo porto se tinha tornado no centro de atracção de multidões de mercadores e mercadorias que iam ser redistribuídas pelo Mundo fora.

1. Breve percurso da presença italiana em Lisboa

Desde o século XIV que a presença em Lisboa de mercadores italianos é um facto documentado. As navegações portuguesas no Atlântico tinham envolvido recursos humanos estrangeiros entre os quais primavam os italianos cuja experiência na arte de navegar provinha de séculos de actividade de marinharia.

Em 1317, o rei D. Dinis estipulou, de facto, um contrato⁵ com o genovês Emanuele Pessagno - aporтуguesado Manuel Pessanha⁶ - em que o recém nomeado

3. Maria Fusaro, *Reti commerciali e traffici globali in età moderna*, Bari, Laterza, 2008, p. XV

4. Nunziatella Alessandrini, Susana Bastos Mateus, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini, *Con gran mare e fortuna*. Circulação de mercadorias, pessoas e ideias entre Portugal e Itália na Época Moderna, Lisboa, Catedra A. Benveniste, 2015; Nunziatella Alessandrini, Susana Bastos Mateus, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini, *Scrigni della memoria- Arquivos e Fundos Documentais para o estudo das Relações Luso-Italianas*, Lisboa, Catedra A. Benveniste, 2016.

5. O contrato está transcrito em João Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua história*, Lisboa, Instituto da Alta Cultura, 1944-1971, vol. I, doc. 37, pp. 27-30.

6. Sobre a figura de Manuel Pessanha e, em geral, sobre a família Pessagno, veja-se: Augusto Vecchi, “Una dinastia di ammiragli”, in *Rivista Marittima*, XIII, 1880, pp. 269-281; Luigi Tommaso Belgrano, “Documenti e genealogia dei Pessagno ammiragli del Portogallo”, in *Atti della Società ligure di storia patria*, Genova, 1881, tomo XV, pp. 241-316; João Benedito D’Almeida Pessanha, *Notícia histórica dos Almirantes Pessanhas e sua descendência*, Lisboa, Imprensa de Libanio da Silva, 1900; Fátima Fernandes, “Los genoveses en la armada portuguesa: los Pessanha”, in *Edad Media. Revista de Historia*, 4, 2001, pp. 199-206; Gabriella Airdi, “Due

Almirante, em contrapartida da nomeação vitalícia e da transmissão hereditária do título e das suas funções, obrigava-se a manter sempre 20 homens de Génova “sabedores do mar”. Foi esta, podemos dizer com alguma certeza, a data que assinalou o início da constituição duma composta colónia italiana em Lisboa. De facto, até aos princípios do século XIV “*raramente vinham italianos a Portugal*”⁷. Temos notícias duma Companhia de Pistoia em 1292, e temos conhecimento, ainda no século XIII, da presença de alguns genoveses, entre os quais o nobre Vivaldo Vivaldi, “*O primeiro Genovês residente em Portugal referido em documentos portugueses*”⁸.

A importância do porto de Lisboa ia aumentando à medida que os tráfegos comerciais com os países do Norte de Europa se tornavam regulares, transformando a costa portuguesa numa escala de paragem obrigatória dos navios que iam e que voltavam. Tudo isso fez com que a praça de Lisboa atraísse mercadores e banqueiros estrangeiros que podiam vender produtos nacionais e, ao mesmo tempo, abastecer-se de produtos portugueses como vinho, fruta, mel, cera, cortiça, couro, peles de coelho, sal, peixe seco ou salgado, como testemunha a carta de 5 de Junho de 1399 do florentino Bartolomeo Manni correspondente da Companhia dos Alberti em Bruges, enviado a Lisboa para averiguar as possibilidades de mercado.⁹ Entre as razões que contribuíram para a vinda de italianos em Lisboa não eram de subestimar as regalias e privilégios concedidos pelos monarcas portugueses que, se por um lado garantiam o bom funcionamento dos negócios, por outro lado geravam conflitos com os mercadores naturais do reino de Portugal. Com verdade, é de 26 de Junho de 1395 a carta régia promulgada por D. João I na qual se exigia que fosse dado bom tratamento aos mercadores prazentins (provenientes de Piacenza) e genoveses moradores em Lisboa a quem os portugueses tinham criado problemas, prometendo que os que infringissem esta disposição iriam ser castigados.¹⁰ As controvérsias entre naturais e estrangeiros, nomeadamente italianos, continuaram no século XV, e, em 15 de Janeiro de 1401, nas

fratelli genovesi: Manuele e Antonio Pessagno”, in *Estudos em homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto, Universidade do Porto- Faculdade de Letras, 2006, vol. II, pp. 139-146; Angelo Daneri, *Emanuele Pessagno. Dalla Val Graveglia a Lisbona. Un “sabor de mar” fra la nobiltà portoghese*, Sestri Levante, Gammare Editori, 2008; Giulia Rossi Vairo, “O genovês Micer Manuel Pessanha, Almirante d’El-Rei D. Dinis”, in *Medievalista online*, n. 13 (Janeiro-Junho 2013); Idem, “La Lisbona di Manuel Pessanha”, in Nunziatella Alessandrini, Pedro Flor, Mariagrazia Russo, Gaetano Sabatini, *Le nove son tanto e tante buone, che dir non se ne pò* Lisboa dos Italianos: História e Arte (sécs. XIV-XVIII), Lisboa, Cátedra A. Benveniste, 2013, pp. 19-37.

7. Carlos Passos, “Relações históricas luso-italianas”, *Sep. dos Anais*, Lisboa, II série, vol.7, 1956, p.151.

8. Morais do Rosário, *Genoveses na história de Portugal*, Lisboa, Oficinas Gráficas da Minerva do Comércio, 1977, p. 318

9. Cf., Virginia Rau, “Cartas de Lisboa no Arquivo Datini di Prato”, in: *Estudos de História*, Lisboa, Editorial Verbo, p.68-69.

10. Arquivo da Torre do Tombo de Lisboa (IAN/TT), *Chancelaria D.João I*, 1º. 2, fl.104, 1ª.col., também em: João Martins da Silva Marques, op.cit., Vol. I, doc. 190, p.206.

cortes reunidas em Guimarães, é apresentada queixa contra “*prazentins, genoveses, ingleses, flamengos e outros estrangeiros residentes em Lisboa, arrendarem agora as rendas de vinhos e pão do arcebispo e das igrejas, e auferirem grandes proveitos sem pagar nem suportar os encargos da guerra e do reino*”.¹¹

Os monarcas portugueses, logo a seguir a D. Dinis, passando por D. João I e D. Afonso V, mantiveram uma atitude que, por um lado, salvaguardava os mercadores estrangeiros mas, ao mesmo tempo, não prejudicava os naturais do Reino de Portugal que lamentavam a pesada ingerência estrangeira no mercado interno.

É através da outorga destes privilégios que temos a noção da importância que a presença de mercadores italianos – oriundos na maioria de Piacenza, Florença, Génova, Veneza, Milão - tinha para a coroa portuguesa e para a estrutura da economia de Portugal. Para tal, basta pensar, por exemplo, na carta de 26 de Junho de 1392, passada às galés venezianas que “*merchantemente vierem ao porto de Lisboa, pela qual poderão vir e estar salvas e seguramente e pagarão dizima e direito somente das coisas e mercadorias que venderem e deixarem na cidade e não de quaisquer outras que descarregarem ou trouxerem*”¹², que, como sublinha justamente Charles Verlinden, documenta a actividade veneziana: “*Il ne faudrait pas croire, toutefois, que le Vénitien ne jouaient pas un rôle actif au Portugal*”.¹³ Para além disso, é de realçar que foi neste século que foram criadas as bases sobre as quais os sucessivos monarcas, ao longo dos séculos sucessivos, continuaram a conceder ou a limitar os privilégios. Assim, no reinado de D. Afonso V (1438-1481), em consequência das descobertas das ilhas atlânticas, continuou a outorga de numerosos privilégios aos estrangeiros, assegurando o trato no comércio dos produtos das ilhas, principalmente o açúcar e o mel, para os quais “*urgia garantir uma colocação regular da safra anual, a fim de evitar as deteriorações do produto além do desgaste do preço*.”¹⁴

No último quartel do século XV, portanto, uma heterogénea presença italiana povoava a capital portuguesa e as relações entre Portugal e Itália iam-se fortalecendo, no âmbito do intercâmbio comercial e cultural.¹⁵

11. Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa (AHCML), Livro 2º de D. João I, fl.2, também em: João Martins da Silva Marques, *op. cit.*, vol.1, doc. 202, p.213.

12. João Martins da Silva Marques, *op. cit.*, vol.1, doc.181, p.197.

13. Charles Verlinden, “La colonie italienne de Lisbonne et le développement de l’économie métropolitaine et colonial portugaise”, in *Studi in onore di Armando Saponi*, Istituto Editoriale Cisalpino, Milano, 1957, vol. 1, p. 619.

14. Virginia Rau, “Privilégios e legislação portuguesa referentes a mercadores estrangeiros (séculos XV e XVI)”, in: *Estudos de História*, Lisboa, Editorial Verbo, 1968, p. 140.

15. Sobre a presença italiana em Lisboa no século XV há uma vasta literatura. Limitamo-nos a assinalar alguns contributos: Prospero Peragallo, *Cenni intorno alla colonia italiana in Portogallo nei secoli XIV, XV, XVI*, Genova, Stabilimento Tipografico Ved. Papini e Figli, 1907; Charles Verlinden, “La colonie italienne de Lisbonne et le développement de l’économie métropolitaine et colonial portugaise”, in *Studi in onore di Ar-*

2. Estrutura de casas comerciais italianas em Lisboa (1498-1565 ca.)

Os estudos que se debruçaram na definição do perfil do mercador medieval levaram a resultados interessantes, desmontando o conceito comum que pairava sobre este personagem definido como grosseiro, pouco ou quase nada culto. Na senda de Armando Saponi, e citando uma bela página do historiador italiano pioneiro no percurso de reavaliação do perfil do mercador medieval, Jacques Le Goff reconhece a existência de duas tipologias de comerciantes: uma que vivia do pequeno comércio e ganhava o suficiente para viver com dignidade, outra cuja riqueza derivava de comércio em larga escala e que era “*padrona dei ricchi magazzini dove s’ammucchiavano le merci più preziose e dove uomini provvisti di lunga esperienza e di una cultura curiosa e variata, uomini dalle mire ardite e dalle ambizioni sfrenate trattavano affari commerciali e finanziari con i principali centri economici dei paesi d’oltre monte e d’oltre mare, versando a fiotti i fiorini d’oro e la moneta corrente di tutti i paesi del mondo*”.¹⁶ Elucidativo era o caso da Signoria de Florença, cujo governo era constituído pelos membros das diferentes corporações chamadas *Arti*.¹⁷

A definição acima mencionada aplica-se na perfeição ao perfil dos mercadores italianos em Lisboa no findar do século XV que alcançaram um importante sucesso nos negócios ganhando respeitabilidade. Famílias do calibre dos Serni-

mando Saponi, Istituto Editoriale Cisalpino, Milano, 1957, 2 voll., vol. 1, pp.617-628; V. Rau, Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini, «Revista da Faculdade de Letras», XXII (1956), pp. 5-32; Idem, “Bartolomeo di Iacopo di ser Vanni mercador-banqueiro florentino “estantes” em Lisboa nos meados do século XV”, in: *Do tempo e da História*, Lisboa, IV, 1971, pp.111-112; Marcello Berti, “Le aziende da Colle: una finestra sulle relazioni commerciali tra la Toscana ed il Portogallo a metà del Quattrocento”, in M. Berti, *Temí di storia e storiografia marittima toscana (Secoli XIII-XVIII)*, Edizioni ETS, Pisa, 2000, pp.191-240; Joana Sequeira, “Michele da Colle: um mercador pisano em Lisboa no século XV”, in Alessandrini, Bastos Mateus, Russo, Sabatini (org.), *Con gran mare e fortuna. Circulação de pessoas mercadoras e ideias na Idade Moderna*, Lisboa, Cátedra A. Benveniste, 2015, pp. 21-34; Francesco Guidi Bruscoli, *Bartolomeo Marchionni – Homem de grossa fazenda*, Firenze, Olschki Editore, 2014.

16. Jacques Le Goff, *Mercanti e banchieri nel Medioevo*, Messina-Firenze, Ed. G. D’Anna, 1976, p.49.

17. Existiam 21 “Arti” divididas em “Arti Maggiori” sete, e “Arti Minori” catorze. A mais prestigiosa entre as “Arti Maggiori” era a *Arte dei Giudici e dei Notai*, seguiam as corporações que reuniam os mercadores da lã, da seda e dos tecidos: *Arte della Lana*, *Arte di Por Santa Maria*, *Arte di Calimala*; rica, mas com problemas com a Igreja por causa da usura era a *Arte del Cambio*, a corporação dos banqueiros; a *Arte dei Medici, Speciali e Merciai* juntava os farmacêuticos, os mercadores de especiarias, os pintores; a *Arte dei Vaccai e dei Pellicciai* interessava os mercadores de peles. As “Arti Minori” reuniam corporações menos importantes tal como cozinheiros, sapateiros, costureiros, entre outros.

gi, Marchionni,¹⁸ Affaitati,¹⁹ Giraldi,²⁰ de' Bardi, entre outras, organizaram-se em sociedades mercantis e constituíram redes comerciais cuja actividade não estava limitada nem a um específico território nem a específicos grupos religiosos e/ou culturais. As múltiplas variedades de actividades comerciais em que tais sociedades mercantis em Lisboa estavam envolvidas desde o início do século XVI iam para além das fronteiras dos vários estados nacionais e para além dos continentes, criando um eixo de ligação entre o Mediterrâneo, o Atlântico e o Índico, formando as bases da primeira economia global. De facto, a análise da organização da estrutura destas sociedades comerciais e das redes mercantis-financeiras por estas desenvolvidas, evidencia um sistema de composição no qual estão reunidas constantes de actuação que podemos concretizar em linhas de acção peculiares: 1) mecanismos de composição dos membros da rede; 2) espaço de actuação; 3) mercadorias transaccionadas.

É de sublinhar que o impulso que deu origem à formação de redes comerciais foi, sem dúvida, o desenvolvimento do comércio cuja dimensão global foi assumida a partir de finais do século XVI, quando a abertura do caminho para a Índia e a descoberta do Brasil puseram em contacto continentes e mares. No entanto, algumas conjecturas do que teria sido o comércio de longo curso se tinham verificado já no século XV após a expansão atlântica. Os mercadores italianos “estantes” em Lisboa nesta altura tiveram a possibilidade de estagiar as técnicas comerciais que depois teriam aplicado à actividade comercial com o Oriente. De facto, o percurso das casas comerciais de Marchionni, Affaitati e, mais tarde, Giraldi, indicam um trajecto comum, uma aprendizagem de modalidades comerciais aplicáveis a modelos mercantis consideravelmente mais complexos e que foram aperfeiçoados na segunda metade do século XVI.

Ao analisar os métodos comerciais dos florentinos na praça de Lisboa em finais do século XV, Federigo Melis acentua a característica peculiar das empresas florentinas: a sua dimensão permitia maior eficiência, maior volume de negócios,

18. Remetemos para o estudo de autoria de Francisco Guidi Bruscoli citado na nota 14.

19. Sobre a família Affaitati em Lisboa, as suas redes comerciais e o seu percurso social, veja-se: N. Alessandrini, “Os Italianos e a Expansão portuguesa: o caso do mercador João Francisco Affaitati (séc. XVI), in Martino Contu, Maria Grazia Cugusi, Manuela Garau (a cura di), “Tra fede e storia -Studi in onore di Mons. Giovannino Pinna”, Cagliari, AIPSA Edizioni, 2014, pp. 35-47; Idem, “Todo esta asentado. Parcerias comerciais na Lisboa de Quinhentos”, in *Mendes Benveniste. Uma família sefardita nos alvares da Modernidade*, coordenação de Susana Bastos Mateus e Carla Vieira, Lisboa, Cátedra de Estudos Sefarditas A. Benveniste da Universidade de Lisboa, 2016, pp. 49-59; idem, “Famiglie italiane nel Portogallo del Cinquecento: Cosme de Lafetà, capitano nell’Oriente Portoghese (1576-1606), in *Incontri e Disincontri luso-italiani* (a cura di) Maria Antonietta Rossi, Edizioni Sette Città, Viterbo, 2016, pp. 15-31.

20. Sobre a figura deste rico e afamado mercador florentino veja-se: V. Rau, “Um grande mercador-banqueiro italiano em Portugal: Lucas Giraldi”, in *Estudos Italianos em Portugal*, n. 24, Lisboa, 1965; N. Alessandrini, “Contributo alla storia della famiglia Giraldi, mercanti banchieri fiorentini alla corte di Lisbona nel XVI secolo”, in *Storia Economica*, ESI, (3), 2011, pp. 377-409.

maior disponibilidade de capital e, principalmente, não as obrigava a apoiarem-se em empresas estrangeiras, o que quer dizer que podiam praticar um comércio directo sem intermediários e, portanto, com menos custos²¹.

Estes mercadores, juntamente com outras famílias genovesas que residiam em Lisboa desde meados do século XV,²² estavam envolvidos no comércio com as Ilhas Atlânticas e com a costa ocidental de África, gozando de privilégios régios que lhes permitiam ampla liberdade de acção.²³ O caso do florentino Bartolomeo Marchionni, “*Verdadeira potência financeira da Lisboa Quinhentista*”²⁴, é emblemático: associara-se a todos os grandes negócios da coroa portuguesa e participou nas primeiras expedições para o Oriente.

O centro da actividade destes mercadores era Lisboa, capital dum país que “geograficamente periférico estava, no século XVI, no centro do mundo”,²⁵ sendo que o raio de acção era muito mais amplo, envolvendo os territórios do império português que estava a crescer rapidamente. Assim, após as experiências comerciais no Atlântico – entre as “mercadorias” mais cobiçadas encontravam-se os escravos e a malagueta da África, o açúcar da Ilha da Madeira – os mercadores italianos, principalmente os florentinos e a família Affaitati de Cremona, dirigem as suas atenções e investem os seus capitais no comércio oriental sem, contudo, descuidar dos antigos tratos atlânticos.

Tomando como modelo a estrutura da rede comercial construída por João Francisco Affaitati, depreende-se, por um lado, que esta conseguiu realizar uma conexão entre os territórios ultramarinos portugueses com a cidade de proveniência deste mercador – nomeadamente Cremona – através de circuitos comerciais que tinham atingido dimensões alargadas. Por outro lado, realiza-se quanto fosse importante a intervenção de capitais e recursos humanos estrangeiros, nomeadamente italianos, na expansão portuguesa.

João Francisco Affaitati foi uma sólida figura de mercador e banqueiro e o seu envolvimento na economia portuguesa é comprovado por inúmeros documentos

21. Cf., F. Melis, “Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo del XV secolo”, in *Fremde Kaufleute auf der iberischen Halbinseln*, Köln-Wien, 1970, p. 63 e seg.

22. Recordamos os Lomellini, os Calvi, os Cattaneo, oriundos de Génova, os de’ Bardi de Florença, entre outros.

23. Como exemplo, mencionamos o privilégio régio outorgado pelo rei D. Afonso V, a 28 de Fevereiro de 1475, ao florentino *Bartolomeo Marchionni* que lhe permitia comerciar como se fosse natural do reino. IAN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, Liv. 30, fl. 68v. Transcrito por F. Guidi Bruscoli, *Bartolomeo Marchionni – Homem de grossa fazenda*, cit., p. 196; o privilégio de navegar na Guiné com a sua própria caravela foi entregue a Gerolamo Sernigi em 1498.

24. António Baião, “O comércio do pau-brasil”, in: *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1923, p. 317.

25. Ana Isabel Buescu, *A livraria renascentista de D. Teodósio I, duque de Bragança*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal, 2016, p. 41.

entre os quais uma carta de quitação de 22 de Outubro de 1520²⁶. Neste documento lê-se que o mercador de Cremona tinha recebido, desde 1508 até 1514, altura em que a hegemonia dos Affaitati foi preponderante²⁷, um valor total de 117.004.880 réis. Na casa em Lisboa de João Francisco Affaitati ficou alojado por duas vezes o mercador florentino Giovanni da Empoli – agente dos Frescobaldi e Gualterotti de Bruges - aquando das suas viagens no Oriente em 1503 e 1509. Poucos anos mais tarde, foi recebido em casa Affaitati o mercador florentino Luca Giraldi que acompanhou João Francisco nos seus negócios até ao falecimento do mercador cremonês ocorrido em 1529. Um ano importante foi o 1514, quando o sobrinho e futuro genro²⁸ de João Francisco Affaitati, João Carlos Affaitati, filho de Tommaso Affaitati, estabelece-se em Antuérpia - sede, desde 1499, da Feitoria portuguesa da Flandres – tornando-se no actor principal do sucesso da casa Affaitati em Antuérpia. Como se lê no testamento de João Francisco Affaitati, este tinha relações comerciais com cristãos novos, nomeadamente da família Mendes. O nome de Francisco Mendes recorre enquanto parceiro de ligações comerciais e é natural relacionar o estabelecimento de João Carlos Affaitati em Antuérpia em 1514 com a ida de Diogo Mendes, irmão de Francisco Mendes, em 1512. De facto, a colaboração entre os Affaitati e os Mendes mantém-se quer em Lisboa quer em Antuérpia, manifestando uma colaboração baseada na confiança²⁹ que incluía outros mercadores florentinos entre os quais Luca Giraldi e Giacomo de' Bardi. Após o falecimento de João Francisco Affaitati, em 1529, o consórcio continuou e sobreviveu à notícia espalhada em 1532, de que Diogo Mendes tinha sido preso por heresia. Receoso dos prejuízos que informação podia causar, “pois eram eles que, em grande parte, lhe forneciam o capital e as mercadorias necessárias à manutenção do comércio Oriental”,³⁰ o rei D. João III interveio junto de Carlos V pedindo que se procedesse à libertação de Diogo Mendes. Contudo, apesar destas diligências, os Mendes ficaram momentaneamente comprometidos e para não perder o negócio das especiarias, João Carlos Affaitati associa-se a Luca Giraldi e a um grupo de judeus estantes em Lisboa. Assim, a partir de 1533, Luca Giraldi, desde sempre na órbita da casa Affaitati, entra no consórcio do comércio das especiarias. Nesta altura, a 6 de Agosto 1533, Giraldi obteve os cobiçados

26. Carta de Quitação de D. Manuel in *Archivo Histórico Portuguez*, 1905, vol. III, p. 393.

27. Cf., A.A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas no comércio das especiarias - O eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549) Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Cosmos, 1993, p.22.

28. João Carlos Affaitati casou, após 1529, com a prima Lucrezia, uma das três filhas de João Francisco Affaitati.

29. Sobre o assunto, N. Alessandrini, “Todo esta asentado. Parcerias comerciais na Lisboa de Quinhentos, cit.

30. A.A. Marques de Almeida, *Capitais e Capitalistas no comércio da especiarias*, cit., p. 46.

privilégios dos mercadores alemães.³¹ A rede comercial instituída por João Francisco Affaitati visava, do ponto de vista comercial, entrar em contacto com os mercados europeus e ultramarinos e transaccionar a maior variedade possível de mercadorias de modo a diversificar os riscos e precaver uma eventual caída de interesse num produto específico. Do ponto de vista da estrutura da rede, esta estava organizada com a participação de: 1) membros da família cujos laços ficaram ainda mais estreitos por ligações matrimoniais – o casamento entre o sobrinho João Carlos e a filha Lucrezia; 2) mercadores cuja confiança estava provada por anos de trabalho em conjunto e por ligações mercantis antecedentes à vinda a Lisboa – Luca Giraldi e Giacomo de’ Bardi; 3) mercadores cuja confiança no âmbito comercial era provada e reconhecida - Francisco e Diogo Mendes.

Até a década de Sessenta do século XVI, a casa Affaitati manteve um papel de relevo na economia portuguesa e as suas filiais em Sevilha e Antuérpia chefiadas por membros da família e por familiares de Luca Giraldi e Giacomo de’ Bardi, geriam negócios de avultados capitais.

3. Redes mercantis italianas na segunda metade de Quinhentos: articulação e dinâmicas

No último quartel de Quinhentos, depois do falecimento de Luca Giraldi em 1565 e a consequente reorganização da sociedade comercial constituída por mercadores italianos e cristãos-novos acima sumariamente descrita, a situação político-económica de Portugal vivia uma conjuntura complicada devido à morte do rei D. João III (1557) que abria a questão da sucessão à coroa portuguesa³² uma vez que o príncipe D. João tinha falecido antes do pai (1553). Quando D. Sebastião, neto de D. João III, ascende efectivamente ao governo (1568) tendo alcançado a maioridade, a orientação das suas intenções é captada pelo embaixador veneziano em Madrid que a 10 de Outubro de 1570 informa o Senado de Veneza que o rei português “ha per le mani alcuni suoi disegni di afre alcune nuove imprese nell’Africa posta sopra l’Oceano, le quali haveranno bisogno di molte forze et di molta armata.”³³ À procura de dinheiro para a expedição africana, D. Sebastião pos em marcha uma reorganização do monopólio régio com um Regimento (1570) que visava a outorga da liberdade de importação de qualquer tipo de mercadoria oriental, especiarias inclusive. No entanto, a proibição de distribuir a mercadoria, que devia dar entrada nos armazéns da Casa da Índia, constituía um

31. IAN/TT, *Chancelaria D. João III*, L. 45, fl. 51v.

32. Não podendo aqui analisar essa questão, remete-se para Maria do Rosário de Sampaio Themudo Barata de Azevedo Cruz, *As Regências na menoridade de D. Sebastião*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, s.d.

33. Archivio di Stato di Venezia (ASV), Senato Secreta, Dispacci Ambasciatori, Spagna, filza 7, f. 114. Transcrição em Julieta Teixeira Marques de Oliveira, *Fontes Documentais de Veneza Referentes a Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1997, p. 42

limite importante que determinou o não cumprimento dos objectivos previstos. Assim, o rei foi obrigado a alargar condições favoráveis no que dizia respeito à distribuição das especiarias.

Entre os mercadores italianos que nesta altura encontravam-se em Lisboa e que comerciavam principalmente com os produtos orientais continuava activo o florentino Giacomo de' Bardi. Com uma grande experiência neste tipo de transacções e com relações de relevo no âmbito da comunidade italiana – recordamos a sua frequência com as famílias Giraldi e Affaitati, entre outras – Giacomo de' Bardi pode ser considerado o elo de ligação entre os avultados negócios dos mercadores italianos da primeira metade de Quinhentos e os novos rendosos contratos estipulados a partir da década de Setenta. Falecido em 1588, Giacomo de' Bardi³⁴ é, de facto, um mercador cuja experiência foi maturada ao longo dum período rico de mudanças políticas – desde D. João III até à perda da independência, passando pelas incertezas devidas aos vazios de governação – e de novas orientações económicas. A Giacomo de' Bardi foi outorgado em Março de 1575, o contrato da Mina e ao consórcio formado pelo genovês Antonio Calvo e pelo cristão-novo Manuel Caldeira foi entregue o arrendamento da alfândega por um período de 5 anos, entre 1571-1576. Eram, estes, os contratos “mejores que ay en este reino”.³⁵ Nas mãos de Antonio Calvo estava também o contrato das naus que partiam de Lisboa rumo ao Oriente.³⁶

Veja-se, portanto, que no último quartel de Quinhentos a coroa portuguesa estava afastada da exploração directa da rota do Cabo, tendo em conta que o Regimento de 1570 permitia a livre entrada no comércio oriental e os contratos mais lucrativos, os da Mina, o contrato das naus e da alfândega, estavam nas mãos de mercadores italianos, florentinos e genoveses.

Ora, é importante referir que em 1575 outro evento, embora externo ao reino de Portugal, teve repercussões na sua economia. Neste ano, de facto, a bancarrota sofrida pelo rei Filipe II de Castela determinou que a atenção de alguns dos mercadores – banqueiros genoveses que, desde 1528 detinham um importante papel no sistema económico dos Habsburgos,³⁷ se virasse para o mercado lisboeta aberto para quem tivesse dinheiro para entrar. É de realçar, no entanto, um outro factor que representava uma linha de força na estrutura comercial das famílias “italianas” sediadas na Península Ibérica: a cooperação e as estreitas relações

34. Sobre este mercador florentino estou a finalizar um estudo que irá ser publicado em breve.

35. Carta de Fernando de Morales de 19 de Março de 1575 in José Gentil da Silva, *Marchandises et Finances. Lettres de Lisbonne 1563-1578*, S.E.V.P.E.N, Paris, 1961, III, p.96.

36. Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), *Pombalina* 644, fl. 396.

37. M. Herrero Sánchez, “Una república mercantil en la órbita de la monarquía católica (1528-1684). Hegemonia y decadencia del agregado hispano-genovés”, in Bruno Anatra e Francesco Manconi (org.) *Sardegna, Spagna e Stati italiani nell'età di Carlo V*, Roma, Carocci, 2001, p. 186.

entre elas garantiam a continuidade na conservação de posições de privilégio. Elucidativo é a vinda para Lisboa, em 1576, do mercador genovês Stefano Lercaro.³⁸ Credor do rei Filipe II de 400.000 rs., Stefano Lercaro mantinha relações comerciais com o acima citado Antonio Calvo e, após o falecimento deste ocorrido em 1576, o substituiu no contrato do arrendamento da Alfândega a decorrer até 1582 em troca de uma quantia de 93 contos e meio de réis. Desde 1578, Stefano Lercaro tinha encabeçado também o contrato dos portos secos e comprado bens de raiz na capital portuguesa.³⁹

A confiança nos capitais dos genoveses –Lercaro era descendente duma das famílias mais em vista de Génova – e o circuito de relações onde estes se mexiam na corte portuguesa – apenas como exemplo destacamos que a filha de Antonio Calvo, Francisca, tinha casado com Cristóvão de Távora, conselheiro de Estado e depois camareiro – mor de D. Sebastião -⁴⁰ constituíam uma dupla irresistível na hegemonia genovesa que irá caracterizar a economia portuguesa a partir do último quartel até ao fim do século XVII.

A cena económica portuguesa da década de Setenta, até a tragédia de Alcaçér Quibir, foi, portanto, dominada pelas tentativas, por parte de D. Sebastião, de arrecadar dinheiro para a campanha de África e, nesse sentido, devem ser lidas quer as outorgas de contratos a genoveses, assim como a aproximação ainda mais enérgica com o grão duque de Toscana, cujo objectivo era entrar no comércio português com o Oriente para que o porto de Livorno, adquirido ao genoveses em 1421 pela quantia de 100.00 ducados, se tornasse num empório importante.⁴¹ No intuito de estabelecer acordos com o rei português e entrar em contacto com os mercadores italianos que já estavam envolvidos na rota comercial oriental, foi enviado para Lisboa, em 1576, o agente do grão-duque Antonio Vecchietti. Este, chegado a Madrid a 30 de Março de 1576, apresenta-se ao embaixador português sediado naquela cidade e é por ele informado que o rei português já tinha concluído com os alemães um contrato de quatro anos. Neste consórcio, Giacomo de' Bardi, que tinha ficado como responsável na praça de Lisboa da Companhia Affaitati a quem o rei era credor, detinha uma percentagem de 62,5%, sendo que o remanescente 37,5% era dos alemães.⁴²

38. Sobre este assunto veja-se N. Alessandrini, “Vida, história e negócios dos mercadores italianos no Portugal dos Filipes”, in P. Cardim, L. Freire Costa, M. Soares da Cunha (org.), *Portugal na Monarquia Espanhola-Dinâmicas de integração e de conflito*, Lisboa, Cham, 2013, pp. 112-113

39. Arquivo Nossa Senhora do Loreto (ANSL), *Livro Mestre das Receitas e Despesas*, fl. 8

40. Cf., N. Alessandrini, “La presenza genovese a Lisbona negli anni dell’unione delle corone (1580-1640)” in: *Génova y la Monarquia Hispánica (1528-1713)*, Società Ligure di Storia Patria, Genova, 2011, p. 76.

41. ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 689, fl.8. Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque de Toscana, de Lisboa, 10 de Setembro de 1576.

42. N. Alessandrini e S. Bastos Mateus, “Italianos e Cristãos-novos entre Lisboa e o império português em

Chegado a Lisboa a 9 de Abril de 1576, Vecchietti contacta Giacomo de' Bardi a quem mostra a carta onde o grão-duque expressava os seus pedidos e condições para uma eventual entrada no contrato das especiarias. Apesar das perplexidades mostradas por Giacomo de' Bardi no que dizia respeito a uma conclusão favorável do acordo, a necessidade de dinheiro líquido por parte do rei português abria alguma esperança à operação florentina, por isso, apesar de não ter conseguido o contrato, o grão-duque tinha ficado satisfeito com o movimento comercial que o porto de Livorno tinha vindo a registar. Para além das cartas de Vecchietti e de' Bardi de Setembro de 1576 nas quais se relata o bom andamento do negócio e se noticia a partida, em finais de Agosto, de 1500 cântaras de pimenta na nau Fantona e do apresto de um carregamento de 2500 cântaras na nau Bellina Raugea,⁴³ temos conhecimento da variada mercadoria que atracava em Livorno vinda de Lisboa em 1576 com caixas de açúcar destinadas a Simone Fantoni, verзино e couro a Fantoni e Nesi, entre outras mercadorias e outros destinatários.⁴⁴ O facto de o grão-duque poder dispôr de galês próprias era, como explica Giacomo de' Bardi na carta de 23 de Setembro 1576, uma mais valia para receber mais pimenta no porto de Livorno.⁴⁵

Em 1577 seguiu para Lisboa mais um mercador italiano, originário de Milão, Giovanni Battista Rovellasca.⁴⁶ Filho de Gerolamo Rovellasca, mercador milanês estabelecido em Antuérpia a partir de 1543 onde, ao lado da sua própria actividade comercial, se ocupava do negócio dos transportes das mercadorias de particulares. Em 1558, Gerolamo Rovellasca, devido ao transporte de um carregamento de armas de Milão para França, entrara em contacto com as casas comerciais do milanês Cesare Negrolo sediadas em Paris e Lyon. Aqui Giovan Battista Rovellasca aprendeu as técnicas comerciais e desenvolveu os seus conhecimentos nesta área, casando, anos mais tarde, com a filha de Cesare Negrolo, Clementia.

Em 1577, como já destacámos, o desenho da expedição africana arrastava D. Sebastião na procura de dinheiro e, por isso, constrangia-o a um processo de reestruturação dos contratos de trazida e distribuição das especiarias. Como já referimos, Giacomo de' Bardi e os alemães faziam parte do contrato da trazida

finais do século XVI-vínculos e parcerias comerciais”, in *Ammentu, Bollettino Storico, Archivistico e Consolare del Mediterraneo*, (7), 2015, p. 41

43. ASF, *Mediceo del Principato*, 689, fl.8. Carta de Antonio Vecchietti ao grão-duque. Lisboa, 10 de Setembro 1576.

44. ASF, *Mediceo del Principato*, 2079.

45. ASF, *Mediceo del Principato*, Ms. 689, fl.3.

46. Sobre a presença de Giovan Battista Rovellasca em Lisboa, seguimos de perto os trabalhos de N. Alessandrini, *Os italianos na Lisboa de 1500 a 1680: das hegemonias florentinas às genovesas*, Tese Doutoramento, Lisboa, Universidade Aberta, 2010, pp. 263 e seg. e Benedetta Crivelli, *Traffici finanziari e mercantili tra Milano e Lisbona nella seconda metà del XVI secolo*, Tese Doutoramento, Università degli Studi di Verona, 2012.

e Giovan Battista Rovellasca, juntamente com o milanês Giovan Battista Litta o vai integrar em 1578: os três possuíam no conjunto 3,5 quotas num total de 12. A mesma quantia de quotas era de propriedade dos cristãos-novos António Fernandes d'Elvas, Tomás Ximenes de Aragão e Luís Gomes d'Elvas e a maior parte, 5 quotas, pertenciam ao alemão Konrad Rott.⁴⁷ O contrato previa o adiantamento de dinheiro dos contratadores ao rei para a compra de trinta mil quintais de pimenta, quinze mil dos quais pertenciam ao contratadores que os podiam vender ao preço que achassem mais conveniente e quinze mil pertenciam ao rei que os vendia aos contratadores por 32 cruzados ao quintal.

A incerteza gerada pela tragédia de Alcácer Quibir levou à suspensão momentânea do contrato que, no entanto, foi reactivado em 1579 e continuou até 1584 já aquando da incorporação de Portugal na Monarquia Dual. Com o dinheiro, nomeadamente 250.000 escudos, que lhe foi assegurado pela companhia constituída pelo sogro Cesare Negrolo e por magnatas da finança da altura, entre os quais, Giovanni Battista Melzi, por sua vez sogro de Cesare Negrolo, Giovan Battista Rovellasca incorporou as 5 quotas de Konrad Rott que, entretanto, tinha entrado em falência em 1582, obrigando-se a pagar à volta de 83.333 rs. ao longo de três anos, de 1584 até 1586.⁴⁸

Apesar de Filipe II de Castela ter mantido e aceite os contratos estipulados antes de se ter tornado rei de Portugal (1580), tinha detectado, entretanto, algumas falhas na sua condução por parte dos mercadores – entre os quais Giovan Battista Rovellasca - e, aquando da estipulação do contrato da distribuição da pimenta, em 1584, quis interpelar novo parceiros, nomeadamente o Senado de Veneza. As informações enviadas pelo embaixador veneziano em Madrid e pelos mercadores venezianos “estantes” em Lisboa acerca das consequências favoráveis que uma retoma de ligações comerciais deste calibre teria tido para os comércios dos venezianos em Lisboa não convenceram, no entanto, o Senado veneziano. Após anos de hesitações e de respostas vagas por parte de Veneza, o rei Filipe I de Portugal celebrou o contrato, a 15 de Fevereiro de 1586, com Giovan Battista Rovellasca e Giraldo Paris a quem, um ano mais tarde, associaram-se os alemães (Konrad Rott, Welser e Fugger) e cristãos novos (Francisco e Pedro Malvenda e André e Tomás Ximenes).⁴⁹

Conclusão

47. James C. Boyajian, *Portuguese Trade in Asia under the Habsburgs, 1580-1640*, The John Hopkins University Press, Baltimore and London 2008, p. 20 e p. 265; também Alessandrini e Bastos Mateus, “Italianos e Cristãos-novos entre Lisboa e o império português, cit., pp. 41 e seg.

48. Cf. Giuseppe De Luca, *Commercio del denaro crescita economica a Milano tra Cinquecento e Seicento*, Milano, Il Polifilo, 1996, p. 94, n. 3

49. Valentin Vasquez de Prada, *Lettres Marchandes d'Anvers*, tome I, S.E.V.P.E.N. Paris, s.d., pp. 90-91

Estas páginas, apesar de não serem exaustivas, assinalam quanto o século XVI tenha sido determinante na formação e elaboração de redes comerciais que se foram aperfeiçoando ao longo das décadas. O importante circuito comercial criado pela expansão ultramarina levou os mercadores a definir modelos de actuação que iam ajustando segundo as ocasiões. No que diz respeito aos mercadores italianos, estes, desde o início do século XVI, agregaram-se em sociedades comerciais que deram um importante contributo ao mantimento e conservação do projecto expansionista da coroa portuguesa.

Dois foram os aspectos determinantes que contribuíram para o sucesso comercial das famílias de mercadores italianos ao longo do século XVI: 1) Os processos de cooperação entre grupos sociais diferentes; 2) a integração com as estruturas da burocracia da corte portuguesa.

No primeiro caso é evidente a heterogeneidade das sociedades mercantis que se formaram quer na primeira metade do século, quer na segunda. Ao lado de conhecidos e afamados mercadores italianos encontramos os seus congéneres cristãos novos e alemães. Universos religiosos e culturas muito diferentes que, no entanto, não impediam relações comerciais em que a confiança era a ponta de diamante.

O segundo caso remete para a integração destes mercadores no circuito da coroa e da sua administração através de contactos cuja tipologia era vária mas que os tornava detentores de privilégios régios cuja natureza era imprescindível para realizar processos mercantis de elevado nível.

Mecanismos de governança no comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1618)

Daniel Strum

Departamento de História da Universidade de São Paulo, Brasil

Este artigo é uma versão adaptada e atualizada daquele publicado em 2013 nos *Anais de História de Além-Mar*¹. Até pouco tempo a historiografia tendia a considerar que as condições de comércio existentes na Idade Moderna exigiam que os mercadores escolhessem seus agentes no ultramar dentre seus familiares ou então entre membros de grupos baseados em uma mesma etnia, religião ou pátria, para inibir o oportunismo². O comércio de açúcar levado a cabo pelos cristãos-novos em Portugal e no Brasil e por aqueles que abraçaram o judaísmo em Amsterdã no final do século XVII é frequentemente apresentado como exemplo dessa prática organizacional.

O açúcar foi uma das principais mercadorias transacionadas nos séculos XVI e XVII. Seu comércio impulsionou um dos principais eixos da economia atlântica que então emergia³. Fontes históricas de natureza e origens diversas informam

1. Daniel Strum, «Resiliência da diáspora e expansão do mercado de agentes ultramarinos no comércio atlântico moderno: os agentes dos mercadores judeus e cristãos-novos na rota do açúcar», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. XIV, 2013, pp. 145-176.

2. Ver os capítulos e bibliografia na coletânea: Ina Baghdiantz MCCABE et al. (ed.), *Diaspora Entrepreneurial Networks: Four Centuries of History*, Oxford, Berg, 2005. Recentemente essa concepção foi sendo questionada, analisando-se as relações heterogêneas, em termos de origem, de mercadores individuais, ou pequenos grupos deles, de grande vulto e que detinham uma posição de grande destaque em um nicho de mercado ou praça: Francesca TRIVELLATO, *The Familiarity of Strangers: The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period*, New Haven, Yale University Press, 2009; Ana Sofia Vieira RIBEIRO, *Mechanisms and Criteria of Cooperation in Trading Networks of the First Global Age: The case study of Simon Ruiz network, 1557-1597*, tese de doutoramento, Porto, Universidade do Porto, 2011; Tjil VAN-NESTE, *Global Trade and Commercial Networks: eighteenth-century diamond merchants*, London, Pickering & Chatto, 2011; Daviken STUDNICKI-GIZBERT, *A Nation Upon the Ocean Sea*, Oxford, Oxford University Press, 2007.

3. João Lúcio de AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, Clássica, 1988, pp. 233-269; Frédéric MAURO, *O Brasil, Portugal e o Atlântico 1570-1670*, Lisboa, Estampa, 1988, Vol. 1, pp. 137-141, 243, 254-265, 320-342, 378-380; Vol. 2, pp. 13-17; Joaquim Romero MAGALHÃES, «A Estrutura das Trocas», in José Mattoso (ed.), *História de Portugal*, Lisboa, Estampa, Vol. 3, 1999, pp. 314-316; Harold JOHNSON, «Desenvolvimento e Expansão da Economia Brasileira», in Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.),

que mercadores de origem judaica tinham um papel de destaque nesse comércio⁴. O sucesso dos mercadores de origem judaica é comumente atribuído a uma organização comercial fundada sobre relações de parentesco distribuídas, mais ou menos intencionalmente, ao longo da rota⁵.

Nova História da Expansão Portuguesa, Vol. VI (O Império Luso-Brasileiro 1500-1620), Lisboa, Estampa, 1992, pp. 240-251, 282-296; José Antônio Gonsalves de MELLO (ed.), «Os Livros das Saídas das Urças do Porto do Recife, 1595-1606», *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Pernambuco*, Vol. 58, 1985, pp. 24-25; Stuart B. SCHWARTZ, *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985, pp. 163-177; Vera FERLINI, *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenheiros no Nordeste colonial*, Bauru, Edusc, 2003, pp. 83-88; Manuel António Fernandes MOREIRA, *Os Mercadores de Viana e o Comércio do Açúcar Brasileiro no Século XVII*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1990, pp. 24-29, 135-140; Leonor Freire COSTA, *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2002, Vol. 1, pp. 57-80, 88-89; Regina Célia GONÇALVES, *Gueras e Açúcares: política e economia na Capitania da Parayba – 1585-1630*, Bauru, Edusc, 2007, pp. 181-225; Christopher EBERT, *The Trade in Brazilian Sugar: Brazil, Portugal and Northwestern Europe, 1550-1630*, tese de doutoramento, New York, Columbia University, 2004, pp. 183-199; Jonathan I. ISRAEL, *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*, Oxford, Clarendon Press, 1989, pp. 30-42; Jan de VRIES e Ad van der WOUDE, *The First Modern Economy – Success, failure, and perseverance of the Dutch economy, 1500-1815*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, p. 368; Clé LESGER, *The Rise of the Amsterdam Market and Information Exchange: Merchants, Commercial Expansion and Change in the Spatial Economy of the Low Countries c. 1550-1630*, Aldershot, Ashgate, 2006, pp. 85-92, 133-138, 258; Arjan POELWIJK, *In dienste vant suycckerbacken: De Amsterdamsse suikernijverheid en haar ondernemers, 1580-1630*, Hilversum, Verloren, 2003, pp. 55-56; Daniel Maurice SWETSCHINSKI, *The Portuguese Jewish Merchants of Seventeenth Century Amsterdam: A Social Profile*, tese de doutoramento, Waltham, Massachusetts, Brandeis University, 1979, pp. 142-144; J.W. IJZERMAN (ed.), *Journal van de reis naar Zuid-Amerika (1598-1601) door Hendik Ottsen*, Den Haag, Martinus Nijhoff, 1918, pp. 99-100, 103; ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO [AHMP], A-PUB-350, fls. 23v-25v; ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO [ADP], Cabido, livros 110, 113, 134; Francisco Ribeiro da SILVA, *O Porto e o Seu Termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*, Porto, Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 1988, Vol. I, pp. 112, 117-130, 163, 187-188, 226, 231-232, 335, 539-543, Vol. II, pp. 627, 639, 673-674, 696-698, 708, 746-757, 801-804, 839, 879-881, 1078-1079; Amândio Jorge Morais BARROS, *Vinhos de Escala e Negócios das Ilhas: para uma longa história das relações do Porto com os arquipélagos atlânticos no século XVI*, Porto, Grupo de Estudos História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

4. AHMP, A-PUB-45, fls. 323v-324v; J. A. G. MELLO, *Gente da Nação*, Recife, Massangana, 1996, p. 26; Anita NOVINSKY, *Cristãos Novos na Bahia*, São Paulo, Perspectiva, 1972, pp. 67-69; J. I. ISRAEL, «Spain and the Dutch Sephardim, 1609-1660», in J. I. ISRAEL, *Empires and Entrepots – The Dutch, the Spanish Monarchy and the Jews, 1585-1713*, London, Hambledon Press, 1990, pp. 355-383; Odette VLESSING, «New Light on the Earliest History of Amsterdam Portuguese Jews», in Jozeph Michman (ed.), *Dutch Jewish History*, Jerusalem, The Institute for Research on Dutch Jewry, Vol. 3, 1993, pp. 43-73, pp. 53-60; O. VLESSING, «The Portuguese-Jewish Merchant Community in Seventeenth-Century Amsterdam», in Clé Lesger e Leo Noordegraaf (ed.), *Entrepreneurs and Entrepreneurship in Early Modern Times – Merchant and Industrialist within the Orbit of the Dutch Staple Market – Hollandse Historische Reeks*, Vol. 24, 1996, pp. 223-225, 231-232.

5. Quase todos os historiadores que se debruçaram sobre a organização do comércio de açúcar desses mercadores de origem judaica dentro desse recorte cronológico e geográfico enfatizaram o papel vital do parentesco nas relações de agência: D. M. SWETSCHINSKI, *The Portuguese*, cit., pp. 134-291; *Idem*, «Kinship and Commerce – The Foundations of Portuguese Jewish Life in 17th-Century Holland», *Studia Rosenthaliana*, Vol. 13, n.º 2, 1979, pp. 52-74; J. A. G. MELLO (ed.), «Os Livros», art. cit., pp. 33-34; *Idem*, *Gente*, cit., pp. 5-79; L. F. COSTA, *O Transporte*, cit., Vol. 1, pp. 130-140, 160-161; J. I. ISRAEL, «The Economic Contribution of the Dutch Sephardic Jewry to Holland's Golden Age, 1595-1713», in J. I. Israel, *Empires*, cit., pp. 417-445, pp. 418, 420, 429; *Idem*, «Manuel Lopez Pereira of Amsterdam, Antwerp and Madrid: Jew, New Christian, and

No entanto, um olhar examinador revela que a maior parte das associações comerciais de longa distância dos mercadores desse grupo vinham de fora de suas famílias (*stricto sensu*) e muitas vinham mesmo de fora do grupo⁶. Este estudo de

adviser of the Conde-Duque de Olivares», in J. I. Israel, *Empires*, cit., pp. 251-253; David Grant SMITH, *The Mercantile Class of Portugal and Brazil in the Seventeenth Century: A Socio-Economic Study of the Merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*, tese de doutoramento, Austin, University of Texas at Austin, 1979, pp. 103-104, 153-154; F. MAURO, *O Brasil*, cit., Vol. 1, pp. 279-298; C. EBERT, op. cit., pp. 82-83, 88, 90, 97-98, 217; Eddy STOLS, «Os Mercadores Flamengos em Portugal e no Brasil antes das Conquistas Holandesas», *Separata dos Anais de História*, Vol. 5, 1973, pp. 30, 42. David Smith e Daniel Swetschinski admitem que a extensão de uma família às vezes era restrita, mas que esse problema podia ser minorado com a criação de alguns clãs com casamentos entre algumas poucas famílias: D. G. SMITH, *The Mercantile Class*, cit., pp. 137-138, 145, 154-155; D. M. SWETSCHINSKI, «Between the Middle Ages to the Golden Age, 1516-1621», in J. C. H. Bloom et al. (ed.), *The History of the Jews in the Netherlands*, Oxford, The Littman Library of Jewish Civilization, 2002, p. 81. Jonathan Israel, Eduardo d'Oliveira França e Sônia Siqueira, por outro lado, estendem o escopo dessa rede familiar ainda mais além; fazem-na compreender todos os membros da «nação» judaica/cristã-nova, contanto que judaizassem, aberta ou secretamente: J. I. ISRAEL, «Diasporas Jewish and non-Jewish and World Maritime Empires», in Ina Baghdiantz McCabe et al. (ed.), op. cit., pp. 3-26; Eduardo d'Oliveira FRANÇA e Sônia A. SIQUEIRA, «Introdução», in *Segunda Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo Inquisidor e Visitador Marcos Teixeira, Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618-1620*, São Paulo, 1966 (separata dos Anais do Museu Paulista, T. 17, 1963, pp. 151, 153-158, 160, 169-173. Outros autores, ainda que considerem que a pertinência a um grupo étnico ou religioso não era um fator importante, sustentam, mesmo assim, a importância do parentesco: D. G. SMITH, *The Mercantile Class*, cit., pp. 103, 119, 125-127, 168-169; Idem, «Old Christian Merchants and the Foundation of the Brazil Company, 1649», *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 54, n.º 2, maio 1974, pp. 233-259; L. F. COSTA, *O Transporte*, cit., Vol. 1, pp. 160-161, 291-293, 413-437, 515-587; L. F. COSTA, «Merchants Groups in the Seventeenth-Century Brazilian Sugar Trade. Reappraising Old Topics with New Research Insights», *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 2, n.º 1, Summer, 2004, pp. 1-11; E. STOLS, «Os Mercadores», art. cit., pp. 30, 42; M. A. F. MOREIRA, *Os Mercadores*, cit., pp. 35, 144-145, 206-207; C. EBERT, op. cit., pp. 14, 80, 82-83, 90, 97. Swetschinski admite que, a partir da metade do século XVII, mercadores que cresceram em Amsterdã e em outras comunidades judaicas não tinham outra opção que depender de contatos de segunda ou terceira mão – a maior parte dos quais eram herdados de suas famílias – como agentes em Portugal. Isso porque judeus não podiam nem imigrar nem viajar ao mundo ibérico livremente. Os cristãos-novos, por outro lado, emigravam constantemente para essas comunidades judaicas, diminuindo ainda mais a gama de parentes e membros do grupo no mundo ibérico a quem os judeus podiam recorrer. Swetschinski acrescenta que, dado os grandes riscos em entrar em associações com contatos distantes, muitos dos quais transcendiam as fronteiras do grupo, tais associações eram um privilégio de alguns poucos mercadores de destaque, cujo crédito e reputação garantiam sua confiabilidade e que os custos de agência por eles cobrados seriam proporcionais a sua reputação. Costa concorda com Swetschinski, acrescentando que os «contatos» de segunda e terceira mão da segunda metade do século XVII em Portugal mencionados por Swetschinski eram frequentemente cristãos-velhos: D. M. SWETSCHINSKI, *The Portuguese*, cit., pp. 215-221, 273-274; L. F. COSTA, *O Transporte*, cit., Vol. 1, pp. 160-161. Também tratando da segunda metade do XVII, Antunes minimiza o papel da pertinência ao grupo, particularmente entre os mercadores de maior estatura: Cátia ANTUNES, *Globalization in the Early Modern Period: The economic relationship between Amsterdam and Lisbon, 1640-1705*, Amsterdam, Aksant, 2004, p. 137.

6. As relações de agência nessa rota não foram ainda sistematicamente estudadas. A maior parte dos estudos explorou somente algumas poucas relações de alguns poucos mercadores. É verdade que Costa examinou as relações entre carregadores e consignatários nos contratos de fretes para viagens entre os portos portugueses e brasileiros, mas carregadores e consignatários eram apenas uma das várias funções desempenhadas por agentes comerciais ultramarinos. Ademais, Costa não considerou a origem étnica deles. Mais recentemente, Christopher Ebert se aproximou de um estudo mais metódico mapeando as «conexões internacionais» de alguns dos mercadores portugueses envolvidos nos processos inquisitoriais em torno de 1618. Cátia Antunes examinou as associações mercantis de alguns mercadores judeus e não judeus baseados em Amsterdã que comerciavam com Lisboa entre 1640 e 1705. Ela mostra alguns casos de associação tanto dentro como fora do grupo. Para esse

caso analisa o portfólio de agentes mantido por mercadores de origem judaica no Brasil (Bahia e Pernambuco) e nas cidades de Amsterdã e do Porto entre os anos de 1595 e 1618, a partir do cruzamento de dados colhidos de registros notariais do Porto e de Amsterdã e de documentos inquisitoriais sobre mercadores portugueses e luso-brasileiros e seus familiares⁷.

Os arranjos pelos quais os agentes comerciais desses mercadores eram contratados podem ser classificados em diferentes tipos, e cada tipo de arranjo apresentava uma diferente distribuição de familiares, membros do grupo e indivíduos que não pertenciam ao grupo (*outsiders*) dentre os agentes. Aqui, focarei somente os dois tipos de arranjos mais comuns, os quais eu denominei como arranjos fixos «maiores» e arranjos viajantes «menores», respectivamente.

Os arranjos fixos «maiores» pressupunham que os agentes tivessem residência fixa, ou ao menos permanecessem por muito tempo na outra praça. Envolviam confiar a esses agentes somas que podiam ser vultosas, muitas incumbências e ampla autonomia no manejo do capital do mandante por períodos de tempo geralmente extensos, ou extensíveis. Enquanto durassem, os agentes poderiam realizar um número grande de transações, algumas complexas, muitas vezes por iniciativa própria em favor do mandante. Assim, podiam vender mercadorias do mandante por prazos mais dilatados e a compradores que julgassem dignos de crédito. Podiam também ficar com os resultados de vendas em conta para empregar em empreendimentos futuros, assim como escolher os navios em que enviariam mercadorias, sacar letras de câmbios sobre mandante sem limites rígidos, etc. Esse tipo de arranjos envolvia, portanto, transações longas, complexas e realizadas de *motu proprio*, e eram mais dificilmente monitoradas pelo mandante e verificáveis por ele e por terceiros. Apesar disso, via de regra, esses arranjos não exigiam nenhum tipo de garantia real ou fiduciária por parte do agente.

Já os arranjos viajantes «menores» pressupunham que o agente viajasse aos centros de destino, levando consigo os bens, créditos e moedas confiados por seus mandantes. Esses arranjos envolviam pouco capital e autonomia em empreendimentos breves e pontuais, e frequentemente se lhes exigia fiadores e hipotecas⁸.

período posterior, Smith escrutinou a constituição dos consórcios que arrendavam os privilégios da Coroa portuguesa, mas ser parte de um desses consórcios não era o mesmo que ser um agente ultramarino: L. F. COSTA, *O Transporte*, cit., Vol. 1, pp. 296-305; D. G. SMITH, *The Mercantile Class*, cit., pp. 117-160; C. EBERT, op. cit., pp. 245-246; C. ANTUNES, op. cit., pp. 123-140.

7. Ver nota 8.

8. Para mais sobre os tipos de agência nessa rota, ver: D. STRUM, *The Portuguese Jews and New Christians in the Sugar Trade: Managing Business Overseas – Kinship and Ethnicity Revisited (Amsterdam, Porto and Brazil, 1595-1618)*, tese de doutoramento, Jerusalem, Hebrew University of Jerusalem, 2009, pp. 81-111; D. STRUM, *O Comércio de Açúcar: Brasil, Portugal e os Países Baixos (1595-1630)*, São Paulo, Versal – Odebrecht, 2012, pp. 437-461; L. F. COSTA, *O Transporte*, cit., Vol. 1, pp. 91-100, 123, 129-130, 156-158, 184, 189, 203, 232-235; 338-339, 442-448; C. EBERT, op. cit., pp. 153-155; J. I. ISRAEL, *Dutch Primacy*, cit., pp. 76-77; M. A. F. MOREIRA, *Os Mercadores*, cit., pp. 17, 121-122, 132-133, 143, n. 6, 206; Amélia POLÓNIA,

O escopo bem delimitado de suas atividades facilitava a verificação das ações do agente. Esses geralmente tinham estritos limites para saque de instrumentos de crédito sobre o mandante, balizas estreitas sobre o tipo de procedido que poderiam aceitar – dinheiro de contado, mercadoria de certa qualidade, instrumento de crédito de mercador de dada estatura, etc. – e de que forma o deveriam remeter: tipo de embarcação, itinerário, mestre de navio, etc. De ordinário, tinham de concluir a transação rapidamente e entregar todo procedido no retorno, remetê-lo pouco tempo depois de sua chegada ao destino ultramarino ou depositá-lo nas mãos de um agente residente do mesmo mandante.

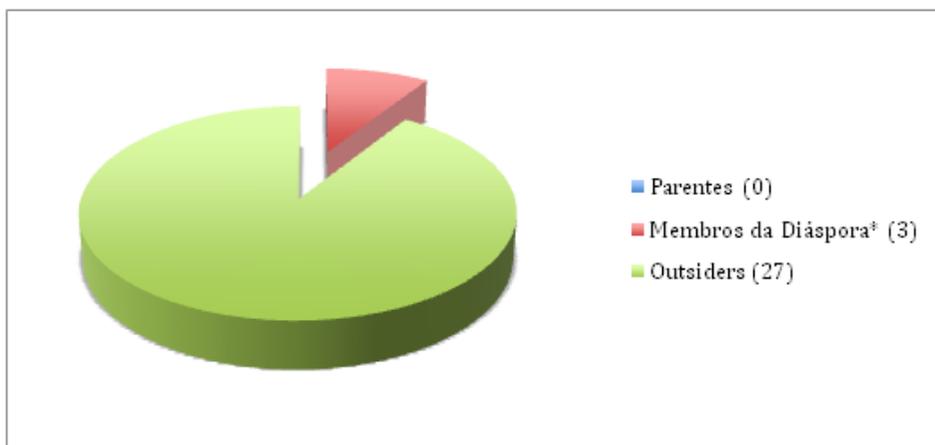
Os indivíduos empregados em arranjos fixos maiores eram mercadores bem estabelecidos, a quem se tinha por abastados e solventes, além de dotados de infraestrutura – armazéns, criados, caixeiros, etc. – e muitos contatos no mercado local. Em oposição, aqueles contratados para arranjos viajantes menores eram comerciantes modestos e mareantes.

Os dados extraídos dos registros notariais do Porto e de Amsterdã sobre arranjos viajantes menores estão resumidos no Gráfico 1. Essas transações e os indivíduos envolvidos nelas foram identificados em todos os instrumentos em que há referência expressa a um arranjo viajantes menores. Quase todas essas referências aparecem em contratos que prescreviam esses arranjos *ex ante*. Os mercadores provavelmente só se preocupavam em formalizar essas transações de pequeno vulto e duração quando estavam pouco familiarizados com os futuros agentes ou quando havia terceiros envolvidos na transação perante os quais o mandante queria se precaver. Se é verdade que algumas dessas menções *ex ante* se refiram a projetos nunca levados a cabo, por outro lado demonstram que tais relações entre os dois indivíduos eram seriamente consideradas pelas partes. Quanto às relações de parentesco e às origens desses indivíduos (cristão-novo, cristão-velho ou estrangeiro), foram estabelecidas com base na prosopografia construída sobre os documentos citados na bibliografia deste artigo⁹.

«Os Náuticos das Carreiras Ultramarinas», *Oceanos*, Vol. 38, abr.-jun. 1999, pp. 125-126; D. G. SMITH, *The Mercantile Class*, cit., pp. 135, 347-351, 360, 373-374, 376, n. 1; E. STOLS, «Os Mercadores», art. cit., pp. 29-30.

9. Para mais detalhes sobre a metodologia, ver: D. STRUM, *The Portuguese Jews*, cit., Caps. 2 e 3. As fontes manuscritas utilizadas para esta prosopografia estão mencionadas no final do artigo, junto com a bibliografia sob, respectivamente, ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT], Santo Ofício [STO] e Arquivo Distrital do Porto [ADP], Notariais [NOT]. Examinamos as fontes notariais de Amsterdã com base nos resumos em inglês publicados em: Wilhelmina Christina PIETERSE e E. M. KOEN (ed.), «Notarial records [deeds] in Amsterdam relating to the Portuguese Jews in that town up to 1639», *Studia Rosenthaliana*, Vol. 1, n.º 1, a Vol. 35, 1967-2001. Nos casos em que os resumos suscitaram dúvidas quanto à interpretação, os originais foram cotejados, cujos livros encontram-se citados na Bibliografia. Ademais, utilizamos: *PRIMEIRA VISITAÇÃO do Santo Ofício às partes do Brasil: confissões da Bahia 1591-1592*, Rio de Janeiro, F. Briguet, 1935; *PRIMEIRA VISITAÇÃO do Santo Ofício às partes do Brasil: denúncias da Bahia, 1591-1593*, São Paulo, Paulo Prado, 1925; *PRIMEIRA VISITAÇÃO do Santo Ofício às Partes do Brasil, Denúncias e Confissões de Pernambuco: 1593-1595*, Recife, Fundarpe, 1984; *SEGUNDA VISITAÇÃO do Santo Ofício às Partes do Brasil*

Os dados do Gráfico 1 indicam claramente que os indivíduos de fora do grupo preponderavam dentre aqueles empregados em arranjos de agências viajantes menores. O pequeno capital e autonomia restrita que lhes era confiado, assim como as garantias exigidas, não devem ser interpretados apenas como medidas de proteção contra aqueles que, por não pertencerem à família ou ao grupo do mandante, seriam menos confiáveis, de partida. Antes, esses atributos dos arranjos devem ser atribuídos à mobilidade, ao menor renome e aos poucos recursos desses mesmos indivíduos. Em princípio, tais qualidades diminuam o poder de dissuasão tanto do sistema legal quanto de mecanismos informais baseados em reputação profissional. Esses indivíduos tinham menos bens embargáveis, sua reputação representava um ativo de menor vulto e tinham um menor custo de oportunidade ao tentar recomeçar suas vidas alhures.



* Possivelmente membros da diáspora

Fontes: apenas notariais.

Gráf. 1 – Pertinência à família e ao grupo daqueles empregados em arranjos viajantes menores (números absolutos entre parênteses)

Os menores valores e a maior facilidade em se verificar as ações daqueles empregados em arranjos viajantes menores permitiam que, em tais arranjos, o oportunismo fosse dissuadido primariamente por um mecanismo informal que vinculava os ganhos futuros do agente à sua reputação profissional. O pequeno capital confiado por empreendimento reduzia, em termos absolutos, os ganhos imediatos com o oportunismo e os rendimentos futuros a partir do capital malversado. Por outro lado, a remuneração ganha por cada empreendimento tinha um impacto significativo sobre a renda modesta daqueles homens humildes. Portan-

pelo Inquisidor e Visitador Marcos Teixeira, Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618-1620, São Paulo, 1963 (separata dos Anais do Museu Paulista, T. 27).

to, ao trazerem lucros a seus mandantes, esses indivíduos aumentavam as chances de receber novos encargos desse e de outros mercadores com a promoção de sua reputação no meio mercantil, na mesma ou em outras praças.

Mercadores podiam crivelmente sinalizar com o reemprego daqueles indivíduos que se mostrassem honestos e competentes. Com efeito, esses eram re-empregados pelos mesmos ou outros mandantes¹⁰. Ao mesmo tempo, as fontes indicam que se esperava que os mercadores cooperassem menos, ou em nada, com aqueles que sabiam terem sido oportunistas¹¹. Os incentivos puramente profissionais funcionavam em todo o meio mercantil através das diferentes diásporas e praças comerciais entrelaçadas pela rota do açúcar.

As fontes mostram evidências diretas e explícitas tanto da possibilidade como da efetividade desses mecanismos. Um mercador portuense alegou perante os inquisidores que ele se recusara a empregar vários indivíduos que lhe procuraram para servi-lo em viagens ao Brasil. Também se recusara a recomendá-los a outros mercadores para as mesmas viagens. Suas negativas deveram-se, segundo ele, ao fato de que era notório que os candidatos haviam dado má conta dos ativos de outros principais em empreendimentos anteriores. Nas mesmas oportunidades, porém, esse mercador havia confiado carregamentos a outras pessoas em quem confiava¹².

Indivíduos que haviam servido com agentes também reclamavam do mal juízo que deles fizeram seus mandantes e que maculavam sua reputação. Outro mercador portuense alegava que seu ex-agente lhe tinha ódio mortal pois o mercador havia se queixado publicamente dele sobre a má conta que havia dado em um empreendimento de agência viajante ao Brasil¹³.

Ambos os casos procederam de estratégias de defesa em processos inquisitoriais e, portanto, podem ter sido exageradas ou mesmo inventadas para desacreditar possíveis denunciadores. Isso, no entanto, não invalida o funcionamento do mecanismo de reputação profissional. Possíveis exageros ou calúnias referir-se-iam a esses casos específicos. Todavia, a alegação só seria plausível se tal mecanismo fosse operante. Ambas narrativas não sugerem que a origem judaica tanto dos mandantes como dos agentes fosse significativa, mas sim apontam que os indivíduos experimentavam as consequências, positivas e negativas, de sua reputação na praça como um todo.

10. ANTT, STO, Inquisição de Lisboa [IL], proc. 3068, s.n. (sessão de 15 de novembro de 1621); IL, proc. 728, fls. 5v-6; ADP, Notariais, 2.º cart., série única [ADP, NOT, PO2], l. 37, fls. 48-50 (10 de junho de 1613).

11. Ver a operação do mesmo mecanismo em: A. S. V. RIBEIRO, op. cit., pp. 170-173.

12. ANTT, STO, IL, proc. 3418.

13. ANTT, STO, Inquisição de Coimbra [IC], proc. 5702, fls. 33v-34.

O caso do mestre inglês John Stevens é emblemático: em outubro de 1626, um tabelião registrou uma declaração a pedido de um mercador judeu-português, em Amsterdã. O mercador alegava que, há pouco mais de uma semana, um segurador neerlandês aproximara-se dele na Bolsa e entregara-lhe uma carta em que Stevens se queixava de que certos mercadores em Londres afirmavam que o mercador judeu-português havia dito aos seguradores do navio *London* – entre os quais, o neerlandês que lhe entregara a carta – que Stevens teria fugido com a embarcação. Os seguradores e o próprio tabelião afirmaram que nunca tiveram essa impressão do mestre, e o mercador judeu-português declarou que também sempre tivera uma boa impressão de Stevens, que acreditava ser um homem honesto e confiável, a quem estaria disposto a dar uma recomendação caso voltasse a Amsterdã.

Os rumores sobre a fuga do mestre levantavam suspeitas quanto à boa-fé de alguma das partes, sobretudo do mestre, ou de uma colusão dele com os segurados ou com os seguradores. O mestre tinha boas razões para aborrecer-se, já que possuía uma respeitável folha corrida com esse mesmo mercador, com outros judeu-portugueses em Amsterdã e com outra gente do trato nas praças neerlandesas, inglesas e ibéricas por onde transitava. No entanto, nas suas mãos já havia se perdido, três anos e meio antes, um navio inteiro, com sua carga e tripulação, apresados à força por piratas, alegava ele – o único a escapar da escravidão em Argel. Entre ambos os incidentes, Stevens pode ter levantado suspeitas ao desembarcar, voltando de Portugal à República Neerlandesa, no pequeno porto de Veere em pleno verão, quando não havia gelo na barra de Amsterdã.

A conjuntura sugeria cautela: guerra nos mares e em terra entre a República Neerlandesa e a Monarquia Hispânica, a infestação de piratas muçulmanos e um mestre que, não sendo nem português nem neerlandês, mas inglês, podia transitar com mais facilidade entre as duas esferas, mas, por outro lado, quiçá lhe fosse mais fácil fugir ou vender bens a piratas e corsários. Os notariais amsterdaneses mostram que, nesse ínterim, os mercadores judeus portugueses a quem Stevens servia monitoravam cuidadosamente suas atividades nos portos britânicos, neerlandeses e ibérico, fazendo registrar em cartório parte delas.

A reação enérgica do mestre aos rumores sobre sua fuga sugere que tais boatos poderiam ter consequências graves à sua carreira no transporte mercantil. Se comprovados, Stevens enfrentaria dificuldades em obter futuras contratações, não apenas em meio aos mercadores de origem judaica, mas também entre negociantes de diferentes grupos sediados na Monarquia Hispânica, na República Neerlandesa e mesmo no seu Reino Unido natal¹⁴.

14. W. C. PIETERSE e E. M. KOEN (ed.), op. cit., n.º [os números aqui indicados referem-se aos números dos documentos atribuídos pelas editoras da série nos volumes e fascículos constantes da bibliografia abaixo] 3177, 3328, 3329, 3334, 3472.

Os custos processuais e de oportunidade ao se valer do litígio tornavam o sistema jurídico pouco eficaz como garante do cumprimento com as normas em arranjos em que se delegava pequenas quantias aos agentes e em que os indivíduos empregados tinham poucos bens embargáveis¹⁵. Recorria-se ao sistema jurídico somente quando o mecanismo informal baseado na reputação profissional não havia sido suficiente para deter ou punir o oportunismo. Para esses casos, então, serviriam as fianças e hipotecas. À medida que os indivíduos empregados nesses arranjos construam uma reputação no meio mercantil, podiam, eles mesmos, tornarem-se mercadores e prosperarem econômica e socialmente, passando a ter mais a perder tanto com danos à sua reputação como com litígios¹⁶.

A eficácia do sistema jurídico e do mecanismo informal baseado na reputação profissional dependia de dois pré-requisitos. O primeiro era um sistema de normas padronizado e universal a todos os envolvidos no comércio e legalmente vinculante. O segundo era um sistema de informações que permitisse acessar a reputação dos agentes potenciais, monitorar as ações dos agentes empregados, punir os transgressores e incentivar os diligentes.

Comerciantes de diversas origens tinham expectativas significativamente coordenadas sobre a conduta comercial, a despeito de algumas diferenças regionais, geralmente bem conhecidas ou facilmente acessíveis. No final do século XVI, na Europa Ocidental e suas possessões ultramarinas, houve uma relativa uniformização e universalização das rotinas, contratos e regras comerciais costumeiros¹⁷. Via de regra, as rotinas mercantis produziam testemunhas e documentos, comumente privados e informais, sobre as transações realizadas. Tais documentos

15. Avner GREIF, «The Fundamental Problem of Exchange: A Research Agenda in Historical Institutional Analysis», *European Review of Economic History*, Vol. 4, n.º 3, 2000, p. 259.

16. A. GREIF, *Institutions and the Path to the Modern Economy: Lessons from medieval trade*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pp. 438-440; *Idem*, «Théorie des jeux et analyse historique des institutions: les institutions économiques du Moyen Age», *Annales: histoire, sciences sociales*, Vol. 53, n.º 3, 1998, pp. 597-633; *Idem*, «Commitment, Coercion and Markets: The Nature and Dynamics of Institutions Supporting Exchange», in C. Ménard and M. M. Shirley, *The Handbook of New Institutional Economics*, New York, 2005, p. 747.

17. W. C. PIETERSE e E. M. KOEN (ed.), op. cit., n.os 314, 618, 2560, 2604; ADP, NOT, PO2 l. 20, fls. 220v-223v (15 de outubro de 1603); l. 25, fls.146v-150 (12 de maio de 1606); 1º cart., 3.ª sér. [PO1], l. 133, fls.70-72v (20 de junho de 1612); l. 133, fls.77-79v (26 de junho de 1612); l. 133, fls. 162-163v (22 de setembro de 1612); l. 137, fls. 131-133 (11 de março de 1616); l. 137, fls. 141-143v (22 de março de 1616); Raymond Adrien de ROOVER, *L'évolution de la lettre de change*, Paris, Librairie Armand Collin, 1953, pp. 99-113; Herman van der WEE, *The Growth of the Antwerp Market and the European Economy (Fourteenth-Sixteenth Centuries)*, The Hague, Martinus Nijhoff, 1963, Vol. 2, pp. 348-349, 365-366; Gerard MALYNES, *Consuetudo: vel, lex mercatoria*, London, Adam Islip, 1622; Oscar GELDERBLUM e Joost JONKER, «Amsterdam as the Cradle of Modern Futures and Options Trading, 1550-1650», *Economy and Society in the Low Countries before 1850. Working Paper Series*, 2003-2009, p. 5; *COUTUMES DE LA VILLE D'ANVERS, dites antiquissimae*, ed. Jozef Monballyu, Leuven, Katholieke Universiteit Leuven; «PROVISÃO E REGIMENTO do consulado português», in J. F. Borges, *Fontes, especialidade, e excellencia da administração commercial. Segundo o Código Commercial Portuguez*, Porto, Typ. Commercial Portuense, 1835; D. STRUM, *The Portuguese Jews*, cit., pp. 288-292.

incluíam livros de contas, cartas comerciais, letras de câmbios, ordens de pagamento, antecedentes de notas promissórias, conhecimentos de cargas, faturas, apólices de seguros, recibos, quitações, etc. Outros documentos eram oficiais, como escrituras notariais, certidões aduaneiras e de balanças oficiais, registros portuários, etc. O costume mercantil tornava-se, progressivamente, vinculante judicialmente e tanto as testemunhas como documentos privados, produzidos no curso da mercancia, eram admitidos como prova em juízo¹⁸.

As informações relevantes para se avaliar a conduta dos atores circulavam em relativamente grande velocidade, volume e acuidade, tanto dentro de cada centro mercantil como entre eles, tornando mais difícil aos agentes esconderem suas identidades, ocultarem bens ou encobrirem o oportunismo, a inabilidade e a má vontade. Esse era o resultado da crescente padronização e subclassificação dos produtos e da mencionada uniformização das rotinas e instrumentos mercantis. Não menos importante para transmissão das informações eram os atributos das redes sociais do meio mercantil de cada praça comercial e do número crescente e diversificado de vínculos entre diferentes membros das diversas praças e dos padrões de navegação, frequentes.

Na maior parte dos centros comerciais, o comércio e as atividades inter-relacionadas à mercancia se davam dentro de áreas circunscritas e envolviam

18. F. TRIVELLATO, op. cit., pp. 158-168; T. VANNESTE, op. cit., pp. 4, 67, 88, 31; D. STRUM, *O Comércio*, cit., pp. 245-250, 326-345, 387, 404-407, 491; O. GELDERBLUM e J. JONKER, art. cit.; *COUTUMES*, cit.; R. A. ROOVER, *L'Évolution*, cit., pp. 86-87, 94-100, 108-109, 114, 122-125; R. A. ROOVER, «The Organization of Trade», in M. M. Postan et al. (ed.), *The Cambridge Economic History of Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, Vol. 3, 1963, pp. 53-57; G. MALYNES, op. cit., pp. 98-99, 394; H. WEE, «The Influence of Banking on the Rise of Capitalism in North-West Europe», in A. THEICHOVA et al. (ed.), *Banking, Trade and Industry: Europe, America and Asia from the Thirteenth to the Twentieth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 181-184, 188, n. 9; H. WEE, *The Growth*, cit., Vol. 2., pp. 340-349, 358, 365-366; Ramón CARANDE, *Carlos V y sus banqueros: la vida económica en Castilla (1516-1556)*, Madrid, Sociedad de Estudios y Publicaciones, Vol. I, 1965, pp. 323-324, 345-348; *CONSTITUIÇÃOENS SYNODAENS do Arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639 pelo Illustrissimo Senhor arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha e mandadas imprimir a primeira vez pelo illustrissimo senhor D. João de Sousa, arcebispo e senhor de Braga, primaz das Espanhas, do Conselho de Sua Magestade, e seu Sumilher da Cortina, & c.*, Lisboa, Miguel Deslandes, 1697, tit. LXVIII; Rodrigo MUÑOZ DE JUANA, «Scholastic Morality and the Birth of Economics: The Thought of Martín de Azpilcueta», *Journal of Markets & Morality*, Vol. 4, n.º 1, primavera 2001, pp. 31-36; Giovanni CECCARELLI, «Risky Business: Theological and Canonical Thought on Insurance from the Thirteenth to the Seventeenth Century», *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, Vol. 31, n.º 3, outono 2001, pp. 607-658; Domènec MELÉ, «Early Business Ethics in Spain: The Salamanca School (1526-1614)», *Journal of Business Ethics*, Vol. 22, n.º 3, 1999, pp. 182-184; Francisco RICO, «Resolutorio de cambios de Lázaro de Tormes (hacia 1552)», *Dicenda: Cuadernos de Filología Hispánica*, 7, 1987, pp. 117-131; António Augusto Marques de ALMEIDA, *Aritmética como Descrição do Real (1519-1679)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Vol. II, 1994, pp. 365-368; Virgínia RAU, «Aspectos do pensamento económico português durante o século XVI», in Virgínia Rau, *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa, Presença, 1984, pp. 99, 115; *ORDENAÇÕES MANUELINAS*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, l. 3, Tit. XLV; *ORDENAÇÕES FILIPINAS*, ed. Cândido Mendes de Almeida, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, l. 3, Tit. LIX, l. 4, Tit. LXVII, § 5; M. A. F. MOREIRA, *Os Mercadores*, cit., pp. 124-125; E. M. KOEN, «Duarte Fernandes, koopman van de Portugese natie te Amsterdam», *Studia Rosenthaliana*, Vol. 2, n.º 2, 1968, pp. 180, 187, 739.

um número restrito de atores. Esses atores desempenhavam atividades diversas e nem sempre competiam; portanto, nem sempre tinham interesse em reter informação sobre outros membros do meio mercantil. Os padrões de urbanismo, em que muitas famílias compartilhavam tetos e paredes-meias, de lazer e de sociabilização, que privilegiavam visitas e encontros, e de controle social, como visitas paroquiais e rondas de vizinhança, correntes da Idade Moderna, reforçavam os mecanismos de retro-alimentação (*feedback*) da informação¹⁹.

Amsterdã, no entanto, tornava-se paulatinamente uma praça menos íntima. Ali, as relações interpessoais próximas tendiam a ser menos eficazes. Porém, a adoção de organizações que concentravam o fluxo das informações ou intermediavam informações compensavam a crescente impessoalidade. Essas organizações incluíam a Bolsa, os corretores de produtos e serviços, as listas oficiais de preços, os correios, o Banco de Câmbio e a Câmara de Seguros²⁰.

Entre as praças, as práticas de navegação vigentes permitiam uma atividade de correspondência intensa e que pessoas percorressem essa rota repetidamente: mareantes, mercadores, migrantes, etc. Os pequenos veleiros nunca foram excluídos da rota do açúcar e menos ainda a navegação dispersa em várias embarcações. Tais práticas vigoraram mesmo nos períodos em que boa parte da navegação era feita em grandes embarcações ou quando se organizavam em pequenas frotas para proteção. Com maior ou menor dificuldade, era possível cruzar o Atlântico o ano todo. Ao mesmo tempo, sempre havia ganhos de arbitragem a serem

19. Para uma discussão detalhada sobre essas questões, ver: D. STRUM, *The Portuguese Jews*, cit., Caps. 4 e 5, e D. STRUM, *O Comércio*, cit., Cap. 10.

20. C. LESGER, op. cit., pp. 151, n. 46, 155, 214-257; Violet BARBOUR, *Capitalism in Amsterdam in the 17th Century*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1963, p. 75; J. I. ISRAEL, *The Dutch Republic. Its Rise, Greatness and Fall, 1477-1806*, Oxford, Clarendon Press, 1995, pp. 345-347; J. I. ISRAEL, *Dutch Primacy*, cit., pp. 74-78; J. VRIES e A. WOUDE, op. cit., pp. 147-149; W. C. PIETERSE e E. M. KOEN (ed.), op. cit., n.ºs 282, 1318, 1596, 1670; Marjolein 'T HART, «The Glorious City: Monumentalism and Public Space in Seventeenth-Century Amsterdam», in Patrick O'Breien et al. (ed.), *Urban Achievement in Early Modern Europe: Golden Ages in Antwerp, Amsterdam, and London*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001, pp. 131-132; Johannes Gerard van DILLEN, «The Bank of Amsterdam», in Johannes Gerard van DILLEN (ed.), *History of the Principal Public Banks*, London, Routledge, 1964, pp. 84-92; Pit DEHING e Marjolein 'T HART, «Linking the Fortunes: Currency and Banking, 1550-1800», in Marjolein 'T Hart et al. (ed.), *A Financial History of the Netherlands*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 45-49; Stephen QUINN e William ROBERDS, «An Economic Explanation of the Early Bank of Amsterdam, Debasement, Bills of Exchange, and the Emergence of the First Central Bank», *Federal Reserve Bank of Atlanta. Working Paper Series*, n.º 13, set. 2006, pp. 2-8, 19-27; 91; Maarten HELLEN, «De oude geuzen en de Opstand: politiek en lokaal bestuur in tijd van oorlog en expansie 1578-1650», in Willem Frijhoff e Maarten Prak, *Geschiedenis van Amsterdam, deel II-A: centrum van de wereld 1578-1650*, Amsterdam, SUN, 2004, pp. 290-295; Peter SPUFFORD, «Access to Credit and Capital in the Commercial Centers of Europe», in Karl Davis e Jan Lucassen (ed.), *A Miracle Mirrored: The Dutch Republic in European Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, pp. 309-310; Frank C. SPOONER, *Risks at Sea: Amsterdam Insurance and Maritime Europe, 1766-1780*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983, pp. 19, 22-23; Sabine Christa GO, *Marine Insurance in the Netherlands, 1600-1870*, tese de doutoramento, Amsterdam, Vrije Universiteit Amsterdam, 2009, pp. 73-95, 84, 122, 154.

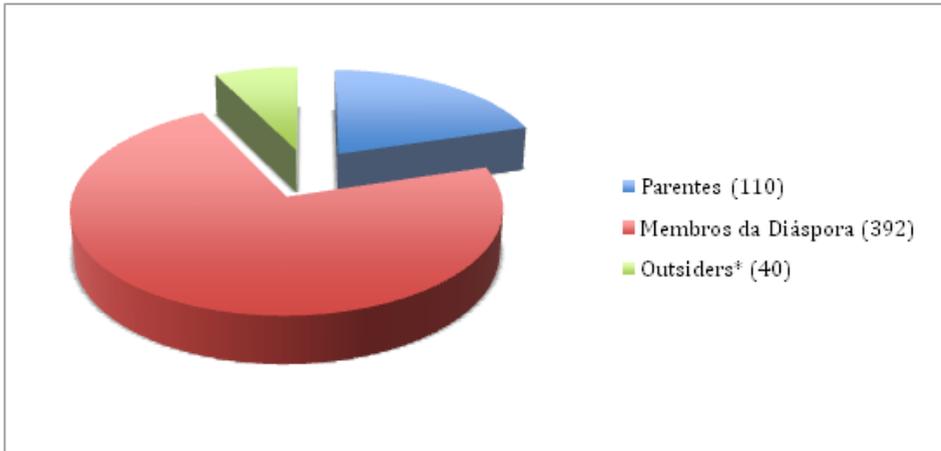
realizados, pois os engenhos trabalhavam quase o ano inteiro²¹. Cartas e viajantes reportavam as informações detalhadas que fluíam com vigor nos meios mercantis de cada praça.

Os atributos do sistema de informações e a crescente uniformização da rotinas mercantis ajudavam os mandantes a vincular os ganhos futuros ao comportamento pretérito também em arranjos fixos maiores. Ainda que esses arranjos pudessem ter longa duração, eram extinguíveis a pedido de uma das partes. Ademais, um mandante podia confiar mais ou menos ativos, de maior ou menor valor, de acordo com os resultados anteriores. Da mesma forma, podia pedir a repatriação do capital e dos rendimentos ou deixá-los aos cuidados do agente. Portanto, as receitas de suas atividades como agente – comissões sobre operações ou participação nos lucros – podiam alargar-se ou minguar dependendo de como seus mandantes, correntes e potenciais, avaliassem suas atividades e sua conduta. Ainda assim, esses arranjos envolviam maiores cabedais e dificuldade em se verificarem as ações do agente, em decorrência da amplitude da autonomia confiada ao agente e da complexidade e duração das transações. Implicavam, portanto, um maior risco por parte do mandante²².

21. L. F. COSTA, *O Transporte*, cit., Vol. I, pp. 178-179, 188, 196, 199-201, 203-204, 213-224, 250, 329-332; C. EBERT, op. cit., p. 108; D. STRUM, *The Portuguese Jews*, cit., pp. 202-203; D. STRUM, *O Comércio*, cit., pp. 282-287; R. C. GONÇALVES, op. cit., pp. 256-261; M. A. F. MOREIRA, *Os Mercadores*, cit., pp. 83-85; D. G. SMITH, *The Mercantile Class*, cit., pp. 166-168; F. MAURO, *O Brasil*, cit., Vol. I, pp. 121, 193, 281; Ambrósio Fernandes BRANDÃO, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Recife, Massangana, pp. 25, 30, 32, 37, 89-90; S. B. SCHWARTZ, *Sugar*, cit., pp. 99-106; Maria Lêda OLIVEIRA, *A História do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do século XVII*, Rio de Janeiro, Versal, 2008, Vol. 2, fls. 188-118v, 124; Pero de Magalhães GÂNDAVO, *Tractado da terra do Brasil no qual se contem a informação das cousas que ha nestas partes feito por Po de Magalhaes*, século XVII. Disponível em <http://purl.pt/211>, pp. 21-22; André João ANTONIL, *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas*, São Paulo, Edusp, 2007, pp. 155, 118-119, 163-165; F. C. SPOONER, op. cit., pp. 120-126, 252; João Paulo SALVADO et al. (ed.), *Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607-1633)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2001, pp. 341, 381; Fernão CARDIM, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000, p. 255; Diogo de Campos MORENO, *Livro Que Dá Razão do Estado do Brasil – 1612*, Recife, Arquivo Público Estadual, 1955, p. 178; Luiz Augusto Rebello da SILVA, *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1867, Vol. III, pp. 536-537; Gabriel Soares de SOUSA, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, Recife, Massangana, 2000, pp. 21, 96, 102; M. L. OLIVEIRA, op. cit., Vol. 2, fls. 101v-102, 188-188v; F. MAURO, «Le Brésil au XVIIe siècle: documents inédits relatifs à l'Atlantique Portugais», *Brasília*, Vol. 11, 1961 (separata), p. 170 ff.; V. RAU, «Aspectos», art. cit., pp. 147-191; Virgínia RAU e Maria Fernanda Gomes da SILVA, *Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1956, Vol. I, pp. 21-22; José Gentil da SILVA, *Stratégie des affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607: lettres marchandes des Rodrigues d'Evora et Veiga*, Paris, Librairie Armand Colin, 1956, p. 36; E. STOLS, «Os Mercadores», art. cit., p. 29; Luís Mendes de VASCONCELOS, *Do Sítio de Lisboa, Diálogos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990 [1608], p. 128; W. C. PIETERSE e E. M. KOEN (ed.), op. cit., n.os 75, 76, 77, 1102, 2603, 2604, 3117; ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU], ACL, CU, Consultas Serviço Real, Cód. 35, fls. 187-188, 14 de outubro de 1623; ACL, CU, Consultas de Partes, Cód. 33, fl. 5, Lisboa, 1621.

22. D. STRUM, *The Portuguese Jews*, cit., Caps. 2, 3 e 5.

Gráf. 2 – Pertinência à família e ao grupo daqueles empregados em arranjos fixos maiores
(números absolutos entre parênteses)



* Tanto positiva como provavelmente

Fontes: apenas notariais.

Essas relações são mencionadas tanto *ex ante* como *ex post* em uma miríade de tipologias de escrituras: procurações, contratos de frete, outros contratos diversos, quitações, composições amigáveis, protestos notariais, notificações, declarações, etc. Nesses documentos, um número finito de operações indicavam a existência de uma relação entre um mandante e um agente formado por um arranjo fixo maior: (a) uma carregação de mercadorias enviada por um consignador a um consignatário, (b) uma letra de câmbio emitida por um sacador sobre um sacado, (c) a menção a uma conta-corrente entre dois mercadores, (d) a clara constituição de alguém como um agente fixo alhures pelo mandante, (e) a designação de um ex-agente fixo com quem um procurador do mandante deveria fechar contas e (f) a constituição de um procurador para gerir os ativos recebidos de um ex-agente, após a liquidação das contas, por ordem do mandante. Nos últimos dois casos, a relação relevante é aquela entre o mandante, de um lado, e o ex-agente e o liquidante respectivamente, de outro. Foram deixadas de lado todas as procurações que não designavam seu objetivo expressa e detalhadamente, bem como aquelas outorgadas para a cobrança de dívidas, uma vez que podiam ser meras transferências de créditos a terceiros. É certo que, com a exceção da manutenção de contas-correntes, todas as outras operações também poderiam ser levadas a cabo por agentes empregados em arranjos viajantes. Contudo, para a maioria dos casos há um número de fontes diferentes com informações suficientes para determinar se os indivíduos empregados como agentes eram ou seriam residentes ou estantes por pouco tempo em uma certa praça. Porém, se nenhuma outra informação faz suspeitar ao contrário, os indivíduos são presumidos como residentes.

A grande maioria dos indivíduos contratados nesses tipos de arranjos por mercadores judeus e cristãos-novos pertencia ao mesmo grupo. Poucos, porém, eram parentes próximos: pais, filhos, irmãos, cunhados, genros, sogros, tios, primos-irmãos e sobrinhos, consanguíneos e colaterais, ou cônjuges de todos esses. Não deve se considerar surpreendente o pequeno número de parentes encontrado entre aqueles empregados em arranjos fixos maiores. Os mercadores nem sempre tinham parentes, com as qualidades desejadas, no lugar certo e na hora certa²³. O grupo oferecia uma gama mais ampla de agentes potenciais nas praças e no período em questão do que a família.

A predominância de membros do grupo nessa categoria de arranjos indica que tais arranjos eram sustentados primariamente por um mecanismo informal baseado na reputação dentro do grupo, ou diáspora. Não se pode totalmente desconsiderar essa inferência, alegando-se que os dados simplesmente refletem o fato de os cristãos-novos predominarem dentre os mercadores tanto em Portugal como no Brasil²⁴. Ainda que os cristãos-novos tivessem um papel de prominência na mercancia dentro do mundo português, e possivelmente constituíssem a maioria de seus comerciantes, o mesmo não é verdade para a República Neerlandesa. Em Amsterdã, os judeus estavam longe de ser maioria ou de ter uma posição de liderança no trato mercantil²⁵. Apesar disso, os mercadores de origem judaica no Porto, em Pernambuco e na Bahia preferiam empregar judeus em arranjos fixos maiores em Amsterdã, em detrimento de mercadores de outras origens, mais abastados e melhor posicionados.

Esses dados são consistentes, em parte, com estudos teóricos tanto de análise de redes sociais como da nova economia institucional, que predizem que os grupos pequenos, densos, com muitos laços fortes entre seus membros e com uma clara identidade coletiva têm um fluxo de informações interno de grande volume e velocidade, e as fontes de informações internas gozam de grande credibilidade. Tais redes sociais também gerariam maiores incentivos econômicos e sociais para o cumprimento das normas internas²⁶.

23. D. G. SMITH, *The Mercantile Class*, cit., pp. 137-138, 154; F. TRIVELLATO, op. cit., p. 222.

24. D. G. SMITH, *The Mercantile Class*, cit., pp. 17-18; A. S. V. RIBEIRO, op. cit., p. 108.

25. D. M. SWETSCHINSKI, *The Portuguese*, cit., p. 610, n. 1.

26. Ronald S. BURT, *Structural Holes: The Social Structure of Competition*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1992, pp. 14, 16-20; *Idem*, «Structural Holes versus Network Closure as Social Capital», in Nan Lin et al. (ed.), *Social Capital: Theory and Research*, New York, Aldine de Gruyter, 2001, pp. 50-51; Mark GRANOVETTER, «The Impact of Social Structures on Economic Outcomes», *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 19, n.º 1, inverno 2005, pp. 34-35; M. GRANOVETTER, «Problems of Explanation in Economic Sociology», in Nitin Nohria et al. (ed.), *Networks and Organizations*, Boston, Harvard Business School Press, 1992, p. 36; Duncan J. WATTS e Seven H. STROGATZ, «Collective Dynamics of ‘Small-World’ Networks», *Nature*, Vol. 393, 4 Jun. 1998, p. 441; A. GREIF, «Commitment», art. cit., p. 736; *Idem*, *Institutions*, cit., p. 445; *Idem*, «Contract Enforceability and Economic Institutions in Early Trade: The Maghribi Trader’s Coalition», *The American Economic Review*, Vol. 83, n.º 3, jun. 1993, pp. 536, 539; *Idem*, «The Fundamental Problem»,

É certo que a rede social do grupo judaico-cristão-novo era menor e mais densa que a das praças comerciais entrelaçadas pela rota do açúcar. A primeira rede abarcava uma grande proporção de laços de consanguinidade e casamento entre seus membros, que também sociabilizavam com maior frequência com pessoas da mesma origem. Não obstante, nesse período, a diáspora judaico-cristã-nova não era tão pequena, fechada, coesa e claramente identificada para que uma ameaça de ostracismo absoluto, econômico ou social, a um transgressor fosse tida como crível. Os membros da diáspora somavam algumas centenas nos três centros em estudo e apresentavam uma grande mobilidade geográfica, para muito além desses centros. Tampouco se esperava que os membros do grupo se abstivessem de estabelecer relações mercantis, inclusive de agência ultramarina, com quem não tivesse a mesma origem. Ademais, os cristãos-novos no Porto e no Brasil formavam um grupo poroso; casamentos exogâmicos, ainda que não predominantes, não eram incomuns, especialmente no Brasil. Finalmente, as práticas e as crenças religiosas, bem como a identidade de grupo e com o grupo, estavam longe de ser homogêneas, variando muito dentro da mesma família.

Mesmo em Amsterdã, onde organizações comunitárias judaicas iam gradualmente se desenvolvendo, a fé e a identidade estavam longe de ser homogêneas. Nesse período, a grande maioria dos membros da comunidade haviam crescido como católicos, ao menos nominalmente, no mundo hispânico, abraçando o judaísmo na República Neerlandesa. Ali, manifestaram diferentes visões e atitudes perante o normativo judaísmo rabínico, nem sempre de conformação. Alguns anos depois do período aqui estudado, as organizações comunitárias começariam a fazer uso da excomunhão como mecanismo de confessionalização e controle social. No entanto, os resultados desses meios severos se mostraram insuficientes, pois membros inconformados muitas vezes continuavam a viver às margens da comunidade organizada ou voltavam ao mundo hispânico, a despeito dos riscos de serem apanhados pela Inquisição, alguns para sempre²⁷.

art. cit., p. 274; Sally Engle MERRY, «Rethinking Gossip and Scandal», in Daniel B. Klein (ed.), *Reputation: Studies in the Voluntary Elicitation of Good Conduct*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, pp. 47-74; F. TRIVELLATO, op. cit., pp. 163, 221.

27. Sobre a identidade religiosa e coletiva (étnica, grupal, etc.) dos cristãos-novos e sefarditas ocidentais (retornados ao judaísmo aberto) há uma literatura vastíssima; ver, dentre outros, estes estudos e a bibliografia neles contida: Yosef KAPLAN, «The Social Functions of the Herem in the Portuguese Jewish Community of Amsterdam in the Seventeenth Century», in Jozeph Michman (ed.), *Dutch Jewish History*, Jerusalem, The Institute for Research on Dutch Jewry, Vol. 1, 1984, pp. 111-155; Y. KAPLAN, «Jewish Amsterdam's Impact on Modern Jewish History», in Michael Graetz (ed.), *Shöpferische Momente des europäischen Judentums in der frühen Neuzeit*, Heidelberg, Universitätsverlag C. Winter, 2000, pp. 46-52, 61-62; Y. KAPLAN, «The Travels of Portuguese Jews from Amsterdam to the 'Lands of Idolatry'», in Y. Kaplan (ed.), *Jews and Conversos*, Jerusalem, World Union of Jewish Studies, Magnes Press, 1985, pp. 197-224; Miriam BODIAN, *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in Early Modern Amsterdam*, Bloomington, Indiana University Press, 1999, pp. 18, 32-33; J. I. ISRAEL, «Spain and the Dutch Sephardim», art. cit., pp. 359, n. 16, 362-368; David L. GRAIZBORD, *Souls in Dispute: Converso Identities in Iberia and the Jewish Diaspora, 1580-1700*,

Portanto, em lugar do ostracismo completo, as punições intradiaspóricas envolviam a perda do tratamento preferencial como agente membro do grupo, o que era uma vantagem comparativa importante em um mercado com barreiras de entradas baixas e com muitos participantes, como era o do comércio do açúcar. O açúcar era um produto caro mas não propriamente de luxo, tinha um valor por volume não muito alto e seu comércio era menos intensivo em capital do que outros importantes artigos coloniais, como as especiarias, os escravos, os metais preciosos e pedrarias, ou itens de luxo tradicionais, como os têxteis finos²⁸. Tais atributos exigiam menores custos iniciais (de arranque). Ademais, o açúcar brasileiro não estava sujeito a políticas monopsonísticas ou monopolísticas e os embargos comerciais e políticas comerciais exclusivistas podiam – e com efeito eram – evadidos por meio de diferentes artifícios, a um custo adicional. Por fim, estrangeiros podiam sempre comerciar com o Brasil, Portugal e a República Neerlandesa, quando não diretamente, por meio de terceiros²⁹.

Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2004; A. NOVINSKY, op. cit., pp. 60-71; António José SARAI-VA, *The Marrano Factory: the Portuguese Inquisition and its New Christians*, Leiden, Brill, 2001, pp. IX-XIV, 231-341. Quanto ao número de indivíduos, ver: A. NOVINSKY, op. cit., pp. 165-175; J. A. G. MELLO (ed.), *Gente*, cit., pp. 6-7; Hubert P. H. NUSTELING, «The Jews in the Republic of the United Provinces: Origin, Numbers and Dispersion», in Jonathan I. Israel e Reinier Salverda (ed.), *Dutch Jewry: Its History and Secular Culture (1500-2000)*, Leiden, Brill, 2002, p. 48; Y. KAPLAN, «The Portuguese Community in Seventeenth-Century Amsterdam and the Ashkenazi World», in Jozeph Michman (ed.), *Dutch Jewish History*, Jerusalem, The Institute for Research on Dutch Jewry, Vol. 2, 1986, p. 26; Y. KAPLAN, «Jewish Amsterdam's Impact», art. cit., p. 31, n. 37 e 38. Ver também: Alexandre HERCULANO, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, Lisboa, Bertrand, 2 vols., 1975; J. L. AZEVEDO, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, Lisboa, Clássica, 1989; Maria Luiza TUCCI CARNEIRO, *Preconceito Racial: Portugal e Brasil-Colônia*, São Paulo, Brasiliense, 1983; Fernanda OLIVAL, «Juristas e Mercadores à Conquista das Honras: Quatro Processos de Nobilitação Quinhentistas», *Revista de História Económica e Social*, Vol. 4, n.º 2, 2002, pp. 7-53; *Idem*, «Structural Changes within the 16th-Century Portuguese Military Orders», *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 2, n.º 2, inverno 2004, pp. 1-20; Evaldo Cabral de MELLO, *O Nome e o Sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2000, pp. 174-181, 220-230; D. G. SMITH, *The Mercantile Class*, cit., pp. 334-356, 400-402, 416; A. NOVINSKY, op. cit., pp. 57-102; S. B. SCHWARTZ, *Sovereignty and Society in Colonial Brazil. The High Court of Bahia and its Judges, 1609-1751*, Berkeley, University of California, 1973, pp. 108-110; *Idem*, *Sugar*, cit., pp. 265-275; Sônia A. SIQUEIRA, *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial: ação do Santo Ofício na Bahia e Pernambuco na época das visitas*, tese de livre docência, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1994, pp. 149-151; A. J. R. RUSSELL-WOOD, *Fidalgos and Philanthropists: The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*, Berkeley, University of California Press, pp. 136-137.

28. O comércio dessas mercadorias intensivas em capital cobrava altos custos iniciais (arranque), não apenas nas operações puramente comerciais, mas muitas vezes também com a proteção. Seu trato era muitas vezes restringido por meio de políticas exclusivistas que não apenas buscavam desviar rendas econômicas (*rent seeking*), mas também visavam compensar os altos custos e investimentos envolvidos: V. BARBOUR, «Dutch and English Merchant Shipping in the Seventeenth Century», *The Economic History Review*, Vol. 2, n.º 2, jan. 1930, p. 265; S. C. GO, op. cit., p. 147; L. F. COSTA, *O Transporte*, cit., Vol. 1, pp. 179, 204-206, 370-372, 379-380. Ver também: C. EBERT, op. cit., pp. 38-39, 188-189, 198, 201-202, 205-208, 213; M. A. F. MOREIRA, *Os Mercadores*, cit., p. 64.

29. W. C. PIETERSE e E. M. KOEN (ed.), op. cit., n.os 283, 1521, 2594, 2596, 2622, 2706, 2707, 2721, 2987; J.W. IJZERMAN, «Amsterdamsche bevrachtingscontracten 1591-1602, 1. de vaart op Spanje en Portugal», *Economisch-Historisch Jaarboek*, Vol. 17, 1931, pp. 163-291; *Idem*, *Journal*, cit., pp. 99-100; E. M.

O que é mais: dentro da diáspora, a superposição de múltiplas relações de diversas naturezas – mercantis, sociais, familiares, etc. – permitia que incentivos e punições de caráter social, como o desprestígio, o alheamento e o ridículo, se somassem àqueles de ordem econômica puramente profissional³⁰. Esses incentivos dependiam menos de transações homogêneas, isto é, entre partícipes de mesma origem, mas na manutenção da identidade, densidade e laços fortes da diáspora. Tais atributos dependiam da continuidade da discriminação externa ou interna do grupo, um alto nível de endogamia e uma maior socialização entre seus membros do que com *outsiders*.

Em Portugal e no Brasil, mesmo aqueles cristãos-novos que não mantinham crenças e práticas judaicas estavam sujeitos a serem perseguidos pela Inquisição e submetidos a uma legislação, e prática social, que progressivamente discriminava aqueles que tinham descendência judaica. Possivelmente, o elemento mais forte de identidade comum a todo o grupo era essa vulnerabilidade que experimentavam. Já os judeus de Amsterdã teriam um estatuto indefinido e precário até 1619. Ao mesmo tempo, as comunidades judaicas formadas por ex-cristãos-novos na Europa Ocidental esforçavam-se por distinguir-se de seus correligionários de outras origens³¹.

A densidade dos laços atrelava-se à mobilidade e à migração. No caso da República Neerlandesa, a migração tendia a ser assimétrica, majoritariamente imigratória, já que aqueles que tivessem abraçado o judaísmo, ou mesmo nascido nele, enfrentavam graves riscos ao permanecerem no mundo ibérico. Todavia, ainda tardaria algumas décadas para que essa assimetria enfraquecesse os laços pessoais entre os judeus em Amsterdã e seus parentes e conhecidos sob égide dos

KOEN, art. cit., pp. 188, 191, 193; D. M. SWETSCHINSKI, *The Portuguese*, cit., pp. 165-166; *Idem*, «Between the Middle Ages», art. cit., p. 7; J. I. ISRAEL, «The Economic Contribution», art. cit., pp. 421, 423; *Idem*, «Spain and the Dutch Sephardim», art. cit., pp. 371-373, 376-377; *Idem*, *Dutch Primacy*, cit., p. 58, 125, 132, 137; *Idem*, «Spain, the Spanish Embargo, and the Struggle for the Mastery of World Trade, 1585-1660», in J. I. Israel, *Empires*, cit., pp. 191-192, 194-199; Engel SLUITER, «Os Holandeses no Brasil Antes de 1621», *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol. 46, 1967, pp. 191-199; C. EBERT, op. cit., pp. 33, 44-45, 77, 100, 177, 241-244; L. F. COSTA, *O Transporte*, cit., Vol. 1, p. 63; O. VLESSING, «The Portuguese-Jewish», art. cit., pp. 238-239; O. VLESSING, «New Light», art. cit., p. 53.

30. A. GREIF, «Commitment», art. cit., p. 734; S. E. MERRY, art. cit., pp. 64-70.

31. Arend H. HUUSSSEN Jr., «The Legal Position of the Jews in the Dutch Republic c. 1590-1796», in Jonathan I. Israel e Reinier Salverda (ed.), *Dutch Jewry: Its History and Secular Culture (1500-2000)*, Leiden, Brill, 2002, pp. 25-41; A. H. HUUSSSEN Jr., «The Legal Position of the Sephardi Jews in Holland, Circa 1600», in Jozeph Michman (ed.), *Dutch Jewish History*, Jerusalem, The Institute for Research on Dutch Jewry, Vol. 3, 1993, pp. 19-41; Y. KAPLAN, «Jewish Amsterdam's Impact», art. cit.; *Idem*, «The Portuguese Community», art. cit.; *Idem*, «The Self-Definition of the Sephardic Jews of Western Europe and their Relation to the Alien and Stranger», in Benjamin R. Gampel, (ed.), *Crisis and Creativity in the Sephardic World – 1391-1648*, New York, Columbia University Press, 1997, pp. 121-145; D. M. SWETSCHINSKI, «Between the Middle Ages», art. cit.; M. BODIAN, op. cit., pp. 14-15, 29.

Habsburgos³².

Os incentivos, positivos e negativos, econômicos e sociais, baseados na reputação dentro do grupo, apesar de suas ineficiências, eram mais eficazes para assegurar o cumprimento com as normas do que tanto o mecanismo baseado apenas na reputação profissional nos meios mercantis como o sistema jurídico. No entanto, a eficácia impressa pelos atributos do grupo estava circunscrita à extensão do mesmo grupo. Por isso, em transações que eram mais definidas, mais facilmente verificáveis e envolviam menores somas, as vantagens de um mecanismo assente nos atributos do grupo eram amiúde preteridas em favor de maiores escopo e escalabilidade nas transações.

Também nos arranjos fixos maiores, o sistema jurídico funcionava como uma alternativa secundária. Isso sugerido pelo fato de esses arranjos não exigirem fianças ou hipotecas, justamente daqueles que tinham mais bens embargáveis pela justiça. O preterimento do sistema jurídico também se infere da grande informalidade que caracterizava a relação entre mandantes e agentes, que rotineiramente dispensava a notariação dos contratos ou a formalização dos documentos, aceitando papéis privados como registro das transações e prestação de contas sobre elas³³.

Ser relegada a um segundo plano, por conta dos custos com os processos, da demora nas decisões e da incerteza de seus resultados, não implica que a via judicial não fosse considerada. Pelo contrário, ela era não só factível, como frequentemente utilizada³⁴. Aceitava-se o ajuizamento a pedido de residentes no exterior, por meio de procuradores, e mesmo em tempos de guerra entre a Monarquia Hispânica e a República Neerlandesa, muitas vezes por via de praças e foros intermediários.

Os Países Baixos Meridionais, católicos e leais aos Habsburgos, e os países neutros, como Hamburgo, serviam como ponte entre a República e o mundo ibérico em litígios, incluindo o embargo (arresto) cautelar de bens. Um homem de

32. D. M. SWETSCHINSKI, *The Portuguese*, cit., pp. 218-221.

33. D. STRUM, *O Comércio*, cit., pp. 246, 342-345, 411-415.

34. Trivellato tece uma série de críticas, acertadas, à eficácia dos tribunais em termos de celeridade, perícia e equidade, além dos conflitos de jurisdição entre eles, etc. Tais mazelas levariam os mercadores a minimizarem a possibilidade de ajuizarem um processo. Todavia, a despeito de todas suas críticas, ao fim e ao cabo, o caso do «grande diamante», envolvendo os judeus sefarditas ocidentais de Livorno e um judeu persa, ao qual dedica um capítulo de seu livro, acabou sendo resolvido pela via judicial. O que é mais, a autora também cita uma série de documentos produzidos no curso do comércio e anexados à correspondência comercial – como conhecimentos de cargas, protestos de letras de câmbio, apólices de seguro e as próprias missivas – que valiam como prova em juízo. Isso indica que, por pior que fossem os resultados do sistema judicial e por menor que fosse o recurso a ele, os mercadores o consideravam um recurso de alguma serventia: F. TRIVELLATO, op. cit., pp. 154, 159-162, 261-270. Vanneste reitera as mesmas críticas, porém, em outra passagem, ressalta que boa parte da correspondência mercantil sobreviveu aos tempos graças ao seu uso em ajuizamentos de falências: T. VANNESTE, op. cit., pp. 29, 176.

negócios ou do mar inadimplente ou fraudador quisesse seguir com suas atividades no porto de residência de seu credor ou em um porto neutro, estaria sujeito a ter sua pessoa e seus bens apanhados por lá³⁵.

Mesmo que ambos os mecanismos que ultrapassavam as divisões diaspóricas, nomeadamente a via judicial e os incentivos econômicos baseados na reputação profissional nas praças mercantis, fossem menos eficazes do que os incentivos sociais e econômicos dentro do grupo, os dois primeiros tinham uma eficácia expressiva. Ambos permitiam que também houvesse mercadores de fora do grupo empregados em arranjos de agência fixa maior. O fato merece atenção já que se trata de um período em quem havia um grande número de mercadores cristãos-novos e judeus bem posicionados em todos os centros estudados. Muitos deles eram conhecidos pessoalmente pelos mercadores do grupo alhures. Dito de outra forma, os membros do grupo não precisavam de *outsiders* para comerciar ao longo da rota.

O que é mais: os casos de os agentes fixos maiores que foram positivamente identificados como pessoas de fora do grupo não foram incumbidos com empreendimentos marginais, em que se condescendia em um risco extra. Pelo contrário, eles estiveram envolvidos em empresas bastante significativas. Incluem dois pares de correspondentes bastante estáveis, o carregador de uma grande quantidade de açúcar, dois liquidadores de contas com o ex-correspondente e irmão de seu mandante, e um sexto que foi tanto carregador de açúcar como consignatário substituto de um carregamento vultoso de escravos³⁶. Portanto, as instituições públicas e privadas que sustentavam o comércio viabilizavam relações com *outsiders* como agentes fixos maiores. Em consequência, *outsiders* eram por vezes preferidos nessas transações, por conta de suas qualidades individuais e da transação em causa³⁷.

Essas relações interdiaspóricas também eram sustentadas, primeiramente, pelos incentivos econômicos baseados na reputação profissional. É certo que a presença expressiva de mercadores judeus e cristãos-novos nas principais praças dos três vértices da rota do açúcar – Brasil, Portugal e Países Baixos – ajudava-os

35. W. C. PIETERSE e E. M. KOEN (ed.), op. cit., n.º 3344; ADP, NOT, PO2, l. 8, fls. 134-135 (1 de julho de 1597); 170v-173 (19 de julho de 1597); PO4, 1.ª sér., l. 8, fls. 233v-235 (2 de Setembro de 1621); Para uma discussão mais detalhada, ver: D. STRUM, *The Portuguese Jews*, cit., pp. 295-307.

36. W. C. PIETERSE e E. M. KOEN (ed.), op. cit., n.ºs 95, 98, 109, 125, 135, 138, 496, 1261, 1751; ADP, NOT, PO2, l. 34, 120v-122v; l. 34, fls. 122v-124v; l. 40, fls. 63-64.

37. Trivellato aponta o mesmo, sugerindo que a opção por *outsiders* quando havia membros do grupo na mesma praça se dava pelos melhores resultados que se esperava delas por sua maior competência, fiabilidade e influência na praça (posicionamento): F. TRIVELLATO, op. cit., pp. 210, 221-223. No entanto, a pesquisadora não considerou de que modo a maior ou menor presença de parentes ou membros do grupo variava segundo os atributos da transação, indicando uma maior eficácia de certa instituição para a segurança da transação em causa e menor para outra transação.

a obter informações sobre os agentes em outros centros. Consequentemente, um indivíduo que tivesse se mostrado pouco confiável ou apto perante um mandante pertencente ao grupo judaico-cristão-novo, talvez tivesse mais dificuldades de ser confiado com novas empreitadas por parte de membros desse grupo do que por outros mercadores *outsiders*. Portanto, o bom posicionamento de membros do grupo ao longo da rota emprestava maior credibilidade aos incentivos econômicos quando se empregava *outsiders*³⁸. Por outro lado, os mesmos *outsiders* não dependiam de mercadores judeus e cristãos-novos para atuar nessa rota; podiam também se valer, e com efeito se valiam, de indivíduos de outras origens nas mesmas praças. Cristãos-velhos, neerlandeses e outros estrangeiros atuavam em Portugal, e mesmo no Brasil, e indivíduos de diversas origens não ibérica ou judaica eram ativos nos Países Baixos³⁹.

Para os mercadores, empregar *outsiders* contribuía para uma estratégia de diversificação. Era prática comum manter vários agentes no mesmo lugar, se não simultaneamente ao menos dentro de curtos períodos de tempo, como indica o Gráfico 3. Mesmo mercadores que tinham parentes empregados como agentes fixos maiores muitas vezes tinham um ou mais agentes que não eram membros de suas famílias, ou nem mesmo do grupo em encargos semelhantes no mesmo lugar e tempo⁴⁰. Essa multiplicidade era acompanhada pela variedade, ou seja, o emprego de agentes simultâneos, mas dotados de características pessoais diferentes através de diversos arranjos de agência⁴¹.

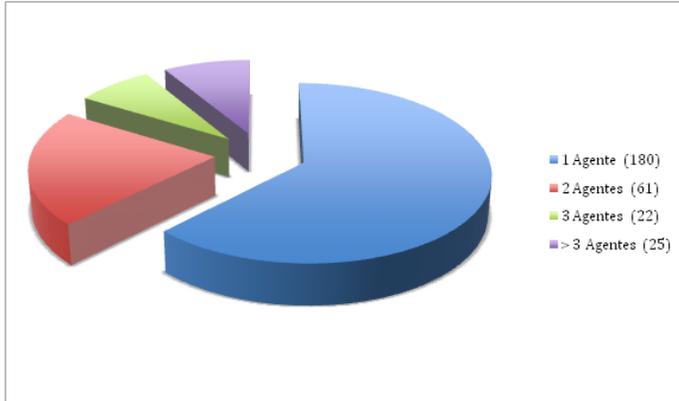
38. Trivellato ressalta o fato para o aspecto das informações e destaca que o fato de os sefarditas terem grande relevo no nicho das exportações de corais mediterrâneos e importações de diamantes indianos: F. TRIVELLATO, op. cit., pp. 210, 214-215, 218, 221.

39. Dentre os outros grupos de afinidade (religião, etnia ou lugar de origem) com papel proeminente no comércio açucareiro, poderíamos destacar os mercadores da vila de Viana (atual Viana do Castelo), os quais, contudo, dependiam de mercadores de outros grupos para negociar com o Norte da Europa. Havia cristãos-novos entre os vianenses, mas, segundo Moreira, seriam minoria entre os homens de negócio da vila. Também tiveram grande relevo os diversos grupos estrangeiros (não portugueses), com destaque para os «flamengos» (termo que se aplicava aos oriundos dos Países Baixos, em geral, e mesmo aos de fala germânica naturais do Noroeste continental europeu), que se estabeleceram em Portugal, nas ilhas e no Brasil, em maior ou menor volume, até a interdição da presença estrangeira no Brasil, em 1605, e mesmo depois dela. Ainda em 1618, havia «flamengos» e outros estrangeiros vivendo de contínuo no Brasil, com conhecimento das mais altas autoridades na colônia: M. A. F. MOREIRA, *Os Mercadores*, cit., pp. 7-23, 35, 144-145; *Idem*, «O porto de Viana do Castelo na época dos Descobrimentos, abordagem das fontes», in Inês Amorim et al. (ed.), *O Litoral em Perspectiva Histórica (Sécs. XVI-XVIII): Actas*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 41-46, *Porto de Viana*; BIBLIOTECA DA AJUDA [BA], 51-VIII-5, fl. 123; 51-VIII-9, fl. 97; 51-V-71, fl. 84; João Paulo SALVADO et al. (ed.), op. cit., Doc. 46, pp. 221-223, Doc. 65, pp. 241-242, Doc. 68, pp. 246-247, Doc. 69, pp. 247-248, Doc. 75, pp. 259-260; F. R. SILVA, *O Porto*, cit., Vol. 1, pp. 330, 338-339; E. STOLS, «Os Mercadores», art. cit., pp. 36-37; *Idem*, «Convivências e Convivências Luso-Flamengas na Rota do Açúcar Brasileiro», *Ler História*, n.º 32, 1997, pp. 119-147.

40. Tomamos um período de quatro anos antes e depois da referência feita pela fonte sobre a relação (diária), período durante o qual é razoável supor que a relação tivesse subsistido, principalmente quando a fonte faz menção *a posteriori* ou formalize o início de uma relação.

41. Costa construiu tabelas para carregadores e consignatários registrados em contratos de fretes portugueses

Gráf. 3 – Número de mercadores com 1, 2, 3 ou mais de três agentes fixos maiores no mesmo centro além-mar aproximadamente ao mesmo tempo (números absolutos entre parênteses)



Fontes: apenas notariais.

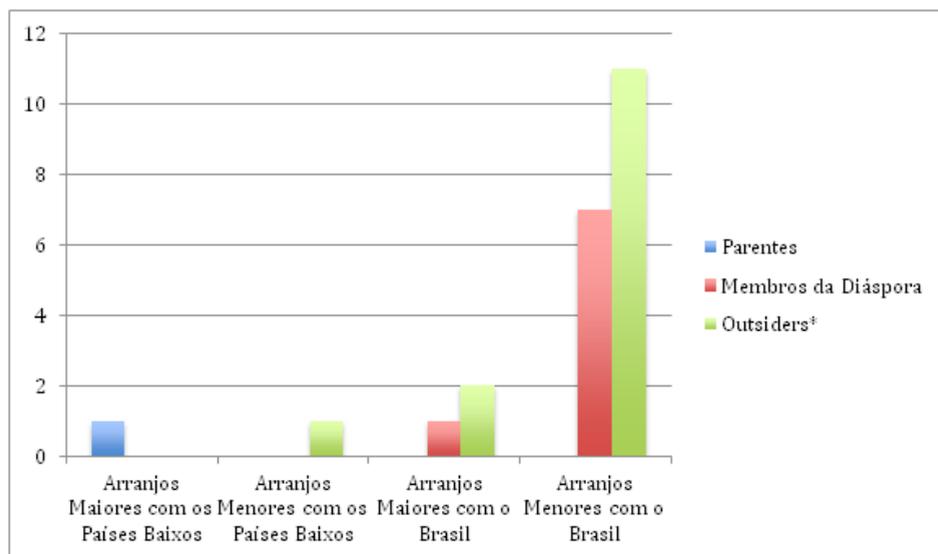
O caso mais bem documentado de multiplicidade e variedade é o do mercador cristão-novo portuense Álvaro de Azevedo, sumarizado no Gráfico 4⁴². Muitos outros casos podem ser mencionados, ainda que nem todos portfólios podem ser tão ricamente descritos. Quando se contrastam informações oriundas de fontes de natureza e origem distintas – como os notariais portuenses, os amsterdaneses e os documentos inquisitoriais, torna-se evidente que a documentação só nos deixa apreender a ponta de um *iceberg*. Muitos dos agentes mencionados em fontes inquisitoriais não foram registrados em fontes notariais, e quando as fontes notariais mencionam os mesmos indivíduos, esses muitas vezes aparecem como servindo a mercadores diferentes e/ou ao mesmo mercador, mas em empreendimentos diferentes. Registros de Amsterdã mencionam agentes de mercadores portuenses sobre os quais os notariais da cidade duriense não fazem menção⁴³.

para o Brasil, a partir dos quais concluiu que, de 1614 em diante, os mercadores tenderam a manter apenas um correspondente em cada centro devido ao acirramento da pirataria norte-africana, a qual teria desencorajado os candidatos a agentes viajantes: L. F. COSTA, *O Transporte*, cit., Vol. 1, pp. 300-306. Meus resultados, ainda que só se refiram a agentes de mercadores de origem judaica, porém extraídos de um universo de fontes mais variado, não permitem deduzir que tal diversificação tenha diminuído durante o período pesquisado. Na realidade, os dados sugerem que o recurso a agentes viajantes, particularmente os que levavam grandes carregamentos, aumentaram durante o período. Creio que a pirataria turca e berbere, ao incidir sobre o transporte e o fluxo de informação, exigia um controle direto maior sobre os mestres de navios e os carregamentos a bordo, bem como o aumento do número de portadores de informação em cada embarcação proativamente. Smith também relata casos de multiplicidade no portfólio de agentes e Ebert o enfatiza também: D. G. SMITH, *The Mercantile Class*, cit., pp. 346-347, 357; C. EBERT, op. cit., pp. 84-86, 95.

42. W. C. PIETERSE e E. M. KOEN (ed.), op. cit., n.º 950; ADP, NOT, PO2, l. 29, fls. 122v-125v; l. 30, fls. 117-118; l. 35, fls. 100-102; l. 36, fls. 304v-306; l. 37, fls. 48-50; l. 39, fls. 157-158v; l. 40, fls. 45-46; l. 41, fls. 57v-58v; ANTT, STO, IC, 3217, fls. 45v-46; IL, 728, fls. 5v-6, 7, 58v, 123v, 129-131, 154-154v, 230.

43. D. STRUM, *The Portuguese Jews*, cit., pp. 162-163, 171-172.

Gráf. 4 – O portfólio de Álvaro de Azevedo entre 1609 e 1615 (números absolutos)



* Tanto positiva como provavelmente

Fontes: notariais e inquisitoriais.

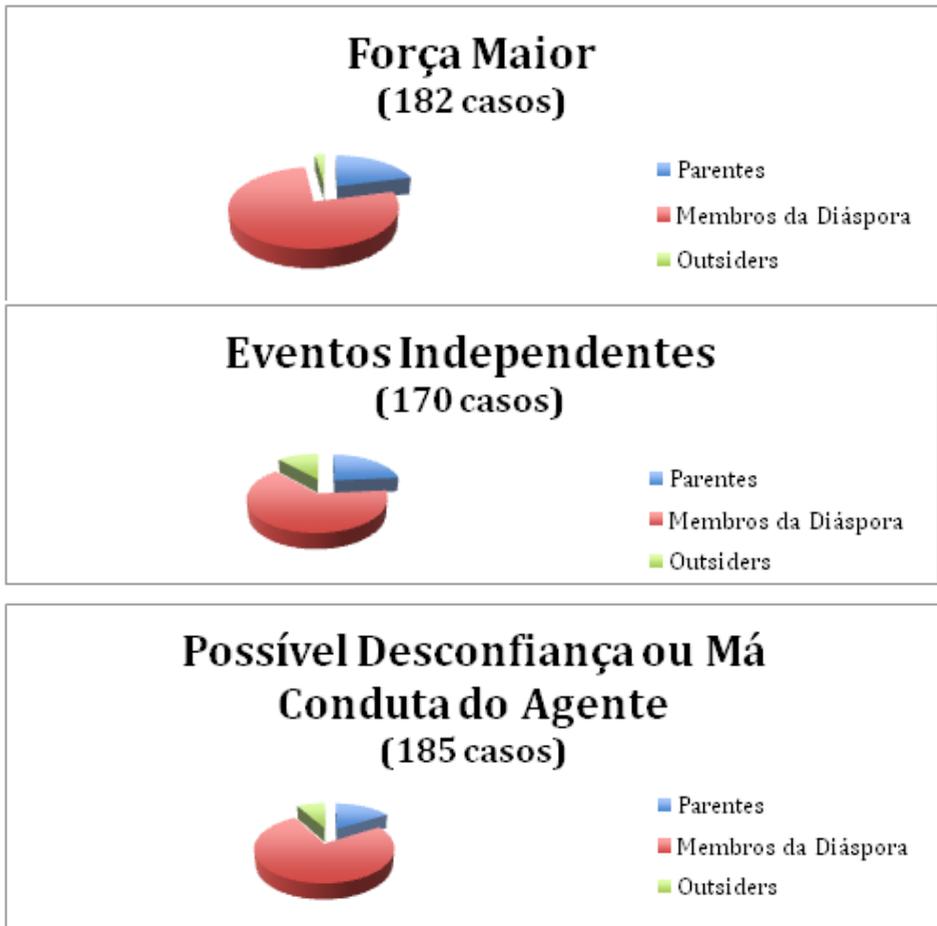
A exiguidade relativa das fontes deve-se em grande medida à informalidade da documentação mercantil, em geral, e, em particular, nas transações envolvendo arranjos viajantes menores. O pequeno patrimônio e grande mobilidade daqueles empregados nesses arranjos reduziam significativamente a vantagem da via judicial para qual serviriam os procedimentos formais, custosos e demorados mas de utilidade duvidosa como seria a notarização.

Tal informalidade poderia pôr em causa a representatividade dos dados quantitativos extraídos da documentação notarial. No entanto, a representatividade foi controlada comparando-se o conjunto total de resultados sobre arranjos fixos maiores com a mesma proporção de resultados em instrumentos que não foram lavrados por conta da relação entre mandante e agente, mas sim por motivo de força maior ou por conta de alguma outra circunstância, ou transação, à qual a relação de agência estava vinculada, mas não era o verdadeiro objeto do registro.

Uma vantagem da estratégia de diversificação no portfólio de agentes era que ela mitigava os riscos sobre todo o capital do mercador. Esses riscos incluíam não somente o oportunismo ou a incompetência do agente em seu labor em prol do mandante, mas também os infortúnios que sobreviessem aos negócios privados daquele empregado como agente, incluindo sua insolvência e falência, ou também a incapacidade e óbito. A diversificação do portfólio também reduzia o risco de se empregar agentes que não fossem parentes ou membros do grupo em empreendimentos de maior vulto, ou seja controlados por mecanismos

menos eficazes para inibir o oportunismo, pois, com a diversificação, um empreendimento não seria vultoso demais sobre o capital agregado do mercador.

Gráf. 5 – Distribuição das relações de acordo com a origem do agente e o motivo para o registro da escritura



Fontes: apenas notariais.

A diversificação poderia gerar um certo grau de competição entre aqueles empregados como agentes, reduzindo os custos de agência e tornando mais crível a possibilidade de se vincular os rendimentos futuros à conduta e desempenho passado, pois o mandante poderia repassar futuros empreendimentos aos pares do agente cujos resultados se mostrassem desapontadores⁴⁴. A competição também melhorava a capacidade dos mercadores de monitorar seus agentes. O que é mais: ao contar com agentes de diferentes origens em cada praça, os mercadores apuravam tanto a riqueza como a pluralidade de suas fontes de informação.

44. Ver alegações expressas sobre tal, nas defesas dos réus em processos inquisitoriais: ANTT, STO, IL, 3068, fl. 37v, 155-158; IC, 4523, fl. 25v. Ver também em: F. TRIVELLATO, op. cit., pp. 218, 220.

Concomitantemente, reduziam a possibilidade de caírem em «armadilhas de confiança», ao que se exporiam, caso se fiassem tão-somente em seus familiares ou mesmo em poucos membros do grupo⁴⁵. A diversificação também fortalecia o desempenho dos mecanismos de controle que perpassavam as diásporas, ao melhorar o fluxo de informações de e para fora das diásporas e ao permitir a consolidação de laços fortes entre indivíduos de diferentes origens.

Ainda que a diversificação dispersasse o risco de cada agente se comportar oportunisticamente, ela não substituiu os mecanismos de controle, apenas os aperfeiçoava endogenamente. A diversificação, por si, não desencorajava o comportamento desonesto. A perspectiva, *ex ante*, de que o oportunismo de um ou vários agentes prejudicasse significativamente os ganhos de um mercador desencorajaria a confiança de capitais a agentes ultramarinos e não seria compatível com um mercado com baixas barreiras de entrada, muitos participantes e um produto que não era de alto valor por unidade.

A estratégia de diversificação era, na verdade, resultado da operação de ambos os mecanismos privados baseados na reputação – um dentre as praças interligadas e outro dentro de diásporas não tão coesas – suplementados pelo sistema judicial público. Capazes de emparelhar cada transação com o mecanismo de controle que melhor a sustentasse, os mercadores podiam expandir o mercado de agentes potenciais e melhor alocar os agentes face às transações. O resultante decréscimo nos custos de agência sustentavam uma escalabilidade das trocas. Esse conjunto de mecanismos cobrava custos relativamente baixos e fomentava a entrada de atores novos e a mobilidade vertical de atores mais experientes e competentes.

A operação desse conjunto de mecanismos só foi possível graças aos esforços privados e públicos, muitas vezes convergentes e mesmo concertados, para padronizar e universalizar as práticas, normas e expectativas quanto ao curso do comércio. O mesmo é verdade para a promoção do acesso a informações relevantes à mercancia e à adjudicação e execução mais célere e precisa nas disputas mercantis. Esse processo, que não foi homogêneo nem linear no tempo e no espaço, merece estudo mais aprofundado.

Nos séculos subsequentes, a economia ocidental e ocidentalizada seria marcada por uma expansão sem paralelos de transações facilmente verificáveis envolvendo um número crescente de relações heterogêneas. Incluir-se-iam nessas transações, formas simples de notas promissórias e de letras de câmbio, de contratos de futuros e de opções, de seguros e de afretamentos. Todavia, transações mais complexas em mercados com margens de lucros menores ainda teriam a ganhar com mecanismos baseados em incentivos e não-econômicos e sistemas de transmissão de informação não condicionados aos negócios, tais como as diásporas de afinidade.

45. M. GRANOVETTER, «Problems», art. cit., p. 43.

No século XVIII, os sefarditas de Livorno, estudados por Francesca Trivellato, continuariam a contar com membros de seu grupo no eixo central de suas atividades, o Levante. Ali, negociavam com mercadorias de menor valor por volume, o que rendia uma menor margem de ganhos, em termos absolutos; exigindo mecanismos de governança pouco custosos. Era somente nas praças onde diversificavam atividades, como Marselha, Lisboa e Goa, que *outsiders* predominavam entre seus agentes.⁴⁶ O maior valor unitário das transações no comércio de corais e diamantes nessa área periférica poderia, em tese, sustentar mecanismos de governança mais caros, em que remunerações maiores incentivariam o desempenho liso e diligente por parte dos agentes. Nas outras praças, onde se negociavam cestas heterogêneas, os membros da diáspora ainda eram preferidos e preponderavam (Amsterdã e Londres), ainda que *outsiders* fossem por vezes contratados quando estivessem melhor posicionados (Veneza e Gênova). Cabe ressaltar que os *outsiders* eram escolhidos dentre o pequeno círculo dos principais homens de negócio da praça. Uma barreira de entrada alta que representava um custo irrecuperável (*sunk cost*) da reputação a ser cuidado. Esses *outsiders* mantinham relações com outros sefarditas e, principalmente, comerciavam em nichos de mercados em que sefarditas tinham grande participação e seria caro substituí-los. Portanto, a diáspora apurava tanto as informações sobre os *outsiders* como a governança das relações com eles.

O conjunto de mecanismos descrito neste artigo parece também ter garantido o comércio entre Portugal, os portos brasileiros e as áreas mineiras no século XVIII. Ainda que o ouro tivesse um valor altíssimo por volume as baixas barreiras de entrada para esse comércio teriam, possivelmente, criado uma condição similar. Segundo Júnia Furtado, aqueles empregados como agentes em transações mais longas, ainda que rescindíveis, complexas e que requeriam uma infraestrutura estabelecida na praça eram mercadores bem colocados aparentados ou próximos dos mandantes. Comerciantes de menor vulto e origens e estatutos diversos eram empregados em transações volantes mais simples, curtas e de menor monta. O litígio era usado como um recurso secundário quando malograssem os mecanismos não coercitivos, inclusive contra familiares.⁴⁷ Destacando o papel dos agentes volantes, Leonor Freire Costa e Maria Manuela Rocha e ^[1]_{SÉP} Tanya Araújo mostram que os mandantes em Portugal que recebiam as maiores quantias de ouro empregavam agentes por períodos longos ou repetidos, combinando arranjos que requeriam a residência com outros que prescreviam viagens. Suas fontes, contudo, não lhes permitiram estabelecer se compartilhavam relações de parentesco ou de afinidade social.⁴⁸

46. F. TRIVELLATO, op. cit., pp. 194-223, especialmente: p. 208

47. J. FURTADO, *Homens de Negócio*, pp. 87-103, 230-272.

48. L. COSTA et al., "Social Capital and Economic Performance," pp. 15-17.

Fontes manuscritas

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO [ADP]

Notariais [NOT], 1.º cart., 3.ª sér. [ADP, NOT, PO1, 3.ª sér.], livros 131 a 153, referente aos anos 1610-1629; e 2.º cart., série única, livros 3 a 67, referente aos anos 1595-1625 (por limites de tempo, não analisei os dados em 492 registos dessa série mencionando cristãos-novos contidos nos livros 44-67) [ADP, NOT, PO2]; Cabido, livros 110, 113, 134.

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DO PORTO [AHMP]

A-PUB-45, fls. 323v-24v; A-PUB-350, fls. 23v-25v.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO [AHU]

ACL, CU, Consultas de Partes, Cód. 33, fl. 5, Lisboa, 1621.

ACL, CU, Consultas Serviço Real, Cód. 35, fls. 187-188, 14 de outubro de 1623.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO [ANTT]

Inquirição de Lisboa [IL], procs. 601, 725, 728, 1154, 1159, 1323, 1352, 1730, 1732, 1772, 1844, 1883, 2179, 2499, 2732, 2736, 2926, 3068, 3080, 3147, 3148, 3156, 3292, 3418, 4481, 5206, 5390, 5395, 7881, 8003, 8948, 9719, 9723, 9725, 9873, 10099, 10205, 10209, 11099, 11158, 11247, 11260, 11440, 11867, 11985, 12499, 12621, 12999.

Santo Ofício [STO], Inquirição de Coimbra [IC], Liv. 57, *Repertorio Geral dos Homens* – T. 2; procs. 454, 535, 677, 800, 854, 875, 968, 1031, 1322, 1328, 1329, 1791, 1820, 1826, 1850, 1912, 1937, 1986, 1988, 2200, 2285, 2415, 2418, 2258, 2553, 2563, 2580, 2583, 2736, 2845, 2893, 2894, 3804, 3019, 3023, 3024, 3051, 3092, 3217, 3736, 3837, 3862, 3901, 3925, 4523, 4618, 4829, 4940, 5051, 5228, 5304, 5362, 5385, 5408, 5592, 5593, 5667, 5675, 5690, 5702, 5817, 5846, 6070, 6354, 6537, 6667, 6897, 6900, 6987, 7084, 7437, 7648, 8153, 8249, 8461, 8658, 8970, 9068, 9217, 9377, 9474, 9725, 9824, 10185, 10365.

BIBLIOTECA DA AJUDA [BA]

Códs. 51-VIII-5 e 51-VIII-9.

STADSARCHIEF AMSTERDAM [SAA]

Notarieel Archief, livros 53, 55, 61, 62, 88, 93, 105, 112, 129, 200, 342, 374, 375, 381, 384, 384B, 386, 388, 484, 611B, 613B, 621, 625, 628.

Fontes impressas e bibliografia

ALMEIDA, António Augusto Marques de, *Aritmética como Descrição do Real (1519-1679)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2 vols., 1994.

ANTONIL, André João, *Cultura e Opulência do Brasil por Suas Drogas e Minas*, São Paulo, Edusp, 2007.

ANTUNES, Cátia, *Globalization in the Early Modern Period: The economic relationship between Amsterdam and Lisbon, 1640-1705*, Amsterdam, Aksant, 2004.

AZEVEDO, João Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, Lisboa, Clássica, 1988.

AZEVEDO, João Lúcio de, *História dos Cristãos-Novos Portugueses*, Lisboa, Clássica, 1989.

BARBOUR, Violet, «Dutch and English Merchant Shipping in the Seventeenth Century», *The Economic History Review*, Vol. 2, n.º 2, jan. 1930, pp. 261-290.

BARBOUR, Violet, *Capitalism in Amsterdam in the 17th Century*, Ann Arbor, University of Michigan Press, 1963.

BARROS, Amândio Jorge Morais, *Vinhos de Escala e Negócios das Ilhas: para uma longa história das relações do Porto com os arquipélagos atlânticos no século XVI*, Porto, Grupo de Estudos História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004.

BODIAN, Miriam, *Hebrews of the Portuguese Nation: Conversos and Community in Early Modern Amsterdam*, Bloomington, Indiana University Press, 1999.

BRANDÃO, Ambrósio Fernandes, *Diálogos das Grandezas do Brasil*, Recife, Massangana, 1997.

BURT, Ronald S., *Structural Holes: The Social Structure of Competition*, Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1992.

BURT, Ronald S., «Structural Holes versus Network Closure as Social Capital», in Nan Lin et al. (ed.), *Social Capital: Theory and Research*, New York, Aldine de Gruyter, 2001.

CARANDE, Ramón, *Carlos V y sus banqueros: la vida económica en Castilla (1516-1556)*, Madrid, Sociedad de Estudios y Publicaciones, Vol. 1, 1965.

CARDIM, Fernão, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2000.

CECCARELLI, Giovanni, «Risky Business: Theological and Canonical Thought on Insurance from the Thirteenth to the Seventeenth Century», *Journal of Medieval and Early Modern Studies*, Vol. 31, n.º 3, outono 2001, pp. 607-658.

CONSTITUIÇÔENS SYNODAES do Arcebispado de Braga, ordenadas no anno de 1639 pelo Illustrissimo Senhor arcebispo D. Sebastião de Matos e Noronha e mandadas imprimir a primeira vez pelo illustrissimo senhor D. João de Sousa, arcebispo e senhor de Braga, primaz das Espanhas, do Conselho de Sua Magestade, e seu Sumilher da Cortina, & c., Lisboa, Miguel Deslandes, 1697.

COSTA, Leonor Freire, *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663)*, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimientos Portugueses, 2 vols., 2002.

COSTA, Leonor Freire, «Merchants Groups in the Seventeenth-Century Brazilian Sugar Trade. Reappraising Old Topics with New Research Insights», *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 2, n.º 1, Summer 2004, pp. 1-11.

COSTA, Leonor Freire, ROCHA, Maria Manuela e ARAÚJO, Tanya, «Social capital and economic performance: trust and distrust in eighteenth-century gold shipments from Brazil», *European Review of Economic History*, 15, 1-27.

COUTUMES DE LA VILLE D'ANVERS, dites antiquissimae, ed. Jozef Monballyu, Leuven, Katholieke Universiteit Leuven. Disponível em <http://www.kuleuven-kortrijk.be/facult/rechten/Monballyu/Rechtlage-landen/Brabantsrecht/antwerpen/antiquissimae.html>

DEHING, Pit e 'T HART, Marjolein, «Linking the Fortunes: Currency and Banking, 1550-1800», in Marjolein 'T Hart et al. (ed.), *A Financial History of the Netherlands*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 37-63.

DILLEN, Johannes Gerard van, «The Bank of Amsterdam», in Johannes Gerard van Dillen (ed.), *History of the Principal Public Banks*, London, Routledge, 1964, pp. 79-124.

EBERT, Christopher, *The Trade in Brazilian Sugar: Brazil, Portugal and Northwestern Europe, 1550-1630*, tese de doutoramento, New York, Columbia University, 2004.

FERLINI, Vera, *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*, Bauru, Edusc, 2003.

FRANÇA, Eduardo d'Oliveira e SIQUEIRA, Sônia A., «Introdução», in *Segunda Visitação do Santo Ofício às Partes do Brasil pelo Inquisidor e Visitador Marcos Teixeira, Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618-1620*, São Paulo, 1966 (separata dos Anais do Museu Paulista, T. 17, 1963).

FRANCO, José Eduardo e ASSUNÇÃO, Paulo de, *As Metamorfoses de Um Polvo, Religião e Política nos Regimentos da Inquisição Portuguesa (Séc. XVI-XIX)*, Lisboa, Prefácio, 2004.

FURTADO, Júnia Ferreira, *Homens de Negócio e a Interiorização da Metrópole e do Comércio das Minas Setecentistas*, São Paulo, Hucitec, 2006.

GÂNDAVO, Pero de Magalhães, *Tractado da terra do Brasil no qual se contem a informação das cousas que ha nestas partes feito por P.o de Magalhaes, século XVII*. Disponível em <http://purl.pt/211>

GELDERBLOM, Oscar e JONKER, Joost, «Amsterdam as the Cradle of Modern Futures and Options Trading, 1550-1650», *Economy and Society in the Low Countries before 1850. Working Paper Series*, 2003-2009. Disponível em http://lowcountries.nl/papers/2003-9_gelderblom.pdf

GO, Sabine Christa, *Marine Insurance in the Netherlands, 1600-1870*, tese de doutoramento, Amsterdam, Vrije Universiteit Amsterdam, 2009.

GONÇALVES, Regina Célia, *Guerras e Açúcares: política e economia na Capitania da Parayba – 1585-1630*, Bauru, Edusc, 2007.

GRAIZBORD, David L., *Souls in Dispute: Converso Identities in Iberia and the Jewish Diaspora, 1580-1700*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 2004.

GRANOVETTER, Mark, «Problems of Explanation in Economic Sociology», in Nitin Nohria et al. (ed.), *Networks and Organizations*, Boston, Harvard Business School Press, 1992, pp. 25-56.

GRANOVETTER, Mark, «The Impact of Social Structures on Economic Outcomes», *Journal of Economic Perspectives*, Vol. 19, n.º 1, inverno 2005, pp. 33-50.

GREIF, Avner, «Contract Enforceability and Economic Institutions in Early Trade: The Maghribi Trader's Coalition», *The American Economic Review*, Vol. 83, n.º 3, jun. 1993, pp. 525-548.

GREIF, Avner, «Théorie des jeux et analyse historique des institutions: les institutions économiques du Moyen Age», *Anales: histoire, sciences sociales*, Vol. 53, n.º 3, 1998, pp. 597-633.

GREIF, Avner, «The Fundamental Problem of Exchange: A Research Agenda in Historical Institutional Analysis», *European Review of Economic History*, Vol. 4, n.º 3, 2000, pp. 251-284.

GREIF, Avner, «Commitment, Coercion and Markets: The Nature and Dynamics of Institutions Supporting Exchange», in C. Ménard e M. M. Shirley, *The Handbook of New Institutional Economics*, New York, 2005, pp. 727-788.

GREIF, Avner, *Institutions and the Path to the Modern Economy: Lessons from medieval trade*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006.

HELL, Maarten, «De oude geuzen en de Opstand: politiek en lokaal bestuur in tijd van oorlog en expansie 1578-1650», in Willem Frijhoff e Maarten Prak, *Geschiedenis van Amsterdam, deel II-A: centrum van de wereld 1578-1650*, Amsterdam, SUN, 2004, pp. 241-298.

HERCULANO, Alexandre, *História da Origem e Estabelecimento da Inquisição em Portugal*, 2 vols., Lisboa, Bertrand, 1975.

HUUSSEN JR., Arend H., «The Legal Position of the Sephardi Jews in Holland, Circa 1600», in Jozeph Michman (ed.), *Dutch Jewish History*, Jerusalem, The Institute for Research on Dutch Jewry, Vol. 3, 1993, pp. 19-41.

HUUSSEN JR., Arend H., «The Legal Position of the Jews in the Dutch Republic c. 1590-1796», in Jonathan I. Israel e Reinier Salverda (ed.), *Dutch Jewry: Its History and Secular Culture (1500-2000)*, Leiden, Brill, 2002, pp. 25-41.

IJZERMAN, J. W. (ed.), *Journal van de reis naar Zuid-Amerika (1598-1601) door Hendik Ottsen*, Den Haag, Martinus Nijhoff, 1918.

IJZERMAN, J. W. (ed.), «Amsterdamsche bevrachtingscontracten 1591-1602, 1. de vaart op Spanje en Portugal», *Economisch-Historisch Jaarboek*, Vol. 17, 1931, pp. 163-291.

ISRAEL, Jonathan I., *Dutch Primacy in World Trade, 1585-1740*, Oxford, Clarendon Press, 1989.

ISRAEL, Jonathan I., «Manuel Lopez Pereira of Amsterdam, Antwerp and Madrid: Jew, New Christian, and adviser of the Conde-Duque de Olivares», in Jonathan I. Israel, *Empires and Entrepots – The Dutch, the Spanish Monarchy and the Jews, 1585-1713*, London, Hambledon Press, 1990, pp. 247-264.

ISRAEL, Jonathan I., «Spain and the Dutch Sephardim, 1609-1660», in Jonathan I. Israel, *Empires and Entrepots – The Dutch, the Spanish Monarchy and the Jews, 1585-1713*, London, Hambledon Press, 1990, pp. 355-415.

ISRAEL, Jonathan I., «Spain, the Spanish Embargo, and the Struggle for the Mastery of World Trade, 1585-1660», in Jonathan I. Israel, *Empires and Entrepots – The Dutch, the Spanish Monarchy and the Jews, 1585-1713*, London, Hambledon Press, 1990, pp. 190-212.

ISRAEL, Jonathan I., «The Economic Contribution of the Dutch Sephardic Jewry to Holland's Golden Age, 1595-1713», in Jonathan I. Israel, *Empires and Entrepots – The Dutch, the Spanish Monarchy and the Jews, 1585-1713*, London, Hambledon Press, 1990, pp. 417-445.

ISRAEL, Jonathan I., *The Dutch Republic. Its Rise, Greatness and Fall, 1477-1806*, Oxford, Clarendon Press, 1995.

ISRAEL, Jonathan I., «Diasporas Jewish and non-Jewish and World Maritime Empires», in Ina Baghdiantz McCabe et al. (ed.), *Diaspora Entrepreneurial Networks: Four Centuries of History*, Oxford, Berg, 2005, pp. 3-26.

JOHNSON, Harold, «Desenvolvimento e Expansão da Economia Brasileira», in Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva (coord.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Vol. VI (O Império Luso-Brasileiro 1500-1620), Lisboa, Estampa, 1992, pp. 203-302.

KAPLAN, Yosef, «The Social Functions of the Herem in the Portuguese Jewish Community of Amsterdam in the Seventeenth Century», in Jozeph Michman (ed.), *Dutch Jewish History*, Jerusalem, The Institute for Research on Dutch Jewry, Vol. 1, 1984, pp. 111-155.

KAPLAN, Yosef, «The Travels of Portuguese Jews from Amsterdam to the ‘Lands of Idolatry’», in Yosef Kaplan (ed.), *Jews and Conversos*, Jerusalem, World Union of Jewish Studies, Magnes Press, 1985, pp. 197-224.

KAPLAN, Yosef, «The Portuguese Community in Seventeenth-Century Amsterdam and the Ashkenazi World», in Jozeph Michman (ed.), *Dutch Jewish History*, Jerusalem, The Institute for Research on Dutch Jewry, Vol. 2, 1986, pp. 23-45.

KAPLAN, Yosef, «The Self-Definition of the Sephardic Jews of Western Europe and their Relation to the Alien and Stranger», in Benjamin R. Gampel, (ed.), *Crisis and Creativity in the Sephardic World – 1391-1648*, New York, Columbia University Press, 1997, pp. 121-145.

KAPLAN, Yosef, «Jewish Amsterdam’s Impact on Modern Jewish History», in Michael Graetz (ed.), *Shöpferische Momente des europäischen Judentums in der frühen Neuzeit*, Heidelberg, Universitätsverlag C. Winter, 2000, pp. 19-62.

KOEN, E. M., «Duarte Fernandes, koopman van de Portugese natie te Amsterdam», *Studia Rosenthaliana*, Vol. 2, n.º 2, 1968, pp. 178-193.

LESGER, Clé, *The Rise of the Amsterdam Market and Information Exchange: Merchants, Commercial Expansion and Change in the Spatial Economy of the Low Countries c. 1550-1630*, Aldershot, Ashgate, 2006.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, «A Estrutura das Trocas», in José Mattoso (ed.), *História de Portugal*, Lisboa, Estampa, Vol. 3, 1999, pp. 283-316.

MALYNES, Gerard, *Consuetudo: vel, lex mercatoria*, London, Adam Islip, 1622.

MAURO, Frédéric, «Le Brésil au XVIIe siècle: documents inédits relatifs à l’Atlantique Portugais», *Brasília*, Vol. 11, 1961 (separata), pp. 127-285.

MAURO, Frédéric, *O Brasil, Portugal e o Atlântico 1570-1670*, Lisboa, Estampa, 2 vols., 1988.

MCCABE, Ina Baghdiantz et al. (ed.), *Diaspora Entrepreneurial Networks: Four Centuries of History*, Oxford, Berg, 2005.

MEA, Elvira Cunha de Azevedo, «A Rotura das Comunidades Cristãs Novas do Litoral – Século XVII», in Inês Amorim et al. (ed.), *O Litoral em Perspectiva Histórica (Séculos XVI a XVIII)*, Actas, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 263-273.

MEA, Elvira Cunha de Azevedo, «Os Portuenses perante o Santo Ofício – Século XVI», in *I Congresso sobre a Diocese do Porto: Tempos e Lugares de Memória*, Actas, Vol. II, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 415-430.

MELÉ, Domènec, «Early Business Ethics in Spain: The Salamanca School (1526-1614)», *Journal of Business Ethics*, Vol. 22, n.º 3, 1999, pp. 175-189.

MELLO, Evaldo Cabral de, *O Nome e o Sangue: uma parábola familiar no Pernambuco colonial*, Rio de Janeiro, Topbooks, 2000.

MELLO, José Antônio Gonsalves de (ed.), «Os Livros das Saídas das Urcas do Porto do Recife, 1595-1606», *Revista do Instituto Histórico, Geográfico e Arqueológico de Pernambuco*, Vol. 58, 1985, pp. 21-143.

MELLO, José Antônio Gonsalves de (ed.), *Gente da Nação*, Recife, Massangana, 1996. MERRY, Sally Engle, «Rethinking Gossip and Scandal», in Daniel B. Klein (ed.), *Reputation: Studies in the Voluntary Elicitation of Good Conduct*, Ann Arbor, The University of Michigan Press, pp. 47-74.

MOREIRA, Manuel António Fernandes, *Os Mercadores de Viana e o Comércio do Açúcar Brasileiro no Século XVII*, Viana do Castelo, Câmara Municipal de Viana do Castelo, 1990.

MOREIRA, Manuel António Fernandes, «O porto de Viana do Castelo na época dos Descobrimentos, abordagem das fontes», in Inês Amorim et al. (ed.), *O Litoral em Perspectiva Histórica (Sécs. XVI-XVIII): Actas*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002, pp. 41-46.

MORENO, Diogo de Campos, *Livro Que Dá Razão do Estado do Brasil – 1612*, Recife, Arquivo Público Estadual, 1955.

MUÑOZ DE JUANA, Rodrigo, «Scholastic Morality and the Birth of Economics: The Thought of Martín de Azpilcueta», *Journal of Markets & Morality*, Vol. 4, n.º 1, primavera 2001, pp. 14-42.

NOVINSKY, Anita, *Cristãos Novos na Bahia*, São Paulo, Perspectiva, 1972.

NUSTELING, Hubert P. H., «The Jews in the Republic of the United Provinces: Origin, Numbers and Dispersion», in Jonathan Israel e Reinier Salverda (ed.), *Dutch Jewry: Its History and Secular Culture (1500-2000)*, Leiden, Brill, 2002, pp. 43-62.

OLIVAL, Fernanda, «Juristas e Mercadores à Conquista das Honras: Quatro Processo de Nobilitação Quinhentistas», *Revista de História Económica e Social*, Vol. 4, n.º 2, 2002, pp. 7-53.

OLIVAL, Fernanda, «Structural Changes within the 16th-Century Portuguese Military Orders», *e-Journal of Portuguese History*, Vol. 2, n.º 2, inverno 2004, pp. 1-20.

OLIVEIRA, Maria Lêda, *A História do Brasil de Frei Vicente do Salvador: história e política no Império Português do século XVII*, Rio de Janeiro, Versal, 2 vols., 2008.

ORDENAÇÕES FILIPINAS, ed. Cândido Mendes de Almeida, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5 vols., 1985.

ORDENAÇÕES MANUELINAS, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 5 vols., 1984.

PIETERSE, Wilhelmina Christina e KOEN, E. M. (ed.), «Notarial records [deeds] in Amsterdam relating to the Portuguese Jews in that town up to 1639», *Studia Rosenthaliana*, Vol. 1, n.º 1, a Vol. 35, n.º 1, 1967-2001.

POELWIJK, Arjan, *In dienste vant suyckerbacken: De Amsterdamse suikernijverheid en haar ondernemers, 1580-1630*, Hilversum, Verloren, 2003.

POLÓNIA, Amélia, «Os Náuticos das Carreiras Ultramarinas», *Oceanos*, Vol. 38, abr.-jun. 1999, pp. 113-128.

PRIMEIRA VISITAÇÃO do Santo Officio às partes do Brasil: confissões da Bahia 1591-1592, Rio de Janeiro, F. Briguet, 1935.

PRIMEIRA VISITAÇÃO do Santo Officio às partes do Brasil: denúncias da Bahia, 1591-1593, São Paulo, Paulo Prado, 1925.

PRIMEIRA VISITAÇÃO do Santo Officio às Partes do Brasil, Denúncias e Confissões de Pernambuco: 1593-1595, Recife, Fundarpe, 1984.

«PROVISÃO E REGIMENTO do consulado português», in J. F. Borges, *Fontes, especialidade, e excellencia da administração commercial. Segundo o Código Commercial Portuguez*, Porto, Typ. Commercial Portuense, 1835.

QUINN, Stephen e ROBERDS, William, «An Economic Explanation of the Early Bank of Amsterdam, Debasement, Bills of Exchange, and the Emergence of the First Central Bank», *Federal Reserve Bank of Atlanta. Working Paper Series*, n.º 13, set. 2006, pp. 1-48.

RAU, Virgínia, «Aspectos do pensamento económico português durante o século XVI», in Virgínia Rau, *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Lisboa, Presença, 1984, pp. 83-129.

RAU, Virgínia, *Estudos sobre a História do Sal Português*, Lisboa, Presença, 1984.

RAU, Virgínia e Silva, Maria Fernanda Gomes da, *Os manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*, Coimbra, Imprensa da Universidade, Vol. 1, 1956.

RIBEIRO, Ana Sofia Vieira, *Mechanisms and Criteria of Cooperation in Trading Networks of the First Global Age: The case study of Simon Ruiz network, 1557-1597*, tese de doutoramento, Porto, Universidade do Porto, 2011.

RICO, Francisco, «Resolutorio de cambios de Lázaro de Tormes (hacia 1552)», *Dicenda: Cuadernos de Filología Hispánica*, 7, 1987, pp. 117-131.

ROOVER, Raymond Adrien de, *L'évolution de la lettre de change*, Paris, Librairie Armand Collin, 1953.

ROOVER, Raymond Adrien de, «The Organization of Trade», in M. M. Postan et al. (ed.), *The Cambridge Economic History of Europe*, Cambridge, Cambridge University Press, Vol. 3, 1963, pp. 42-118.

RUSSELL-WOOD, A. J. R., *Fidalgos and Philanthropists: The Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755*, Berkeley, University of California Press, 1968.

SALVADO, João Paulo et al. (ed.), *Livro Primeiro do Governo do Brasil (1607-1633)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

SARAIVA, António José, *The Marrano Factory: the Portuguese Inquisition and its New Christians*, Leiden, Brill, 2001.

SCHWARTZ, Stuart B., *Sovereignty and Society in Colonial Brazil. The High Court of Bahia and its Judges, 1609-1751*, Berkeley, University of California, 1973.

SCHWARTZ, Stuart B., *Sugar Plantations in the Formation of Brazilian Society: Bahia, 1550-1835*, Cambridge, Cambridge University Press, 1985.

SEGUNDA VISITAÇÃO do Santo Officio às Partes do Brasil pelo Inquisidor e Visitador Marcos Teixeira, Livro das Confissões e Ratificações da Bahia: 1618-1620, São Paulo, 1963 (separata dos Anais do Museu Paulista, T. 27).

SILVA, Francisco Ribeiro da, *O Porto e o Seu Termo (1580-1640): os homens, as instituições e o poder*, Porto, Arquivo Histórico – Câmara Municipal do Porto, 2 vols., 1988.

SILVA, José Gentil da, *Stratégie dès affaires à Lisbonne entre 1595 et 1607: lettres marchandes dès Rodrigues d'Evora et Veiga*, Paris, Librairie Armand Colin, 1956.

SILVA, Luiz Augusto Rebello da, *História de Portugal nos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Imprensa Nacional, Vol. 3, 1867.

SIQUEIRA, Sônia A., *A Inquisição Portuguesa e a Sociedade Colonial: ação do Santo Ofício na Bahia e Pernambuco na época das visitas*, tese de livre docência, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1994.

SLUITER, Engel, «Os Holandeses no Brasil antes de 1621», *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, Vol. 46, 1967, pp. 187-207.

SMITH, David Grant, «Old Christian Merchants and the Foundation of the Brazil Company, 1649», *The Hispanic American Historical Review*, Vol. 54, n.º 2, Maio 1974, pp. 233-259.

SMITH, David Grant, *The Mercantile Class of Portugal and Brazil in the Seventeenth Century: A Socio-Economic Study of the Merchants of Lisbon and Bahia, 1620-1690*, tese de doutoramento, Austin, University of Texas at Austin, 1979.

SOUSA, Gabriel Soares de, *Tratado Descritivo do Brasil em 1587*, Recife, Massangana, 2000.

SPOONER, Frank C., *Risks at Sea: Amsterdam Insurance and Maritime Europe, 1766-1780*, Cambridge, Cambridge University Press, 1983.

SPUFFORD, Peter, «Access to Credit and Capital in the Commercial Centers of Europe», in Karl Davis e Jan Lucassen (ed.), *A Miracle Mirrored: The Dutch Republic in European Perspective*, Cambridge, Cambridge University Press, 1995, pp. 303-337.

STOLS, Eddy, «Os Mercadores Flamengos em Portugal e no Brasil antes das Conquistas Holandesas», *Separata dos Anais de História*, Vol. 5, 1973, pp. 9-53.

STOLS, Eddy, «Convivências e Conivências Luso-Flamengas na Rota do Açúcar Brasileiro», *Ler História*, n.º 32, 1997, pp. 119-147.

STRUM, Daniel, *The Portuguese Jews and New Christians in the Sugar Trade: Managing Business Overseas – Kinship and Ethnicity Revisited (Amsterdam, Porto and Brazil, 1595-1618)*, tese de doutoramento, Jerusalem, Hebrew University of Jerusalem, 2009.

STRUM, Daniel, *O Comércio de Açúcar: Brasil, Portugal e os Países Baixos (1595-1630)*, São Paulo, Versal – Odebrecht, 2012.

STRUM, Daniel, «Resiliência da diáspora^[1] e expansão do mercado de agentes ultramarinos no comércio atlântico moderno: os agentes dos mercadores judeus^[2] e cristãos-novos na rota do açúcar», *Anais de História de Além-Mar*, Vol. XIV, 2013, pp. 145-176.

STUDNICKI-GIZBERT, Daviken, *A Nation Upon the Ocean Sea*, Oxford, Oxford University Press, 2007.

SWETSCHINSKI, Daniel Maurice, «Kinship and Commerce – The Foundations of Portuguese Jewish Life in 17th-Century Holland», *Studia Rosenthaliana*, Vol. 13, n.º 2, 1979, pp. 52-74.

SWETSCHINSKI, Daniel Maurice, *The Portuguese Jewish Merchants of Seventeenth Century Amsterdam: A Social Profile*, tese de doutoramento, Waltham, Massachusetts, Brandeis University, 1979.

SWETSCHINSKI, Daniel Maurice, «Between the Middle Ages to the Golden Age, 1516-1621», in J. C. H. Bloom et al. (ed.), *The History of the Jews in the Netherlands*, Oxford, The Littman Library of Jewish Civilization, 2002, pp. 44-84.

T HART, Marjolein, «The Glorious City: Monumentalism and Public Space in Seventeenth-Century Amsterdam», in Patrick O'Breien et al. (ed.), *Urban Achievement in Early Modern Europe: Golden Ages in Antwerp, Amsterdam, and London*, Cambridge, Cambridge University Press, 2001, pp. 128-150.

TRIVELLATO, Francesca, *The Familiarity of Strangers: The Sephardic Diaspora, Livorno, and Cross-Cultural Trade in the Early Modern Period*, New Haven, Yale University Press, 2009.

TUCCI CARNEIRO, Maria Luiza, *Preconceito Racial: Portugal e Brasil-Colônia*, São Paulo, Brasiliense, 1983.

VANNESTE, Tijn, *Global Trade and Commercial Networks: eighteenth-century diamond merchants*, London, Pickering & Chatto, 2011.

VASCONCELOS, Luís Mendes de, *Do Sítio de Lisboa, Diálogos*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990 [1608].

VLESSING, Odette, «New Light on the Earliest History of Amsterdam Portuguese Jews», in Jozeph Michman (ed.), *Dutch Jewish History*, Jerusalem, The Institute for Research on Dutch Jewry, Vol. 3, 1993, pp. 43-73.

VLESSING, Odette, «The Portuguese-Jewish Merchant Community in Seventeenth-century Amsterdam», in Clé Lesger e Leo Noordegraaf (ed.), *Entrepreneurs and Entrepreneurship in Early Modern Times – Merchant and Industrialist within the Orbit of the Dutch Staple Market – Hollandsche Historische Reeks*, Vol. 24, 1996, pp. 223-243.

VRIES, Jan de e WOUDE, *Ad van der, The First Modern Economy – Success, failure, and perseverance of the Dutch economy, 1500-1815*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997.

WATTS, Duncan J. e STROGATZ, Seven H., «Collective Dynamics of ‘Small-World’ Networks», *Nature*, Vol. 393, 4 Jun. 1998, pp. 440-442.

WEE, Herman van der, *The Growth of the Antwerp Market and the European Economy (Fourteenth-Sixteenth Centuries)*, The Hague, Martinus Nijhoff, 2 vols., 1963.

WEE, Herman van der, «The Influence of Banking on the Rise of Capitalism in North-West Europe», in A. Theichova et al. (ed.), *Banking, Trade and Industry: Europe, America and Asia from the Thirteenth to the Twentieth Century*, Cambridge, Cambridge University Press, 1997, pp. 173-188.

Fluxos de ouro no século XVIII: grupo mercantil e gestão da distância

Leonor Freire Costa
Maria Manuela Rocha
Universidade de Lisboa

1. Introdução

Após um século de prospeções mineiras, pouco depois de 1690 o Brasil passou a contribuir para economia de Portugal, de forma regular, com remessas de ouro que chegaram ao longo do século XVIII ao porto de Lisboa. O alvará de 1 de Fevereiro de 1720 impôs a cobrança de um direito de 1% sobre todo o ouro embarcado e estipulou a obrigatoriedade do lançamento dos valores desta carga preciosa em livros específicos, designados de *Livros de Manifestos*¹. Também naquele diploma se determinaram os procedimentos burocráticos a que cada remessa ficava submetida, tanto nas formas de registo como na reclamação do seu levantamento na Casa de Moeda de Lisboa, onde seria cobrada aquela taxa.

Através dos registos desta tributação, conhece-se hoje que tais envios perfizeram um total de 557 toneladas entre 1720 e 1808. Mas a riqueza informativa desta enorme massa de documentos extravasa as quantidades transportadas, pois para cada envio conhecem-se o(s) nome(s) dos remetentes, dos recetor(es) e, quando caso disso, da(s) pessoa(s) nomeada(s) que podia(m) proceder ao levantamento da carga na Casa da Moeda². Este segundo tipo de informações permite a construção de um cadastro dos intervenientes nos fluxos de ouro, bem como a análise das suas características e respetivas formas de agência, facultando uma base de informação que alarga o atual conhecimento sobre os grupos sociais mais ativos nas relações entre o reino e o Brasil.

1. Alvará de 1 de Fevereiro de 1720, ACML, *Registo Geral*, livro nº 1039, fl. 240.

2. Além das quantidades, os registos discriminam a composição da remessa (barra, pó, moeda, folheta e ouro lavrado), bem como o número e valor facial quando a remessa era de moeda e o peso quando se tratava de metal não amodado. Para a análise destas informações cf. Leonor Freire Costa, Maria Manuela Rocha, e Rita Martins Sousa, *O Ouro Do Brasil* (Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013). Os registos constam de uma base de dados disponível *on line* <https://www.iseg.ulisboa.pt/aquila/investigacao/ghes/investigacao/bases-de-dados>.

A existência de uma monografia sobre a classe mercantil consolidada no consulado pombalino justificou que o tratamento deste tema privilegiasse os registos respeitantes à primeira metade do século XVIII³. O intuito é, portanto, conhecer os negociantes do período joanino e detetar suas semelhanças ou diferenças relativamente ao que sabemos serem as principais características do grupo na fase final do Antigo regime. Na secção seguinte procede-se à identificação e delimitação do universo mercantil, apreendem-se as suas características sociológicas e procuram-se linhas de continuidade entre este grupo e aquele que atuou na segunda metade do século. Na secção III estudam-se as particularidades organizacionais do comércio transatlântico. Presume-se que a gestão do comércio a distância se defrontava com diversos riscos, sendo o que se inscrevia nas próprias relações sociais aquele que importa avaliar. Procuram-se os mecanismos mais adequados a lidar com a constituição de agência ou outras formas de associação empresarial, e coloca-se a hipótese de alguns destes mecanismos comportarem melhores resultados que outros, facultando a emergência de certas franjas do grupo mercantil. Talvez não por acaso, entre os que melhor lidaram com a “tirania da distância” se descobrem as origens de alguns dos mais proeminentes negociantes do grupo pombalino.

2. O universo mercantil do comércio transatlântico

2.1. Delimitação do grupo e ensaio de caracterização social

Em virtude do elevado número de remessas anuais e dos antropónimos associados a cada uma, a recolha de dados seguiu um método por amostragem, em intervalos de tempo decenais, coligindo-se integralmente os intervenientes nos anos de 1721, 1731, 1741, 1751 e 1761. A identificação nominal de cada um destes intervenientes nos fluxos do ouro perfaz 11.661 observações, entre remetentes e destinatários de remessas de ouro. O número total de participantes em cada ano oscilou entre um mínimo de 2023, em 1761, e um máximo de 2675 em 1731⁴. Considerando que houve casos inscritos em mais de um ano de amostra, o universo efetivo de participantes reduz-se a 9.218 observações (quadro 1).

3. Jorge Miguel Pedreira, “Os Homens de Negócio Da Praça de Lisboa de Pombal Ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução E Identificação de Um Grupo Social” (Universidade Nova de Lisboa, 1995).

4. A identificação de cada participante exigiu a desagregação dos nomes contidos nos campos ‘emissor’ e ‘destinatário’ sempre que necessário e a eliminação das redundâncias (casos de mais de uma ocorrência do mesmo indivíduo ou instituição). Para a explicação deste procedimento cf. Costa, Rocha, e Sousa, *O Ouro do Brasil*, pp. 123-4. A base de dados com os nomes destes participantes está disponível na folha ‘roll of names’ – Table IV da referida base de dados.

Quadro 1 – Remetentes e destinatários de ouro (1721-1761)

| Ano | Nº de intervenientes |
|----------------------------------|----------------------|
| 1721 | 2112 |
| 1731 | 2675 |
| 1741 | 2466 |
| 1751 | 2385 |
| 1761 | 2023 |
| Total de observações | 11661 |
| Total de participantes efectivos | 9218 |

Fonte: ACML, *Livros de Manifestos*

As circunstâncias que levaram ao regular embarque de ouro terão sido de diversa ordem. Certamente que nem todas as remessas corresponderam ao pagamento de importações brasileiras. Algumas terão sido transferências unilaterais – remessas de emigrantes, parte de um rendimento de trabalho – outras, retornos de investimentos na colónia em negócios que não os estritamente mercantis. Sabe-se que algum do ouro remetido proveio dos contratos fiscais arrematados por particulares⁵. Contudo, a maior parte dos envios correspondeu a transações mercantis, se for admitida a analogia com o caso da Carreira das Índias de Castela, universo socioeconómico pautado pela mesma incerteza sobre a origem das remessas de metal precioso, mas onde se aceita que 80% das chegadas a Sevilha e Cádiz teve origem no comércio⁶. Assim sendo, é aceitável que pelo menos 2/3 do ouro descarregado em Lisboa tenha origem no pagamento de exportações do reino, o que torna esta fonte documental relativamente rica para estudos de grupo mercantil e organização do negócio colonial⁷.

Na caracterização geral dos participantes nos fluxos de ouro, são de destacar três aspectos: a distribuição do valor das remessas, a identificação social dos intervenientes, e a fluidez do universo social que participou nestas trocas.

A distribuição anual dos valores por número de receptores assinala a presença de um amplo universo com montantes reduzidos (Quadro 2). Constata-se que

5. Veja-se o exemplo de Estêvão Martins Torres, José Ferreira da Veiga, José bezerra Seixas ou de Inácio da Silva Medela. A. C. Jucá de Sampaio, *Na Encruzilhada Do Império: Hierarquias Sociais E Conjunturas Econômicas No Rio de Janeiro (c. 1650-C. 1750)* (Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003), pp. 257-260.

6. Oliva Melgar, J. M., “La Metrópoli Sin Territorio. Crisis Del Comercio de Indias En El Siglo XVII O Pérdida Del Control Del Monopolio?»,” in *El Systema Atlántico Español (Siglos XVII-XIX)*, ed. Oliva Melgar, J. M. and Shaw, C. M. (Madrid: Marcial Pons, n.d.), p. 31.

7. Michele Morineau, *Incredible Gazettes et Fabuleux Métaux* (Paris-Cambridge: Maison de Sciences de l’Homme-Cambridge University Press, 1985); Charles Boxer, *The Golden Age of Brazil, 1695-1750* (Berkeley and Los Angeles: California University Press, 1962); Charles Boxer, “Brazilian Gold and British Traders in the First Half of the Eighteenth Century,” *The Hispanic American Historical Review*, no. 49 (1969): 454-72; H. E. S. Fisher, *De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770* (Lisboa: Grádiva, 1984).

90% dos destinatários (decis 1 a 9) receberam valores que não totalizam 50% dos totais anuais (coluna (6) Quadro 2)⁸.

Quadro 2 – Distribuição das remessas de ouro (1721-1761)

| Ano | Nº obs. (1) | Valores (réis) | | | | Decis | |
|------|----------------|----------------|---------------|--------------|----------------|------------------|---------------|
| | | Mínimo (2) | Máximo (3) | Média (4) | Total (5) | 1 a 9 (%) (6) | 10 (%) (7) |
| 1721 | 1.700 | 1\$200 | 14.798.\$400 | 736\$646 | 1.252.297\$796 | 47,7 | 52,3 |
| 1731 | 2.077 | \$048 | 40.320\$000 | 1.038\$590 | 2.157.152\$239 | 45,3 | 54,7 |
| 1741 | 1.989 | 3\$200 | 35.354\$384 | 1.389\$547 | 2.763.808\$855 | 46,9 | 53,1 |
| 1751 | 1.824 | 6\$400 | 25.585\$408 | 1.710\$576 | 3.120.090\$634 | 48,1 | 51,9 |
| 1761 | 1.612 | 24\$000 | 74.800\$000 | 1.981\$929 | 3.194.868\$996 | 49,0 | 51,1 |

Fonte: ACML, *Livros de Manifestos*

Não se contradita, assim, antes se dá suporte estatístico, à ideia de que a explosão aurífera abriu as portas a muitos pequenos participantes nestes fluxos⁹. Todavia, o estudo da distribuição das remessas descobre o aumento gradual dos valores médios. Se em 1721 a média das remessas andava em torno dos 740 mil réis (coluna (4) Quadro 2), em 1761 ascendia a quase 2 contos, mas em qualquer dos anos verifica-se uma elevada concentração, variando o índice de Gini entre 0.66 e 0.68. Significa, assim, que o volume das transações foi aumentando, mas não teve impactos significativos na distribuição.

A dimensão do universo em causa não é indiferente para a verificada diversidade sócio ocupacional dos agentes, o que reflete a conhecida abertura da actividade mercantil a diferentes extratos sociais¹⁰. Denote-se, porém, que a ocupação dos intervenientes não é uma informação sistemática nos registos das cargas transportadas, pois cobre cerca de 30% das observações. Surge associada à identificação nominativa, quando houve intenção de distinguir a posição social dos indivíduos através de ocupações militares, cargos administrativos, títulos nobiliárquicos ou designações que remetem para cargos de justiça, como sejam doutor e desembargador. O que se pode dizer sobre a sociologia dos remetentes e destinatários dos fluxos de ouro apoia-se por isso em 2.639 observações. À exceção dos constituídos em companhias, a seleção omite todas as situações que proporcionariam a justa delimitação dos que seriam homens de negócio, mas que assim não foram registados pelos oficiais da burocracia do 1% do imposto sobre o ouro. Não obstante, e considerando o interesse das ilações providenciadas por este sub-universo

8. Os resultados detalhados da estatística descritiva da distribuição das remessas são apresentados no anexo 3 – Distribuição das remessas (1721-1761) Estatística descritiva, no livro *O Ouro do Brasil*, pp. 194-6.

9. Jorge Borges de Macedo, *A Situação Económica No Tempo de Pombal* (Lisboa: Moraes Editores, 1982).

10. A tardia diferenciação social da actividade mercantil é sobejamente discutida no trabalho de Jorge Peireira. Cf. *Os Homens de Negócio* [...], ob. cit., nomeadamente, pp. 112-113.

de participantes, foram aqui criadas categorias que têm a intenção de avaliar a diversidade institucional e sócio-ocupacional dos intervenientes (Quadro 3).

Quadro 3 – Caracterização social e institucional dos agentes do ouro (1721-1761)

| | |
|--------------------------------------|-------------|
| Igreja e Instituições de Assistência | 590 |
| Justiça e Fazenda | 249 |
| Postos militares | 640 |
| Ofícios mecânicos | 14 |
| Nobreza titular | 16 |
| Governo | 5 |
| Sociedades comerciais (companhias) | 499 |
| Estrangeiros | 626 |
| Total de referências | 2639 |

Fonte: ACML, *Livros de Manifestos*

Profissões mecânicas, nobreza titular e ‘governo’ são as categorias menos representadas, se bem que o valor incluso em ‘governo’ deva ser lido com precaução. Está por fazer um cadastro dos membros dos diferentes tribunais e secretarias com passagem pelo Brasil, o que – a existir – permitiria identificar novos casos¹¹. Os casos relacionáveis com administração da fazenda ou magistratura (desembargadores, doutores), compõem não mais de 9,4% da amostra. A participação de membros da Igreja e instituições de assistência perfaz 22%, muito próximo do número de observações respeitantes à milícia (sargento, sargento-mor, capitão-mor, tenente, coronel, ou alferes), com 24% dos casos, o que parece significativo. Desvenda-se aqui a intervenção no comércio dos efectivos militares necessários à territorialização do Estado na colónia e da mesma forma parece ser merecedor de pesquisas futuras a origem do ouro que circulou entre membros da Igreja¹². Da porosidade entre milícias, administração colonial e comércio tem-se como bom exemplo Manuel Pereira do Lago, presente nos Livros de Manifestos em 1741 e 1751. Em 20 de Junho de 1731 terá sido nomeado almoxarife da fazenda da Colónia do Sacramento e no ano de 1736 era capitão de uma das companhias da mesma praça¹³. Treze anos depois era provido no cargo de almoxarife da

11. Note-se, no entanto, que deste pequeno grupo fazem parte duas figuras de relevo: o Vice Rei Vasco Fernandes César de Meneses e Alexandre de Gusmão. Este último, aliás, consta das amostras de 1721, 1731 e 1741, certificando que a sua participação não foi esporádica, o que até agora se desconhecia.

12. Há que chamar a atenção para o facto de nesta categoria estar incluída a designação de ‘capitão’, de impossível distinção entre o lugar de comando num navio e a função militar. É possível, portanto, que, desta feita, a categoria contenha alguma sobreavaliação.

13. P. Possomai, *A Vida Cotidiana Na Colónia Do Sacramento (1715-1735)* (Lisboa: Livros do Brasil, 2006).

Fazenda do Rio de Janeiro¹⁴. Entretanto, a sua actividade comercial é apreendida de forma clara na documentação fiscal. Foi receptor de ouro em Lisboa no ano de 1741 e remetente no Rio de Janeiro em 1751, enviando remessas sobretudo para negociantes estrangeiros. Entre os seus correspondentes estão Jacob Subercrub, Diogo “Combrebrum” e Filipe Hoquel, figuras de relevo nos circuitos internacionais que passaram por Lisboa. Pereira do Lago oferece o nome a uma história igual a tantas outras que atestam a tardia diferenciação do grupo mercantil, entenda-se, a emergência de oportunidades exploradas pelos oficiais régios para incrementar o rendimento auferido nos ordenados, participando na actividade comercial. A sobreposição de funções sugere que contrabando e corrupção entraram na contabilidade dos custos da construção do Estado no Antigo Regime, não necessariamente por aumentar os custos sociais, mas por poderem ter facultado o pagamento de ordenados menos elevados, aceitando-se tacitamente formas complementares de rendimento¹⁵.

Já as categorias institucionais ‘companhias’ e ‘estrangeiros’ não suscitam dúvida quanto ao seu exclusivo, ou dominante, envolvimento no comércio. A associação entre dois ou mais indivíduos corresponde a perto de 19% dos casos identificados e a presença de estrangeiros representa quase 24%, acusando a actuação das comunidades estrangeiras radicadas em Lisboa e no Porto na integração de circuitos europeus e coloniais. Refira-se que o núcleo de 626 registos respeitantes a antropónimos não nacionais não põe em causa a conhecida segmentação social dos que intervieram nos mercados colonial e europeu, controlando os estrangeiros a ligação às praças europeias e os nacionais os fluxos com a colónia¹⁶, mas chama a atenção para o facto de os estrangeiros – do ponto de vista legal – não estarem impedidos de participar no comércio de Portugal com o Brasil.

Com efeito, o quadro diplomático herdado da Restauração, impondo tratados de aliança defensiva celebrados com a Inglaterra, Holanda e França, permitiu a entrada de capitais estrangeiros nas rotas do Brasil¹⁷. Os ingleses, de resto, ob-

14. AN/TT, *Chancelaria de D. João V*, tomo 125, livro 80, fl. 181; tomo 126, livro 92, fl. 389 v.; tomo 125, livro 118, fl. 255 v.

15. Jacob van Klaveren, “Fiscalism, Mercantilism and Corruption,” in *Revisions in Mercantilism. Debates in Economic History*, ed. D. C. Coleman (London: Methuen, 1969); Ernst Pijning, “Controlling Contraband: Mentality, Economy and Society in Eighteenth-Century Rio de Janeiro” (1997).

16. Jorge Pedreira. Cf. *Os Homens de Negócio* [...], ob. cit., p. 332-3. Esta segmentação comprova-se uma vez mais com o exercício que cruzou a informação coligida nos Livros de Manifesto com a documentação da Alfândega de Lisboa. Tomando o ano de 1751 como amostra verifica-se que os negociantes estrangeiros pagaram cerca de 74% do imposto do consulado contra cerca de 21% pago dos nacionais, quase exclusivamente proveniente da importação de ‘moleques’ e molequinhos’, única mercadoria colonial que passava pela Alfândega geral (AN/TT – Alfândega de Lisboa. Consulado. 1751).

17. José Luís Cardoso, Leonor Freire Costa, and Nuno Monteiro, *O Tratado de Methuen (1703). Diplomacia, Guerra, Política E Economia* (Lisboa: Livros Horizonte, 2003); Edgar Prestage, *The Diplomatic Relations of Portugal with France, England and Holland from 1640 to 1668* (Watford: Voss & Michael, 1925).

tiveram o privilégio de manter quatro agências no Rio de Janeiro e Bahia¹⁸. As consequências de longo prazo desta herança explicariam a intenção pombalina de «nacionalização» do controlo das transacções com o Brasil, alvejando os comissários volantes, tidos como agentes preferenciais desses estrangeiros que havia décadas alcançavam uma parte dos efeitos gerados no comércio de entreposto que caracterizava as relações externas de Portugal¹⁹.

Sobre o papel destes negociantes de ‘idas e vindas’ e dos interesses que melhor serviram se falará na próxima secção. Importa para já ter em conta que a intervenção nas frotas brasileiras não foi legalmente vedada aos estrangeiros. É certo que, uma vez encetado o ciclo do ouro, as tentativas de controlar certas formas de contrabando visaram uma ação política que cerceou a entrada a forasteiros. Os privilégios que a diplomacia tinha consagrado não podiam ser ignorados, mas no reinado de D. João V, governadores-gerais e capitães-mor receberam instruções para dar início ao que já foi designado de «resistência passiva»²⁰. Este jogo dissimulado da administração portuguesa acabou por sortir resultados, e os ingleses foram banidos da colónia, sendo inconsequentes os seus protestos na corte em Lisboa²¹. Foram coagidos a prescindir de seus conterrâneos como consignatários na colónia, mas prosseguiriam com a expedição de mercadorias nas frotas, faculdade legal, repita-se, nunca coarctada. Nisto se distinguiu a observação do exclusivo colonial português do espanhol, onde o investimento directo de capitais estrangeiros nas transacções com as Índias requereu a intervenção de testas de ferro ou processos de naturalização, mecanismo lento e mais exigente na sua concretização²².

A observação dos intervenientes nos fluxos de ouro através dos Livros de Ma-

18. Cabral de Mello Evaldo, *O Negócio Do Brasil. Portugal, Os Países Baixos E O Nordeste, 1641-1669* (Lisboa: CNCDP, 2001).

19. Jorge Miguel Pedreira, *Os Homens de Negócio* [...], ob. cit., p. 118. Para uma visão acerca das funções dos comissários volantes veja-se ainda Maxwell Kenneth, *O Marquês de Pombal* (Lisboa: Editorial Presença, 2001); Maxwell Kenneth, *Conflicts and Conspiracies: Brazil and Portugal 1750-1808* (Cambridge: Cambridge University Press, 1973); Ray Flory, “Bahian Society in the Mid-Colonial Period: The Sugar Planters, Tobacco Growers, Merchants and Artisans of Salvador and Recôncavo, 1680-1725” (University of Texas, 1978); Roquinaldo Ferreira, “Dinâmica Do Comércio Intra-Colonial: Geribita, Panos Asiáticos E Guerra No Tráfico Angolano de Escravos,” in *O Antigo Regime Nos Trópicos: A Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, ed. Fernanda Bicalho, M. F. Gouveia, and João Cardoso (Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001), pp. 339-78.

20. Pijning, “Controlling Contraband: Mentality, Economy and Society in Eighteenth-Century Rio de Janeiro”, capítulo 1.

21. Boxer, *The Golden Age of Brazil, 1695-1750*.

22. Allan Christelow, “Great Britain and the Trade from Cadiz and Lisbon to Spanish America and Brazil, 1759-1783,” *The Hispanic American Historical Review*, no. 27 (1947): 9–29; Garcia-Baquero González, *Cadiz Y El Atlántico (1717-1778)* (Sevilla: Publicaciones de la Escuela de Estudios Hispano-Americanos de la Universidad de Sevilla, 1988); A. McFarlane, *Colombia before Independence. Economy, Society and Politics under Bourbon Rule* (Cambridge: Cambridge University Press, 1993).

nifestos permite ainda caracterizar um outro importante aspecto da comunidade mercantil, já analisado para o período pombalino, mas desconhecido em relação à primeira metade do século. Referimo-nos à fluidez do universo que participou nestas trocas, cujo primeiro nível de observação implica apurar os casos de intervenientes que figuram em mais de um ano da amostra (quadro 4).

Quadro 4 – Continuidade dos intervenientes nos fluxos de ouro (1721-1761)

| Nº anos | Nº intervenientes | |
|---------|-------------------|--------|
| 1 | 7471 | 81,0% |
| 2 | 1214 | 13,2% |
| 3 | 386 | 4,2% |
| 4 | 131 | 1,4% |
| 5 | 16 | 0,2% |
| Total | 9218 | 100,0% |

Fonte: ACML, *Livros de Manifestos*

Constata-se que 1747 indivíduos (19%), registados em mais de um ano de amostra, permaneceram activos por um período igual ou superior a dez anos. O apuramento da mancha de antropónimos que interceptam as amostras estima o que se designa por taxa de renovação cujo valor elevado mostra a fluidez do universo em estudo²³. Os resultados deste exercício (quadro 5) certificam que a proporção dos indivíduos que aparecem pela primeira vez em cada um dos anos oscila entre 76% a 86% (proporção dos que entraram de novo em relação ao total de agentes de cada ano).

Quadro 5 – Renovação do grupo de agentes do ouro

| Ano | Número de agentes | | | | Renovação |
|------|-------------------|----------|------------|--------|-----------|
| | Total | Entraram | Permanecem | Sáiram | |
| 1721 | 2112 | | | | |
| 1731 | 2675 | 2312 | 363 | 1749 | 0,86 |
| 1741 | 2466 | 1868 | 598 | 2077 | 0,76 |
| 1751 | 2385 | 1853 | 532 | 1934 | 0,78 |
| 1761 | 2023 | 1547 | 476 | 1909 | 0,76 |

Fonte: ACML, *Livros de Manifestos*

23. A taxa de renovação é um ratio entre o número de agentes que permanecem de década para década sobre o número total de agentes registados em cada ano $[1 - (\text{permanecem} / \text{total de intervenientes})]$

A fluidez do grupo, todavia, revela um padrão distinto desde 1741, o que sugere que as transformações organizativas, expectáveis com a fundação de companhias privilegiadas na década de 1750, não constituem um corte nesta estrutura. É sabido que a constituição das companhias afligiu a feitoria inglesa, sobretudo aquando de um projecto para o Rio de Janeiro semelhante ao que fora concretizado para as regiões nordestinas e para o Estado do Maranhão e Pará. E está comprovado pela historiografia sobre elites económicas da segunda metade do século XVIII que essas inovações institucionais e organizativas intentaram sobretudo interferir no grupo mercantil nacional, pois foram concebidas para entregar os grandes negócios da *res pública* aos mais capitalizados, dotados de um saber especializado²⁴. Uma política cujo corolário foi a consolidação do poder económico de uma facção, cúmplice dos novos institutos reguladores da actividade económica. De algum modo, tais medidas de elitização do negócio colonial, complementares da distinção jurídica entre comércio por grosso e retalho, com a atribuição à Junta do Comércio dessas funções reguladoras, poderiam contrariar a fluidez, o que aumentaria a probabilidade de reprodução social do grupo. Contudo, e pesem embora as medidas do ministro de D. José, os índices de renovação mantiveram-se elevados até bem tarde. Só nos últimos vinte anos do século XVIII os livros da Junta do Comércio revelam que apenas 20% dos registados não constavam das matrículas anteriores. Significava uma redução das taxas de renovação dos anos 60 e 70, que ainda atingiram os 50%.

Os *livros de manifesto do 1% do ouro* são mais uma prova documental desta característica de um grupo com elevada taxa de renovação. E é nesse contexto que adquire especial significado a consolidação de um núcleo que persiste no negócio por longos períodos: cerca de 15% dos negociantes matriculados ficaram activos durante 25 anos e quase 10% por mais de 30 anos²⁵.

A fluidez foi, portanto, uma característica duradoura do grupo e resistiu a uma matriz institucional destinada a contrariá-la. Com maioria de razão, a ausência de barreiras institucionais à entrada no comércio durante a primeira metade do século XVIII empolara essa característica tal como a heterogeneidade ocupacional que acima se avaliou. Por isso, qualquer exercício que busque aqui as origens da elite pombalina terá resultados pouco conclusivos. A questão, porém, pode ter novas perspectivas se a análise for restringida aos que, por comodidade, se chamarão ‘elite’ dos destinatários deste ouro, informando a hipótese de ser nos escalões superiores dos valores das remessas que se encontrarão vestígios de uma fase prévia de acumulação e incremento da escala de negócio, condição necessária à gestação de uma franja social capaz de agarrar os grandes contratos do Estado.

24. Nuno Madureira, *Mercado e Privilégios. A Indústria Portuguesa Entre 1750 E 1834* (Lisboa: Editorial Estampa, 1997); Pedreira, “Os Homens de Negócio da Praça de Lisboa de Pombal ao Vintismo (1755-1822). Diferenciação, Reprodução e Identificação de Um Grupo Social.”

25. Jorge Miguel Pedreira, *Os Homens de Negócio* [...], ob. cit., p. 135.

2.2. Destinatários das maiores remessas de ouro

O escalão considerado relevante para delimitar o grupo dos maiores destinatários de remessas de ouro fixou-se no patamar acima de 1,8 contos, decisão apoiada nos resultados da estatística descritiva realizada atrás que acusou este mínimo para as classes de valores mais elevados²⁶. Admite-se que este patamar não circunscreverá de forma extrema o universo a estudar, mas dará pertinência à definição destes receptores como uma ‘elite’, ou minoria, que lidou com montantes substanciais²⁷. Preenchendo esta condição encontram-se 1.906 agentes (nominais ou em companhias) que perfazem 19,9% do conjunto em estudo, responsáveis pela receção de 47,2% do total de ouro chegado a Lisboa durante os cinco anos considerados (quadro 6)²⁸.

Quadro 6 – Escalão superior dos destinatários (número e valor das remessas)

| Ano | Destinatários | | | Valor das remessas (contos de réis) | | | |
|-------|---------------|------------------|------|-------------------------------------|------------------|------|-------|
| | Total | Escalão superior | | Total | Escalão superior | | |
| | Nº | Nº | % | | Valor | % | Média |
| 1721 | 1802 | 216 | 12,0 | 1.834 | 654 | 35,7 | 3,1 |
| 1731 | 2177 | 347 | 15,9 | 3.214 | 1.373 | 42,7 | 4,1 |
| 1741 | 2074 | 425 | 20,5 | 5.692 | 1.936 | 34,0 | 4,7 |
| 1751 | 1876 | 435 | 23,2 | 4.026 | 2.325 | 57,7 | 5,2 |
| 1761 | 1659 | 483 | 29,1 | 3.877 | 2.514 | 64,8 | 5,3 |
| Total | 9588 | 1906 | 19,9 | 18643 | 8802 | 47,2 | 4,7 |

Fonte: ACML, *Livros de Manifestos*

O primeiro aspecto a salientar diz respeito à crescente importância do grupo de receptores de maiores quantias²⁹. Não só a representatividade deste escalão superior de receptores de ouro mais do que duplicou no período considerado (em 1721 perfazia 12%, em 1761 atingia 29,1%), como também aumentou a sua escala de negócio. O valor médio das remessas em 1721 era de 3,1 contos e em

26. Corresponde ao 10º deci do ano de 1721 o qual varia entre 1.836\$000 e 14.798\$400, vd. Anexo 3, *O Ouro do Brasil*, p. 194.

27. O valor de 1,8 contos corresponde a cerca de nove vezes a renda das maiores propriedades nas freguesias de Lisboa, mas seria apenas ¼ do valor médio do património de um conjunto de indivíduos de diferentes extracções sociais da cidade de Lisboa. José Vicente Serrão, *Os Campos e a Cidade. Configuração das Estruturas Fundiárias da Região de Lisboa nos Finais do Antigo Regime*, dissertação de doutoramento, ISCTE, Lisboa, 2000, p. 51; Nuno Madureira, *Inventários. Aspectos do Consumo e da Vida Material em Lisboa em finais do Antigo Regime*, dissertação de mestrado, Lisboa, FCSH, 1989, quadro 1.9, p. 61.

28. A lista dos destinatários integrados neste escalão superior consta do Anexo 4 – Destinatários das maiores remessas – 1721-1761, *O Ouro do Brasil*, pp. 196-230. Nesta listagem a informação é apresentada conforme a anotação nos Livros de Manifestos, ou seja, nos casos em que a remessa se destinava a mais de um indivíduo foi mantida essa aglutinação.

29. Note-se que o total de indivíduos deste quadro difere do número de intervenientes indicado atrás (quadro 1), pois, como referido, apenas se consideram aqui os indivíduos que se apresentam como destinatários.

1751 fixava-se em 5,2 contos, sem grandes diferenças em 1761. No entanto há que notar a situação particular no subperíodo 1731-1741, em que ocorre uma diminuição da proporção das remessas deste escalão superior dos destinatários (de 42,7%, para 34%), possivelmente refletindo o alargamento do universo de participantes nesta década (cf. quadro 1). Ou seja, a importância relativa dos valores aqui incluídos começa a subir, sem inflexão, a partir de 1741, atingindo 57,7% em 1751 e 64,8%, em 1761. Primeiro sinal, pois, de que o período anterior a Pombal, na abertura da década de 1741, seria já de gestação de uma elite.

A confirmação desta hipótese conta com outros dados. Por um lado, há um número crescente de negociantes que perduram nos diferentes anos da amostra: em 1731 encontram-se catorze antropónimos ou companhias comuns à década anterior, em 1741 são cinquenta e três os casos comuns ao decénio precedente, aumentando depois esta mancha de coincidência: sessenta e cinco casos em 1751 e setenta e cinco em 1761. Por outro lado, verifica-se que houve um núcleo de participantes que apresentou elevada continuidade nos fluxos do ouro. Se cerca de 88% dos destinatários das remessas de maior valor aparecem apenas uma só vez nos cinco anos de amostragem, 10,2% estiveram em actividade pelo menos vinte anos e 2,2% trinta anos ou mais. Atendendo a que os dados se reportam a amostras com intervalos de dez anos, estes índices de continuidade nos escalões superiores tornam-se significativos da consolidação de um núcleo de operadores.

Uma breve pesquisa prosopográfica oferece alguns dos contornos deste sub-grupo. Entre os 144 accionistas da Companhia do Grão-Pará, 37 (26%) figuraram na 'elite' dos destinatários do ouro, suportando 35% do capital desta empresa³⁰; dos portadores de 11 ou mais acções da Companhia de Pernambuco e Paraíba, 22 integram-se nos destinatários das maiores quantias de ouro, sendo responsáveis por 16% do capital da empresa³¹. No conjunto das Companhias verificamos que 17 dos seus accionistas figurarem entre os maiores receptores de ouro em anos anteriores à década de 1750³². Margens de coincidência não negligenciáveis, tanto mais quanto é sabido que muitos dos grandes negociantes da praça de Lisboa da década de 70 não fizeram parte do núcleo inicial quer da companhia do Grão-Pará

30. Listagem de accionistas em António Carreira, *A Companhia Geral do Grão Para e [...]*, ob. cit., II vol., pp. 85-9).

31. Listagem de accionistas com mais de 10 acções em Carreira, «A Companhia de Pernambuco e Paraíba – alguns subsídios para o estudo da sua acção», *Revista de História Económica e Social*, nº 11, 1983, pp. 55-88.

32. Os 17 negociantes são: António de Castro Ribeiro, António dos Santos Pinto, Bento Afonso, Dâmaso Pereira, Domingos Luís da Costa, Estêvão José de Almeida, Francisco Xavier de Castro Morais, João de Castro Guimarães, João Luís Serra, José Álvares de Mira, José Bezerra Seixas, José Rodrigues Bandeira Guadalupo, José Rodrigues Lisboa, Manuel dos Santos Pinto, Manuel Ferreira da Costa, Manuel Peixoto da Silva e Pedro António Virgulino.

criada em 1755, quer na de Pernambuco e Paraíba, estabelecida em 1759³³. Se compararmos o universo dos maiores receptores de ouro com a lista dos 100 maiores negociantes da praça de Lisboa no período pombalino e pós pombalino, a mancha de intercepção inclui 37 casos, sendo que 12 destes nomes figuram nos fluxos de ouro nas décadas de 20, 30 e 40³⁴. Sobre os exemplos de que um núcleo de ativos negociantes, com uma dimensão significativa de negócios, procedia da primeira metade do século.

O caso de João de Castro Guimarães é disso ilustrativo. É o maior receptor de ouro (cerca de 50 contos) e o que apresenta maior continuidade. O seu nome capta-se em todas as amostras e faz parte da ‘elite’ dos destinatários entre 1731 e 1761. Também sabemos que aplicou capital em acções nas companhias. Comprou 10 acções da Companhia do Grão-Pará e 12 da de Pernambuco. A sua origem social, exterior ao mundo mercantil, não o impediu de alcançar uma posição proeminente neste universo. Como tantos outros que participaram nos fluxos comerciais com o Brasil, era filho de lavradores e partiu da sua terra natal – Guimarães – para Lisboa ainda jovem. Na capital começou por abrir loja de capela, mas acabou por vir a tratar com os maiores homens de negócio e a fazer parte deste estrato, uma circunstância de que beneficiaria a sua descendência. Um dos filhos, Manuel Eleutério de Castro, estará entre os cem maiores da praça de Lisboa e chegará a deputado da Companhia de Grão-Pará e Maranhão. Sinal claro da importância do capital social e económico acumulado pela geração anterior através das carregações realizadas «para as Américas»³⁵.

Estas situações bem-sucedidas não desmentem os desaires de tantas outras, como a elevada fluidez do grupo envolvido nos fluxos de ouro lembra; nem a gradual tendência para o aumento da escala de negócio aqui verificada contradiz a pulverização do negócio colonial, ajustada, aliás, à imagem divulgada na historiografia sobre as repercussões da extração aurífera³⁶. Todavia, a elitização, por um lado, e a manutenção de uma elevada pulverização, por outro, sugere a coexistência de várias modalidades de participação nestes fluxos de ouro. Importa, por isso, procurar aquelas modalidades que potenciaram o sucesso de apenas alguns.

33. Pedreira, *ob. cit.*, p. 110-11. Sobre a história das Companhias ver António Carreira, *A Companhia Geral [...]*, *ob. cit.*; R. F. Marcos, *As Companhias Pombalinas: Contributo para a História das Sociedades por Acções em Portugal*, Coimbra, 1997.

34. Lista dos 100 maiores negociantes em Jorge Miguel Pedreira, *Os Homens de Negócio [...]*, *ob. cit.*, pp. 164-167. Os 12 nomes em questão são: Estêvão José de Almeida, Dâmaso Pereira, Manuel Gomes Campos, Manuel Ferreira da Costa, José Álvares de Mira, João Rodrigues Caldas, Domingos Dias da Silva, José Rodrigues Bandeira Guadalupe e Comp^a, Policarpo José Machado, Estêvão Martins Torres, António dos Santos Pinto, Feliciano Velho Oldenberg.

35. Processo de habitação à Ordem de Cristo de Manuel Eleutério de Castro. ANTT, Habilitações do Santo Ofício – Maço 65; nº 1212.

36. Jorge Borges de Macedo, *A Situação Económica [...]*, *ob. cit.*

3. Gestão da distância

3.1. Negociar com o Brasil

As quantias de ouro entradas em Portugal precisaram da circulação de instruções, ordens de encomenda, notícias, informação sobre o mercado entre cada margem do Atlântico. O comércio com mercados situados a meses de distância colocou desafios documentados nos raros vestígios de cartas trocadas entre negociantes. No caso português, a correspondência de Francisco Pinheiro – legado documental único e por isso exaustivamente atendido na historiografia – ilustra bem os riscos deste negócio. Nestas cartas fala-se de acidentes que extravasam os danos nas mercadorias por contingências do mar, para os quais, aliás, se foram desenvolvendo os seguros marítimos. Os desafios relatados estenderam-se às relações sociais que necessariamente se estabeleceram na prossecução do negócio, cujos riscos só seriam minimizados por um ativo intangível, comumente designado de “confiança”.

A escolha de indivíduos em quem Francisco Pinheiro teve de delegar competências para a venda das mercadorias ameaçou os bons resultados da sua iniciativa empresarial. Os incidentes deste homem de negócios evidenciam o quanto o mercado colonial encorajou os seus agentes radicados no Brasil a atuarem em benefício próprio³⁷. Os dissabores por que passou realçam a frequência com que as suas expectativas foram frustradas por comportamentos não consagrados na relação contratual que estabeleceu com seus agentes no Brasil. De resto, Francisco Pinheiro conhecia esse risco, como documentam vários passos da sua correspondência. Numa das suas cartas falou de como reprovava a prática, que sabia vulgar, dos correspondentes no Brasil utilizarem capitais alheios (leia-se dos principais que representavam), para atividades sobre as quais não reportavam e sem repartirem os respectivos dividendos³⁸.

Se era fundamental a escolha de agentes (representantes/executantes dos seus interesses localizados a vários *meses* de distância), Pinheiro não terá sido muito hábil nessa escolha. Optando por alargar o negócio ao Rio de Janeiro, enviou mercadorias à comissão a um importante negociante local, e outra carregação através do capitão de um dos seus navios. O capitão desapareceu à chegada e Francisco Pinheiro, apesar dos esforços, nunca recuperou a mercadoria e o capital investido. O negociante local – após algumas transacções – deu motivos de suspeita a Pinheiro que, em resposta, decidiu enviar para o Brasil o seu irmão com o intuito de obter *in loco* informação e para realizar novas operações. Os

37. William M. Donovan, *Commercial Enterprise and Luso-Brazilian Society during the Brazilian Gold Rush: the Mercantile House of Francisco Pinheiro and the Lisbon to Brazil Trade, 1695-1750*, dissertação de doutoramento, Baltimore, Maryland, 1990.

38. Dauril Alden, «Vicissitudes of trade in the Portuguese Atlantic Empire during the first half of the eighteenth century. A review article», *The Americas*, XXXII, 2, 1975, pp. 282-291.

relatos remetidos pelo irmão não abonaram o anterior agente, antes confirmaram as suspeitas, quebrando-se os laços com o antigo correspondente. Todavia, o irmão, nem por isso se comportou de forma irrepreensível. Empatou, numa só viagem, destinada à compra de escravos, a totalidade do capital, sem o informar, perdendo todo o investimento de uma só vez. De insucesso em insucesso, Francisco Pinheiro acabou por confrontar o seu familiar com as irregularidades de que finalmente tivera conhecimento. Em longa missiva, descreveu-as como informação enganosa sobre mercadorias supostamente danificadas; transacções realizadas sem partilha de decisão; cobrança de comissões excessivas, que atingiam 10%. A confiança rompeu-se, pelo que deu ordem de regresso ao irmão. Entretanto, preparara em Lisboa um afilhado como caixeiro, que partiu para o Brasil com produtos que aí venderia à comissão. Uma vez instalado na colónia, ambicioso, queixou-se das poucas mercadorias expedidas, e procurou diversificar os seus próprios contactos para aumentar o patamar das transacções, o que aos poucos foi complicando as relações com o padrinho. Por isso, Francisco Pinheiro foi coagido a refazer os seus contactos. Da vez seguinte foi um sobrinho para o Brasil, acompanhado por um mercador mais experimentado, mas a relação entre estes dois, conflituosa, prejudicou o negócio. O sobrinho tornaria a Lisboa anos mais tarde; o outro correspondente acabaria preso por contrabando de ouro³⁹.

Esta história dispensa comentários. É suficientemente elucidativa de problemas de agência, que não são específicos do século XVIII, nem do espaço colonial português. Neste tipo de relação contratual (formal ou informal) uma das partes detém necessariamente mais informação do que a outra e é nessa assimetria de informação que reside o risco da transacção⁴⁰. Em todas as situações atrás sumariadas estiveram custos inerentes a essa assimetria, ilustrativos da forma como abuso de confiança, sonegação de dados, ou incompatibilidade de interesses redundam no incumprimento efetivo dos pressupostos da relação contratual (risco moral)⁴¹.

39. Idem, *ibidem*, pp. 259-283.

40. Esta é a questão central na noção de que redes coesas específicas dos negociantes magrebinos, base empírica de vários trabalhos de Avner Greif. Avner Greif. Veja-se um dos seus trabalhos fundadores que lançaram os dados do problema em «Cultural beliefs and the organization of society: a historical and theoretical reflection on collectivist and individualist societies», in M. C. Brinton e V. Nee (eds), *The New Institutionalism in Sociology*, New York, Russell Sage Foundation, 1998, pp. 77-104.

41. A literatura é extensa e os problemas de agência constituem um dos temas dominantes da investigação económica neoinstitucionalista. Sugere-se, para enquadramento genérico, N. E. Bowie e R. E. Freeman (eds), *Ethics and Agency Theory*, Oxford, Oxford University Press, 1992; J. Ensminger, «Reputations, Trust, and the Principal-Agent Problem», in Karen S. Cook (ed.), *Trust in Society*, New York, Russell Sage Foundation, 2003, pp. 185-201; M. C. Jensen e W. H. Meckling, «Theory of the firms: managerial behaviour, agency costs and ownership structure», *Journal of Financial Economy*, 3, 1976, pp. 305-60; J. Jutting, *Institutions and Development: a critical review*, OECD Development Centre, Working paper 20, July 2003; J. W. Pratt e R. Zeckhauser (eds), *Principals and Agents: the Structure of Business*, Boston, Harvard Business School Press, 1985; S. A. Ross, «The economic theory and agency: the principal's problem», *American Economic Association*, 1973, pp. 134-9.

A minimização deste risco moral pode ser viável se forem criados dispositivos de monitorização da parte no contrato que detém potencialmente mais informação.

As situações atrás descritas reportam a um único repositório arquivístico, pelo que é desconhecida a representatividade dos problemas de agência de Francisco Pinheiro em todo o universo mercantil. Os Livros de Manifestos facultam dados para contornar essa escassez documental. O alargado feixe de ligações que cada remessa reconstitui, observado na diacronia, recupera a estrutura do universo relacional em que operou Francisco Pinheiro, permitindo conhecer o grau de coesão das redes em causa e mapear as soluções que adoptou, por confronto com as opções tomadas pelos seus pares.

Através da análise das relações reconstituídas a partir desta documentação apreendem-se quatro modalidades de organização do negócio. Uma indica a deslocação do próprio à colónia. Presume-se que terá partido em viagem, realizado as suas operações por conta própria, e regressado a Portugal com o produto das transações. São os casos em que o nome do remetente coincidiu com o nome do recetor da remessa. Uma outra situação documenta a possibilidade de destinatários estantes em Lisboa obterem as suas remessas através de indivíduos que, como no caso anterior, viajaram nas frotas trazendo ouro para vários destinatários, incluindo para si próprios. Uma terceira modalidade refere-se a remetentes de ouro – correspondentes, comissionistas – residentes na colónia, não havendo indicação de viagem nas frotas. Por último, uma solução mais complexa, conjuga as duas anteriores, verificando-se que há destinatários a receber remessas de vários remetentes, uns estantes no Brasil, outros a circular na frota em que vem a remessa.

Cada uma destas modalidades tinha vantagens e desvantagens na gestão da distância, seja, na mitigação ou incremento de problemas de agência. A primeira, por exemplo, implicava o custo de oportunidade de uma viagem longa e perigosa. Além disso, caso a viagem fosse de ida e vinda na mesma frota, as vendas seriam realizadas durante o período em que os navios estanciavam nos portos, justamente na fase em que a oferta de bens era mais elevada e, por conseguinte, mais reduzidas as margens de lucro. Mas esta modalidade permitia que as decisões fossem tomadas exclusivamente pelo negociante, libertando-o de qualquer custo de agência. A segunda modalidade, representada pela utilização exclusiva de comissários volantes, implicava a delegação de competências num agente temporariamente deslocado, minimizando as consequências do enraizamento de correspondentes na colónia, o que parece ter incentivado comportamentos oportunistas, como dizem as cartas de Francisco Pinheiro. Contudo, o recurso a agentes apenas temporariamente presentes na colónia também inibia o alargamento da rede de contactos nos mercados do interior mineiro, vantagem da terceira modalidade. Esta, ao contar exclusivamente com correspondentes residentes na colónia,

invertia as vantagens e desvantagens presentes na situação anterior. Donde, a conjugação de viajantes e residentes no Brasil (quarta modalidade) aparenta ter os benefícios de qualquer das outras, admitindo que a regular deslocação de uns acelerava a circulação de informação e oferecia condições de monitorização dos residentes.

Assim, os Livros de Manifestos desvendam que muitos dos pares de Francisco Pinheiro não seguiram a sua estratégia. Uns viajaram para a colónia, ou recorreram a viajantes (primeira e segunda modalidades), socorreram-se de agentes residentes na colónia, ou, ainda, usaram simultaneamente de agentes de «idas e vindas», na designação consagrada pela legislação pombalina que pretendeu limitar a acção dos «comissários volantes» (quarta modalidade). Resta saber quais destas formas de organização do negócio melhor resolveram o risco moral.

A metodologia baseou-se na análise de redes (*network analysis*). Este método de análise permite medir o grau de coesão do universo observado, quantificando a distribuição do número de relações e a configuração destas redes⁴². Constitui a única forma de ultrapassar abordagens intuitivas, utilizadas não raras vezes na historiografia. Com efeito, apontam-se as ligações familiares como recurso para a mitigação de problemas de agência. Família e comércio aparecem como duas faces da mesma moeda, advogando a importância de laços parentais na minimização do risco moral, o que, no longo prazo, reverteria no sucesso do negócio e consolidação de patrimónios⁴³. Ora, independentemente da natureza dos laços, a avaliação da estrutura de relações numa rede social é um primeiro passo, essencial, para apurar o modo como a informação pode ser partilhada nesse espaço. Estudos de sociologia económica têm mostrado que espaços sociais fechados, na medida em que potenciam distribuição simétrica de informação, mostram o seu grau de coesão interna e prestam-se à utilização da expressão ‘capital social’⁴⁴. Pelo contrário, grupos alargados, aumentam a probabilidade de a informação es- tra desigualmente distribuída. Nestes contextos, torna-se menos provável a sanção colectiva, informal, sobre infractores e agentes com comportamentos marginais às normas do grupo. E serão precisamente nestes espaços de baixo capital social que a reputação positiva de certos indivíduos ganha maior relevância, conferindo-lhes um papel específico pelo capital de confiança que detêm – sinalizam

42. J. Scott, *Social Network Analysis. A handbook*, London, Sage Publications Ltd., 1991; S. Wassermann e K. Faust, *Social Network Analysis: methods and applications*, Cambridge, Cambridge University Press, 1994.

43. Peter Mathias, «Risk, credit and kinship [...]», ob. cit.; Kenneth Morgan, «Business networks [...]», ob. cit.; Jacob Price, «The Great Quaker [...]», ob. cit.

44. J. S. Coleman, «Rational Action, social networks and the emergence of norms» in C. Calhoun, M. W. Meyer e W. R. Scott (eds), *Structures of Power and Constraints*, Cambridge, Cambridge University Press, 1990, p. 91-112; idem, «Constructed Organization: first principles», *Journal of Law, Economics & Organization* 1991, 7, special issue, pp. 7-23; idem, *Foundations of Social Theory*, Cambridge-Massachusetts and London, The Belknap Press of Harvard University Press, 1994.

assim para o grupo uma informação (boa reputação). Colocaremos a hipótese que em espaços de baixo capital social, a polarização de contactos por certos agentes indica que os outros membros do coletivo os identificam como portadores de um atributo positivo, minimizador de problemas de agência⁴⁵.

O exame da estrutura das redes relacionais dos intervenientes nos fluxos do ouro descobriu uma baixa densidade destas redes (a qual variou entre 0,04 e 0,06, para um indicador que tem valores máximos de 1)⁴⁶. Em segundo lugar, apurou-se que a configuração dominante nas relações é em ‘estrela’, ou seja, um nodo tem relação com outros, mas estes não têm relações entre si. Donde, nestas circunstâncias, a polarização de relações destaca certos indivíduos. Conjetura-se que comportariam características positivas em redes de negócio e de constituição de agência. Tratando-se de um universo com baixo nível de coesão (sinónimo de baixo capital social), estes polarizadores de contactos terão construído uma reputação positiva nas relações que foram estabelecendo.

A identificação dos vinte actores com o maior número de ligações em cada ano da amostra (1721, 1731, 1741, 1751 e 1761) revelou um dado que nenhuma conjectura anteciparia. De forma esmagadora, estamos perante indivíduos que viajaram nas frotas e responsáveis por entrega de remessas⁴⁷. Dos 100 casos seleccionados, 80 eram agentes volantes. Foram estes comerciantes em trânsito entre o Brasil e Portugal que contribuíram para a conectividade das redes em observação, descobrindo-se que a mobilidade foi um mecanismo relevante nas comunicações entre a colónia e o reino.

Importa porém indagar se o desempenho económico dos que optaram pelos serviços destes agentes itinerantes foi comparativamente melhor, pois recorde-se que o ponto de partida da pesquisa realizada conjectura que a volatilidade do grupo mercantil refletiria a preponderância de estratégias organizativas de baixa probabilidade de sucesso. Por sua vez, o sucesso na resolução de problemas de agência constituíra condição necessária a acumulação de capital e capacidade de transmitir a gerações futuras um capital económico e social, definindo-se assim os candidatos a figurar na elite pombalina.

3.2. Formas de agência e desempenho económico

Considerando que o desempenho económico é passível de ser apreendido pela quantidade de ouro manipulada por cada organização, tomou-se este indicador

45. Esta mesma associação foi adoptada mesmo em estudos que não exploraram inteiramente esta metodologia. David Hancock, «‘A world of business to do’ [...]», *ob. cit.*

46. Para uma análise desenvolvida da metodologia utilizada e do percurso que sustentou estas conclusões cf. Leonor Freire Costa, *et. alli.*, «Capital and economic performance: trust and distrust in eighteenth century gold shipments from Brazil», *European Review of Economic History*, Available on CJO.

47. Anexo 5 – Intervenientes nos fluxos de ouro com maior centralidade (1721-1761).

como variável dependente de diferentes modalidades adotadas na gestão da distância. Coloca-se a hipótese, tendo em conta o que atrás foi apurado sobre o relevante papel dos agentes itinerantes, de que o recurso a estes agentes polarizadores de relações possa ter influenciado positivamente o sucesso das organizações (seja, o volume de ouro manipulado)⁴⁸.

Para a concretização desta análise seleccionaram-se os destinatários de ouro registados em três ou mais anos nos Livros de Manifestos, assegurando a selecção de negociantes com presença não esporádica. Por outro lado, e uma vez que se pretendia avaliar a relação entre quantidade de ouro recepcionado e formas de agência, havia que garantir que a amostra incluisse as diferentes modalidades de organização do comércio com o Brasil⁴⁹. Com este critério foram identificados 115 destinatários, os quais se verificou terem estado em contacto com 350 remetentes, através de 320 remessas de ouro⁵⁰. Na totalidade, estes 115 destinatários receberam 866.742\$168 réis, cada um deles manipulando uma média 7,5 contos de ouro, maquia bem superior à média do valor do total das remessas, cifrada em cerca de 1,3 contos.

O modelo estatístico considerou, assim, como variável dependente a quantia de ouro recepcionada ao longo dos anos de actividade e como variáveis independentes: a) o número de anos de actividade; b) os padrões de agência (utilização da viagem como modalidade exclusiva, recurso a agentes radicados na colónia, emprego conjugado de itinerantes e residentes na colónia)⁵¹; c) a posição de cada um destes 115 casos na estrutura de relações (sua distância ou proximidade relativamente aos nodos com maior centralidade, e ausência de qualquer ligação – nodos isolados); d) o número total de ligações estabelecidas; e) o número de relações reiteradas ao longo dos anos de actividades.

Os resultados deste exercício mostraram que os quantitativos de ouro que cada um dos 115 intervenientes recebeu foram sensíveis a relações reiteradas e padrões de agência, tendo maior impacto a modalidade que conjugou comissários residentes e itinerantes.

A importância de relações reiteradas como variável explicativa não surpreende. É compreensível que relações sociais duradouras, exactamente o que

48. O exercício realizado para verificação da hipótese teve análise formalizada em outro trabalho. Idem, *ibidem*.

49. Uma vez que a hipótese considera que o montante de ouro recebido (indicador da escala de negócio) possa ter sido influenciado pelas modalidades de gestão do negócio houve que fazer incidir a selecção apenas sobre os destinatários de ouro e não sobre os emissores também.

50. Anexo 6 – Destinatários com elevada continuidade no negócio (1721-1761).

51. No anexo 6 estas três modalidades estão identificadas como ‘itinerância’, ‘residente’ e ‘monitorização’, compondo as categorias que entraram no modelo estatístico no qual ‘A’ traduz situações em que houve anos de actividade baseados em agentes residentes sem monitorização, ‘B’ identifica recurso a monitorização, ‘C’ recurso exclusivo a itinerância.

Francisco Pinheiro não teve, possa ser um activo importante na resistência das organizações, com efeitos positivos na escala do negócio⁵². Já quanto às modalidades organizativas, destacou-se uma configuração específica: a que conjugou os serviços de correspondentes radicados na colónia com deslocações regulares ao Brasil, quer fossem estas realizadas pelos próprios negociantes metropolitanos ou por agentes com quem se articulavam. Ou seja, a hipótese atrás colocada quanto à relevância da itinerância confirmou-se, mas mostrou-se que sendo uma condição necessária para o desempenho económico, não era suficiente: o recurso aos agentes itinerantes resultaria em benefício acrescentado se acumulado com ligações a negociantes residentes no Brasil.

As vantagens em possuir contactos prolongados na colónia encontram-se na melhor exploração do comércio com as regiões do interior brasileiro, assim como na possibilidade de obter melhores condições para a venda dos produtos remetidos. Como atrás já foi referido, a chegada das frotas significava fases de maior oferta de bens, com efeitos evidentes nos respectivos preços. Ora remeter produtos para agentes residentes na colónia permitia alcançar maiores ganhos, pois as vendas iam-se operando nos períodos de maior escassez. Possibilitava ainda explorar as ligações que agentes estantes no Rio ou na Bahia tratavam de realizar com comerciantes que se aventuravam em viagens pelo sertão brasileiro. Ou que negociavam com as zonas de fronteira dos dois impérios ibéricos, prometendo o lucrativo tráfico ilícito em Buenos Aires, via Rio da Prata⁵³. E sabendo da importância que as vendas a crédito alcançavam no comércio em geral, a presença de agentes fixos na colónia acrescentava valia ao facilitar o controlo da cobrança de dívidas de forma mais eficaz⁵⁴.

Sendo claro que os contactos com residentes nos portos do Brasil, no interior mineiro ou nas zonas de fronteira, incrementaram a escala do negócio, os comissários de idas e vindas promoveram mecanismos de monitorização regular in loco e celeridade na circulação de informação⁵⁵. O custo de uma viagem seria, portan-

52. Nos casos aqui estudados não se descobre, no entanto, indicadores de parentesco. Sinal de que efetivamente as ligações familiares não podem ser traduzidas de forma directa como 'redes' de confiança que mitigavam o risco de fraude.

53. A integração neste comércio de elementos da administração colonial é conhecida, sendo o caso já referido de Manuel Pereira do Lago disso exemplo. Estudos seminais insistiram nas consequências dessa promiscuidade pelo modo como se institucionalizou o contrabando. Ernest Pijning, *Controlling Contraband: Mentality, Economy and Society in Eighteenth-Century Rio de Janeiro*, dissertação de doutoramento, Baltimore, 1997; Zacarias Moutokias, *Contrabando y Control Colonial en el siglo XVII*, Buenos Aires, Centro Editor de America Latina, 1988; idem, «Contrabando y sector externo en Hispanoamérica colonial», in M. C. Carmagnani e A.H.R. Romano (eds), *Para una Historia de América*. Mexico, El Colegio de México, II, 1999, pp. 172-97.

54. As vantagens destas ligações estão bem documentadas uma vez mais na correspondência de Francisco Pinheiro. (Cf. P. Possamai, *A Vida Cuotidiana na Colónia do Sacramento (1715-1735)*, Lisboa, Livros do Brasil, 2006).

55. De resto, a exploração de comissários em viagem foi prática corrente no Atlântico norte, pois nestas idas

to, inferior ao prémio que teria de ser pago aos residentes para que os incentivos a actuações dolosas fossem mitigados. Neste sentido, os agentes itinerantes, cuja reputação positiva foi testada na polarização de relações, contribuíram para reduzir os custos de transacção nas trocas coloniais.

Em jeito de conclusão

O exemplo de Francisco Pinheiro tem neste estudo um contexto. Na falta de casos para comparação, não foi possível até agora avaliar quão e de quê poderia ser representativo. Compreende-se agora que se insere num padrão organizativo que não mostrou os melhores resultados, pois contou com agentes radicados na colónia sem monitorização regular. O caso de João de Castro de Guimarães, com prol entre a elite pombalina, serve de contraponto de Pinheiro e ajuda a confirmar que modalidades organizativas importaram, de facto, na reprodução social do grupo. Incluído neste conjunto de 115 destinatários de ouro e figurando em todos os anos da amostra, partilha com Francisco Pinheiro o facto de não ter pais negociantes. Ambos iniciaram a actividade mercantil sem terem herdado qualquer posição. Todavia, Castro Guimarães recorreu à monitorização regular dos correspondentes residentes na colónia, tendo ele próprio viajado, como atesta a lista dos manifestos de 1751. De Francisco Pinheiro não houve herdeiros da sua casa mercantil, de João de Castro Guimarães, o filho Eleutério de Castro perfilar-se-ia entre os homens de Pombal. Nele se descobrem as linhas de continuidade entre a fase de prosperidade mineira e o período pombalino, e com eles se dilui a imagem de que Pombal introduziu um corte temporal na história da ‘burguesia’ portuguesa. As vias preconizadas pelo ministro, consubstanciando a intervenção pública na formação de um *ethos* específico da classe mercantil, talvez tenham acelerado um processo que se vinha concretizando, em virtude da gradual selecção dos mais prestigiados e exclusão dos de reputação duvidosa. Todavia, o ministro de D. José não viu com acuidade a importante função dos comissários volantes na minimização dos custos da distância.

e vindas esteve a promoção de vendas e conhecimento sobre as necessidades do mercado, ou o refazer de redes interrompidas com as guerras napoleónicas. Kenneth Morgan, «Business networks [...]», ob. cit., pp. 36-62; S. Marzagalli, «Establishing transatlantic trade networks in time of war: Bordeaux and the United States, 1793-1815», *Business History Review*, 2005, 79, pp. 811-44.

Pero Vaz de Siqueira: mercador e armador nas rotas orientais

Leonor Diaz de Seabra

Universidade de Macau

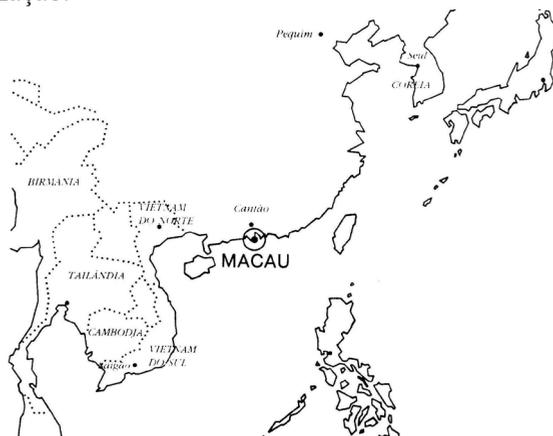
Maria de Deus Manso

Universidade de Évora

1. Introdução:

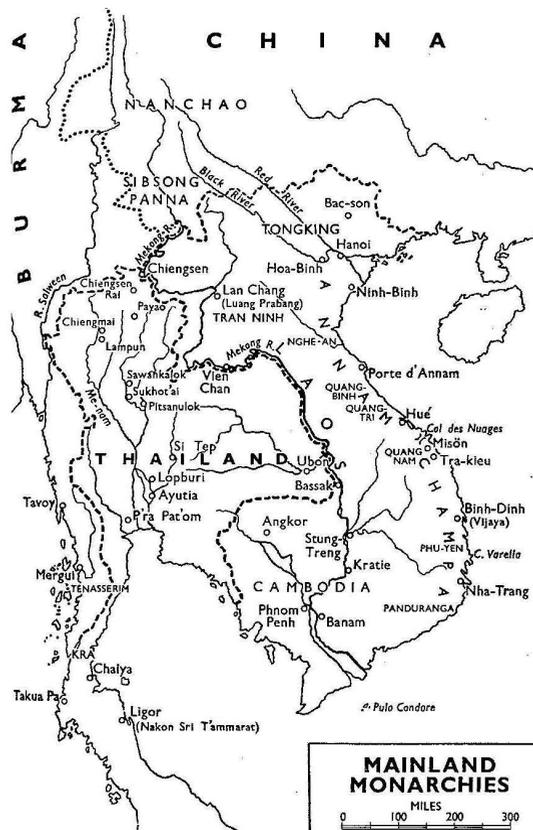
Macau ficou conhecido, na História, como o estabelecimento ocidental mais antigo em território chinês, desde meados do século XVI até finais do século XX, sendo considerado um porto livre, económico e cultural, na China.

Os Portugueses estabeleceram-se em Macau no século XVI. Nessa época, a China fechou ainda mais as suas portas às relações externas. Os Portugueses tiraram proveito do seu estabelecimento em Macau durante as suas descobertas e expansão para o Oriente, tornando-o um importante centro de comércio da Rota da Seda Marítima, nos séculos XVI e XVII, unindo Macau à Coreia e Japão, no Norte, ao México e continente americano através de Manila, no Oriente, ao Sião, Camboja, Malaca, Macassar, Flores, Solor e Timor, no Sul, e, através de Goa, com a África e Europa, e da Europa para a costa oriental da América Central e do Sul, inclusive o Brasil. Foi através de todas estas ligações, que um comércio marítimo global começou a ganhar forma, no que pode ser considerado o primeiro passo da globalização.



A importância de Macau no império marítimo português, que se prolongava desde a África, o litoral do Oceano Índico, as ilhas das especiarias, e a costa da China até ao Japão, assim como a vitalidade das actividades comerciais, e, nalguns casos missionárias, dos Portugueses, em locais, tais como, o Cambodja, Patane, Sião, Sunda, Bornéu, Timor, Tidore e Solor, e as fortalezas e entrepostos, de Goa e Malaca, como também o esplendor inicial da cidade de Macau, é uma constante até ao século XVII¹.

Durante as últimas décadas do século XVI, Macau, juntamente com Malaca, surgia como o destino mais importante e entreposto comercial de produtos exóticos e tropicais, tais como, pimenta, cravo-da-Índia, noz-moscada, incenso, sedas, prata, etc.. As viagens iam de Bengala, Martaban, Tenassarim, ao Cambodja, Sunda, Bornéu, Solor e Timor, etc., e, todas rendiam anualmente à Coroa portuguesa, em Macau, milhares de cruzados. Há a acrescentar, ainda, a viagem complementar do Sião ordenada por Portugal, nomeadamente nos anos 80 de 1500, que encaminhava as mercadorias oriundas do Sião, de Ayuthia até ao Japão, via Malaca.



Mapa: "Mainland Monarchies", in D.G.E. Hall - A History of Southeast Asia. London: Macmillan, 1981, p. 189.

1. Leonor Diaz de Seabra, *A Embaixada ao Sião de Pero Vaz de Siqueira (1684-1686)*, Macau, Universidade de Macau, 2003, p. 24.

Sabe-se que o comércio português, no Japão, a partir de meados do século XVI coincidiu com a descoberta de grandes jazidas de prata, cobre e ouro nesse país. No final do século XVI, o fornecimento de seda crua e ouro em troca de prata dominava o comércio. Na década de 30 de seiscentos, as exportações de ouro eram menos significativas do que as de seda.²

Os mercadores portugueses começaram a fornecer os produtos da China ao Japão nos anos 40 do século XVI. Na década seguinte, Portugal surge como o intermediário chave no comércio entre a China e o Japão (e o Sião-Japão), especialmente a partir da altura em que a China proibiu o contacto directo com os mercadores japoneses, na sequência da actividade dos wako (piratas japoneses) na costa de Fujian. Até 1639 - quando o *Bakufu* (“*governo cortina*” ou ditadura militar estabelecida por Tokugawa Ieyasu, em 1603) promulgou a “lei da expulsão”, que assinalaria o fim do comércio português no Japão - a população de Macau, bem como a Coroa, prosperou muito com este comércio.

Nos inícios do século XVII, a posição privilegiada dos Portugueses no comércio do Japão, começou a ser ameaçada pela chegada dos Ingleses e Holandeses e, em menor escala, dos Espanhóis. Com início em 1599, isto é, cerca de quarenta e cinco anos depois do estabelecimento de Macau, navios holandeses começaram a aparecer ao largo da costa. Os Holandeses ao quererem capturar Macau, Malaca e Nagasaki desejavam interceptar o altamente rentável comércio da prata³.

Macau era, essencialmente, uma comunidade comercial, mas a sua situação no ciclo económico e na conjuntura política, tornou o um centro de actividade internacional China e Japão e nacional, na complexidade das relações das duas potências ibéricas, com interesses opostos mas unidas na pessoa do mesmo soberano: a Espanha e Portugal; as Índias Orientais e as Ocidentais; Goa Manila Malaca Macau⁴.

A agravar esta complexidade, o problema religioso. A cidade era base da expansão do Padroado Português do Oriente China, Japão, Sudoeste Asiático, o Tonquim, a Cochinchina, o Hainan, o Camboja e o Sião rival do Padroado da Coroa Espanhola, que através das Filipinas pretendia lutar contra a hegemonia portuguesa naquela região. Como resultado, a rivalidade traduzia se também na luta entre as ordens religiosas: Jesuítas, Franciscanos, Agostinhos e Dominicanos. Os primeiros estavam firmemente instalados em Macau e no Japão, resistindo tenazmente à penetração dos restantes com base nas Filipinas⁵.

2. Charles Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente(1580-1770)*, Macau, Fundação Oriente/Centro de Estudos Marítimos, 1990, pp. 26-29 e 43-44.

3. Leonor Diaz de Seabra, *A Embaixada ao Sião de Pero Vaz de Siqueira (1684-1686)*, Macau, Universidade de Macau, 2003, p. 24.

4. Leonor Diaz de Seabra, *op. cit.*, p. 25.

5. Charles Boxer, *A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)*, Lisboa, Edições 70, 1990, pp. 98-99.

Assim, de comunidade comercial, de início, Macau passou a ser importante centro de política geral, base para a expansão e orientação religiosa, disputada por dois interesses nacionais antagónicos o português e o espanhol e pela rivalidade das ordens religiosas⁶.

Comercialmente estava na confluência dos interesses económicos ligados ao maior mercado do Oriente a China e a fonte mais desejada da prata o Japão. Era o porto indispensável para a navegação portuguesa da Índia e de Malaca para a China e para o Japão, tendo que assegurar a regularidade dos fornecimentos da seda adquirida nas feiras de Cantão, para que a viagem para o Japão se processasse com normalidade, e dos abastecimentos, para que a viagem nos dois sentidos, pudesse ter apoio logístico e técnico⁷.

Com o final do comércio do Japão, em 1639, e a ascensão do poder comercial e naval dos Holandeses nos mares orientais, os comerciantes portugueses tiveram de fazer alguns ajustamentos nas suas rotas comerciais. Na década de 1630, em especial, o comércio de Macau floresceu, principalmente, em três zonas: Macassar, Manila e Vietname (Tonkin e Cochinchina)⁸.

Com o encerramento do comércio entre Portugal e o Japão, o comércio com os portos do Sul assumiu, portanto, uma nova importância. A rota Macassar Flores Solor Timor, embora sob pressão intensa dos Holandeses, tornou-se objecto de um comércio lucrativo em produtos como o sândalo e as especiarias⁹.

Entre 1665 e 1682, os comerciantes portugueses e chineses de Macau desenvolveram o comércio de porcelana azul e branca produzida em Yaoping, na parte nordeste de Guangdong, com Batávia (Java).

Nos finais da década de 1660, as autoridades chinesas da dinastia Qing (manchú) deram ordens às populações costeiras para se retirarem para o interior, devido aos ataques de Coxinga, lealista e partidário dos Ming¹⁰. Isto significaria o fim de Macau, e, em 1664, o Capitão-Geral Manuel Coelho da Silva, pediu a D. Afonso VI o envio de uma embaixada à Corte de Pequim¹¹.

Em 1667, o embaixador Manuel de Saldanha encontrava-se já em Macau a

6. Geoffrey Gunn, *Ao Encontro de Macau: uma Cidade-Estado na Periferia da China (1557-1999)*, Macau, CTMCDP/Fundação Macau, 1998, pp. 44-46.

7. Manuel Lobato, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia: Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999, pp. 255-267.

8. Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*, Macau, ICM/Museu Marítimo, 1993, p. 13.

9. Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*, Macau, ICM/Museu Marítimo, 1993, pp. 14-29.

10. Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*, Macau, Dir. Serv. Educ. de Macau, 1992, pp. 132-136.

11. Manuel Teixeira, *Macau no Século XVII*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982, p. 106.

preparar a embaixada para seguir para Pequim (via Cantão, como era hábito e o exigia o protocolo chinês)¹².

Em 1669, com a expulsão de Coxinga e a sua retirada da Formosa (donde expulsara os Holandeses, em 1662), as autoridades chinesas retiraram a imposição de deslocar as populações para o interior. A embaixada de Saldanha chegou a Pequim em 1670, mas, apesar de bem recebida, não teve qualquer efeito prático. O mesmo aconteceu em 1678, com a missão diplomática de Bento Pereira de Faria, que levou um leão de presente ao Imperador, o que foi muito apreciado¹³.

Segundo Subhramanyam, o objectivo destas embaixadas não era apenas assegurar os privilégios de Macau, mas assegurar que a embaixada holandesa (1666-1668) não obtivesse sucesso¹⁴.

É de notar que, neste aspecto, tal como na diplomacia com o Cambodja, Vietname e Sião, os Portugueses em Macau dispunham de um razoável grau de autonomia de Goa.

Em 1685, o Imperador K`ang Hsi publicou um decreto imperial que determinava a abertura do porto de Cantão a estrangeiros, pelo menos uma vez por ano, durante a feira anual¹⁵.

Macau perdeu, assim, o papel de entreposto comercial exclusivo e os Portugueses deixaram de ser os únicos intermediários no comércio da China.

Contudo, as suas actividades comerciais iriam continuar, agora para outras zonas, pois os mercadores independentes de Macau vão procurar novos mercados e novos produtos.

2. Pero Vaz de Siqueira:

Pero Vaz de Siqueira era natural de Macau, fidalgo-cavaleiro e filho de Gonçalo de Siqueira de Sousa, capitão-de-mar-e-guerra. Gonçalo de Siqueira de Sousa era de origem reinól e participou, em 1614, numa armada, para transporte de tropas espanholas, de Cadiz para Manila, sob o comando de seu pai, Rui Gonçalves de Sequeira (que fora capitão das Molucas de 1598 a 1603)¹⁶. Isto explica-se pelo facto de, nesta época, Portugal se achar debaixo do domínio filipino.

12. Fernando Correia de Oliveira, *500 anos de Contactos Luso-Chineses*, Lisboa, Público/Fundação Oriente, 1998, pp. 67-75.

13. Charles Boxer, *Dutch Merchants and Mariners in Asia (1602-1795)*, London, Variorum Reprints, 1988, pp. 30-46.

14. Sanjay Subrahmanyam, *O Império Asiático Português 1500-1700: Uma História Política e Económica*, Lisboa, DIFEL, 1995, p. 298.

15. Beatriz Basto da Silva, *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*, Macau, Dir. Serv. Educ. de Macau, 1992, p. 140.

16. Manuel Teixeira, *Marinheiros Ilustres relacionados com Macau*, Macau, Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1988, pp.46-47.

Após o falecimento de seu pai, em 1619, regressou a Portugal, e, como recompensa dos seus serviços, foi nomeado capitão do galeão *Misericórdia*, partindo de Lisboa para Goa, em 1621, onde não chegou devido a uma tempestade. A partir daqui, realizou várias viagens, sempre com o posto de capitão, o que lhe permitiu um profundo conhecimento dos mares, não só ocidentais como orientais¹⁷.

Em 1644, Gonçalo de Siqueira de Sousa foi nomeado embaixador ao Japão; embaixada esta que fora sugerida dois anos antes pelo Pe. António Cardim, Procurador-Geral da Província Jesuítica do Japão, com o objectivo de tentar reabrir o comércio japonês, que acabara em 1639, com a expulsão dos Portugueses¹⁸.

Foi esta a primeira embaixada enviada a esse país por um país europeu, mas o Shogun (Xógum) Tokugawa Iemitsu continuou a recusar a abertura do comércio aos Portugueses.

Pero Vaz de Siqueira acompanhou seu pai nessa missão ao Japão (1644-47), tendo regressado com ele a Goa, em 1648. Após a morte de Gonçalo de Sousa, em 1649, terá regressado ao Reino. De 1657 a 1669 serviu na Armada do Estado da Índia, tendo tomado parte na reconquista de Coulaõ e na defesa de Cochim (em 1657 e 1663).

A sua carreira na Índia terminou quando desempenhava, em Muscate, as funções de capitão da frota da Coroa. Chegou a Macau no princípio da década de 1670, onde se fixou e casou com Ana Maria de Noronha, pertencente a uma família proeminente da sociedade local e de comerciantes ricos¹⁹. Esta seria irmã de D. Catarina de Noronha, que, por sua vez, era filha de D. António Manuel de Noronha, governador de Macau entre 1630 e 1636, e casara com um rico mercador, Francisco Vieira de Figueiredo, grande proprietário de navios²⁰.

Francisco Vieira exercia funções de Capitão-Geral dos Mares do Sul, com poderes judiciais e administrativos sobre todas as comunidades portuguesas existentes a Oriente de Malaca, com excepção de Macau. Após a conquista de Malaca pelos Holandeses, em 1641, transportou a comunidade portuguesa nos seus navios para Macassar, que se transformou num importante entreposto comercial e económico. Vieira negociava não só com Macau, Cambodja e o Sião, mas também com Timor, Solor e até com Manila²¹.

17. Manuel Teixeira, *Vultos Marcantes em Macau*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982, pp. 65-66.

18. *Embaixada de Portugal ao Japão em 1647: relação Inédita anotada por C. R. Boxer*, Macau, Imprensa Limitada, 1928, pp. 5-15.

19. George Bryan Souza, *A sobrevivência do Império: os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, p.62.

20. Charles Boxer, *Estudos para a História de Macau (Séculos XVI-XVIII)*, 1º vol., Lisboa, Fundação Oriente, 1991, pp. 222-223.

21. Charles Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo: A Portuguese Merchant Adventurer in South East Asia*

Mas, em 1660, os Portugueses foram expulsos de Macassar pelos Holandeses e, mais uma vez, os navios de Francisco Figueiredo transportaram os Portugueses não só para Macau e Timor, como para o Sião e outras localidades. Porém, 10 ou 12 dos mais ricos, incluindo Francisco Vieira de Figueiredo, ainda ficaram em Macassar, com a protecção do rei, o Sultão Hassan Udin²².

Em 1661, Figueiredo partiu para Goa e, no regresso a Timor, fez escala em Macau, onde então casou com D. Maria Catarina de Noronha, que acompanhou o marido até Macassar. Em Fevereiro de 1665, Figueiredo partiu definitivamente, com sua mulher, Catarina de Noronha, para Larantuca, na Ilha das Flores, perto das ilhas de Solor e Timor. Aí faleceu em 1667, ficando a sua viúva ainda em Larantuca, para finalizar os negócios de seu marido.²³

D. Catarina regressou a Macau em 1670, no seu navio *Nossa Senhora de Rozario e Almas do Purgatorio*, mantendo-se em actividade nos negócios por vários anos. Veio a falecer em Macau, em 1701, como o comprova a carta do Padre Miguel do Amaral, S. J., Procurador Geral da Província do Japão, que certifica ter recebido do seu testamenteiro, Pero Vaz de Siqueira, o que a dita senhora deixara à Igreja, por sua morte²⁴.

Era aquela “senhora de grandes *cabedais*” como se depreende da correspondência trocada entre o embaixador à China, Manuel de Saldanha, em Cantão, e o Leal Senado, assim como com o Capitão–Geral de Macau, D. Álvaro da Silva. Inclusivamente, aquele embaixador chega a ordenar ao Senado que mande um navio buscar D. Catarina “que é grande bem para esta cidade a qual pode ajudar muito e o serviço de El-Rey com seu cabedal (...)”²⁵.

Bryan de Souza diz que a sua “participação directa e o papel activo que desempenhou como armadora foram únicos para uma mulher em Macau”²⁶.

Entre os anos de 1660 e os de 1680, Macau comerciava com o Sião e com os barcos da Coroa siamesa, os quais faziam escala em Macau, algumas vezes, onde adquiriam provisões, carregamentos e contratavam marinheiros. O próprio reembolso do empréstimo feito pelo rei Phra Narai, do Sião, ao Senado de Macau, em 1669 - a pedido deste, para custear as despesas da embaixada de Manuel Saldanha ao imperador da China, por se encontrar “esgotado de recursos” - foi

(1624-1667), Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1967, pp. 48-49.

22. Charles Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na época da Restauração*, Macau, Escola Tipográfica do Orfanato Salesiano, 1940, pp. 1-8.

23. *Ibidem*.

24. *Jesuítas na Ásia*, Códice 49-V-24, de 23 de Junho de 1701, fl. 9.

25. AHG, Arch. Vol. 1210 - *Embaixada à China, 1669, fls. 44-50. V. Leonor Diaz de Seabra, A Embaixada ao Sião de Pero Vaz de Siqueira (1684-1686)*, Macau, Universidade de Macau, 2003.

26. George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império: os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, p.52.

feito no decurso do comércio directo de Macau para Ayuthia. A partir da década de 1690, os Portugueses de Macau fizeram reembolsos deste empréstimo à Coroa siamesa através do pagamento dos direitos alfandegários dos barcos da Coroa siamesa em Cantão e despachando a bordo dos mesmos barcos pagamentos em espécies, nomeadamente em seda, ao regressarem à rota Cantão-Macau-Ayuthia. Finalmente, em 1722 foi paga a última prestação desta dívida²⁷.

Pero Vaz de Siqueira, nos fins da década de 1670 e por toda a década de 1680, fazia comércio com os seus navios para Banjarmassim, Timor, Batávia e Sião. E, por volta de 1683, a Coroa e o Senado de Macau escolheram alguns *casados* para dirigirem embaixadas a alguns países da Ásia do Sueste, com vista a melhorar as suas relações comerciais. Foi assim que, em 1684, Pero Vaz de Siqueira foi enviado, de Macau ao Sião, pelo Vice-rei da Índia, D. Francisco de Távora, 1º Conde de Alvor, numa missão com objectivos comerciais, que parece não ter obtido o apoio do rei siamês, Phra Narai, pois as pretensões dos *moradores* de Macau - que pretendiam participar no comércio marítimo com o Japão através da Coroa siamesa - poderiam pôr em risco o próprio comércio siamês com o Japão. Além disso, era cada vez maior a influência dos Franceses no Oriente, através das Missões Estrangeiras de Paris, que tinham o apoio da *Propaganda Fide*. No Sião, o ministro do Rei Phra Narai, Constantino Falcão, nutria especial simpatia por aqueles, pelo que a intromissão do Vigário Apostólico do Sião, Mons. Louis Laneau, das Missões Estrangeiras de Paris, ajudado pela conivência de alguns Portugueses radicados no Sião, fizeram fracassar os esforços de Pero Vaz de Siqueira, que regressou a Macau²⁸.

Em 1685 os moradores de Macau recolheram uns japões que naufragaram e aproveitam a oportunidade para enviarem ao Japão um barco com esses japoneses e, ao mesmo tempo, tentarem novamente reatar o comércio com aquele país. Mas não havia mais nenhum navio, no porto de Macau, a não ser o navio S. Paulo, de Pero Vaz de Siqueira – regressado da missão diplomática ao Sião - que se estava a preparar para partir para Manila, pelo que este logo ofereceu o seu navio e dispôs-se a pagar parte das despesas resultantes dessa viagem (3/4), sendo o restante suportado pelo Padre Procurador da Província do Japão. Os Portugueses, tal como na embaixada anterior, nunca foram autorizados a desembarcar em Nagasaki e foram mandados regressar, com o aviso de que “não pensasse o governo de Macau em mandar novo barco...”, e só lhes foram poupadas as suas vidas por terem levado de regresso os doze japoneses²⁹.

27. Leonor Diaz de Seabra, *Relações entre Macau e o Sião (Séculos XVIII-XIX)*, Macau, Universidade de Macau, 1999, p. 8.

28. AHG, Arch. Vol. 58 - *Monções do Reino, vol. n° 51 A.* . V. Leonor Diaz de Seabra, *A Embaixada ao Sião de Pero Vaz de Siqueira (1684-1686)*, Macau, Universidade de Macau, 2003.

29. Ana Maria Leitão, “Os Portugueses e o termo das Relações Comerciais com o Japão: Tentativas de

Pero Vaz de Siqueira continuou a desenvolver os seus negócios com o navio Rosário, de que era proprietário, para além do S. Paulo, fazendo viagens para Manila, Sião, entre outros portos, nos Mares do Sul da China. Em 1687 há uma carta do Vice-Rei D. Rodrigo da Costa, para Pero Vaz de Siqueira, dizendo: “Em hua das ditas cartas se justifica VM sobre as viagens da sua fragata p^a Manila e da nao de sua cunhada p^a Timor e por o Sr conde do Alvor ter entendido que a protejam...”³⁰.

Nos finais do século XVII havia, em Macau, apenas vinte e quatro (24) «homens-bons», e desses, somente quinze (15) válidos, embora destes só sete (7) estavam aptos para o governo da Cidade; proprietários de navios eram apenas cinco (5), entre eles os navios de Pero Vaz de Siqueira e de sua cunhada, D. Catarina de Noronha³¹.

Pela década de 1690 e princípios de 1700, Pero Vaz de Siqueira era o maior armador individual da Cidade, fazendo viagens para Goa e outros portos indianos, Achém, Banjarmassim, Timor e Manila.

Em 1702, como a situação de Timor era muito precária, e era de lá que vinha o sândalo, cujo comércio era essencial à sobrevivência de Macau, foi contratado, para socorrer aquele território, o barco Boas Novas e, para o acompanhar, Pero Vaz de Siqueira mandou ainda o seu barco *S. Paulo*³².

Para além das suas actividades comerciais, Pero Vaz de Siqueira aparece ainda como membro do Senado da Câmara, de 1689 a 1698, e, em 1693-94, pertencia também à Mesa da Santa Casa da Misericórdia. De 1698 a 1700 foi nomeado Capitão-Geral de Macau, pelo Vice-Rei da Índia, e, uma segunda vez, de 1702 a 1703. Veio a falecer, em Macau no último ano do seu governo (1703)³³.

Pero Vaz de Siqueira foi uma figura relevante na sociedade macaense, não só no aspecto económico, como político.

Naqueles tempos, os comerciantes independentes portugueses (os *casados*, a Igreja e os administradores da Coroa) estavam envolvidos no comércio marítimo inter-asiático no Oceano Índico e nos Mares do Sul da China. Tanto os administradores da Coroa (que não tinham o apoio do Tesouro da Coroa, neste tipo de comércio), como os Jesuítas, podiam possuir os seus próprios navios ou agir como investidores nos barcos dos casados e comerciantes independentes. Embora

Reaproximação e Substituição”, in *O Século Cristão do Japão, Actas do Colóquio Internacional Comemorativo dos 450 anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993)*, dir. Roberto Carneiro e artur Teodoro de Matos, Lisboa, 1994, p.228.

30. AHG, Arch. Vol. 1265 – *Correspondência de Macau*, Livro 2 (1682-16879).

31. Benjamim Videira Pires, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*, Macau, ICM/Museu Marítimo, 1993, pp. 11-14.

32. *Arquivos de Macau*, 3ª Série, Vol. I, Nº 1, Fevereiro de 1964, pp. 19-20.

33. *A.M.*, 3ª Série, Vol. I, Nº 3, Abril de 1964, pp. 201- 215.

os outros também pudessem participar (administradores da Igreja e da Coroa), eram os *casados* que faziam o maior investimento no comércio marítimo inter-regional asiático e, em Macau, todos se dedicavam, directa ou indirectamente, a estas actividades bastante lucrativas³⁴.

Quando o Capitão-Geral era nomeado entre os *casados* de Macau que já tinham possuído cargos da Coroa, um administrador da Coroa podia, então, ser o maior armador de Macau, como foi o caso de Pero Vaz de Siqueira, em finais do século XVII.

Bibliografia:

BOXER, Charles Boxer, *Dutch Merchants and Mariners in Asia (1602-1795)*, London, Variorum Reprints, 1988.

BOXER, Charles Boxer, *Francisco Vieira de Figueiredo e os Portugueses em Macassar e Timor na época da Restauração*, Macau, Escola Tipográfica do Orfanato Salesiano, 1940.

BOXER, Charles, *Francisco Vieira de Figueiredo: a Portuguese merchant-adventurer in South East Asia (1662-1667)*, Gravenhage, Martinus Nijhoff, 1967.

EMBAIXADA de Portugal ao Japão em 1647: relação Inédita anotada por C. R. Boxer, Macau, Imprensa Limitada, 1928.

GUNN, Geoffrey, *Ao Encontro de Macau: uma Cidade-Estado na Periferia da China (1557-1999)*, Macau, CTMCDP/Fundação Macau, 1998.

LEITÃO, Ana Maria, “Os Portugueses e o termo das relações comerciais com o Japão: tentativas de reaproximação e substituição”, in *O Século Cristão do Japão, Actas do Colóquio Internacional comemorativo dos 450 anos de Amizade Portugal-Japão (1543-1993)*, dir. de Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, Lisboa, 1994.

LOBATO, Manuel, *Política e Comércio dos Portugueses na Insulíndia: Malaca e as Molucas de 1575 a 1605*, Macau, Instituto Português do Oriente, 1999.

OLIVEIRA, Fernando Correia de, *500 anos de Contactos Luso-Chineses*, Lisboa, Público/Fundação Oriente, 1998.

PIRES, Benjamim Videira, *A Vida Marítima de Macau no Século XVIII*, Macau, ICM/Museu Marítimo, 1993.

SOUZA, George Bryan, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.

SEABRA, Leonor Diaz de, *A Embaixada ao Sião de Pero Vaz de Siqueira (1684-1686)*, Macau, Universidade de Macau, 2003.

SEABRA, Leonor de Diaz, *Relações entre Macau e o Sião (Séculos XVIII-XIX)*, Macau, Universidade de Macau, 2014.

SILVA, Beatriz Basto da, *Cronologia da História de Macau (Séculos XVI-XVII)*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação, 1992.

34. George Bryan Souza, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991, pp. 62-54.

SOUZA, George Bryan, *A Sobrevivência do Império: Os Portugueses na China (1630-1754)*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 1991.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, *O Império Asiático Português, 1500-1700: Uma História Política e Económica*, Lisboa, DIFEL, 1995.

TEIXEIRA, Manuel, *Marinheiros Ilustres Relacionados com Macau*, Macau, Centro de Estudos Marítimos, 1988.

TEIXEIRA, Manuel, *Vultos Marcantes em Macau*, Macau, Direcção dos Serviços de Educação e Cultura, 1982.

Fontes Impressas:

Arquivos de Macau, 3ª Série, Vol. I, Nº 1, Fevereiro de 1964, pp. 19-20.

A.M., 3ª Série, Vol. I, Nº 3, Abril de 1964, pp. 201- 215.

Fontes manuscritas:

ARQUIVO HISTÓRICO DE GOA:

Arch. Vol. 1265 - Correspondência de Macau (1682-1689), Livro 2.

Arch. Vol 1210 - Embaixada à China, 1669.

Arch. Vol. 58 - Monções do Reino, vol. nº 51 A.

BIBLIOTECA DA AJUDA:

Jesuítas na Ásia, Códice 49-V-24.

Rota da escravatura e cabo-verdianidade

Lourenço Gomes

Universidade de Cabo Verde

Introdução

Rota da escravatura, no contexto cabo-verdiano e da região do chamado *Rios da Guiné* refere-se ao tráfico negreiro realizado a partir desse espaço geográfico do continente africano. Trata-se de uma ampla extensão territorial que vai da Senegâmbia à Serra Leoa, e tem na parte frontal e, em pleno oceano atlântico, o Arquipélago de Cabo Verde, a 455km do Senegal. Compreende, além deste estado os atuais países da Guiné-Bissau, Mauritânia, Gâmbia, Serra Leoa, libéria e Costa do Marfim.

A noção de rota da escravatura é mais ampla no entanto, se considerarmos os percursos de vida de várias gerações de homens e mulheres, onde se evidenciam trajetórias de resistência, liberdade e herança que a humanidade, hoje impulsionada pela UNESCO, tem o dever de salvaguardar como memória. O fenómeno da *resistência* teve lugar face ao sofrimento gerado pela captura, travessia do Atlântico e traumas pela vida fora no destino; a luta pela *liberdade* ganhou expressão universal e envolvimento de toda a humanidade, com o processo abolicionista que se materializou na segunda metade do século XIX; e, a *herança* traduz-se hoje em legados culturais que se manifestam através das culturas vivas dos afro descendentes, em várias partes do mundo, cujas raízes se mergulham na escravatura.

É com esta perspetiva que elaboramos este trabalho, onde procuramos quebrar o silêncio sobre tráfico negreiro, evidenciando os traumas e as consequências desta história, mas, com a consciência de que ao realçarmos as heranças à mesma associada, estamos a contribuir para uma revisão da história da escravatura e do tráfico de escravos no mundo.

Assim, num primeiro momento, trazemos ao debate uma reflexão em torno da problemática da escravatura moderna e da sua génese. Em seguida, nos itens seguintes abordamos os métodos e meios do comércio negreiro transatlântico, o calvário do cativo e as consequências do tráfico negreiro para o continente africano. Em último lugar analisamos a ideia de cabo-verdianidade como herança de um passado dos Cabo-verdianos, que emerge da sociedade escravocrata.

1. Uma reflexão em torno da problemática e génese da escravatura moderna

Ao analisarmos a escravatura moderna enquanto problemática do nosso tempo procuramos, antes de tudo, refletir ao mesmo tempo, em torno do conceito e origem do tráfico negreiro. Identificamos, nesta reflexão, à partida, a ambiguidade que encerra uma certa perspetiva de análise do fenómeno, face ao conceito de escravo em África, no momento da chegada dos europeus no Séc. XV.

A primeira constatação que nos permite chegar a literatura consultada, destacando-se os trabalhos de Joseph Ki-Zerbo (1999) é a de que o tráfico de escravos característico da época moderna, isto é do quatrocentos em diante, não corresponde à imitação pelos europeus de práticas preexistentes em África, como tentam fazer crer certos investigadores pelas seguintes razões a seguir explicadas.

Por toda a parte, em África, na Idade Média, antes da chegada dos europeus a escravatura já existia e simbolizava uma certa posição socioeconómica de quem detinha escravos. No período medieval o conceito de escravo era associado a eslavos, povos do leste europeu, que eram vendidos na Europa Central. O que aconteceu no continente africano é que só excepcionalmente, em algumas regiões urbanas do continente africano com um estágio de desenvolvimento económico mais avançado, como era o caso de Tombuctu e Jené, a escravatura tinha tomado um carácter de exploração, mas há referências a ranchos, onde o príncipe ou grandes negociantes eram detentores de 100 a 200 escravos. Contudo, estes viviam com as suas famílias num único domínio.

Havia porém situações duma escravatura tolerável. Por exemplo no caso do Congo, sabe-se que escravos honestos e respeitados podiam substituir o chefe, tinha alguns direitos cívicos como, o de não alusão a situações anteriormente vividas pelo escravo após ser libertado. E mais, dispunham de direito de propriedade, expresso na condição de se desencadear o processo de libertação do escravo em troca de bens. E havia mesmo, escravos que tinham outros escravos. Ainda do Congo há referências de o pai (chefe de família) a dirigir-se ao escravo chamando-o *filho*. Para o distinguir do verdadeiro progenitor, havia a preocupação da mãe de família em designar *filho de ventre*, para identificar um progenitor dela nascido e, mais do que isso, para evitar equívocos, apontava para as suas partes genitais, por baixo duma tanga;

Alguns autores cujas teses nos conduzem a uma outra visão da escravatura em África, referem mesmo que o escravo era um elemento acrescentado à família;

Enfim, dado ao carácter patriarcal e comunitário das sociedades africanas e no seguimento de Ki-Zerbo, não havia lugar para que o escravo fosse concebido pelos africanos, partindo-se duma perspetiva diferente da descrita. Era, no quadro conceptual romano, que o escravo era visto como um bem e foi essa a noção da escravatura implementada pelos europeus na época moderna e contemporânea.

Daí parecer ridículo defender-se a tese segundo a qual, na ação dos europeus no âmbito do tráfico de escravos na época moderna, não se fazia mais que seguir práticas preexistentes em África, antes da expansão europeia (Ki-Zerbo J., 1999: 266).

É dado assente porém que os europeus foram atraídos para o tráfico negreiro, no séc. XV, pela procura insistente de metais preciosos, tendo em conta a importância que vieram a ter, a partir de então no comércio mundial. É lícito assim, associar a corrida ao ouro, nas terras africanas à origem do tráfico negreiro nessa fase da história mundial.

Apesar da obra de J. D. Fage (1997), referenciar que a procura de mão-de-obra como uma das principais motivações para a corrida à exploração da costa africana a partir do século XV, a necessidade de metais preciosos, enquanto causa, não foi subalterna nos primórdios da inter-ação Europa/África, em relação à necessidade de especiarias ou mesmo a expansão da fé cristã, como refere por exemplo Jaime Cortesão. Esteve sim, a procura de ouro, na base dos primeiros contactos euro-africanos ao sul do Sahara até o século XV (Chaunu 1978: 96-125). Os portugueses tinham conhecimento do chamado Rio de Ouro que daria acesso às zonas auríferas do interior da Grande Guiné e por isso, ainda muito cedo, se estabeleceram na embocadura do Senegal, no intuito de encontrar ouro. Pode assim, esse fato, indiciar uma relação direta entre negócio do ouro e o tráfico negreiro moderno a partir de África.

Procurando Chaunu enquadrar o comércio de escravo em África, faz-nos ver que as primeiras referências desse negócio podem ser inserido na segunda etapa da exploração da costa africana entre 1434 e 1460, do Cabo Bojador ao Cabo Verde. Com efeito, em 1442 a expedição do Português Antão Gonçalves na região próxima do Cabo Branco, antes da embocadura do Senegal, supondo ter chegado ao chamado Rio de Ouro, captura um homem e uma mulher. Numa segunda incursão envolve em lutas com os negros, mata 3 e leva 10 consigo, para mostrar aos impulsionadores da exploração africana e à coroa portuguesa que, efetivamente, tinha chegado à terra dos negros.

Realça ainda Ki-Zerbo que, em 1444 um outro navegador vindo de Lagos (Sul de Portugal), leva 263 escravos e vende-os facilmente. No quadro dos empreendimentos a partir do sul das terras lusas em direção à África, de acordo com Pierre Chaunu, nesse ano, o infante D. Henrique, a cavalo, em Lagos (Algarve), vigiava as operações de desembarque de escravos e que, da sua parte, coube 46 almas, dum lote de 230.

Face aos factos acima referidos, há um elemento a extrair dos acontecimentos registados na costa do Ouro, relacionados com a escravatura moderna mais a sul, no que tange à necessidade de utilização da mão de-obra escrava, na procura de metais preciosos: muito cedo contingentes de escravos são usados nas minas de

ouro no interior do continente. Por si só este facto explica a relação entre a procura do ouro e o trabalho de escravos, aparecendo estes na literatura, transportando carregamentos trazidos pelos europeus em direção às minas de ouro. A procura deste metal precioso associada aos primeiros fatos da escravatura moderna motivou assim o interesse em ampliar a intervenção escrava como mão-de-obra, num contexto de outros interesses, em outros espaços mundiais. É assim que a corrida à mão-de-obra ganha expressão como causa da expansão europeia do séc. XV. Dá-se a génese do tráfico negreiro transatlântico, parecendo as origens serem simultâneas à implementação do comércio do ouro na época moderna.

Durante a exploração de toda a África os portugueses tinham percebido do muito a ganhar se, em associação com outros produtos (ouro, marfim pimenta etc), levassem escravos que lhes eram vendidos na costa africana, para serem postos no mercado e os revendessem aos clientes em Portugal.

Quer no Algarve, quer mais tarde em Lisboa, populações negras foram-se multiplicando, na medida em que passou a ser um luxo, nas famílias portuguesas, tal como viria a acontecer nos outros estados do nordeste europeu, exibir algo exótico nas suas casas – a criadagem escrava. Esta constatação é referenciada, não só por Ki-Zerbo, como também por vários autores portugueses, nomeadamente Jaime Cortesão para quem, por volta de 1550, um décimo da população portuguesa era constituído por escravos. Um outro rumo – o das Américas vai, todavia, tomar o tráfico negreiro, no decurso do século XVI - as Américas.

2. Dos métodos e meios do comércio negreiro transatlântico ao calvário do cativo

Iniciamos, nesta descrição do comércio negreiro transatlântico, salientando dados históricos indicados na literatura consultada, como métodos e meios para facilitar a ação dos traficantes de escravos.

Quanto aos primeiros, ou seja os métodos, incidiam em: propaganda psicológica que era promovida através da demonstração de força e fausto, levando os aliados locais dos negreiros a crerem, por um lado, que o estado donde eram originários se tinha afirmado como uma grande potência da Europa em força militar e económico, recorria-se, por outro lado, a fábulas terríveis a respeito de determinadas zonas da costa africana, com o fim de desviar os negros de tais áreas.

Um outro método relacionava-se com a ação diplomática e era aplicado, organizando-se viagens pagas aos chefes africanos à Europa. Nessas viagens, a coroa europeia promovia receções cerimoniais de grande pompa ao aliado local e enfatizava-se a ideia de que na condição de súbdito, o aliado africano devia se comprometer em conceder suas terras, seus portos e seu comércio à exploração da potência ocupante. Nessas receções, atenção desmedida era dispensada ao aliado africano, com o fim óbvio de o impressionar e dele receber a maior concessão pos-

sível. Firmar acordos convenientes ao estado europeu era o fim de todo o aparato montado e o comportamento dos representantes das coroas europeias muitas vezes era ignóbil, pois iam ao ponto de, segundo Ki-Zerbo, a seguir à celebração de um compromisso de negócio de escravos com o rei local este, juntamente com a sua corte e suas mulheres, eram presos e acorrentados. A prova desses factos reside em brasões ingleses da época, nos quais se vê imagens de pretos amarrados.

Entre outros, um terrível método utilizado para abrir caminho ao comércio ne-greiro transatlântico era concretizado através da ação das armadas. Estas procediam a bombardeamentos de aldeias inteiras, gerando pânico. Foi o que aconteceu quando os holandeses se apoderaram dos portos do Congo e Angola, antes nas mãos dos portugueses. Os dirigentes das aldeias que ousaram comerciar com os franceses, sofreram consequências devido às rivalidades entre os estados europeus, atraídos para a exploração africana. Nestes atos e nessas rivalidades se enquadram as ações de corso e pirataria no séc. XVI, que inclusive, a Inglaterra apoiava oficialmente, através rainha Isabel I. O Reino Unido teve dois dos mais temidos corsários na época: Jonh Hawkigs e Francis Drake. Segundo Ki-Zerbo, deitavam mão aos carregamentos dos outros no alto mar e iam trocar por carregamentos de açúcar nas Américas. Esses corsários estiveram na Costa da Guiné, escalando portos como Arguim, Goré, Mina, São Tomé, entre outros e passaram por Cabo Verde entre 1585 e 1597. Ribeira Grande – ilha de Santiago, a primeira sede administrativa de Cabo Verde, sofreu com as ações de corso e pirataria, desses piratas do mar, traduzidos também em pilhagens no tempo da dominação filipina, entre 1580 e 1640 (SARAIVA, 1996:200-206), a quando da monarquia dual nos dois reinos (Portugal e Espanha). Os vestígios dos bombardeamentos de então, continuam patentes nos edifícios de elevado valor patrimonial que ficaram em ruína depois da passagem desses piratas. Salienta-se, neste contexto, a ação do pirata francês Jacques Cassard que depois de arrasar a Vila da Praia deslocou em direção à primeira urbe cabo-verdiana em 1712, *devastando a cidade da Ribeira Grande, roubando haveres e incendiando casas*. (LOPES FILHO e APARICIO, João Paulo 1998: 21-23).

Segundo Senna Barcellos, o porto da Praia, para onde se transferira a capital da possessão de Cabo Verde em 1777, antes sedeada na Ribeira Grande, também sofreu com a ação das armadas, porque foi ponto de combate entre frotas estrangeiras, referindo-se nestes termos:

No porto da Praia estava fundeada em 16 de Abril de 1781, a fazer aguada, uma esquadra inglesa, composta de cinco naus e duas fragatas, commandada por Johnston. Uma esquadra franceza, de igual numero de navios, que sahira em 22 de março de Brest, sob o commando de Suffren, com destino ao cabo da Boa Esperança, para se bater com aquella, surphendeu-a no porto da Praia (SENNA BARCELLOS 2001, vol. II: 79-80).

Os meios de ação no comércio negreiro transatlântico revelaram-se também na presença de companhias comerciais, de particulares e do próprio Estado envolvidos localmente no comércio de escravos. Na posse de privilégios sobre outros comerciantes, concedidos pelos respetivos estados, as companhias mantinham navios no alto mar durante 8 a 10 meses por ano. Em 1644 e durante 40 anos, a Companhia das Índias Ocidentais francesas monopolizou o tráfico, do cabo Verde ao cabo da Boa Esperança, na sequência das vicissitudes da companhia portuguesa de Cabo Verde e do Senegal. Em 1661 a companhia inglesa dos Aventureiros Reais de África obtém o direito exclusivo de tráfico ao longo da costa da Guiné. De 1608 a 1681 a companhia francesa do Senegal também usufruiu de privilégios no tráfico.

A ação de particulares ou de Estado terceiro no comércio de escravos era executada através de contratações feitas pelos Estados Português e Espanhol. É importante referir que, no caso de Portugal e Espanha, o recurso a Estados terceiros resultou da superioridade dos barcos destes e da ausência de grandes manufaturas (mercadorias de troca) nesses países. O que levou a que fossem suplantados no comércio de escravos por outros estados, como sejam: a Inglaterra Holanda e Franca. Segundo Ki-Zerbo, *os portugueses e espanhóis tiraram a castanha do fogo para os outros*, isto é, iniciaram o processo expansionista, abrindo caminho para os outros.

No contexto das frotas e feitorias, outros meios foram usados no comércio negreiro transatlântico. Aparecem assim os navios. Alguns desses meios foram utilizados no tráfico ostentando nomes-programas e vinham munidos de equipamentos especiais de ferro (fixações, correntes...). Esses navios possuíam falsas cobertas e a bordo dos mesmos cumpria-se rituais diversos. Dava-se, por exemplo, nesses rituais aos negros cativos, sumo de limão e vinagre para evitar o escorbuto e desinfetar as chagas que traziam. As frotas do tráfico negreiro deram fabulosos lucros, visíveis no florescimento dos portos de Liverpool, Nantes, Bordeaux, já nessa época. As feitorias, geralmente instaladas junto aos portos eram simples pontos de contacto, apoiadas por fortins: nada tinham a ver com o esplendor dos portos da Europa, eram, no dizer de Ki-Zerbo, uma verdadeira *ventosa* do solo africano, aí se armazenava os carregamentos humanos, à espera de navios e os príncipes locais recebiam direitos pelo serviço das feitorias. À volta de cada feitoria vivia toda uma espécie de gente *canalha* e sem escrúpulo, ladrões (brancos, pretos e negros mestiçados) que, passavam por intermediários, intérpretes e feiticeiros. No seio dessa gente impunha a manha, a devassidão e a crueldade.

O Nегreiro foi considerado por KI-Zerbo, como uma fera rodeada de parasitas, numa alusão a toda a casta de gente em seu redor, incluindo o próprio príncipe local. Este, fazia a figura do rei bobo. Todos, oportunisticamente, apoiaram o

negreiro no tráfico. Ao intermediário africano satisfazia atributos, ainda que em tom lisonjeiro, evidenciados pelo traficante negreiro, do tipo: *branco afrancesado ou homem muito digno e honesto embora fosse negro*. Tais predicados tinham carga pejorativa, mas mesmo assim, asseguravam que o intermediário africano tornasse fiel aos interesses negreiros. O príncipe local era, nesse contexto, um verdadeiro aliado local dos interesses europeus no tráfico. Estava instalado sobretudo nas ilhas fáceis de se defender, como Santiago de Cabo Verde ou num ponto elevado próximo da costa, tais como: Arguim, Goré, Mina, Fernando Pó, São Tomé e Príncipe e Luanda. Até se esforçava por proporcionar mordomias do tipo: presente de boas vindas, atribuição de direitos de tráfico, fixação de taxa real (para a coroa europeia) por cabeça de negro vendido, prioridade de compra para os lotes pertencentes aos príncipes europeus e atribuição de comissão para o negreiro.

Aproximando-nos do fim deste item, reportemos agora ao calvário do negro cativo desde o seu resgate até a chegada ao destino. Caracterizava-se por sofrimentos desde a sua captura e travessia do atlântico, até a chegada ao seu destino, projetando-se os traumas, pela sua vida toda.

De acordo com Joseph Ki-Zerbo, na rota das operações incluía-se: autorização das autoridades locais para a captura de escravos na costa ou sua obtenção, depois de trazido do interior e armazenamento de modo apinhado em espécies de barracões (feitorias), à espera de serem vendidos, dando origem à primeira separação entre parentes e vizinhos. Era especialmente envolto em mágoa e angústia, o afastamento das mães dos seus filhos de tenra idade, provocando-se cenas tristes de separação ente entes queridos com laços humanos demasiados fortes.

Nas feitorias eram presos os cativos até a sua venda a negreiros europeus. Após exame minucioso dos dentes, dos olhos, dos sexos, das mãos e dos pés, o preto ou a preta era considerado (a) apto (a) para a venda. Imediatamente, era-lhe aplicado uma marca indelével com ferro em brasa no peito, nas nádegas ou no seio, com as iniciais do proprietário.

Seguia-se a saída das feitorias, dando assim lugar a novas separações. Chegada a hora da saída do solo natal e embarque no navio, vivia-se momentos de desespero entre os homens e mulheres. Alguns escravos lançavam-se ao mar, preferindo morrer afogados para não partirem. Outros, esforçavam-se por asfixiar-se e morrer, a não passar por próximos sofrimentos. Aqueles que partiam nos navios, eram deitados nus corpo contra corpo. Apenas as mulheres se protegiam por um pano. Iam de tal maneira que misturava-se o sangue e vômitos com todo o tipo de dejetos.

A travessia durava vários meses e a mortalidade era elevada, devido às epidemias. Apesar dos riscos, mandavam sair os pretos durante o dia para o pavimento superior, para arejarem e fazerem algum trabalho (limpeza). Ia-se ao ponto de

se organizar, à chicotada, danças para animar a moral dos mais deprimidos. As revoltas a bordo e linchamento de alguns membros da tripulação eram fortemente reprimidos através de, entre outros castigos, chicotadas até a morte, na presença dos outros. Morte certa era o que se reservava aos cabecilhas das revoltas.

No destino, o escravo era por fim comprado por um patrão do Brasil, de Cuba ou da América do Norte. Mas, não terminava aí o calvário do escravo porque nenhum direito era-lhe reconhecido. Era considerado um bem móvel e transacionável. Por isso, podia ser novamente vendido. Provam esses factos, anúncios da época que chegaram até nós, do tipo: *vende-se habitação com jeiras de terra cozinha, celeiro, um cavalo e 4 escravos* (Ki-Zerbo, 1999).

Em síntese, com base nos vários autores referenciados, podemos afirmar que a procura do *ouro negro*, com recurso a métodos pouco ortodoxos e meios mais maliciosos possíveis. Foram extraídos, separados, transportados e entregues muitos milhões de africanos escravizados que foram assim vendidos. Apesar de todos os números que possam ser apresentados, nunca atingirão uma cifra correta e as quantidades ficam, seguramente, sempre longe do que aconteceu na realidade, devido à falta de um sistema estatístico na época que pudesse credibilizar os dados, sendo certo igualmente que o número daquelas que morriam, principalmente durante a travessia, nunca entraram para a estatística dos que chegaram ao destino.

3. Consequências do tráfico negro para o continente africano

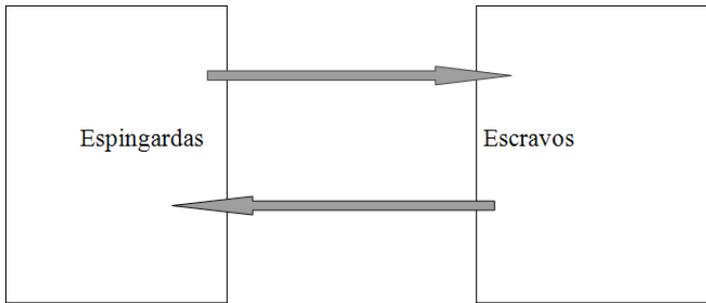
Numa análise crítica das consequências do tráfico negro para a África, somos a refletir sobre a *questão demográfica*, referenciada por certos investigadores como uma expressão de uma consequência positiva. É preciso mostrar que ao contrário das ideias sustentando que a escravatura serviu para repovoar a África, no interior do continente, e aqui o norte do Estado Ashanti é apenas um exemplo, para ilustrar que existem zonas verdadeiramente despovoadas desde a época do tráfico, em consequência das populações terem sido sucessivamente segmentadas e obrigadas a se deslocarem, buscar refúgio em grutas ou dedicarem-se à recolção.

Outra questão discutível é a suposta *compensação pelas perdas por causa do tráfico, com a introdução de novas culturas (milho, mandioca tabaco)*, ressaltando que para o caso da mandioca e do milho era necessária a disponibilidade de tempo para se dedicar ao seu cultivo. Ora, a caça aos escravos não terá permitido o sedentarismo e disponibilidade de tempo, por parte de diferentes tribos africanas, para acompanhar o ciclo de crescimento desses produtos agrícolas e, como consequência, foi desaparecendo a ideia de produzir e acumular. Para o caso do tabaco, a economia tradicional comunitária ou de subsistência, mantida na sequência da escravatura em África e a sua produção, obedecendo à lógica económica

dos colonizadores, não contribuiu, no quadro do comércio internacional para que houvesse grandes proveitos para o continente. É, igualmente, conhecido o seu impacto na saúde pública, o que põe em causa os seus efeitos compensatórios.

Enfim, o incremento das relações comerciais foi sempre marcado pelo desequilíbrio dos termos de troca. Convém a este propósito, salientar que, dos negros africanos os europeus recebiam produtos preciosos: ouro, marfim, homens. Enquanto dos brancos europeus, os africanos cobravam produtos irrisórios, nocivos e perigosos (exemplo: um prego velho de navio podia ser trocado por marfim, ou escravos por arma de fogo). Nas trocas, sabe-se que a proliferação da espingarda nas mãos dos africanos exerceu uma poderosa influência na guerra inter-tribal. Tornou-a mais destrutiva e conferiu poder desmedido a quem a detinha. Por si só, era condição para vencer uma guerra, transformar tribos inteiras em escravos, na sequência de uma vitória sobre as mesmas, o que viria a alimentar ainda mais o tráfico negreiro.

O esquema abaixo apresentado, reportando-se geralmente à suposta tese da *inovação tecnológica* e arma de fogo vista como nova tecnologia de guerra apropriada pelos negros africanos, encerra um enorme cinismo e falsidade que pode ser posta em causa, se considerarmos a lógica da espingarda acima exposta.



Esquema das relações comerciais entre africanos e negreiros europeus, marcado pelo desequilíbrio dos termos de troca. Fonte: KI-Zerbo Joseph, 1999.

Nas consequências da escravatura para a África há que contar com a dramática sangria do que de melhor havia no seio da população. De acordo com a lógica do negreiro os seus interesses estavam voltados para rapazes sem barbas, fortes e saudáveis e meninas com seios firmes: *nada de velhos, nada de negros de olhos esgazeados e ar imbecil*. (KI-Zerbo, 1999). Foram arrancados os sectores da população mais necessários ao dinamismo do progresso em África, ou seja: melhores produtores e melhores procriadores. O quadro demográfico com a implementação do tráfico negreiro revela elevada mortalidade infantil, estimulada pela separação dos bebés das suas mães, ou pela sua programada chacina.

O tráfico de escravos legou para a posteridade um traumatismo moral e ideológico em muitos africanos porque: no início, os europeus constataram que os

congueses povos que mais se envolveram no tráfico, tinham uma percepção elevada de si próprios (auto estima). Essa autoestima desvanece com o passar do tempo, na relação com os europeus. Isto é, o indivíduo foi perdendo amor-próprio e para com o seu semelhante, a ponto de um negro passar a ser considerado criminoso por outro negro e ser punido com pena de restrição de liberdade pela mais pequena negligencia. O exemplo mais flagrante é o crime de adultério punido com escravização. Do ponto de vista moral a auto-estima ficou ainda mais abalada, já que, muitos príncipes passaram a ter várias esposas com o único fim de, estas seduzirem jovens. E, os rapazes serem levados pelas supostas esposas do príncipe a cometer adultério. Consumado e provado o suposto crime, ou mesmo durante a sua consumação, o infeliz era denunciado e tornado escravo. Seguiu-se logo a sua colocação no mercado.

Algumas consequências mais gerais da escravatura para a África que se arrastam para os tempos atuais reportam-se a: guerras civis nos países saídos da colonização; dependência do exterior, sobretudo económica em relação aos estados coloniais no passado; empobrecimento das nações desde a época colonial; proliferação de doenças, alguma das quais trazidas pelo colonizador; A economia tradicional comunitária ou de subsistência ficou totalmente desorganizada pela introdução de cultivos destinados a atender exclusivamente as necessidades das metrópoles. Vários povos, antes auto-suficientes em alimentos, passaram a depender de produtos importados das metrópoles. Enfim, muitos dos conflitos étnicos que existem hoje resultam da partilha da África, originando estados atuais, sem mesma unidade cultural, linguística e social, fazendo emergir casos em que um mesmo Estado abriga várias nações ou até uma única nação aparece dividida em dois ou mais Estados.

4. A cabo-verdianidade como herança de uma sociedade escravocrata

A cabo-verdianidade nasceu com a formação da sociedade cabo-verdiana. Esta foi-se estruturando desde os primeiros tempos do povoamento das ilhas de Cabo Verde, a partir de 1462, com base no fator étnico ou racial. Concorreram para a sua formação os grupos que definitivamente se fixaram em primeiro lugar na ilha de Santiago: europeus livres e africanos escravizados (BALENO, Ilídio 199:158).

O primeiro grupo composto, no seguimento de António Carreira, por portugueses e estrangeiros, projeta-se no tempo, com base em elementos que vieram das famílias nobres, religiosos e plebeus ligados a várias classes (Carreira, 19977: 296).

O primeiro e o segundo grupo foram engrossando nos primórdios à medida que ia crescendo uma terceira casta constituída por naturais. O contingente composto por brancos europeus delinea-se no tempo englobando mais tarde entre

os mesmos, jesuítas, aventureiros, náufragos marinheiros desertores, degredados, alguns funcionários, prostitutas, órfãs, camponeses oriundos de várias regiões de Portugal, Madeira e Açores (Carreira, 2000: 97).

O grupo de negros africanos que na época tiveram como foco inicial de resgate toda a costa ocidental africana, isto é do Rio Senegal à Serra Leoa, restringiu-se, posteriormente, à região da Guiné no seu sentido mais moderno, se vai estruturando com o passar do tempo, integrando no seu seio Mandingas, Balantas, Bijagós Felupes, Beafadas e Manjacos (BRÁSIO, MMA, 2ª Série, Vol. I 88).

Perante o quadro acima descrito, a sociedade escravocrata insular evoluiu-se para a formação de três grandes grupos sociais distintos: o primeiro, constituído pelos brancos e o segundo pelos africanos livres desde a sua chegada e forros ou libertos. O terceiro, composto pelos escravos. Esta é uma classificação feita em função dos direitos individuais dos elementos que compuseram essa emergente sociedade. Forma-se, assim, nos primeiros tempos, uma sociedade baseada na velha tradição escravocrata e, por conseguinte, estratificada, estruturalmente de tipo piramidal, com os brancos, grupo minoritário, mas detentor de poder, no topo. Na base estava uma grande massa de escravos, a imensa maioria. O espaço intermédio da pirâmide etária era composto pelos dois grupos: africanos livres, originalmente, e, negros mestiços já libertos.

A escravatura teve grande peso na estruturação da sociedade cabo-verdiana. Esta constatação resulta do fato de, na segunda metade do século XVI, ou seja, dois séculos depois do início do povoamento, a massa de escravos estar já situada em 87,3% dos habitantes na Ilhas de Santiago e Fogo, como salienta António Carreira.

De acordo com Carreira, com o decurso desse passado escravocrata dos cabo-verdianos, decorre um fato que se repete no tempo. No caso concreto do maior das partes constituintes do Arquipélago de Cabo Verde ou seja Santiago hoje quando se penetra para o interior desta ilha é visível uma paisagem onde se destacam vários assentamentos em locais de difícil acesso conhecidos como *cutelos* no meio cabo-verdiano, ou quilombos, na designação de sítios com essas características, no Brasil.

Tais assentamentos foram seguramente montados por escravos fujões e hoje se apresentam como povoados a desafiar a imaginação de qualquer um, a poder lá chegar. Tais fatos repetidos no tempo, mais não são que a fuga continuada de escravos para o interior da ilha (e não recapturados), fixando-se nesses locais que funcionavam como uma espécie de refúgio. Constituíram-se numa forma de libertação da escravatura ao lado do sistema de concessão de alforria a cativos. Um sistema que ainda incluía a emancipação atribuída a filhos em geral dos donos dos escravos ou de seus parentes havidos como suas escravas ou cativas alheias que em vida desses senhores tinham a condição de escravos. A esses, manifestavam tais senhores, em testamento, o desejo da sua liberdade, revelado

post mortem. Assim, recebiam alforria depois da morte de seus *pais* que em vida não os tinham reconhecido como filhos. Essas concessões cedo se iniciaram e foi nesta base que se esboçou, a formação de um grande grupo intermediário de cabo-verdianos livres (mestiços e pretos naturais libertos).

Como escreve Ilídio Baleno, em Cabo Verde foi preponderante a escravidão doméstica e, dadas às relações estabelecidas entre o senhor com as escravas, bem como entre seus descendentes e parentes igualmente com as cativas, surgiu uma massa de mestiço que veio, com o passar do tempo, a constituir a maioria da população. Ao aproximarmos do final do período formal da escravatura, ou seja em 1877 para as áreas de influência portuguesa, a massa de homens e mulheres livres já era grande e estas transformações foram acompanhadas de todo um esforço, por parte dos mestiços e pretos libertos, no sentido da sua ascensão social, apesar da legislação da época prever e salvaguardar a estratificação tradicional. Por isso, surgem, os mestiços e negros lado a lado, com os brancos a reivindicarem à coroa o exercício cargos nos conselhos (BALENO, 1991: 161).

O processo abolicionista da escravatura embora se tenha concretizado já no último quartel do séc. XIX, seguiu várias fases a partir de inícios desse século. Segundo João Lopes Filho a pressão inglesa foi o ato pioneiro, no sentido da libertação universalmente dos escravos. A Inglaterra desenvolveu, na primeira etapa, várias ações que impulsionaram a proibição da exportação de escravos no mundo português, decretada por Sá da Bandeira em 1833 (Lopes, Filho, 2006: 109). Na altura, sustenta este autor, foi celebrado um acordo luso-britânico, através do qual se estabeleceram comissões mistas com o objetivo de vigiar os mares e impedir esse comércio. Houve ainda o entendimento entre a França e a Inglaterra contra o tráfico em 1845. Esse entendimento levou à procura de novas soluções na luta contra o tráfico. As revoltas dos escravos, por essa altura, constituíram também um poderoso facto de corrosão dos utilizadores de mão-de-obra escrava, porque ia desgastando a capacidade de controlo das pessoas que os senhores necessitavam para viabilizar o seu aparelho económico. Eram sinais de que a escravidão caminhava para a sua extinção, legando para a posteridade as memórias e as heranças que este período da história da humanidade iria marcar mentalmente, variadas gerações de africanos e seus descendentes no continente africano e em todas as partes do mundo, onde se constituíram diásporas negras.

É neste contexto histórico e rota ou percursos da escravatura como sistema económico com implicações para variados campos da vida humana que foi estruturada a sociedade cabo-verdiana e se produziu heranças culturais. Estas, resultaram do cruzamento de povos, num percurso em que estratos populacionais inauguradores da ocupação do Arquipélago concorreram, num processo de assimilação cultural mútua, para a formação de uma especificidade cultural, bastantes vezes referenciada como cabo-verdianidade. As características desta especificida-

de cabo-verdiana associam-se a memórias, das quais não se pode excluir ou silenciar, como parece mais cómodo, o tráfico negroiro, seus traumas e consequências descritos num dos itens anteriores.

De igual modo deve-se salientar a identidade própria e a especificidade coletiva emergente deste processo histórico com expressão em vários campos da cultura (Andrade, 2004: 61). Dessa especificidade coletiva, faz parte todo o património de conhecimentos e valores que forma a cultura cabo-verdiana e que se traduzem em:

- Herança de uma história comum de todos os cabo-verdianos. De resistência, expressa na luta contra as agruras da vida no quadro de uma sociedade com essas características e na procura constante de liberdade. Primeiro em contexto da sociedade escravocrata, depois no quadro da colonização na sua forma mais recente para a conquista da dignidade, traduzida na independência nacional. Essa resistência pode ser também transposta, sem reservas, para os esforços da construção do Estado e, mais recentemente, de consolidação de ideais democráticos. Parece inquestionável uma relação entre este espírito do cabo-verdiano e o passado escravocrata destas ilhas.

- Herança de uma língua materna surgida no contexto da escravatura, a verdadeira língua de comunicação dos cabo-verdianos. Esta realidade mergulha-se no tempo como resultado do esforço de interação entre os diferentes sujeitos que participaram no povoamento destas ilhas, num grande desafio para uns e outros.

- Herança de elementos culturais africanos e europeus que fazem parte da cultura cabo-verdiana vindos com os respetivos sujeitos difusores que integra manifestações que se identificam a através tradições, hábitos e costumes comuns bem como a própria maneira de ser dos cabo-verdianos, orgulhosamente, expressa no quotidiano, à qual se associa a ideia de morabeza e de outros atributos que se traduzem na chamada cabo-verdianidade.

- Perceção de que a cultura cabo-verdiana transmutada como memória e herança do passado acima descrito, se apresenta de diversas formas, intensamente sentidas naquela que tida como especificidade cabo-verdiana: nos diversos géneros musicais nitidamente cabo-verdianos (*morna, coladera, funaná* e outros), na gastronomia típica, nas festas tradicionais e religiosas celebradas, em todas as ilhas, evidenciando, ao lado das práticas de culto sacro de raiz europeia, atividades tidas como profanas, repletas de rituais muitas vezes de matriz africana (Lopes Filho, 2003). Tais celebrações se revelam nos festejos da véspera, o dia da festa propriamente dita, primordialmente consagrado ao santo e, o dia seguinte.

Outras expressões culturais que fazem parte das memórias e heranças dos cabo-verdianos, tais como: crenças e crendices difundidas pelas ilhas, típicas formas de construção de habitações, tradicionais hábitos de exploração agrícola, revelando nesses hábitos a forte presença do milho no imaginário cabo-verdiano.

Conclusão

Este trabalho sobre a rota da escravatura e a cabo-verdianidade permitiu-nos, antes de tudo, refletir em torno da problemática da escravatura moderna e da sua génese. Possibilitou-nos depois, perceber que o sistema de mundialização que se configurou a partir da expansão europeia do século XV, gerou o comércio negreiro transatlântico que implicou os mais ortodoxos métodos e poderosos meios, para o sustentar e originar todo um clivário, na vida do africano convertido em escravo que durou séculos. Legou para a posteridade um traumatismo moral e ideológico em muitos africanos. Para os cabo-verdianos, a par dos traumas, cujas consequências tocam todos os africanos, o fenómeno hoje entendido por rota da escravatura produziu a chamada cabo-verdianidade. Esta que é tida também como uma especificidade dos cabo-verdianos, expressa-se em heranças culturais que se reportam a esse passado no qual a faceta histórica da escravatura não pode ser silenciada nem ignorada, no que toca, especialmente aos esforços de afirmação de ideais muito postulados nos tempos atuais que se convergem para todo o tipo de direitos humanos muito caros no mundo atual.

As heranças relacionadas com este contexto histórico evidenciam-se desde logo, numa história comum de todos os cabo-verdianos. Nesta história, fica espelhado o espírito de resistência, expresso na procura persistente liberdade. Primeiro, em contexto da sociedade escravocrata, depois no quadro da colonização, na sua forma mais recente, visando a conquista da dignidade, traduzida na independência nacional. Essa resistência pode ser também, transposta, não obstante vozes dissonantes, para os esforços da construção do Estado e, mais recentemente, de consolidação de ideais democráticos. Parece inquestionável, uma relação entre este espírito do cabo-verdiano e o passado escravocrata destas ilhas que, em essência, encarna a rota da escravatura.

Referências

- Andrade, Elisa (2004). *As ilhas e Cabo Verde: da descoberta à independência nacional*. Paris: L'Harmattan.
- Baleno, Ilídio (1991). "Povoamento e formação de sociedade". In: Santos, Maria Emília Madeira e Albuquerque Luís de (Coordenação). *História Geral de Cabo Verde Vol. I* e Lisboa/Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT)/Instituto de Investigação e Património Culturais (IIPC).
- Brásio, António Pe. (1963). *Monumenta Missionária Africana, 2ª Série, Vol I*. Lisboa: Agencia Geraldo Ultramar.
- Carreira, António (1997). *Cabo Verde: Classes sociais, estrutura familiar, migrações*. Lisboa, Biblioteca Ulmeiro nº 9.
- Carreira, António (2000). *Cabo Verde – Formação e Extinção de uma Sociedade Escravocrata (1460-1878)*. Praia. Instituto de Promoção Cultural.

- Chaunu, Pierre (1978). *Expansão Europeia do século XIII ao XV*. S. Paulo: Pioneira.
- Cortesão, Jaime (1984). *Os descobrimentos portugueses Tomo I*. Lisboa: Livros Horizontes.
- Fage J. D. (1997). *História da África*. Lisboa, Edições 70.
- Ki-Zerbo, Joseph (1999). *História da África Negra Vol. I e II*, Publicações Europa/América, Lisboa.
- Lopes Filho e Aparício, João Paulo (1998). *O Forte do Príncipe Real e a Defesa da ilha de S. Nicolau*. Cascais: Editora Patrimónia.
- Lopes Filho, João (2003). *Introdução à Cultura Cabo-Verdiana*. Praia, Instituto Superior da Educação.
- Lopes, Filho João. (2006). *Cabo Verde, abolição da escravatura: Subsídios para o seu estudo*. Mindelo, Spleen edições.
- Saraiva, José Hermano (1996). *História Concisa de Portugal*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- Senna Barcellos Christiano José de (2001). *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Edição anotada e comentada por Daniel Pereira, Vol. II*. Praia, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro.

As rotas da Rainha Achivanjila: Gênero e resistência à escravatura no norte de Moçambique, finais do século XIX e princípios do século XX

Benigna Zimba

Universidade Eduardo Mondlane

Achivanjila é o nome da dinastia de rainhas que reinaram na região localizada entre os distritos Mavago and Majune no norte de Moçambique. Presentemente, a dinastia estabeleceu-se em Majune. Duas das características mais marcantes deste reinado dizem respeito ao casamento e à forma de ascendência ao estatuto de rainha.

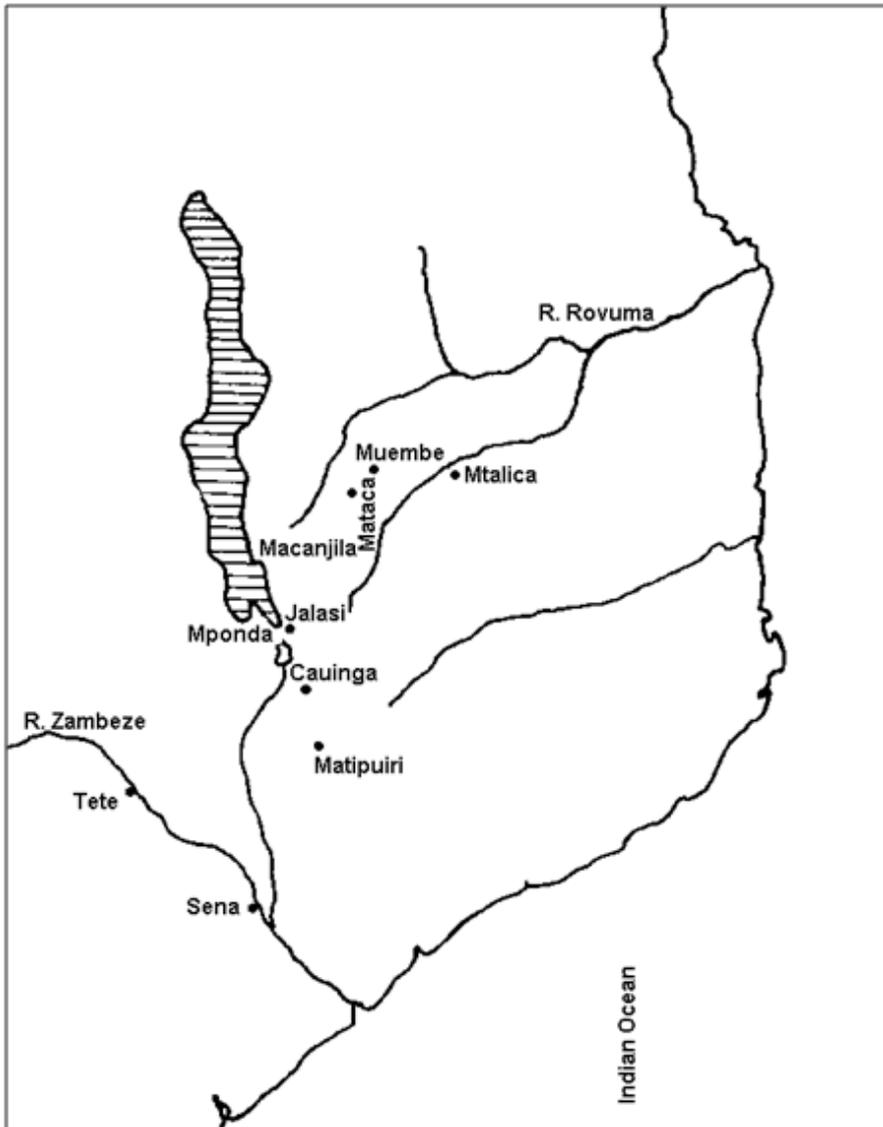
Os casamentos das rainhas Achivanjila realizam-se com os Chefes Mataka e Matola, que se destacam entre os mais influentes líderes da região dos Yao. Os Chefes Mataka e Matola são descendentes do Rei Mataka, fundador da dinastia e do reino Mataka.

Quanto à descendência das rainhas Achivanjila, a mesma não deriva “automaticamente” de relações consanguíneas. Pelo contrário, o processo de transmissão da coroa real de uma para outra rainha acontece obrigatoriamente fora do contexto de relações de parentesco que possam eventualmente interligar uma e outra líder da categoria Achivanjila. No processo de descendência, o rei que se encontra no poder, é ele quem escolhe ou obtém por herança, uma mulher que necessariamente não tem qualquer relação de parentesco com a rainha cessante. Através deste método, a mulher escolhida para ser rainha, adquire a identidade Achivanjila. O termo “dinastia” não se aplica a laços da família da mulher escolhida para ser Achivanjila; esta terminologia aplica-se somente à mulher que adquire o título “Achivanjila.”

É imperioso compreender a criação da dinastia e tradição Achivanjila como resultado das exigências do nível de desenvolvimento da cultura e identidade Yao no contexto global da escravatura e do comércio de escravos da época.

O eixo principal deste artigo é a resistência feminina contra a escravatura. O estudo demonstra que mulheres como a Primeira Rainha Achivanjila exerceram poder político ao mesmo tempo que participavam activamente na luta contra a escravatura, o comércio de escravos e as imposições do sistema de dominação colonial em África.

Mapa 1
Os Estados Yao na segunda metade do Século XIX



Fonte: *História de Moçambique: Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886)*, 2ª ed., vol. I (Maputo: Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, 1988), p.123

A Escrava que se tornou Rainha

Achivanjila não é o nome nativo da mulher que deu origem a esta dinastia. A Primeira Rainha Achivanjila chamava-se Aluzi Apitigombe; ela nasceu no Malaui, provavelmente nos arredores de Lilongwe.

De acordo com Yohanna Abdallah, em meados da década 1870, o Rei Yao King conhecido por Che Nyambi, isto é, o Primeiro Mtaça e fundador desta

dinastia, atacou os territórios sob controlo do seu rival, o líder Yao Macanjila II.¹

Mataca I, o Rei, ganhou esta batalha que por sua vez, se tornou numa das mais importantes na história do reino. Numa única incursão, os soldados de Mataca I capturaram cerca de cem escravos. Entre eles encontrava-se Aluzi Apitigombe, que deste modo passou a fazer parte de um extenso grupo de escravos pertencentes a Mataca I. Tal como revelam as memórias da época da sua captura, Aluzi Apitigombe era uma criança, ou seja, uma rapariga de tenra idade “que não tinha mamas.”²

Em resposta a este ataque de grande envergadura, Macanjila II retaliou, assassinando Che Mbumba, a esposa principal do Rei Mataca I. Recorde-se que no período pré-colonial, na maior parte dos territórios da África meridional, as rainhas exerciam papéis de género fundamentais: elas eram conselheiras e protetoras dos reis e respectivos reinos.³ Embora “as mulheres Yao no geral não tinham acesso à autoridade política,”⁴ as rainhas desempenhavam um papel importante na consolidação das chefaturas e reinados onde a escravatura constituía um suporte social e económico imprescindível. Neste caso específico, Che Mbumba responsabiliza-se por uma série de rituais da cultura e tradição Yao, que obrigatoriamente antecediam as guerras expansionistas e expedições de procura e captura de escravos.

O Rei Mataca e os seus soldados acreditavam cegamente que a chave do sucesso das guerras expansionistas e de captura de escravos residia na força dos rituais tradicionais Yao. Neste sentido, a captura de grandes quantidades de escravos dependia invariavelmente da qualidade de execução destas cerimónias. Tal como outros senhores de escravos, Mataca I seguia os rituais da cerimónia tradicional Yao conhecida por mbopezi, na qual, de entre outros aspectos, invocam-se os ancestrais e famílias da comunidade. Dependendo do seu propósito específico, o *mbopezi*, pode envolver a sacarificação de animais bem como a preparação de

1. Yohanna Barnaba Abdallah foi o Pastor Yao e Anglicano que testemunhou e descreveu muitos dos eventos do reino Mataca bem como outros estados Yao localizados nas regiões de Niassa e Malawi, no período entre 1860 e a primeira metade do século XX. As narrativas deste autor, por exemplo, *The Yaos: Chiikala cha Wayao*, foram referenciais indispensáveis para o presente artigo. Fontes: “Introduction” to Yohanna B. Abdallah, *The Yaos: Chiikala cha Wayao*, 2a edição (London: Frank Cass, 1973), pp.vii-xvi; Edward Alpers, “Trade, State and Society among the Yao in the Nineteenth Century,” *Journal of African History*, 10, 3 (1969): 405-420.

2. Segundo a tradição moçambicana, a expressão “sem peito” ou sem “mamas” significa que Aluzi era de facto uma criança. Fonte: Entrevista com John Amido, Achica Matemula, Sandiconda Selemane, e Rosa Akida, Malila.

3. Veja Holly Hanson. “Queen Mothers and Good Government in Buganda: The Loss of Women’s Political Power in Nineteenth-Century East Africa,” in J. Allman, S. Geiger et al., organizadores, *Women in African Colonial Histories* (Bloomington & Indianapolis, Indiana University Press, 2002), p.220.

4. Veja Edward Alpers. “The Story of Swema: Female Vulnerability in Nineteenth-Century East Africa,” in Claire Robertson and Martin Klein, organizadores, *Women and Slavery in Africa* (Madison: University of Wisconsin Press, 1997), p.193.

comidas típicas para uma determinada ocasião. Seguindo a tradição Yao, constituía dever da Esposa Principal do Rei, preparar o *mbopezi* antes das expedições de captura aos escravos. De facto, o Rei escolhia a sua Esposa Principal dependendo das qualidades que ele e seus conselheiros viam na maneira como a mulher exibia qualidades na preparação do *mbopezi*. A parte crucial do *mbopezi* consiste na preparação de farinha de milho.

Após o assassinato de Che Mbumba, o Rei Mataca não tinha quem exercesse todas estas práticas sem as quais ele não se atrevia a prosseguir com as expedições de guerra. As fontes da época descrevem o Rei Mataca como sendo um homem completamente frustrado que não sabia o que fazer para capturar escravos.

Foi nestas circunstâncias que a pequena rapariga, a escrava Aluzi Apitigombe mencionada anteriormente, iniciou a sua “carreira” para se tornar Rainha no reino Mataca. Quando Aluzi Apitigombe se tornou escrava, ela fazia parte das trabalhadoras que ajudavam a Esposa Principal do Rei (Che Mbumba) na preparação do *mbopezi*; assim, ela aprendeu os segredos deste ritual.

Vendo o desespero do Rei Mataca, a pequena escrava Aluzi Apitigombe, atreveu-se, e pediu permissão ao Rei para experimentar e preparar o famoso *mbopezi*. Com esta atitude, directa ou indirectamente, a rapariga escrava tentava desempenhar um papel que, naquela sociedade era exclusivamente reservado à Esposa Principal do Rei!

Certamente por falta de alternativa, o Rei aceitou a proposta, e aceitou que a pequena Aluzi Apitigombe fizesse a sua primeira experiência de preparação de *mbopezi*. Mesmo assim, por precaução, o Rei Mataca não participou pessoalmente na expedição guerreira que, pela primeira vez, havia sido abençoada por uma das suas escravas.

O resultado desta expedição foi “fantástico.” Os soldados de Mataca capturaram e mataram Macanjila II, o Líder Yao responsável pelo assassinato de Che Mbumba (Esposa Principal do Rei).

E aconteceu que quando Macanjila [II] e sua população acabavam de chegar ao um novo assentamento em Chikole, ainda viviam em habitações temporárias, e as pessoas haviam dispersado para ir caçar; somente o Chefe e alguns outros estavam no local, quando repentinamente apareceram atacantes do grupo de Che Mata[c]a, liderados por [Matola Mchelecheta]. Colhidos de surpresa as pessoas espalharam-se, fugindo em todas as direcções e deixaram o [C]hefe sozinho. Todos os esforços para salvá-lo foram inúteis. Eles [grupo Mataca] mataram o [C]hefe, cortaram-lhe a cabeça e levaram-na para Mwembe [Muembe, a capita do reino Mataca].⁵

O Rei Mataca mostrou-se bastante satisfeito não só com o sucesso do primeiro *mbopezi* da pequena Aluzi, mas sobretudo com a morte daquele que havia assassinado a sua Esposa Principal, Che Mbumba. Sabendo que Aluzi cresceu nos seus

5. Abdallah, *The Yaos*, pp.41-42.

territórios, Mataca decidiu que deveria confiar plenamente na sua escrava. Mataca concluiu que Aluzi era para ele, não só a “sorte que lhe saiu do seu próprio bolso,” mas acima de tudo, “o fruto de algo que ele próprio plantou e construiu.”⁶

Como resultado de todos estes desenvolvimentos, Aluzi Apitigombe tornou-se Esposa Principal do Rei Mataca, muito embora o Rei tivesse rejeitado o nome de nascença da sua [ex-] escrava. Mataca baptizou Aluzi com o nome “Achivanjila.” O Rei chamou todos os habitantes dos seus territórios e declarou solenemente:

Da mesma maneira que todos respeitavam Che Mbumba, a minha Esposa Principal que eles assassinaram, de hoje em diante, toda a gente deve respeitar Aluzi Apitigombe. Ela será chamada pelo nome “Achivanjila.”⁷

Com este acto solene, o Rei fundou a dinastia de rainhas designadas por Achivanjila a quem se atribuíram poderes e deveres sob controlo directo dos reis Mataca. Muito embora ela fosse ainda uma rapariga bastante jovem, ou de facto, uma criança em crescimento, foi desta maneira que Aluzi Apitigombe se tornou a Primeira Rainha da dinastia Achivanjila!⁸

O cognome “Achivanjila” é invenção genuína do Primeiro Mataca; ele criou o nome próprio “Achivanjila,” a partir da junção e coordenação de várias palavras e expressões da língua Ciyao: *ka kudivanjila*, e *ka txindo ka kudivanjila*, significam “algo feito por mim, mas que me conduz ao sucesso; algo que ilumina as rotas para as guerras.”⁹ Isto é: as guerras de expansão e captura de escravos. A palavra-chave relacionada com a raiz do nome próprio “Achivanjila” é o verbo “*kuvanga*.”

Em suma, Kuvanga e kuvanjila significam produzir ou fazer algo significativo com alguém. Um homem e uma mulher produzem algo cujo fruto é riqueza. A riqueza refere-se aos escravos e à expansão territorial das chefaturas Mataca.¹⁰

6. Entrevista com Maguta Alifa Matola (Che Maguta), Mavago (Sede do Posto), 08 Agosto 2004.

7. Entrevista com John Amido, Achica Matemula, Sandiconda Selemene, and Rosa Akida, Malila, 11 Agosto 2004.

8. A nossa estimativa da idade de Aluzi Apitigombe tem como base as datas e cronologias disponíveis nas seguintes fontes: David Livingstone, *Viagens e explorações no Zambeze e na África Central* (Porto: Livraria Universal de Magalhães & Moniz Editores, Tradução de Júlio da Gama, 1880), pp.95-96; Eduardo Medeiros, *História de Cabo Delgado e do Niassa* (Maputo: Cooperação Suíça, 1997), pp.110, 238-9.

9. Entrevista com John Amido et al, 2004.

10. A palavra *kuvanga*, língua Ciyao, não tem tradução apropriada numa só palavra em português ou inglês. Os significados genéricos desta palavra são, “boa sorte” “abrir caminhos”, “mostrar a luz” ou “iluminar.” Fontes: Entrevista com Angomile Issa (Achivanjila IV), Nikisse Aneka, John Amido, Aly Djumbe, and Sandikonda Salemane, Malila, 23 Outubro 2002; Entrevista com Che Maguta, 2004.

Género e consolidação da escravatura na Primeira Achivanjila

A questão central da dinastia Achivanjila diz respeito à dimensão do contributo da Primeira Rainha na luta contra a escravatura nos territórios sob domínio dos líderes Mataca e outras Chefaturas Yao. Ao analisar o carácter do poder e a natureza da divisão de trabalho decorrentes das relações de género nas dinastias Mataca e Achivanjila, este artigo mostra que a Primeira Rainha Achivanjila desempenhou dois papéis fundamentais; estes papéis são distintos e ao mesmo tempo controversos.¹¹

Por um lado, Mataca recorria invariavelmente às práticas tradicionais africanas para manter e expandir a sua posição de liderança política e económica na região. Sendo a Rainha a figura-chave para exercer estas práticas, de facto, a consolidação da escravatura nos reinos Mataca, dependia fortemente do desempenho de Achivanjila.

Por um lado, precisamente por causa da sua origem escrava, ao longo do tempo, lentamente mas muito seguramente, Achivanjila interligou os seus papéis de Esposa Principal à causa da liberdade e emancipação de um grande número da população escrava que vivia sob domínio de Mataca. Com a libertação gradual de um número considerável de escravos, transição do século XIX para o século XX, o desenvolvimento económico e a expansão territorial dos reinos Mataca deixou de depender exclusivamente do trabalho escravo. Em suma, a Rainha Achivanjila foi, de facto, o motor de uma série de transformações sociais que ocorreram na região durante este período.

Na sua posição de Esposa Principal do Rei, Achivanjila desempenhava duas tarefas chave que se tornaram imprescindíveis ao desenvolvimento substancial da escravatura e do comércio de escravos no Estado Mataca. Estas tarefas, aqui designadas como papéis de género são: (i) a prática do ritual conhecido por *mbopezi*; e (ii) o uso da medicina Yao chamada *ndiwazio*.

Em primeiro lugar, o *mbopezi* era considerado como crucial para as guerras de expansão. Com o *mbopezi*, a Rainha Achivanjila criou e incrementou mecanismos que asseguraram a captura de quantidades volumosas de escravos. Deste modo, o Estado Mataca passou a deter não só o monopólio da escravatura

11. Para assuntos sobre “papéis de género,” veja por exemplo, Joan Scott, “Género: Uma categoria útil para análise histórica”. Tradução (para o português) do original em língua inglesa datado de 1989, por Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Recife: SOS Corpo. 1991; Julie Stewart, (organizador), (preparado por Kennedy Nyabuti Ondimu). *Gender, Population Dynamics and Policy. Understanding the Linkages: A Training Manual for Graduate Studies*. Organization for Social Science Research in Eastern and Southern Africa (OSSREA), Addis Ababa, 2014; Julie Stewart, (organizador), (preparado por Leonard Tendayi Nyaruwa and Tabeth Ndoro Chideya). *Gender Issues in Economic Growth and Poverty Reduction: A Training Manual*. Organization for Social Science Research in Eastern and Southern Africa (OSSREA), Addis Ababa, 2014; Julie Stewart, (organizador) (preparado por Rose Jaji & Barbara Rudo Gaidzanwa). *Gender, in the Political Arena: A Training Manual*. Organization for Social Science Research in Eastern and Southern Africa (OSSREA), Addis Ababa, 2014.

mas também do comércio de escravos nas rotas das regiões costeiras do norte de Moçambique que por sua vez estavam interligadas ao comércio da região. Nos anos 1870, em média, aproximadamente 15.000 escravos juntavam-se às caravanas que anualmente saíam do norte de Moçambique, incluindo a região do Lago Niassa, e seguiam para inúmeros destinos da costa oriental de África.¹² Estes números não reflectem apenas, necessariamente, os escravos capturados pelos soldados de Mataca. Não obstante, é importante notar que nesta década de 1870, Che Mbela era responsável pelas caravanas de escravos vindos do Estado Mataca em direcção ao comércio costeiro.¹³

Em segundo lugar, Achivanjila utilizava o medicamento tradicional *ndiwazio* como um meio eficaz para ajudar a manter os escravos capturados nos limites geográficos dos territórios sob controlo do Rei Mataca. No geral, a medicina tradicional africana jogava um papel de relevo no estabelecimento e fortificação do poder dos chefes Yao; por exemplo, *ciswamba* é o medicamento que os Yao associavam a processos usados para aumentar o número de mulheres nos assentamentos populacionais dominados por sistemas de escravatura.¹⁴ Este facto é parcialmente usado para explicar a existência de um elevado número de mulheres distribuídas pelos povoados do Rei Mataca.¹⁵

No respeitante aos medicamentos de Achivanjila, imediatamente após a sua captura e chegada aos campos de concentração, a Rainha tratava os escravos com *ndiwazio* e só depois deste ritual é que os mesmos entravam no circuito do comércio regional e/ou intercontinental, ou eram distribuídos por zonas, de acordo com as ordens de Mataca.

Uma vez que os escravos se tornavam propriedade de Mataca e Achivanjila, os mesmos não tinham meios para tentar fugir ou retornar às suas zonas de origem.

O *Ndiwazio* é descrita como sendo uma árvore cujos ramos e raízes possuem um grande potencial medicinal para tratamento de seres humanos, animais e outros propósitos. O principal efeito do *ndiwazio* preparado por Achivanjila era que as pessoas se esqueciam completamente da sua terra natal e viviam nos campos de assentamento populacional como se lá tivessem nascido.¹⁶

12. José Capela, *O tráfico de escravos nos portos de Moçambique* (Porto: Edições Afrontamento, 2002), p.111; José Capela & Eduardo Medeiros, *O tráfico de Moçambique para as ilhas do Índico 1720-1902* (Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique, 1987), pp.60-61.

13. Abdallah, *The Yaos*, p.54.

14. Alpers, "Trade, State and Society among the Yao," pp.412-413.

15. Em algum momento, e Che Mbumba ainda vivia, Mataca tinha 200 casas para as suas mulheres em Muenbe, a capital, e outras 100 casas em Nakawale. Fonte: Abdallah, *The Yaos*, p.54.

16. Este medicamento existe até aos dias de hoje. Por exemplo, alguns caçadores usam os ramos e tiras do tronco da árvore *ndiwazio* para preparar ratoeiras e medicamentos que permitem caçar facilmente o animal sem necessariamente o matar. De acordo com os conhecedores da matéria, quando o animal vê a tira e/ou sente um determinado cheiro vindo do medicamento preparado com base nesta árvore, ele perde o sentido de direcção, factor que facilita a sua captura. Fonte: Entrevista com John Amido et al, 2004.

Em poucas palavras, o uso de *mbopezi* e *ndiwazio* é indispensável para a nossa compreensão dos papéis de género assumidos por Achivanjila, bem como do contributo da Rainha no processo de fortalecimento do sistema de escravatura nas regiões administradas pelo Rei Mataca.

Achivanjila: “A protectora dos escravos!”

Do mesmo modo que Achivanjila terá contribuído para o aumento sem precedentes do número de escravos sob jurisdição dos líderes Mataca, ela terá também como Rainha, e sem dúvida paradoxalmente, contribuído para processos de libertação de muitos desses mesmos escravos. Há vários factos que são em geral indicados para acentuar o tipo de motivações que fazem da Rainha uma protectora dos escravos que ela própria ajudava a capturar. Eis alguns deles:

O Rei Mataca era largamente conhecido pelos maus tratamentos, castigos e métodos desumanos como tratava os seus escravos. Nos finais da década 1870, Mueembe, a capital do reino tinha cerca de 5.000 habitantes, incluindo escravos.¹⁷ O Rei possuía também cerca de 50 casas principalmente localizadas em Masakati, Chole, Lunguja, Rovuma, Majune, and Matambwe.¹⁸ Contudo, aqui como noutras partes de África e outros continentes, os senhores de escravos usavam força e coerção para impor o exercício do poder.¹⁹ Um testemunho da época relata nos seguintes termos:

Nas instâncias judiciais, o homem que se tivesse relacionado com a esposa de um Chefe era castigado com a escravização de todas as pessoas do seu povoado; e a pessoa em causa era executada, cortando-se-lhe o pescoço.

Tornou-se hábito usar facas para cortar braços, pernas, mãos, orelhas, bocas e outras partes do corpo humano. Cortar o pescoço de alguém tornou-se uma mera brincadeira. Mataca não tinha medo de sangue e ele fazia tudo isto para instaurar o pânico e amedrontar as pessoas. Os habitantes dos povoados tremiam só de ouvir falar no nome de Mataca.²⁰

Segundo as nossas fontes contemporâneas,

O Rei Mataca instruíra por vezes os seus soldados para estes localizarem lugares inabitados, de preferência sem quaisquer condições para a vida humana. Eles deviam procurar locais cheios de animais ferozes e selvagens que pudessem devorar os convictos (que ele decidira punir). Dizia-se que Mataca agia como que se ele estivesse a deitar seres humanos no caixote de lixo.²¹

17. Edward Alpers, “Trade and Society among the Yao,” pp.417-418.

18. Abdallah, *The Yaos*, p.54.

19. Richard Roberts and Suzanne Miers “Introduction: The End of Slavery in Africa,” in Suzanne Miers and Richard Roberts, eds., *The End of Slavery in Africa* (Madison: The University of Wisconsin Press, 1988), p.5.

20. Abdallah, *The Yaos*, p.54.

21. Entrevista com John Amido et al, 2004.

Ao confrontar-se com esta situação, na qual os escravos estavam sujeitos a punições severas que incluíam morte e castração, Achivanjila começou a nutrir muita compaixão pelo sofrimento dos cativos. Usando a sua posição de Esposa Principal, aos poucos, a Rainha obrigou o Rei a seguir uma série de regras que ela impunha como condição para o casal prosseguir com a prática de captura de escravos. Segundo as fontes, Achivanjila dizia a Mataka,

Se não queres conviver com estes escravos aqui nos teus domínios, então liberta-os e deixa-os ir para lugares distantes onde eles possam iniciar uma nova vida longe dos teus territórios e do alcance dos teus olhos.²²

Por outro lado, Achivanjila instruía os soldados para que não acatassem as ordens de Mataka. Contrariando essas ordens, ele deveriam esconder os cativos longe dos assentamentos sob controlo directo do Rei. Com a ajuda desses soldados, a Rainha conseguiu orquestrar planos e elaborar estratégias que resultaram na protecção dos cativos condenados à pena de morte. Deste modo, o actual distrito de Majune, que na altura destes acontecimentos albergava uma das 50 residências que Mataka possuía espalhadas pelo seu vasto território, tornou-se num dos locais onde, por indicações da Rainha, os soldados escondiam os condenados. De tempo a tempo, o Rei mandava os soldados verificarem se de facto, os escravos condenados às penas de morte e/ou castração já teriam sido devorados por animais ferozes ou haviam perecido por quaisquer outros motivos.²³

Num belo dia, os soldados foram fazer a verificação de que tinham sido incumbidos, mas regressaram com uma notícia “terrível” que deixou o Rei completamente perplexo e, mesmo, aterrorizado: a maior parte das pessoas que haviam sido levados para o “exílio” mortal estavam vivas e não tinham sucumbido às condições mortíferas a que tinham sido expostas. Por outro lado, os próprios escravos assim poupados às condenações do Rei, construíram enormes reassentamentos. Deste modo, os cativos libertavam-se gradualmente da tirania e arbitrariedades do Rei.²⁴

Como mostra o mapa abaixo, a distância entre Muembe, a capital do reino Mataka e os locais onde os escravos se refugiavam, é de aproximadamente entre 400 e 450 quilómetros. Segundo a nossa pesquisa, este factor contribuiu grandemente para o sucesso do pacto secreto entre Achivanjila e os soldados que ela convencia a pouparem os escravos condenados.

Por último, este processo de libertação e a sua acção em relação aos condenados à pena capital deu origem a mitos e lendas ao redor da personalidade da Rainha. Achivanjila passou a ser vista como uma figura mítica com poderes sobrenaturais capazes, por exemplo, de fazer “desaparecer” as pessoas. Resumindo,

22. Entrevista com John Amido et al, 2004

23. Entrevista com John Amido et al, 2004.

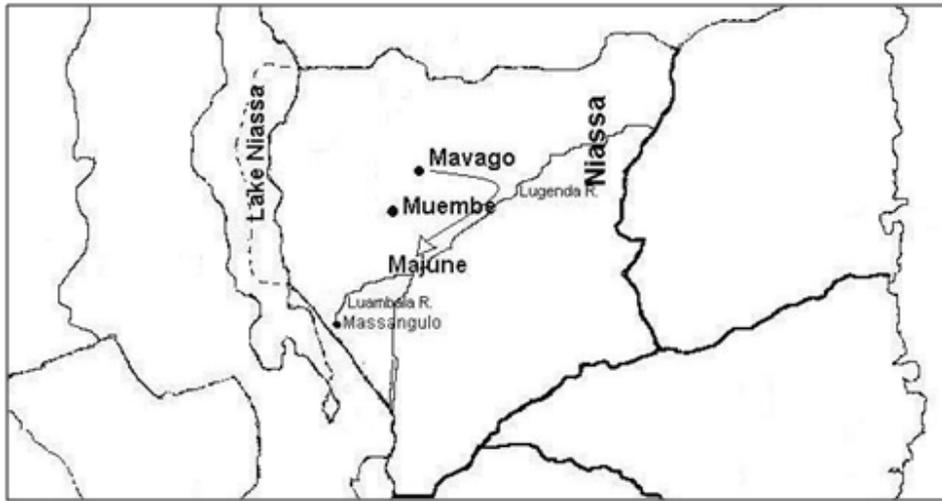
24. Entrevista com John Amido et al, 2004.

foi ao exercer papéis de género e papéis sociais que advinham da sua qualidade de Esposa Principal, que a Rainha Achivanjila conquistou o título de “protectora de escravos.”²⁵

As “rotas Achivanjila”

Mapa 2

As rotas da Rainha Achivanjila



Fontes: “Introduction” to Yohanna B. Abdallah, *The Yaos: Chiikala cha Wayao*, 2ª edição (London: Frank Cass, 1973); Entrevista com John Amido, Achica Matemula, Sandiconda Selemene, e Rosa Akida, Malila, 11 Agosto 2004; Entrevista com Maguta Alifa Matola (Che Maguta), Mavago (Sede do Posto). Entrevista com Bonomar Matamule Mataca (Che Mataca), Mavago (Sede do Posto); Entrevista com Atelela Ntamila Assaia (Che Ntamila), Muembe (Aldeia Chiconono).

Para se tornar libertadora e protectora de escravos, Achivanjila seguiu e “perseguiu” as rotas que os eles trilharam ao fugirem desesperadamente dos castigos do Rei Mataca. As “rotas Achivanjila” constituíram na prática, verdadeiras rotas para a liberdade dos escravos. Neste contexto, o presente artigo estabelece 3 eixos para definir o que nós concebemos como sendo “rotas Achivanjila,” isto é: (i) as rotas que a Rainha seguiu no processo de consolidação da escravatura nos territórios sob domínio da dinastia Mataca em Niassa; (ii) as rotas que a Rainha seguiu na qualidade de Esposa Principal do Rei Mataca; (iii) as rotas que directa e indirectamente a Rainha trilhou ao desencadear o processo de libertação de um número elevado de escravos.

25. Para aprofundarmos a etimologia do substantivo próprio “Achivanjila,” efectuámos uma pesquisa em que um dos inquéritos consistia de duas perguntas: (i) “Já ouviu falar de Achivanjila?”; (ii) O que sabe sobre ela? Constatámos que 99% dos nossos 150 inquiridos associou o nome Achivanjila à prática de um ritual que resultava no desaparecimento das pessoas. A nossa investigação posterior, porém, tornou claro que ao falarem de “desaparecimento”, os informantes se referiam ao facto da Rainha ter sido capaz de fazer com que os escravos fugissem e escapassem com vida à sentença de morte imposta pelo Rei Mataca.

As “rotas Achivanjila” são aparentemente contraditórias. Contudo, num contexto mais amplo, elas demonstram que no Estado Mataka, “a distinção jurídica entre cativos e homens livres, factor que marcou sobremaneira as balizas do debate sobre a escravatura, não é muito útil para o nosso entendimento claro sobre os contornos deste sistema social e económico em África.²⁶ Na costa oriental do continente africano, o sistema da escravatura estava irremediavelmente direccionado às respostas da demanda dos comerciantes de escravos europeus que operavam na região. Do mesmo modo, é imperativo perceber que as “rotas Achivanjila” não estavam necessariamente ligadas aos decretos oficiais de abolição da escravatura.²⁷

As “rotas Achivanjila” estavam profundamente ligadas às actividades sociais que advinham dos papéis de género que a Rainha desempenhava na qualidade de Esposa principal do Rei. A divisão de trabalho entre Achivanjila e Mataka dependia largamente da agenda política do Rei.

Os anos 1878-79, altura em que o Primeiro Mataka perdeu a vida, marcaram o início da “rotas Achivanjila.” O roteiro estendeu-se até cerca de 1912, período no qual a Rainha Achivanjila foi capturada por estrangeiros e levada para o exílio por tempo indeterminado. Geograficamente as rotas estenderam-se entre Masaniga em Mavago (que era uma das aldeias mais importantes do reino) e Luambala que se localiza no actual distrito de Majune.

Com a morte do Primeiro Mataka (1878-79), o poder político desta dinastia não desapareceu; pelo contrário, o poderio dos Mataka estendeu-se por várias regiões do norte de Moçambique. Che Nyenge (Mataka II), sobrinho do Rei fundador do reino, herdou não só o poder político como também a Esposa Principal do seu tio, isto é, a viúva e Rainha Achivanjila. De acordo com as fontes, “Che Nyenge [Mataka II] era um homem de paz que não tinha nenhuma vocação para cortar pescoços das pessoas. Ele só queria viver em paz.”²⁸

De um modo geral, entre 1879-1885, no período de governação do Mataka II, as condições para o comércio de escravos tornaram-se instáveis. O processo global de colonização avançava, e a nível regional o reino confrontava-se com as

26. Allen F. Isaacman & Barbara S. Isaacman, *Slavery and Beyond: The Making of Men and Chikunda Ethnic Identities in the Unstable World of South-Central Africa, 1750-1920* (Portsmouth, NH: Heinemann, 2004 pp.325-326).

27. O decreto oficial mais importante para a abolição da escravatura na costa oriental de África sob domínio de Portugal é o datado de 1836, o que significa muito antes do nascimento de Achivanjila; a este decreto seguiu-se o de 1842. A persistência da escravatura e do tráfico no norte de Moçambique, ditou a existência de outros decretos nos anos 1870. Recorde-se que as chefaturas Mataka traficavam com franceses, árabes e os comerciantes Swahili. Fontes: *História de Moçambique: Primeiras sociedades sedentárias e impacto dos mercadores (200/300-1886)*, 2nd ed., vol. I (Maputo: Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, 1988), pp.99-102.

28. Abdallah, *The Yaos*, p.55.

campanhas pela abolição da escravatura sob liderança dos britânicos.²⁹

Não obstante estes factores, Mataca II revolucionou alguns dos fundamentos básicos do sistema da escravatura. Para além da montanha Masaninga, Mataca II criou outros locais de reassentamento dos escravos. Com esta redistribuição da localização dos campos de concentração dos escravos, Che Nyenje criou novas referências geográficas do reino. A consequência desta expansão territorial foi multifacetada:

(i) Os escravos não ficavam muito tempo nos campos de concentração, factor que resultou numa maior frequência dos papéis sociais que Achivanjila desempenhava. A Rainha era obrigada a fazer constantemente o *mbopezi* e preparar o *ndiwazio*. Estes dois rituais eram indispensáveis à manutenção da estabilidade dos assentamentos populacionais.³⁰

(ii) A extensão territorial do reino tornou-se muito grande para ser administrada por um único líder. Por esse motivo, Mataca II criou novos nomes e apelidos, atribuiu-os aos membros da sua família e garantiu deste modo que a administração das novas chefaturas continuasse sob monopólio da dinastia Mataca. Por exemplo, Che Matola I ficou cargo da região de Majune, e de facto, até aos nossos dias, os Chefes Matola são os líderes tradicionais mais poderosos naquele distrito.³¹

(iii) O Segundo Mataca ofereceu a Rainha Achivanjila I ao seu sobrinho, Matola I, conhecido por Che Anxeleketa.³² Ao fazer esta oferta, o Segundo Mataca esperava que a Rainha Achivanjila pudesse ser decisiva na expansão dos territórios da região de Majune, e que estavam sob liderança do seu sobrinho, o Che Anxeleketa.³³

(iv) Por último, a emergência do grupo dinástico com o apelido Matola, tornou-se um evento decisivo que garantiu a continuidade da carreira profissional da dinastia Achivanjila.

29. Por exemplo, em 1880, oficiais britânicos localizados em Zanzibar interceptaram uma caravana de escravos vinda do reino de Mataca II composta por cerca de cinco mil escravos. Fonte: Eduardo Medeiros, *História de Cabo Delgado e do Niassa* (Maputo: Cooperação Suíça, 1997), pp.87-88.

30. Entrevista com Che Maguta, 2004; Entrevista com Che Mataca, 2004; Entrevista com Che Ntamila, 2004; Entrevista com John Amido et al, 2004.

31. Mataca II subdividiu grupos de pessoas incluindo escravos capturados nas guerras de expansão, e colocou-os sob a administração dos novos chefes designados para administrar as regiões para além de Mavago. De acordo com Abdallah, *The Yaos*, p55, seis povoados foram distribuídos nos seguintes moldes: “Kung’ombo foi atribuído a Rovuma e Matambwe; Che Matola, ficou com Majuuni; Che Chalamanda ficou com a região de Chole; a Che Chinunga foi atribuída a zona de Masikati; e finalmente Che Chumafoi destacado para Lunguja.”

32. Seguindo a descrição, este é o mesmo Matola que, na narrativa de Abdallah aparece com o nome Matola Mchelecheta, e nos anos 1870, durante o reinado de Mataca I era um dos chefes das caravanas das guerras de expansão. Abdallah, *The Yaos*, p.54.

33. Entrevista com Che Maguta; Entrevista com Che Mataca; Entrevista com Che Ntamila; Entrevista com John Amido et alli, 2004.

Os casamentos políticos entre Achivanjila e os Chefes Matola

A aliança marital entre Achivanjila e os Chefes do grupo Matola que emergiu como resultado do desenvolvimento interno da dinastia Mataca é a chave para percebermos a interdependência entre os papéis sociais da Rainha e o processo de libertação de escravos que ela própria ajudou a capturar.

Quando o Primeiro Che Matola (Mataca) iniciou a sua jornada da zona da capital do reino (Muembe e Mavago) em direcção a Majune, isto é, a circunscrição que se lhe foi destinada para administrar, a Rainha Achivanjila lançou a sua campanha com vista à libertação dos escravos localizados nos assentamentos circunvizinhos de Majune.³⁴

Seguindo os resultados da nossa pesquisa, no total, e pela via da herança, Achivanjila casou-se com cinco Líderes da dinastia Mataca, nomeadamente: Che Nyambi, o Fundador (Mataca I, ca. 1850 to 1878-79); Che Nyenge (Mataca II, 1879-1885); Che Anxeleketa (Mataca - Matola I, 1885-1904/05?); Che Mbonomali Nkandu 1885-1903;³⁵ e Che Akapuza (Mataca - Matola, 1903/05-1912/1914??).³⁶

É obrigatório repisar que todas estas alianças maritais não surgiram como resultado de uma escolha feita pela própria Rainha. Os cinco casamentos de Achivanjila são produto de alianças políticas nas quais ela foi escolhida através de uma “oferta” ou herança de Chefe para Chefe Yao, dentro do grupo dinástico Matola (Mataca).

Um outro factor não menos relevante nestes casamentos diz respeito à forma como o progresso da penetração colonial influenciou as decisões políticas do casal real. Por exemplo, todos os Chefes que sucederam Che Nyambi, o fundador, do reino Mataca, infalivelmente, confrontaram-se com o progresso crescente do poderio político e militar do estado colonial na costa oriental de África. Particularmente na Companhia do Niassa, o estabelecimento do poder colonial incluía a imposição de estruturas económicas e administrativas que, tal como os reinos locais africanos, também faziam uso de mão-de-obra escrava.³⁷

Não obstante a impetuosidade da expansão imperialista portuguesa em Niassa, a dinastia Mataca, e em particular o seu grupo dinástico Matola continuou a

34. A expedição de Achivanjila em direcção a Majune é datada de 1885. Fonte: “Notes on the Mataca Dynasty” Benigna Zimba, 2012 (não publicado).

35. De acordo com Eduardo Medeiros, *História de Cabo Delgado e do Niassa*, durante o reinado de Mataca III, estes chefes frequentemente trocavam entre si as respectivas esposas. As nossas fontes orais afirmam que a Rainha foi esposa de Anxeleketa e depois de Nkandu.

36. Para as datas da dinastia Mataca, Cf. “Notes on the Mataca Dynasty” (não publicado).

37. A Companhia estabeleceu a sua Sede da sua Administração e organizou expedições militares contra Mataca e muitos outros reinos africanos da época. Fonte: *História de Moçambique*, pp.117-122.

progredir.³⁸ As narrativas da época descrevem, por exemplo que,

No tempo de Bonomali Nkandu (1885 a 1903), o reino atingiu níveis altos de violência, que superavam as arbitrariedades vistas com o Fundador do Estado Mataka. Bonomali Nkandu começou de novo com as guerras e quase todos os homens andavam com armas nas costas.³⁹

Entretanto, este nível de agressividade não foi suficiente para fazer face a uma série de adversidades que nos princípios do século XX ditaram o início gradual do declínio do reino Mataka. Este poderoso Estado, não resistiu às disputas internas pelo poder e pela sucessão dinástica, bem como à fome que assolou Niassa entre 1901 e 1905. Entre 1905 e 1912, alguns dos Chefes Mataka fugiram das incursões militares dos portugueses e refugiaram-se a norte do rio Rovuma.⁴⁰ Por último, as guerras entre as dinastias Mataka e Metarica pelo monopólio do comércio de escravos nos territórios Yao, também se tornaram decisivas para a desintegração final do reino Mataka.⁴¹

Enquanto migravam em direcção a Majune (o destino final) Achivanjila e os Líderes Mataka palmilharam muitas regiões, deslocando-se sempre ao longo do rio Lugenda. Neste percurso, e considerando os condicionalismos acima descritos, a captura massiva de escravos decaía gradual e naturalmente; ao mesmo tempo que Achivanjila e os seus seguidores perdiam a capacidade de manter os campos de concentração de escravos. Aproximadamente entre 1903 e 1912, Achivanjila e seu esposo Matola (Mataka) conhecido por Akapuza, finalmente atravessaram o rio Luambala, entraram e fixaram-se no sul do actual distrito de Majune.⁴² Aqui, em Majune, as condições históricas e o curso de desenvolvimento do processo da fixação colonial portuguesa não permitia que Achivanjila continuasse a desempenhar todos os seus papéis de Esposa Principal. O famoso de mbopezi de Achivanjila destinado à captura e manutenção de escravos acabou. Mesmo assim, o casal Achivanjila e Matola (Akapuza) continuaram a administrar o distrito de Majune. A Rainha tornou-se a principal promotora do desenvolvimento de Majune, que rapidamente se transformou num povoado de antigos escravos. Achivanjila manteve a prática do *mbopezi*, mas desta feita fazia-o somente para abençoar os assentamentos de antigos escravos que de facto, ela própria ajudou a libertar.

38. Veja por exemplo, Amaral, *O povo Yao*; Medeiros, *História de Cabo Delgado e do Niassa*; Péliissier, *História de Moçambique*, vol. I.

39. Abdallah, *The Yaos*, pp.56-57.

40. Por exemplo, incursões portuguesas atacaram Muembe em 1912. Como resultado, “Mataka IV ou Che Chizonga foi para Tanzânia juntamente com cerca de 45.000 pessoas.” Medeiros, *História de Cabo Delgado e do Niassa*, p.91.

41. Medeiros, *História de Cabo Delgado e do Niassa*, p.90; Alpers, “Trade, State and Society among the Yao,” p.413.

42. A nossa estimativa deste evento tem também como ponto de referência, a ocupação portuguesa de Muembe em Outubro de 1912. Fonte: Medeiros, *História de Cabo Delgado e do Niassa*, pp.154-155, 247.

O reinado de Achivanjila e o seu último esposo, Matola (Akapuza) terminou em Luambala. Foi aqui onde o casal real faleceu, razão pela qual o memorial da Rainha fundadora da dinastia Achivanjila aqui se encontra localizado.⁴³

Conclusões preliminares

Um símbolo de resistência contra a escravatura?

Abuje Achivanjila ninghawile kusheto.

(“Achivanjila poderia ter morrido por causa desta [Primeira] Guerra [Mundial, 1914-1918].”)

Através de um modo de falar tipicamente Yao e Africano, no qual se usa pouca linguagem, e não se diz clara e directamente o que nós, estudantes da história da escravatura em África, gostaríamos de ouvir, o extracto desta canção diz simplesmente: Achivanjila sobreviveu à violência da Primeira Guerra Mundial, ou, literalmente, Achivanjila escapou à morte durante a Primeira Guerra Mundial.

Vista num contexto mais amplo, esta canção reforça o nosso conhecimento segundo o qual, no advento da Primeira Guerra Mundial, a Rainha foi levada por invasores brancos, muito provavelmente alemães. Mais concretamente, levaram Achivanjila em 1912, quando ela se encontrava entre os rios Luambala e Lugenda; na altura, à chegada dos invasores, o marido de Achivanjila, o Rei Matola (Mataca) Akapuza, ele fugiu, facilitando deste modo a captura da Rainha.⁴⁴ De acordo com as narrativas,

Quando Achivanjila percebeu que estava para ser capturada, a Rainha não fugiu! Ela manteve-se firme em frente da casa do seu marido Matola [Akapuza], e foi assim que os homens brancos a encontraram. Contrariamente à atitude do Rei, a Rainha não ofereceu nenhuma resistência e foi facilmente capturada.⁴⁵

43. Quando a Primeira Rainha faleceu, a Segunda Achivanjila foi investida em Luambala, mas juntamente o casal real mudou-se para Malila, no norte de Majune. É neste local onde aconteceram as investiduras das rainhas subsequentes. As campas destas rainhas encontram-se a alguns metros da residência oficial da Rainha Achivanjila reinante. A seu pedido, a campa de Achivanjila IV encontra-se no cemitério de Malila, uma vez que em vida ela expressou o desejo de não se juntar às suas antecessoras. O Rei Matola IV, para quem Achivanjila (s) II e III serviram como Esposa Principal, ele está sepultado em Mecualo, numa das vias de acesso a Mavago. Fonte: Entrevista com John Amido et al.

44. 1912 é o ano da derrocada final de Muembe, a Capital do Estado Mataca. A seguir a este evento, um número considerável de chefes Mataca submeteram-se aos portugueses, do mesmo modo que confrontos envolvendo portugueses, alemães, e britânicos resultaram na prisão e morte de muitos líderes Yao incluindo os do Estado Mataca em plena decadência. Veja por exemplo, “Cartas dos Kings (1912),” in Companhia do Nyassa, ed., *Ocupação das Terras do Mataca: Primeiros Relatórios* (Lisboa: Composto e impresso na Typ.do Anuario Commercial, 1913), pp.27-29.

45. Fontes: Entrevista com Angomile Issa et alli; para o assunto sobre a captura fácil de mulheres veja também Benigna Zimba, “O contexto da ‘exclusão’ da mulher da rota de escravos de Moçambique para o Brasil, c.1730-c.1830,” in: *Nas rotas do império: Eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*, João Frágoso, Manolo Florentino, António Carlos Jucá, Adriana Campos (organizadores), EDUFES, 2006.

Achivanjila ficou no “exílio” por um período de tempo indeterminado, embora o motivo principal da sua captura não esteja claro.⁴⁶ Não obstante a escassez de detalhes sobre a captura da Rainha, a narrativa oral demonstra claramente que este é o evento que retrata Achivanjila como lutadora corajosa contra a violência e imposição do sistema colonial e da escravatura na África Oriental. Através deste e de eventos similares, a memória da Rainha Achivanjila interliga-se invariavelmente à coragem, resistência e resiliência à escravatura e ao comércio de escravos. Neste contexto é importante lembrar que, modo geral, quando os africanos falam de comércio de escravos, escravatura e escravização, eles interligam estes acontecimentos com todo o processo global de colonização no qual a figura do homem branco simboliza exploração e intervenção estrangeira no sentido negativo.⁴⁷

A Rainha Achivanjila transformou as alianças maritais forçadas numa arma de luta contra a escravatura e comércio de escravos

A nossa interpretação contemporânea da história da mulher e do género durante os finais do século XIX e princípios do século XX demonstra claramente que “... a participação activa da mulher no desenvolvimento socioeconómico, nem sempre transporece nos lugares mais óbvios.”⁴⁸

Achivanjila dependia das alianças maritais para desempenhar o seu papel político de “Esposa Principal” dos líderes da dinastia Mataka e do respectivo subgrupo dinástico Matola. Os poderes sociopolíticos de Achivanjila advinham destas ligações maritais. Os líderes Mataka herdavam-na por razões meramente políticas: a Rainha tornou-se indispensável no processo global do desenvolvimento da escravatura e do comércio de escravos no norte de Moçambique.

Durante os cerca de 40 anos da sua vida como Esposa Principal, Achivanjila foi ajustando os seus papéis sociais e de género ao curso de desenvolvimento do Estado Mataka, que por sua vez tornou-se cada vez mais dependente do progresso da penetração colonial na região. Ao longo deste período, as tarefas mais significantes que Achivanjila desempenhou foram:

- (i) feitura do *mbopezi* para capturar escravos; (ii) o medicamento tradicional

46. Estas afirmações têm como base um questionário anónimo composto por três perguntas sobre a origem e história da Primeira Rainha Achivanjila. O questionário abrangeu 60 residentes idosos de Lichinga, Malila, Luambala, Muembe, e Mavago. Fonte: Questionário anónimo conduzido por Laura João, Outubro de 2002.

47. Veja James Giblin “The Slave Trade, the Hegemony of Paternalism, and their Place in National History of Tanzania, in: *Slave Routes and Oral Tradition in Southeastern Africa*. Beniga Zimba, Edward Alpers and Allen Isaacman, Editors: Maputo, 2005, pp.253-278.

48. Cheryl Johnson-Odim and Margaret Strobel “Series editors’ introduction: Conceptualizing the History of women in Africa, Asia, Latin America and the Caribbean, and the Middle East and North Africa,” in: *Women in Sub-Saharan Africa*. Iris Berger and E.F. White (Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1999), p.xxix.

ndiwazio que ajudava a manter os escravos nos campos de concentração; (iii) melhoria das condições de vida dos escravos; (iv) desenvolvimento das rotas da libertação dos escravos, salvando-os assim de castigos severos que incluíam castração e morte; e (v) ajudou a construir assentamentos populacionais onde os antigos escravos passaram a viver como seres humanos livres das imposições do sistema da escravatura. O distrito de Majune é disso o exemplo mais evidente.

Ilustração 1



Inscrição localizada à entrada do Memorial da Rainha Achivanjila: “Descansa em paz rainha Achivanjila” Fotografia de Benigna Zimba, Luambala, 23 de Outubro de 2002.

Ilustração 2



Memorial da Primeira Rainha Achivanjila. Fotografia de Benigna Zimba, Luambala, 11 de Agosto de 2004

“Dos progressos que fazem a agricultura”: produção de arroz e trabalhadores da África Ocidental para o norte da América Portuguesa (1770-1800)

Reinaldo dos Santos Barroso Junior

Professor Adjunto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA),
Professor Assistente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
e Pesquisador Associado NEAFRICA.

Em 1755 instalava-se no norte da América Portuguesa, na conhecida região amazônica que cobria os atuais estados de Maranhão, Piauí, Pará e todo o Amazonas a famigerada Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão por meio das intervenções proporcionadas pela política do secretário de D. José I, Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de Pombal. Essa região constituía-se em um espaço ainda alheio aos pretensos processos coloniais de controle português no Mundo Atlântico quando comparado ao Estado do Brasil, o vizinho mais ao sul da América Portuguesa. Essa situação se transformou com a implementação da Companhia de Comércio, elemento expressivo da reorientação econômica que se iniciava.

Essa nova política econômica do império ultramarino português foi articulada com dinâmicas de mudança no modelo de exploração e produção agrícola, bem como na mudança dos “tipos” de trabalhadores na região – de ameríndios para africanos. A companhia, assim, era o primeiro elemento de transformação estrutural da região que se abriria com o governo local de Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o irmão do Marquês de Pombal, o primeiro de um conjunto de governantes interessados em seguir as premissas do governo ultramarino português com a economia monocultora (o algodão e o arroz) e a exploração dos trabalhadores africanos, mesmo após a falência da companhia na década de 1770. Política intensificada na região com a fragmentação do estado do norte da América Portuguesa em Grão-Pará e Rio Negro e Maranhão e Piauí.

Esse artigo, portanto, pretende destacar parte dessa política no Maranhão, uma das principais capitâneas da região norte da América Portuguesa, onde se intensificou a produção do algodão, estruturou-se a produção do arroz em larga escala e aumentou o volume de entrada de escravos africanos. Pretendemos, assim,

delinear, minimamente, a produção da rizicultura no espaço maranhense e sua relação imediata com os trabalhadores africanos durante a segunda metade do século XVIII, especialmente durante a existência do Estado do Maranhão e Piauí criado em 1772.

A capitania do Maranhão foi uma das mais importantes no processo de abertura e expansão da colonização portuguesa rumo ao norte. A colonização no território começou com a instituição de São Luís (capital do Maranhão) e Belém (capital do Pará) no século XVII como postos de defesa através da fortificação de seus núcleos habitacionais contra as invasões de corsários holandeses ou franceses, montando um núcleo colonial litorâneo para o resguardo do espaço ainda inexplorado. No caso do Maranhão, houve ainda uma frente de expansão interna, oriunda de capitanias como Pernambuco e Bahia que se instalou ao sul da capitania, servindo de pastos para o gado oriundo do Estado do Brasil. Logo, houveram duas frentes de colonização, uma frente litorânea e uma frente interna, de um lado a colonização postulada por uma administração portuguesa e a outra por uma horda de diferentes povoadores. (CABRAL, 2008)

São Luís, capital e cidade de entrada para a região norte, foi “o marco da fundação de uma cidade ligada política e administrativamente à Coroa; o início da exploração e submissão da terra e sua gente; e a porta de entrada para um vasto, indefinido e estratégico território.” (CORREA, 2011, p. 30) Após a fundação da cidade a colonização seguiu com amplos espectros de propagação, instauração de instituições locais responsáveis pela fiscalização dos domínios, bem como o início do processo de evangelização e a instalação dos elementos coloniais essenciais – importantes em regiões limítrofes como essa, espaço de resguardo das “fronteiras internas”, a partir do qual poderia seguir o processo colonial. (CHAMBOULEYRON, 2006, p. 85).

Posteriormente, no século XVIII, houve a constituição de uma companhia de comércio, a escolha de um novo perfil administrativo e o aumento impactante da migração para o norte da América Portuguesa. No que diz respeito à migração, as ondas migratórias seriais se iniciaram a partir dos Açores em ondas sucessivas e em quantidades variadas já no século XVII, a quantidade aumentou ainda na primeira metade do século XVIII, ocasionando um aumento populacional nas capitanias do norte, sobretudo para no Maranhão em 1698, 1705, 1707, 1718 e em 1720. Os anos iniciais da centúria oitocentista revelam esse aumento populacional em diferentes agrupamentos, tanto por parte de colonos, quanto pela entrada ocasional de escravos africanos aportando na capitania com a instalação da famigerada Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão em 1755. (HAWTHORNE, 2010; MOTA, MANTOVANI, 1998)

Se nas décadas anteriores a vivência colonial se concentrava no entorno litorâneo, às proximidades de São Luís e a Vila de Tapuitapera, ou seja, nos vales de

Itapecuru e Mearim, bem como na movimentação das Baías de São Marcos e São José, no oitocentos a movimentação fluvial começará a despontar e possibilitar o processo de interiorização e o avançar das fronteiras internas. No caso da capitania Maranhense, o rio Itapecuru foi tomado por fazendas, sobretudo a partir de meados da centúria, e em virtude de sua navegabilidade varias embarcações poderiam adentrar o território atalhando caminhos internos através dos quais se chegaria a outros territórios, tais como a capitania do Piauí ou ainda mais longe. No geral, lanchas e canoas, mas também embarcações maiores como Sumacas (embarcações de dois mastros mais usados em navegações costeiras), adentravam a imensidão do rio e seguiam até proximidades da conhecida vila de Aldeias Altas (hoje cidade de Caxias), vila a mais de 350 kms de distância da capital, nas proximidades do rio Parnahiba, divisa com a capitania de São José do Piauí. O rio Mearim também participou desse movimento, apesar de menor em volume e profundidade, mas cortava o espaço virgem que se descortinava pela frente, atalhando grandes porções de terra e por meio de suas águas escoava parte da produção interna agroextrativista de madeiras, plantas, gomas, etc.

O próprio movimento ultramarino de embarcações superou e muito a centúria anterior, sem dúvida alguma a média de embarcações que aportava agora no litoral tornara-se ainda maior a partir da segunda metade do século XVIII, eram cinco vezes mais embarcações aportando no litoral. A conexão com Portugal (Lisboa e Porto mais exatamente), bem como com a África (Cacheu, Bissau e Cabo Verde mais precisamente) tornou-se mais constante e presente abrindo linhas de conexão mais concretas. Isso claro era reflexo da revolução náutica pela qual o estado estava passando, mas também resultado da ação da Companhia de Comércio que reestruturava o funcionamento da sociedade colonial do Maranhão por meio da concretude da grande lavoura de exportação e da entrada de escravos africanos provenientes da Alta-Guiné na África Ocidental.

Governadores e a produção colonial de Arroz

Em 24 de dezembro de 1770, o governador Joaquim de Melo e Povoas escrevia uma carta ao governo ultramarino português sobre a exportação dos gêneros produzidos na capitania do Maranhão. Joaquim de Melo e Povoas foi governador do Estado do Grão Pará e Maranhão e peça fundamental para articular uma logística no fornecimento dos produtos coloniais e em montar uma estrutura de produção e exportação que atendesse ao mercado atlântico subordinada à lógica mercantilista lusa. Nessa carta, especificamente, aparecem vários produtos de diferentes gêneros, pecuaristas, extrativistas e agrícolas, eram eles “atanados, algodão, cacão, arros, gengibre, oleo de cupauba, jutaica, ou goma cupal”, conforme os dizeres do governador, além de destacar ainda a existência de “outras obras groceiras”. A variabilidade dos produtos é visível no quadro demonstrativo da

produção do ano de 1770 que já vai destacando a preponderância de dois artigos, o algodão e o arroz, variabilidade rapidamente resignificada frente ao volume da produção proporcionada pelos latifúndios com algodão e arroz na região, algodão e arroz que ocupavam praticamente 80% da produção embarcada nos navios que saíram de São Luís, capital do Maranhão.

O mesmo se repetiria 18 anos depois, durante o governo de José Telles da Silva que tal como seu antecessor enviava um mapa em sua correspondência, um geral da produção exportada no decorrer do ano de 1788 pela capitania do Maranhão rumo a Lisboa, conforme o quadro abaixo.

TABELA: PRODUTOS EXPORTADOS
A PARTIR DO ESTADO DO MARANHÃO E PIAUÍ EM 1788

| Produto | Quantidade |
|----------------------|------------|
| Algodão | 11.354 |
| Arroz | 56.810 |
| Paneiros de goma | 345 |
| Sacas de cacau | 26 |
| Paneiros de gergelim | 845 |
| Sacas de café | 6 |
| Cera | 50 |
| Atanados | 5.717 |
| Vaquetas | 21.581 |
| Couros | 6.669 |
| Toras de madeira | 32.100 |
| Varas | 700 |

Assim, como no ano de 1770, a variabilidade dos produtos também é inegável em 1788, também com produtos derivados do extrativismo, da pecuária e da agricultura. Extrativismo de toras de madeira e varas. Pecuária com a criação de gado como fonte para produtos mais elaborados como os atanados (couros bovinos mais espessos), e as vaquetas (couro fino para vestimentas e outros objetos). E, por fim, aqueles resultantes da produção agrícola como o café, o gergelim, o cacau, o arroz e o algodão. De qualquer forma, o impacto maior na produção era do arroz e do algodão. Nesse ano de 1788, o arroz alcançou quase 57 mil arrobas (equivalente a aproximadamente 837 mil quilos) e o algodão, por sua vez, 11 mil arrobas (equivalente a quase 167 mil quilos). Sem dúvida alguma, a lavoura é o maior percentual dessa exportação, e a maior parte do volume da produção agrícola é do arroz, um total de 70% no ano de 1788. Portanto, em 1770 e em 1788, a diversidade da produção se obscurece frente ao volume da lavoura de monocultura, a produção de algodão e do arroz (sobretudo este último) destacam-se na produção para o Atlântico e mantém um elevado índice de produção na colônia nos decênios de 70, 80 e 90.

Esses números revelam a preponderância do arroz na produção colonial maranhense, preponderância expressa nas cartas de governadores que relatam e enumeram os produtos descritos nos mapas de exportação. O arroz já aparece no período de 1760, de forma precária, ainda carente de incentivos articulados pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. Foi só na década de 1770 que o cultivo do arroz foi incrementado, graças à intervenção de Joaquim de Melo e Povoas (governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão, de 1761 a 1772 e do Estado do Maranhão e Piauí, de 1772 a 1779), com a publicação de editais de incentivo para a colheita do arroz, bem como com a fiscalização sobre o trabalho manual na colheita. Além disso, houve ainda a criação em 1776 do “primeiro engenho de arroz (fábrica de soque), logo seguido de outros pertencentes à Companhia” (RIBEIRO, 1990, p. 44).

Essas cartas foram basicamente escritas por todos os governadores dos estados coloniais, canal de comunicação entre a metrópole e suas colônias, através do qual os administradores coloniais informavam suas descobertas, seus problemas, abriam processos administrativos e, sobretudo, dialogavam com a pretensa autoridade metropolitana, negociando e renegociando as necessidades coloniais e as necessidades suas, enquanto administrador colonial. Os governadores que presidiram a administração colonial nos decênios de 1770 a 1790, Joaquim de Melo e Povoas (1775-1779), Antonio Salles Noronha (1779-1784) e José Teles da Silva (1784-1787), foram os mais ativamente envolvidos em destacar produtos essenciais para a economia metropolitana, construíram e ordenaram formas de exploração da região por meio da reorganização de economias internas e implantação de cultivos agrícolas externos como o arroz. Nesse cenário, o arroz era o mais importante. Os três governadores enfatizaram a importância da produção local e do escoamento do “Arroz que por ordem de V. Excelencia” fazia ir “em todos os Navios que daqui sahem”¹.

Assim, por um lado, temos a indicação de novos produtos que podem ser articulados para a lavoura de exportação através da oferta de uma variabilidade de produtos; por outro lado, também aparecem nas cartas e mapas, produtos que já obtiveram êxito no mercado Atlântico, como o algodão e o arroz. Ambos respondiam ao anseio de consumo do mercado Atlântico cada vez mais em expansão, o primeiro pela revolução têxtil que seguia em desenvolvimento acelerado, o segundo pelo aumento do consumo do cereal, oportunidade somada à crise do fornecimento da Carolina do Sul quando da independência das colônias britânicas. (DUPLESSIS, 2010).

A leitura desse cenário Atlântico, bem como a produção de uma agenda de exportação que coadunasse com aquilo definido pela lógica mercantil da coroa

1. Carta de 1 de dezembro de 1785. Livro de registro de correspondências Nº 13. Acervo da Secretaria de Governo do Maranhão. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO. FI 121.

portuguesa era de responsabilidade dos governadores coloniais. O discurso escrito em suas cartas era constituído por uma inegável lógica de servidão e prudência, em parte por serem todos homens ambiciosos em busca de mercês, em parte por seguirem uma pretensa lógica de dominação delineada pelo império português. É interessante perceber que a fala desses sujeitos é embutida na pretensa tentativa de controle metropolitano e no próprio campo de interação do administrador colonial com o poder metropolitano que escalonava formas de ascensão e sucesso no mundo ultramarino através, sobretudo, do impacto positivo de sua agenda de exportação articulada entre o comércio Atlântico, a produção local e as necessidades ultramarinas.

Nas cartas de administradores como Antonio de Sales Noronha que escreviam à corte portuguesa, é possível perceber tudo aquilo que pudesse significar a comercialização em larga escala de mercadorias com a intenção de obter mercês, uma modalidade de recompensa que ia para além de benefícios financeiros e resultava na obtenção de cargos, terras, perdões reais para o súdito ou seu familiar mais próximo. Isso significa que todos os súditos, colonos quaisquer, e mais especificamente administradores coloniais “procuravam obedecer ao rei com a finalidade de alcançar privilégios, dependência que, por certo, viabilizou o controle monárquico sobre os novos domínios [...] dependiam do soberano para reconhecer seus feitos e honrá-los com mercês”. (RAMINELLI, 2008, p. 21). Levando em consideração a descentralização da América portuguesa, em fins do século XVIII, administradores diferentes poderiam receber pequenas e significativas mercês, os reis poderiam, assim, agraciar seus vassallos e manter o poder real nas colônias do norte.

A própria escolha desses governantes, na segunda metade do século XVIII, revela a concessão de mercês para indivíduos de famílias nobres com o mínimo de reflexo burocrático por conta da experiência e benesses adquiridos. O caso do governador Joaquim de Melo Póvoas é exemplar nesse sentido. Da pequena nobreza portuguesa na tentativa de ganhar mercês, recebeu a administração do norte da América Portuguesa com 35 anos, região em que se manteve por mais vinte anos e foi percebido como um agente de alta conta pela historiografia maranhense. Ao final de 1772, recebeu a possibilidade de ir ao cargo desejado como recompensa por seus trabalhos, o governo de Pernambuco, capitania do Estado do Brasil, e deveria ser substituído por Clemente Pereira de Azeredo Coutinho na administração da capitania maranhense, conforme carta de 18 de dezembro de 1772. Entretanto, o substituto nunca chegara, em parte por contrair doença que lhe levaria a morte um ano depois, em parte pelas lógicas administrativas que envolviam a perpetuação de algumas famílias de alta nobreza em postos de relevo; e, também pela perda gradual do poder do Marquês de Pombal que o impediriam de ocupar o cargo em Olinda. De fato, para o lugar de Melo e Póvoas

em Pernambuco foi nomeado José César de Meneses, filho do antigo vice-rei Vasco Fernandes César de Meneses, o primeiro conde de Sabugosa, considerado o favorito para “organizar o sistema defensivo das regiões meridionais contra as investidas castelhanas” (SANTOS, 2008, p. 215). Apesar dessa, que não seria sua última decepção, continuou investido no cargo de administrador da capitania maranhense no qual perdurou até 1779, sempre atento a novos desafios econômicos que pudessem trazer ganho direto à economia mercantil portuguesa, mantendo o zelo e compromisso com o projeto colonial.

Essas cartas eram reflexo desse zelo em busca de mercês, mantendo o processo de comunicação entre a administração colonial e a metrópole e representavam, ao mesmo tempo, um controle da produção local, e ainda mais, uma forma de angariar mais atenção e investimentos para o processo colonial. Encontrar produtos tão lucrativos que pudessem ajudar com o ramo de comércio e da agricultura dessa colônia tornava-se assim essencial para demonstrar o zelo e importância pelos processos coloniais. Havia, portanto, forte relação entre o empenho desses governadores e o sucesso da empreitada colonialista que ficava evidente em seus escritos. “Eu não posso deixar de ver com grande satisfação minha, que a Agricultura aumenta todos os annos mais, e a navegação tanto exterior como interior destes rios, pelo numero de Embarçoens, que andão a frente na condução dos Efeitos das plantaçoens para esta cidade”.² Havia assim uma forma de “economia política designada para a completa prosperidade do reino agrícola” (ALMO-DOVAR; CARDOSO, 1998, p. 39 e 40).

Era na perspectiva de se manterem atentos aos anseios comerciais coloniais do “reino agrícola” que os administradores se esforçavam em articular uma logística para o fornecimento dos produtos coloniais e em montar uma estrutura de produção e exportação para atender ao mercado atlântico, subordinada à lógica mercantilista lusa. Esse tipo de articulação era importante, sobretudo, quando se destacava a importância da colonização no norte da América Portuguesa, um território ainda inexplorado e que fora alterado durante a administração do Marquês de Pombal e tornara-se ainda mais intenso a partir de 1770. O Estado do Maranhão e Piauí foi desmembrado do Estado do Grão-Pará e Maranhão em 1772 e manteve essa configuração territorial até o ano de 1811 com nove administradores, dos quais os mais ativos foram os três já indicados aqui, Joaquim de Mello, Antonio Noronha e José Telles. O primeiro, sobretudo, dividido entre o fechamento da Companhia de Comércio e a administração do estado recém-constituído. Esse estado recebia a produção pecuária e extrativista das duas capitanias de mesmo nome e inseria o cultivo do arroz na capitania do Maranhão. As

2. Carta de 13 de fevereiro de 1786. Livro de Registros das Cartas enviadas por Governadores Nº 13 SECRETARIA DE GOVERNO DO MARANHÃO. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO FI 30.

cartas dão um panorama superficial da produção do estado e ao final de todo ano os administradores delineavam um panorama das movimentações econômicas do estado, através da qual destacava-se a produção do arroz.

Apesar do destaque só acontecer a partir de 1770, o arroz não parecia ser algo novo na região. No começo da década de 1760 já havia um arroz meio quebradiço, amarelo e cultivado por indígenas e africanos em suas pequenas lavouras, para consumo particular. O governador Joaquim de Mello interveio em 1770 nessa lógica de produção interna e implementou o chamado “arroz de Carolina”, mais afilado, alongado e de melhor qualidade para o mercado Atlântico.

O objetivo era incentivar por meio de editais coloniais o cultivo, a colheita e o descasque do conhecido arroz de Carolina, plantado no norte das Américas e oriundo da Ásia. “Edictaes, para que todo o lavrador, ou outra qualquer pessoa que tiver do mesmo genero, e o quizer vender [o arroz] a Companhia, esta pagará. Ao mesmo preço de dous mil reis, sendo descascado, e ensacado; sendo porem com casca ao preço de dezaseis tostoens”.³ Essa era uma proposta da Companhia, encabeçada e ordenada pelo governador colonial, mas entre os produtores menores a empreitada não vingou. Em virtude da recusa da capitania maranhense, o governador Joaquim de Mello baixou uma medida em 1776 na qual determinou “que nenhum lavrador de qualquer qualidade ou condição pudesse semear outro arroz que não fosse o da Carolina, sob pena de sofrer, sendo livre, um ano de cadeia e de pagar cem mil réis”, enquanto os escravos poderiam ser punidos com “dois anos de calcêta e, nesse espaço, interpolado de surras” e o índio só dois anos dadita calceta, argola de ferro atada aos pulsos, tornozelos ou na cintura durante a execução dostrabalhos forçados (RIBEIRO, 1990, p. 33). O resultado parece ter sido produtivo e a produção do Arroz de Carolina tomou lugar no cultivo para exportação, começando a ocupar sistematicamente vários lugares na capitania do Maranhão, sobretudo, próximos a rios, rios como o Itapecuru que cortava uma boa parte do Maranhão.

Nesse sentido, diferentes fazendeiros começaram a produzir o arroz nas proximidades dos rios e lugares com alta pluviosidade, locais como a baixada maranhense, região noroeste da capitania maranhense. O investimento inicial da companhia, antes de sua falência, e a sistemática supervisão dos governadores parece ter alçado a produção colonial do arroz aos níveis produzidos em 1788 e por toda a década de 1790. Sendo assim, o arroz ocupava um valor significativo no quadro de exportação do Estado do Maranhão e Piauí ainda em fins do século XVIII, junto do algodão que, apesar de produzido em menor volume anual, possuía o prestígio da venda para o mercado têxtil. De qualquer forma, ambos, o arroz em volume, o algodão em prestígio, prefiguravam na produção colonial do estado e

3. Carta de 24 de dezembro de 1770. Livro de Registros das Cartas enviadas por Governadores. Nº 11. SECRETARIA DE GOVERNO DO MARANHÃO. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.

isso era comentado por diferentes indivíduos ligados à administração colonial no final do século.

Guiné e a rizicultura para o norte da América Portuguesa

Raimundo José de Sousa Gaioso, naturalizado português, chega ao Maranhão em 1787. Não era um administrador regional, mas possuía forte proximidade com os governadores coloniais e era um grande fazendeiro que se entendia enquanto um “lavrador”. Enquanto tal, um agricultor reconhecido, além de dono de terras e moradas na cidade de Itapecuru, junto à ribeira do rio, principal localidade de produção do arroz que era exportado pelo estado, escreveu o livro *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura do Maranhão* que foi publicado em 1818, após sua morte.

Conforme o agricultor, produzia-se por todo o território o algodão e, especialmente, o arroz: na chamada “baixada”, com ênfase em Alcântara; na ribeira dos rios, em especial, a vila ribeirinha de Itapecuru; e, assim por diante; destacando “o prodigioso augmento que tem tido os dous Generos mais importantes da lavoura do paiz, isto he o arros, e algodão” (GAIOSO, 1818, p. 218). Ele correlaciona a continua produção dos gêneros à intervenção do Estado, sobretudo do Estado regido pelo “muito alto, e muito poderoso senhor Rey de Portugal, DOM JOSÉ PRIMEIRO, verdadeiro creador da lavoura, e do commercio desta capitania” (GAIOSO, 1818, p. 1) e, sobretudo, à presença significativa de trabalhadores de Guiné, ou mais especificamente, da Alta-Guiné. A profunda relação entre a produção da lavoura e estes escravos específicos parece tão forte que o aumento do preço desses trabalhadores prejudicam a imediata produção, já que a “escravatura desta nação he mais cára do que a de Angolla , e costa da Minna”, conforme Gaioso, que continua:

Não ignoro tambem que a escravatura está hoje mais cara, do que no tempo da Companhia Geral do Commercio, tanto porque os effeitos que o gentio péde por cabeça de escravo que vem a vender a Bissáo, Caxeo, Zinquixor, Farim, etc.tem crescido de valor , como porque tambem elle tem adquerido maiores luzes sobre os seus interesses(GAIOSO, 1818, p. 244).

Gaioso dedica certa atenção aos detalhes sobre a região de Alta Guiné, território já conhecido pelos maranhenses desde 1755 quando a famigerada Companhia começara a funcionar e alavancar o território ao mercado de exportação, estreitando um importante elo com o colonialismo português. A falência da companhia e a “esperteza” do africano que “tem adquerido maiores luzes sobre os seus interesses” aparecem como os motivos da carestia sobre a oferta de mão de obra. Parece assim, não ser apenas um comprador rabugento que reclama dos altos preços existentes em sua realidade; ao contrário, revela-se comprador arguto, conhecedor de todo o sistema, tanto no que diz respeito ao cenário da lavoura

local, quanto na identificação dos lugares que ofertam os escravos: as feitorias de Bissau e Cacheu, já antigas enseadas de negociação entre africanos e portugueses; e, as cidades africanas de Ziniquichor que era habitada por uma importante comunidade mercantil de Diolas; e, Farim, próximo à nascente do rio Cacheu, uma imensa feira da costa africana ocidental que funcionava tanto para europeus quanto para africanos. É claro que seu conhecimento existe perfeitamente até aí, desconhecendo parte da historicidade de Guiné que resultara no fortalecimento dos Diolas, comerciantes islamizados da região e o começo da crise do Reino de Kaabu que ruiria por completo na década de 1830, enquanto o principal agenciador de mão de obra escrava para os europeus na região (BARROSO JR, 2009; LOPES, 1999; HAWTHORNE, 2003; GREEN, 2011). De qualquer forma, para o lavrador português, a carestia se deve, primeiramente, ao sistema de oferta de africanos na costa da Guiné; e, mais enfaticamente, aos problemas ocasionados pela ausência de uma estrutura organizacional e monopolista como a da Companhia de Comércio, resultando em problemas com a escravatura e o prejuízo na produção local.

Portanto, a companhia havia aberto os elementos essenciais para a produção da lavoura no Maranhão e alicerçado uma profunda relação entre duas margens do Atlântico, a região norte da América Portuguesa e a África Ocidental. Apesar de seu fechamento na década de 1770, o sistema estruturado pela companhia monopolista possibilitava a conexão entre o mercado fornecedor na África e o mercado consumidor de trabalhadores africanos no Maranhão.

A comercialização de cativos na região da África Ocidental ofereceu uma quantidade exorbitante de mão-de-obra compulsória para o ocidente graças aos impérios e reinos locais que participavam do tráfico interno. Séculos antes da chegada dos portugueses a costa ocidental da África, tornaram-se, os africanos desta localidade, os primeiros e mais fortes fornecedores de escravos da costa para o tráfico Atlântico. Dentro da África Ocidental encontramos a chamada região da Alta-Guiné que engloba os atuais países de Guiné-Conakri, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Senegal e Gâmbia e era o principal escoadouro das trocas comerciais propiciadas pelo tráfico transaariano durante os séculos XV e XVI. Esta designação surge durante o século XVIII em oposição a Baixa-Guiné (atualmente, Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria e Camarões) para tornar mais específico o local dos portos e feitorias cada vez mais numerosos na imensa extensão territorial da famigerada Guiné que identifica toda a costa africana até a região de Angola. (OLIVEIRA, 1997, p. 39)

As embarcações do mundo Atlântico que navegavam pela costa do continente, sobretudo as embarcações do tráfico Atlântico de escravos, necessitavam cada vez mais precisar os territórios de navegação onde aportavam e, portanto, as cartas náuticas do século XVIII tornam-se cada vez mais precisas. Com as necessidades

ideológicas existentes e inerentes ao tráfico de escravos no Atlântico e com a necessidade de tornar mais específico as localidades do tráfico, esta região começou a assim ser denominada Alta-Guiné em detrimento da Baixa-Guiné. Alguns mapas europeus do século XVIII já usavam estas expressões, apesar de não dimensionarem da mesma forma a extensão territorial dos espaços da Guiné, o mapa do cartógrafo francês Guillaume Delisle no seu livro intitulado *The Map of the Continents* de 1700 e outro dos aventureiros E. Bowen e D. Anville Large de 1766. Apesar das diferenças territoriais delimitadas pelos mapas em questão permanece a inquestionável localização da Alta-Guiné ao norte da Baixa-Guiné. (SOARES, 2000, pp. 42-44; OLIVEIRA, 1997, p. 39)

A Alta-Guiné era uma região entrecortada por vários rios (Nunez, Gâmbia, Senegal, Cacheu, etc) formando um extenso território de mangue limitado a oeste por um imenso planalto rochoso, o Futa-Jalon (Fouta-Djallon; Fuuta-Jalon). Pequeno território com farto fornecimento de escravos que será conhecido como “a fronteira escrava”. (HAWTHORNE, 2010)

A região além de conhecida pelo fornecimento de escravos, também possuía a alcunha de “costa do arroz” em virtude de um peculiar tipo de arroz cultivado na região da África Ocidental que tem “crescido na região por milhões de anos” (HAWTHORNE, 2001, p. 8), um tipo de arroz nomeado como *Oryza Glaberrima*, o arroz africano cultivado pelos *guinés*, como eram denominados nos registros paroquiais os africanos oriundos dessa região. Esse arroz africano possuía uma coloração avermelhada e era cultivado em regiões com uma menor pluviosidade anual. Somado a esse cultivo local de um cereal nativo, foi introduzido no começo do século XVI, através das experiências de trocas proporcionadas pelo Atlântico, uma segunda espécie de arroz, o *Oryza Sativa*, de origem asiática. Essa introdução, por sua vez, foi lenta e com uma profunda resistência local por parte dos *guinés*. Assim como no Maranhão, a implantação do arroz asiático, ou melhor do Arroz de Carolina, como identificado nas cartas de governadores do século XVIII, não foi bem aceito pelos lavradores africanos da fronteira escrava, sendo necessário a interferência dos lusoafrianos de Cabo-Verde que possuíam profunda empatia com os *guinés*, bem como o apoio dos *Diulas*, comerciantes *locais* que incentivaram a produção do arroz asiático junto aos Rios Cacheu e Casamance.

Tanto no Maranhão como na Alta-Guiné a produção do arroz asiático enfrentou a resistência de uma classe de trabalhadores locais que priorizavam seus costumes locais baseados em premissas alimentares e nas lógicas do comércio interno, elementos de recusa para com o colonialismo. Após superar a resistência inicial que persistiu até o final do século XVII e o começo do XVIII, iniciou um processo de produção africano do arroz asiático na África Ocidental com as técnicas já constantemente usadas com o arroz africano, bem como o

uso de instrumentos africanos como os *kebinde* (instrumentos de madeira até o século XIII ou de ferro no século XIX muito utilizado pelos *guinés* para o arado). Essas técnicas e as ferramentas utilizadas pelos *guinés* tornaram-se relativamente conhecidas no sistema atlântico e os africanos oriundos dos portos e feitorias portuguesas de Cacheu e Bissau, foram reconhecidos como exímios cultivadores de cereais. (CARNEY, 2004; HAWTHORNE, 2001)

Apesar da comercialização do cereal em diferentes partes do continente (grças a existência do tráfico transaariano) as condições inerentes para a construção das técnicas e dos instrumentos empregados possuíam uma estreita relação com o espaço exclusivo da produção original do arroz na região da África Ocidental com os *guinés*, que elaboraram três técnicas diferentes de produção do arroz. A primeira era aplicada próximo a rios que durante a temporada de chuvas costumavam alagar suas margens propiciando um terreno fecundo para a produção. A segunda técnica diz respeito a criação de pequenos diques para controlar o fluxo da água na irrigação do plantio. E, por último, o arroz de *mangrove*, cultivado próximos a regiões de mangue (ou mesmo dentro do mangue), lixiviando o solo, retirando o sal em excesso, posteriormente consumido e vendido ao tráfico transaariano (HAWTHORNE, 2001, p. 9).

O envolvimento do *guiné* com o cultivo do arroz é conhecimento corriqueiro no Mundo Atlântico, justificando o envio de inúmeros africanos dessa região para trabalhar na colheita do arroz tanto do Maranhão, quanto da Carolina do Sul. Jornais do último quartel do século XVIII, periódicos como o *South Carolina Weekly Gazette* divulgavam anúncios de companhias do tráfico de escravos procedentes da Alta-Guiné, mais especificamente da feitoria de *Bathurst* na saída do rio Gâmbia, aproximadamente 90 quilômetros de distância da embocadura do rio Cacheu. Em primeiro de janeiro de 1786, o anúncio do Navio Mentor do capitão William Lyttieton destacava a venda no porto de Motte de escravos de guiné, através do qual enfatizava que “os negros dessa parte da costa da África são bem instruídos com o cultivo de arroz e são naturalmente trabalhadores.” (ELTIS; RICHARDSON apud BARROSO JR, 2011)

Regiões como Carolina do Sul e Maranhão que produziam e exportavam grandes volumes de arroz precisavam de trabalhadores qualificados que pudessem otimizar o cultivo do cereal. Os escravos *guinés* eram importantes nessa lógica, não escravos de Angola, Mina ou outras regiões africanas. As cartas dos três governadores do norte da América Portuguesa já aqui mencionados, Joaquim de Melo e Povoas, Antonio Sales Noronha e José Teles da Silva, reportam tanto a importância do arroz, quanto o impacto positivo dos trabalhadores de *guiné* para a rizicultura.

A entrada de africanos de outros portos era normal, tanto de portos africanos, quanto de portos do Estado do Brasil. A prioridade, claro, eram escravos oriundos das feitorias de Cacheu e Bissau na África Ocidental. Em 31 de dezembro

de 1785, o Governador José Telles reclamava em uma de suas cartas sobre a chegada de embarcações ao Maranhão oriundas do Estado do Brasil, procedentes das capitânicas de Pernambuco e Bahia, carregados da “Escravidão que he o peor, que vem a esta Colonia, já Refugio”, desprezados pelos senhores pernambucanos e baianos, “aquelles maos e velhacos”, “que os senhores não querem concervar” e a enviavam para “vender nesta Capitania e no Pará de modo que os escravos que trazem as ditas sumacas ou são inficionados de doença [...] e de bexigas, mal cruel e mortifero neste clima, ou [ainda] ladroens mal feitores, que vem exercer os seus vicios e cometer crimes”⁴ nas capitânicas do norte.

Governadores e fazendeiros do Maranhão entendiam que os escravos originários de outras localidades possuíam doenças e uma índole duvidosa, pendendo para os vícios e a criminalidade. Essa caracterização moral do escravo expõe uma crença corrente sobre os arquétipos dos cativos com base na sua localidade de origem, sua nação. Em Minas Gerais, por exemplo, “os ‘minas’ eram considerados trabalhadores melhores, mais resistentes às doenças e mais fortes que os escravos angolanos”, de tal forma que em 23 de fevereiro de 1726 o vice-rei do Brasil, Vasco Fernandes de Meneses, o famoso Conde de Sabugosa, relatou ao rei que “os escravos angolanos de fama tinham fala de serem totalmente inadequados para tudo que não fosse trabalho doméstico.” (RUSSEL-WOOD, 2005, p. 169)

Assim como o Conde Vasco Fernandes fez com os angolanos, José Telles da Silva “rebaixa” a qualidade dos escravos oriundos das paragens brasileiras que eram na realidade, em sua maioria, oriundos de Angola e Mina. Por dois motivos, o primeiro, mais evidente, por serem escravos provenientes do Estado do Brasil, fonte diferente daquela usualmente adotada na capitania. O segundo motivo, menos evidente e mais argumentativo, o caráter dos escravos (provavelmente angolanos), classificados como “ladroens mal feitores, que vem exercer os seus vícios e cometer crimes”. O primeiro ponto, fruto da lógica de produção mercantilista da qual os governadores são os principais responsáveis pelo seu exercício; o segundo, tendencioso e altamente apelativo, elemento alusivo que tentava racionalizar a existência dos grupos africanos segundo arquétipos morais de classificação. Havia, portanto, na lógica de José Telles dois tipos de escravos: “os bons” advindos de Cacheu e regiões próximas e aquilo que poderíamos chamar de “maus escravos” por serem oriundos de regiões mais ao sul na África, como Angola.

Contudo, em nenhum momento da narração José Telles da Silva faz qualquer menção aos defeitos dos angolas e minas, apenas se limita a afirmar o prejuízo para o comércio local dos escravos advindos da Bahia e Pernambuco. A questão relevante neste caso é a preferência do governador por uma “nação” de escravos

4. Carta de 31 de dezembro de 1785. Livro de Registros das Cartas enviadas por Governadores Nº 13. SECRETARIA DE GOVERNO DO MARANHÃO. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.

em detrimento de outras. Sem dúvida alguma, sua argumentação enfeitava deliberadamente as qualidades dos *guinés* numa apologia mercantilista do tráfico de escravos praticado através do Contrato de Cacheu, um contrato monopolista que dominava o fornecimento em Cacheu e Bissau, bem como o consumo no Maranhão.

Esse contrato foi formalizado por volta de 1775 (junto ao fechamento da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão) especialmente voltado para a comercialização de cativos entre o Estado do Maranhão e Piauí e os portos de Bissau e Cacheu. Por causa deste contrato o governador desmerece a mão-de-obra cativa oriunda de outros portos que não esses dois (Bissau e Cacheu) e excessivamente mistifica os *guinés*. A intenção era apontar e dismantelar os concorrentes baianos e pernambucanos que praticavam o tráfico de escravos para o Maranhão, responsabilizando-os pela possível queda da agricultura local em virtude de um fornecimento de mão de obra precária que poderia corromper a “sadia” mão de obra da Alta-Guiné, denunciando-os à corte portuguesa.

Estas reflexões me parecem dignas da consideração de V. Excia que com as suas grandes luzes, pode prever a ruína que rezulta o Comercio das Sumacas nesta Colonia, não levando della mais que o dinheiro e [...] julgo que he da minha obrigação apresentar a V. Excia todos os inconvenientes que já se experimentão delle para V. Excia os fazer presente a S. Magestade para a mesma Senhora dar a providencia que julgar efficazes para o bem desta Colônia, e seu augmento e para evitar os prejuizos que nella se devem experimentar, se for faltando o dinheiro, pois que não so a Agricultura ficará dentro de pouco tempo a Recinada [sic], mas o mesmo contrato de Escravatura de Cacheu e companhia extincta do Comercio sofrerão na falta de pagamos das dividas concideraveis que aqui se estão devendo [...]⁵

Os contratos individuais eram muito praticados pelo comércio português antes do período pombalino fornecendo escravos de uma determinada região da África para um território específico da América Portuguesa, montando um suporte efetivo na costa africana através da relação amistosa com os régulos locais. Os contratadores eram responsáveis pela construção de feitorias e praças de comercialização de produtos com os nativos e da construção de um suporte de recebimento e fornecimento de provisões e produtos para os navios traficantes. Durante a administração do Marquês de Pombal o direito de monopólio sobre algumas regiões tornou-se das companhias de comércio, objetivando maximizar os ganhos dos envolvidos e da metrópole. Com a falência da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão e a construção do Estado do Maranhão e Piauí, a solução para ausência de um poder monopolista como da companhia foi o retorno aos contratos que continuassem a abastecer o novo território recém criado, ao exemplo do Contrato de Cacheu. O contrato, desta forma, ao retornar após o colapso da companhia de comércio, nesta rota do tráfico, ficou responsável

5. Carta de 31 de dezembro de 1785. Livro de Registros das Cartas enviadas por Governadores Nº 13. SECRETARIA DE GOVERNO DO MARANHÃO.ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

pela manutenção do tráfico entre a Alta-Guiné e o meio-norte da América Portuguesa, sob a provável tutela e responsabilidade do governador local, José Telles. O Contrato de Cacheu dava bases argumentativas ao governador José Telles da Silva, sim, pois a concorrência estava em contradição ao monopólio, e tornava por consequência, menos rentável o comércio da mão-de-obra escrava, oriunda da Alta Guiné, vital a lavoura de arroz no Maranhão.

Conclusão

Ao final do século XVIII, o Maranhão já possuía uma produção em larga escala de arroz e algodão espalhados por toda a capitania e entornos da capitania vizinha, São José do Piauí. Os rios eram assim usados como frente de devassamento no processo colonial, cultivo da lavoura para a exportação e escoamento dessa produção. Se na década de 60 a produção do arroz era pequena, incipiente e contava com a resistência inicial dos pequenos agricultores da região; ao final do século XVIII, em virtude do investimento, estratégia e controle dos administradores coloniais a produção se espalhou por mais de 30% da capitania maranhense.

Isso era um avanço significativo embutido numa lógica interna de crescimento colonial, que fazia parte de uma política instituída a partir do governo de Pombal. Economia política que preparava o território para o incremento do mercantilismo português e a participação do local no cenário mundo. O que implicava em escolhas de produtos agrícolas que pudessem alavancar o comércio colonial no mundo ultramarino a partir da política portuguesa ou, ainda, na inserção e manutenção de produtos e produções que pudessem resultar em altos volumes para a exportação. Os administradores coloniais, em busca de mercês que pudessem contemplar seus anseios de retorno à metrópole ou de ocupar melhores cargos, procuravam novas formas de explorar o território colonial por meio de produtos que poderiam já existir na localidade ou que poderiam ser oriundos de outras regiões do globo como um arroz africano, ou mais especificamente um arroz asiático, o arroz de Carolina.

Todos os governantes e administradores coloniais, bem como os grandes proprietários locais entendiam que o resultado positivo no cultivo do arroz de Carolina só poderia ser alcançado com o uso de trabalhadores procedentes da Costa do Arroz, eles aludiam que os *guinés* da África Ocidental, possuíam conhecimentos técnicos suficientes para a rizicultura no Maranhão. Esses fazendeiros e governantes, portanto, participavam de uma lógica comercial inexorável que vinculava volume na colheita e lógicas de trabalho que priorizavam um grupo específico de trabalhadores africanos, um grupo constituído pela lógica do tráfico de escravos no sistema Atlântico. Em suma, na lógica desses representantes da autoridade portuguesa, o plantio de arroz no Maranhão só alcançaria o sucesso esperado com os *Guinés* da África Ocidental.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. *Ideologia da decadência*. Leitura Antropológica a uma história de agricultura no Maranhão. Rio de Janeiro: Editora Casa 8/ Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

ALMODOVAR, António; CARDOSO, José Luís. *A history of portuguese economic thought*. London: Taylor and Francis e-Library, 2001.

AMARAL, José Ribeiro de. *Ephemerides Maranhenses* (Datas e Factos Mais Notaveis da Historia do Maranhão) 1ª parte – Tempos Coloniaes (1499-1823). Maranhão: Typogravura Teixeira, 1923. Setor de Obras Raras da Biblioteca Publica Benedito Leite – Maranhão.

ASSUNÇÃO, Matthias Röhrig. “Exportação, mercado interno e crises de subsistência numa província brasileira: o caso do Maranhão, 1800-1860”. In: *Dinero y negocios en la historia de América Latina*. Vervuert – Iberoamericana, 2000.

BARROSO JUNIOR, Reinaldo dos Santos. *Nas rotas do atlântico equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800)*. Dissertação para conclusão de mestrado em História: UFBA, 2009.

_____. “O ARROZ DE VENEZA E OS TRABALHADORES DE GUINÉ: A lavoura de exportação do Estado do Maranhão e Piauí (1770-1800)”. In.: *Outros Tempos*. Volume 8, número 12, dezembro de 2011.

CAMPOS, Marize Helena de. *Senhoras donas: economia, povoamento e vida material em terras maranhenses (1755-1822)*. Tese de doutorado. FFLCH- USP, 2000

CABRAL, Maria do Socorro C. *Caminhos do Gado: Conquista e Ocupação do Maranhão*. MA, SECMA, 1992.

CARDOSO, José Luis; CUNHA, Alexandre Mendes. “Enlightened reforms and Economic Discourse in the Portuguese-Brazilian Empire (1750-1808)”. In.: *History of Political Economy*, 44:4. Duke University Press, 2012.

CARNEY, Judith. “‘With Grains in Her Hair’: Rice in Colonial Brazil.” In *Slavery and Abolition*, Vol. 25, No. 1, April 2004, pp. 1-27.

_____. *Black Rice: the African origins of rice cultivation in the Americas*. Massachusetts: Harvard University Press, 2001.

CHAMBOULEYRON, Rafael. “Escravos do Atlântico Equatorial: tráfico negreiro para o Estado do Maranhão e Pará (século XVII e início do século XVIII)”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, V.26, nº 52, p. 79-114. 2006.

CHAPLIN, Joyce. “Tidal Rice Cultivation and the Problem of Slavery in South Carolina and Georgia, 1760-1815”. In.: *The William and Mary Quarterly, Third Series*, Vol. 49, No. 1 (Jan., 1992), pp. 29-61.

COCLAINS, Peter. “Distant Thunder: The Creation of a World Market in Rice and the Transformations It Wrought”. In: *The American Historical Review*. Vol. 98, No. 4 (Oct., 1993), pp. 1050-1078.

_____. “The Poetics of American Agriculture: The United States Rice Industry in International Perspective”, In.: *Agricultural History*, Vol. 69, No. 2, [Agribusiness and International Agriculture](Spring, 1995), pp. 140-162.

CORRÊA, Helidacy Maria Muniz. *Para aumento da Conquista e Bom Governo dos Moradores: o papel da câmara de São Luís a conquista, defesa e organização do território (1615-1668)*. Tese de doutoramento. Niterói: Programa de Pós Graduação em História da UFF. 2011.

_____. *Povoamento, Ocupação e Agricultura na Amazônia Colonial (1640-1706)*. Belém. Ed. Açai. UFPA, 2010.

DIAS, Manuel Nunes. *A companhia geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778)*. São Paulo: Secção Gráfica da USP, 1971.

DUPLESSIS, Robert. “Mercadorias globais, consumidores locais.” In. *Afro-àsia*. Salvador: EDUFBA, 2011.

FARIA, Regina Helena de. *Mundos do trabalho no Maranhão Oitocentista: os descaminhos da liberdade*. São Luís: EDUFMA, 2012.

GAIOSO, Raimundo José de Sousa. *Compêndio Histórico-Político dos Princípios da Lavoura no Maranhão*. Paris, 1818.

HALL, Gwendolyn Midlo. “Cruzando o Atlântico: etnias africanas nas Américas.” In.: *Topoi*. V. 6, nº 10, jan-jun 2005.

HAWTHORNE, Walter. “Nourishing a Stateless Society during the Slave Trade: The rise of Balanta Paddy-Rice production of in Guinea Bissau.” In *The Journal of the African History*, Vol. 42. Nº 1, 2001, pp 1-24.

_____. *Planting Rice and Havertng Slaves – Transformations along the Guinea-Bissau coast, 1400-1900*. Coleção História Social da África. Portsmouth: 2003.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. *Fundação Francesa de São Luís e seus mitos*. São Luís: Lithograf, 2002.

LAGO, Antonio Bernardino Pereira do. *Estatística histórico-geográfica da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

_____. *Itinerário da Província do Maranhão*. São Paulo: Siciliano, 2001.

LIBERATO, Carlos Franco. “Bissau (1765 –1846): de factoria a enclave português.” In.: *Anais do X Congresso Internacional – Cultura, Poder e Tecnologia: África e Ásia face à Globalização*. 2007.

LISBOA, João. *Crônica do Brasil Colonial: apontamentos para a História do Maranhão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976.

LOPES, Carlos. *Kabunké: Espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos portugueses, 1999.

_____. “O Kaabu e os seus vizinhos: uma leitura espacial e histórica explicativa de conflitos”. In. *Afro-Ásia*, 32, 2005, pp. 9-28.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves. *Memória histórica e documentada da Revolução da Província do Maranhão desde 1839 até 1840*. São Paulo: Siciliano, 2001.

MARK, Peter. ““Portuguese” architecture and luso-african identity in Senegambia and Guinea 1730-1890.” In: *History in Africa*, Vol. 23, 1996, pp. 179-196.

MEIRELES, Mario. *Dez estudos históricos*. São Luís: Alumar, 1994.

- _____. *História do Maranhão*. São Paulo: Editora Siciliano, 2001.
- _____. *Pequena História do Maranhão*. São Luís: SECMA, 1970.
- MEIRELES, Marinelma Costa. *Tráfico transatlântico e procedências africanas no Maranhão setecentista*. Dissertação de Mestrado: UNB, 2006.
- MOTA, Antonia da Silva. “Família e Fortuna no Maranhão Setecentista.” In: COSTA, Wagner Cabral (org.) *História do Maranhão: novos estudos*. São Luís, EDUFMA, 2004.
- MOTA, Antonia da Silva; MANTOVANI, José Dervil. *São Luís do Maranhão no século XVIII: a construção do espaço urbano sob a Lei das Sesmarias*. São Luís: FUNC, 1998.
- PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do canbomblé: história e ritual jeje na Bahia*. São Paulo: Editora Unicamp, 2004.
- PÉLISSIER, René. *História de Guiné: portugueses e africanos na Senegâmbia (1841 - 1936)*. São Paulo: Ed. Estampa, 1997.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governos a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- RIBEIRO, Jalila Ayoub. *A desagregação do sistema escravista no Maranhão*. São Luís: SIO-GE, 1990.
- RIBEIRO, Alexandre Viera Ribeiro. “O tráfico atlântico entre a Bahia e a Costa da Mina: flutuações e conjunturas (1683-1815).” In: *Estudos de História*, Franca (SP) v 9, n.2, pp. 11-34.
- RUSSEL-WOOD, John R. *Escravos e libertos no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SHIKIDA, Cláudio D. *Companhias Privilegiadas de Comércio: Um esboço inicial com ênfase em problemas de agência. Artigo 16 do IBMEC – Minas Gerais*. Disponível em: <http://www.ceace.ibmecmg.br/working.htm>. Acesso em: 15 jun. 2007
- SOARES, Mariza. “A “nação” que se tem e a “terra” de onde se vem: categorias de inserção social de africanos no império português, século XVIII.” In.: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 26, nº 2, 2004.
- _____. *Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. “Mina, Angola e Guiné: Nomes d’África no Rio de Janeiro Setecentista.” In.: *Tempo*. Vol. 3 – nº , Dezembro de 1998.
- SOUZA, Marina de Mello e. *Reis Negros no Brasil Escravista – História da Festa de Coroação de Rei Congo*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.
- THORNTON, John. *África e os africanos na formação do mundo atlântico – 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- VERGER, Pierre. *Fluxo e refluxo do tráfico de escravos entre o Golfo de Benim e a Bahia de Todos os Santos dos séculos XVII ao XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.
- VIVEIROS, Jerônimo. *História do Comércio no Maranhão - 1612-1895*. v. 1. São Luís: Lithograf, 1992.

RESUMOS/ABSTRACTS

Rotas de expansão marítima portuguesa e signo de um Timor sândalo com gente de culturas

Neste texto revisitam-se os signos de expansão marítima portuguesa em busca dos tesouros nas terras de além-do-mar. Pioneirismo temporal, dispersão, espacial, pluralidade civilizacional e universalidade cultural, são signos caracterizadores da expansão marítima portuguesa. É portanto, na sua expansão marítima, Portugal conseguiu ocupar as posições estratégicas nas terras da África, da Ásia e da América Latina, graças de novas tecnologias de navegação, como o aperfeiçoamento da bússola e a modernização da cartografia. É a inovação de uma gradeamento de rotas que faz florescer transferências e trocas de mercadorias e de negociações culturais nas regiões do globo. Descobriu-se, desta forma, os caminhos alternativos para as regiões atlânticas e africanas, Oriente e Pacífico. Naturalmente. Timor sândalo, foi visitado por um Junco Malaio em 1514, aliás, antes desta, já havia outra visita feitas pelos mercadores e missionários portugueses em 1512, embora só de passagem. Contudo, a questão que se coloca aqui é: porque é que Portugal, ou melhor dizendo, Europa decidiu fazer uma expansão marítima? Será que o sândalo que trouxe Portugal à Ilha de Timor? Será que Timor Sândalo foi ilha da gente de culturas? Que futuro do sândalo em Timor?

Palavras-chave: história, rotas, signos, expansão marítima portuguesa, Timor Sândalo, cultura timorense.

Portuguese maritime expansion routes and sign of a Sandalwood Timor with folk cultures

This text is revisiting the Portuguese maritime expansion signs in search of treasures in the land beyond the seas. Pioneering temporal dispersion, space, civilizational pluralism and cultural universality, are characterizing signs of the Portuguese maritime expansion. It is therefore, in its maritime expansion, Portugal managed to occupy strategic positions in the lands of Africa, Asia and Latin America, thanks to new navigation technologies such as the improvement of the compass and the modernization of cartography. Is innovation a railing routes that do flourish transfers and exchanges of goods and cultural negotiations in the regions. It turned out this way, alternative paths for the Atlantic and African regions, East and Pacific. Naturally. Timor sandalwood, was visited by a Malaysian Junco in 1514, in fact, before this, had another visit made by merchants and Portuguese missionaries in 1512, although only in passing. However, the question that arises here is: why Portugal, or rather, Europe decided to make a maritime expansion? Does the sandalwood that brought Portugal to the island of Timor? Does Timor Sandalwood was island folk cultures? What sandalwood future in Timor?

Keywords: history, routes, signs, portuguese maritime expansion, Timor Sandalwood, timorese culture.

Vicente Paulino

O azeite de baleia e a rota direta entre o Rio de Janeiro e os Açores nos finais de setecentos e início de oitocentos

Este artigo estuda a importância do subarrendamento do contrato do azeite de baleia, pelo micaelense Nicolau Maria Raposo e seus sócios, ao contratador geral do reino Inácio Pedro Quintela, na economia açoriana. Na verdade, este subarrendamento permitiu, por

um lado, abrir uma rota direta deste produto entre o Rio de Janeiro e os Açores, desenvolvendo assim as ligações e redes mercantis entre as duas regiões e, por outro, foi importante para uma maior ligação mercantil entre os negociantes de grosso trato micalenses e os das outras praças açorianas.

Palavras-chave: contrato régios, azeite de baleia, Açores, Brasil, mercadores e contratadores.

The whale oil and the direct route between Rio de Janeiro and Azores at the end of seven hundred and begin of eight hundred

This article studies the importance, at the Azorean economy, of the sublease of the olive oil whale contract by Nicolau Maria Raposo from S. Miguel island and his, to Inácio Quintela, royal general contractor. Indeed, this sublease allowed, on one side, to open a direct route of this product between Rio de Janeiro and the Azores, developing consequently the connections and trade networks between both regions. On the other side, it was important for a bigger commercial connection between the merchants of S. Miguel island and those of the other Azorean centers, developing for this reason the inter islands trade.

Keywords: royal contracts, whale oil, Azores, Brazil, merchants and contractors.

Margarida Machado

S. Tomé e Príncipe nas rotas do cacau: consequências e gestão de espaços rurais e urbanos no tempo pós-colonial

S. Tomé e Príncipe, ilhas situadas no Golfo da Guiné ascenderam à independência em 12 de Julho de 1975. Passados quarenta anos sobre esse acontecimento, as mesmas confrontam-se com inúmeros problemas no processo de construção do seu desenvolvimento, nomeadamente, as assimetrias entre os espaços rurais e urbanos marcados pelas antigas roças coloniais que chegaram a ocupar 90% do espaço territorial com a sua infra-estruturação senhorial e baseada em leis repressivas na gestão de mão-de-obra expatriada, fundamentalmente das antigas colónias portuguesas; foi através desses espaços imponentes que as ilhas foram mundialmente conhecidas com a existência do superavit cacauero. Outros espaços foram as diversas localidades e vilas, algumas delas transformadas, no primeiro quinquénio da independência, em cidades, até hoje, com poucas ou más infra-estruturas, tais como redes viárias, instalações sanitárias, educacionais, fabris, entre outras, provocando uma forte pressão sobre a cidade de São Tomé, capital do país. Apesar dos vários projetos de desenvolvimento a economia santomense continua a ter característica primária e dual, teoricamente sustentadas por Arthur Lewis e Hollis Chenery.

Palavras-chave: espaços rurais, espaços urbanos, assimetrias, especialização primária, dualismo económico.

Sao Tome and Principe on cacao routes: consequences and management of rural and urban spaces

Sao Tome and Principe, two islands located in the Gulf of Guinea, which was granted to the independence on July 12, 1975. Forty years later, these islands are faced with countless difficulties in the process of building a stage of development, namely, the

asymmetries amongst rural and urban spaces patent by the ancient countryside colonies that reached 90% of the territorial space with his manor infrastructures and based on repressive laws for expatriated workforce management, essentially from the past Portuguese colonies; it was through of those imposing spaces that the islands were globally known for the existence of the surplus of cocoa tree. Others spaces were the several locations and towns, some of them transformed, in the first five years period of the independence, in cities, until today, with little or no infrastructures, such as roads, sanitary facilities, education, industrial, among other, applying a strong pressure on the city of Sao Tome, the capital of the country. In spite of the several development projects, the economy of Sao Tome and Principe continues to have a primary and dual characteristic, academically sustained by Arthur Lewis and Hollis Chenery.

Keywords: rural spaces, urban spaces, asymmetry, primary specialization, economic dualism.

Maria Nazaré Ceita

A rota africana da expansão marítima portuguesa e o interesse comercial pelo reino do Ndongo no século XVI

Este texto pretende analisar os contactos mantidos entre a coroa portuguesa e o Ngola do Ndongo, no início do século XVI, ou seja, nos primórdios da ocupação deste território por parte dos portugueses, com recurso à documentação da época e que mostravam que para além de outras componentes, as expedições marítimas portuguesas pretendiam resgatar escravos mas fundamentalmente aceder às riquezas materiais existentes no referido reino, principalmente minerais preciosos como a prata. O texto analisa também de forma mais extensiva, sustentando-se em informação histórica documentada, o mito da existência de prata no território Ndongo, alimentado por uma estratégia interpretativa, procurando explicar as principais razões dessa procura.

Palavras-chaves: expansão, contactos, interesse, comércio, prata.

African route of portuguese sea expansion and the commercial interest in the kingdom of Ndongo in 16th century

This text intends to analyze the contacts made between the Portuguese crown and the Ngola of Ndongo, in the beginning of the XV century, thus in the beginning of the Portuguese occupation of this territory, supported by documentation from that period that showed that besides other components, the Portuguese sea expeditions pretended to trade slaves but fundamentally to accede to the material recourses of the referred kingdom, manly precious minerals like silver. The text analyses too, in a more extensive way, supported by documented historical information, the myth of the existence of silver in the Ndongo territory, feed by an interpretative strategy, trying to explain the main reasons of that search.

Keywords: expansion, contacts, commerce, interests, silver.

Odílio Fernandes

Veredas dos livros: América ibérica e Europa, séculos XVI-XVIII

Nas rotas atlânticas, juntamente com escravos e açúcar também circularam manuscritos e impressos de diversos géneros. Apesar de seu valor comercial insignificante, parte

considerável dos livros divulgava a cultura judaico-cristã e foi usada principalmente na conversão dos nativos ao catolicismo. Outros textos, meio de veiculação de informações geopolíticas estratégicas, contribuiu a salvaguardar o Brasil como domínio ibérico, além de ter colaborado para a intensificação do fluxo de homens e produtos. Graças aos registros parciais sobre os livros no Brasil, principalmente nos séculos XVI e XVII, sabemos que algumas bibliotecas jesuítas tiveram grande importância, como é o caso da biblioteca do Rio de Janeiro, somava quinze mil volumes já no século XVII. Apesar da riqueza de algumas coleções, iguais às da Europa no mesmo período, conhece-se pouco as veredas dos livros enviados para a América Ibérica no período colonial.

Palavras-chave: livros, política, comunicação escrita, Brasil.

Books routes: Iberian America and Europe, 16th-18th century

In the Atlantic routes, along with slaves and sugar also circulated manuscripts and printed from various genres. Despite its negligible commercial value, a considerable part of the books disclosed the Judeo-Christian culture and was used primarily in the conversion of the natives to Catholicism. Other texts, means of delivery of strategic geopolitical information, contributed to safeguard Brazil as Iberian domain, and have contributed to the increased flow of slaves and products.

Thanks to partial records on the books in Brazil, especially in the 16th and 17th centuries, we know that some Jesuits libraries had great importance, such as the Library of Rio de Janeiro, totaled fifteen thousand volumes already in the 17th century. Despite some rich collections, equal the European libraries in the same period, little is known about the paths (as veredas) of books sent to the Iberian America in the colonial period.

Keywords: books, politics, write communication, Brazil.

Mariana Sales

Rotas de saberes entre Europa e américas e a edição de livros técnicos de agricultura no mundo luso-brasileiro do século XVIII e início do século XIX

O texto objetiva refletir sobre a circulação de saberes entre Europa-América, ao final do século XVIII e início do século XIX, e o papel de Frei José Mariano da Conceição Veloso como divulgador de saberes para estimular a economia rural do mundo português, editando, em Lisboa, manuais técnicos de agricultura destinados à divulgação na América portuguesa. À luz de propostas econômico-políticas iluministas, ele elabora um projeto editorial, conjugando matrizes de conhecimento agrícola e de história natural europeias com os interesses econômicos da Monarquia portuguesa. Associa tais saberes a uma realidade “brasileira” que ele conhece e elege como alvo, construindo uma rota de conhecimentos agropecuários entre, de um lado, as experiências de produção dos países da Europa central e de suas colônias na América do Norte e Central e, do outro, a realidade do Brasil.

Palavras-chave: saberes agrários; livros técnicos; agricultura; circulação de livros.

Routes of knowledge between Europe and America and the circulation of agricultural manuals in the European and Luso-Brazilian world at 18th and 19th century

This text reflects upon the circulation of knowledge between Europe and the Americas at the end of the eighteenth and beginning of the nineteenth centuries and on the role of

Friar José Mariano da Conceição Veloso as a proponent of using proven techniques in order to stimulate the rural economies throughout the Portuguese world. In Lisbon Veloso published technical manuals that were destined for distribution to readers in Portugal's American colony. Inspired by Enlightenment political economy, Veloso developed a project of publications that conjugated European natural history and agricultural knowledge with the economic interests of the Portuguese monarchy. His familiarity with "Brazilian" reality and a desire to improve conditions there led Veloso to suggest ways of conveying and applying agricultural know how accumulated in other Europe countries and their Central and North American colonies to Portuguese America.

Keywords: agrarian know how, technical manuals, agriculture, circulation of books.

José Newton Meneses

Mercadores italianos na Lisboa de quinhentos. Redes comerciais e estratégias mercantis

O século XVI, com a expansão ultramarina, abriu as portas para um comércio de longa distância cuja aprendizagem já se tinha manifestado no século anterior. Os mercadores estrangeiros que trabalhavam em Lisboa, entre os quais os italianos constituíam um grupo importante, criaram circuitos comerciais que foram adaptando às circunstâncias políticas e económicas. Assim, ao longo do século, assiste-se à criação de redes comerciais heterogêneas que mantiveram nas suas mãos os mais frutuosa contratos com a Coroa portuguesa.

Palavras chaves: mercadores italianos, expansão portuguesa, redes comerciais.

Italian merchants at 16th century Lisbon. Commercial networks and market strategies

In the 16th century the Portuguese overseas expansion led to the development of a long distance trade that benefited from a commercial experience that took place in the previous century. Foreign merchants operating out of Lisbon such as the Italians represented an important group in the city. They created mercantile circuits that adapted to different economic and political circumstances. Thus, during the course of the century, heterogeneous commercial networks composed by these merchants came into being: networks through which they managed to control the most fruitful contracts with the Portuguese Crown.

Keywords: Italian merchants; Portuguese Expansion; Commercial networks.

Nunziatella Alessandrini

Mecanismos de governança no comércio do açúcar: Brasil, Portugal e Países Baixos (1595-1618)

A progressiva padronização, universalização e vinculação legal dos costumes mercantis na Europa e em suas colônias no início da Idade Moderna permitiram que as relações entre mercadores e seus agentes ultramarinos pudessem ser controladas por um mecanismo privado baseado em incentivos econômicos e na reputação profissional através de diferentes praças e diásporas. Mesmo que não imprescindível, em transações de maior

valor e menor verificabilidade, preferia-se reforçar aquele mecanismo com outro, fundado na reputação intradiaspórica, em que somavam-se incentivos sociais aos econômicos e a informação fluía em maior volume e rapidez. Ambos os mecanismos privados eram suplementados pelos litígios coercitivos.

Palavras-chave: comércio, diáspora, confiança, instituições, judeus sefarditas, cristãos-novos.

Governance arrangements in the sugar trade: Brazil, Portugal and Netherlands (1595-1618)

At the beginning of the early modern period, mercantile usage became progressively standardized, universalized and enforceable in Europe and its colonies. This process facilitated the relations between merchants and their overseas agents being governed by a private mechanism based on economic incentives and the professional reputation across different marketplaces and social backgrounds. Although not a requisite, in transactions that involved larger amounts and lower verifiability, merchants preferred to reinforce the former with an intradiasporic reputation mechanism, in which social incentives underpinned economic ones, and information flowed at greater volume and speed. Both private mechanisms were supplemented by coercive litigation.

Keywords: trade, diaspora, trust, institutions, sephardic jews, new christians.

Daniel Strum

Fluxos de ouro no século XVIII: grupo mercantil e gestão da distância

Os registos de remessas de ouro do Brasil para Portugal no século XVIII são um repositório inestimável de dados sobre as relações transatlânticas. Neste ensaio exploram-se os registos de cobrança do imposto de 1% sobre cada remessa tendo em vista dois objetivos interrelacionados. Por um lado, conhecer as características sociológicas dos agentes participantes nos fluxos de ouro no período de ascensão da economia mineira. Por outro, identificar as particularidades organizacionais das relações económicas entre Brasil e reino. A gestão do comércio a distância defrontava-se com diversos desafios, sendo o risco decorrente das interações sociais aquele que é aqui avaliado. Estudam-se os mecanismos mais adequados a lidar com problemas de agência e coloca-se a hipótese de que alguns destes mecanismos comportariam melhores resultados que outros, facultando a acumulação de capital e a emergência de certas franjas do grupo mercantil. Entre os indivíduos que melhor lidaram com a “tirania da distância” descobrem-se as origens de alguns dos mais proeminentes negociantes do grupo pombalino. Argumenta-se, portanto, que a gestão do risco decorrente de distribuição assimétrica de informação constituiu um processo seletivo das melhores soluções organizativas, e nessa seleção emerge uma das funções dos comissários volantes, na verdade bem distinta daquela que o Marquês de Pombal atribuiu a estes negociantes.

Palavras-chave: ouro, negociantes, problemas de agência, informação assimétrica, confiança.

Gold routes in the 18th century: merchants and distance management

The records on gold remittances from Brazil to Portugal support different sorts of enquire into the economic relations connecting both margins of the Atlantic in the 18th

century. In this essay we use the records of the 1% levy on each gold remittance in the period of increasing production in the mining regions with two interrelated purposes. On the one hand, each record allows the identification of amounts of gold shipped and agents involved. On the other hand, each remittance depended on the establishment of social ties between Brazil and the kingdom, which often raised agency problems that challenged the endurance of the interaction at stake. The records explored in this research allow the identification of several devices to cope with this kind of hazards. The data draw the conclusion that there were means more effective than others do minimize agency problems. The management of risk and of informational problems helped to select the best solutions to deal with distance, which coincided with the choices of some prominent merchants. In this process, a new role for the itinerant merchants is found (*comissários volantes*), which was quite distinct from the one that the Marquis of Pombal bestowed upon this mercantile function.

Keywords: brazilian gold, merchants, agency problems, asymmetric information, trust.

*Leonor Freire Costa
Maria Manuela Rocha*

Pero Vaz de Siqueira: mercador e armador nas rotas orientais

Pero Vaz de Siqueira era natural de Macau e filho de Gonçalo de Siqueira e Sousa, capitão-de-mar-e-guerra. Era fidalgo-cavaleiro, tendo servido na Armada do Estado da Índia, entre 1657 e 1669. Depois, foi para Macau, onde se fixou e casou com D. Maria de Noronha, pertencente a uma família proeminente da sociedade local e de comerciantes ricos (mercadores). Em 1684, foi enviado de Macau ao Sião pelo Conde de Alvor, Vice-rei da Índia, numa missão com objectivos essencialmente comerciais, que não obteve o apoio do rei siamês, Phra Narai. Ao regressar a Macau, continuou a desenvolver os seus negócios, fazendo viagens para Manila, Sião, Cambodja, Timor, Solor, etc. Além de um abastado mercador e armador, ele foi Capitão-Geral de Macau.

Palavras-chave: Macau, mercador, armador, negócios, viagens.

Pero Vaz de Siqueira: merchant and ship-owner in east routes

Pero Vaz de Siqueira was born in Macau the son of Gonçalo de Siqueira e Sousa, captain-of-the-sea-and-war. He was a gentleman-rider/knight, having served in the State of India Armada, between 1657 and 1669. Afterwards, he went to Macau, where he put up roots and married Dame Maria de Noronha, belonging to a prominent family of local society and rich merchants. In 1684, he was sent from Macau to Siam by the Count of Alvor, Viceroy of India, in a mission with essentially commercial objectives, which did not get the support of the Siamese king, Phra Narai. On returning to Macau, he continued to develop his business dealings, making voyages to Manila, Siam, Cambodia, Timor, Solor, etc. Besides a rich merchant and ship-owner he was General-Captain of Macau.

Keywords: Macau, merchants, ship-owner, business, voyages.

*Leonor Diaz de Seabra
Maria de Deus Manso*

Rota da escravatura e cabo-verdianidade

As rotas da escravatura inserem-se no sistema de mundialização que se estruturou com a expansão europeia do século XV. Estes fatos históricos iniciaram o comércio negreiro transatlântico que resultou da doutrina moderna da escravidão. A escravatura foi um episódio dramático da história da humanidade, devido aos traumas e sofrimentos deixados que envolveram perdas irreparáveis para o continente africano. Ao mesmo tempo, produziu heranças culturais. Para o caso de Cabo Verde, a escravatura acompanhou o nascimento e todo o percurso histórico de uma nova sociedade neste arquipélago, com especificidade própria, a chamada cabo-verdianidade.

Palavras-chave: Cabo Verde, rota da escravatura, herança cultural, cabo-verdianidade.

Slavery route and “cabo-verdeanness”

The slavery routes fit into the globalization system that was structured with the European expansion of the fifteenth century. These historical facts started the transatlantic slave trade that resulted from the modern doctrine of slavery which constituted a dramatic episode in the history of mankind, due to traumas and sufferings involving irreparable losses for the African continent. At the same time, it produced cultural heritages. For the case of Cabo Verde, the slavery accompanied the birth and the whole historic specific process of a new society in this archipelago, i.e. the so-called “cabo-verdeanness”.

Keywords: Cabo Verde, slavery routes, cultural heritage, “cabo-verdeanness”.

Lourenço Gomes

As rotas da Rainha Achivanjila: género e resistência à escravatura no norte de Moçambique, finais do século XIX e princípios do século XX

O eixo principal deste artigo é a resistência feminina contra a escravatura. O estudo demonstra que mulheres como a Primeira Rainha Achivanjila exerceram poder político ao mesmo tempo que participavam activamente na luta contra a escravatura, o comércio de escravos e as imposições do sistema de dominação colonial em África. Achivanjila é o nome da dinastia de rainhas que reinaram na região localizada entre os distritos Mavago and Majune no norte de Moçambique. Presentemente, a dinastia estabeleceu-se em Majune. Duas das características mais marcantes deste reinado dizem respeito ao casamento e à forma de ascendência ao estatuto de rainha. Os casamentos das rainhas Achivanjila realizam-se com os Chefes Mataca e Matola, que se destacam entre os mais influentes líderes da região dos Yao. Os Chefes Mataca e Matola são descendentes do Rei Mataca, fundador da dinastia e do reino Mataca. A descendência das rainhas Achivanjila não deriva “automaticamente” de relações consanguíneas. Pelo contrário, o processo de transmissão da coroa real de uma para outra rainha acontece obrigatoriamente fora do contexto de relações de parentesco que possam eventualmente interligar uma e outra líder da categoria Achivanjila. No processo de descendência, o rei que se encontra no poder, é ele quem escolhe ou obtém por herança, uma mulher que necessariamente não tem qualquer relação de parentesco com a rainha cessante. Através deste método, a mulher escolhida para ser rainha, adquire a identidade Achivanjila. O termo “dinastia” não se aplica a laços da família da mulher escolhida para ser Achivanjila; esta terminologia aplica-se somente à mulher que adquire o título “Achivanjila.” Neste contexto, é imperioso compreender

a criação da dinastia e tradição Achivanjila como resultado das exigências do nível de desenvolvimento da cultura e identidade Yao no contexto global da escravidão e do comércio de escravos da época.

Palavras-chave: Rainha Achivanjila, escravidão, norte de Moçambique.

Routes of Queen Achivanjila: genre and resistance to slavery in northern Mozambique, in the end of 19th and begin of 20th century

Achivanjila is the name of a dynasty of queens who reigned between the districts of Mavago and Majune in northern Mozambique. Today the dynasty settled in Majune, and one important characteristic of this reign concerns marriage. The Achivanjila queens have marital relationships to the Mataca and Matola; those are not only Yao powerful Leaders, but also descendants from King Mataca, the founder of the Mataca dynasty and kingdom. These queens are related to each other without any blood ties or kinship relation. The process of transmitting the throne from one Achivanjila to another does not owe to family relations among them. The reigning king or chief chooses or inherits a woman, who does not descend from the previous Achivanjila. The woman chosen by a Yao Mataca Leader, acquires the name and Achivanjila identity. Therefore, the term “dynasty” does not apply to family ties among the Achivanjila; it is only applicable to the queen who acquires the title “Achivanjila.” It is also imperative to view the creation of the Achivanjila dynasty and tradition as a result of the needs of the Yao culture and identity within the course of development of slavery and slave trade during this time-period. The main focus of this article is female resistance to slavery. This article demonstrates how women such as Queen Achivanjila have used their privileged position as “main wife” to exercise political power and strongly influence the process of emancipation from enslavement. At the same time, they fought against the rules that both colonial and African systems of slavery and slave trade nurtured.

Keywords: Queen Achivanjila, slavery, northern Mozambique.

Benigna Zimba

“Dos progressos que fazem a agricultura”: produção de arroz e trabalhadores da África ocidental para o norte da América portuguesa (1770-1800)

Em meados do século XVIII, foi implantada uma nova política econômica no norte da América Portuguesa através de mudanças na lógica produtiva do modelo de exploração e produção agrícola, bem como na mudança dos “tipos” de trabalhadores na região – de ameríndios para africanos. O Maranhão, uma das principais capitanias da região, obteve diferentes frutos dessa transformação, intensificou a produção do algodão, estruturou a produção do arroz em larga escala e aumentou o volume de entrada de escravos africanos. Pretendemos, assim, a partir da experiência colonial no Maranhão com a política econômica instituída pelos governadores coloniais, delinear a produção da rizicultura no espaço maranhense e sua relação imediata com os trabalhadores africanos durante a segunda metade do século XVIII, especialmente as três últimas décadas.

Palavras-chave: colonização portuguesa, norte da América portuguesa, política econômica.

“From the progress that make agriculture”: rice production and workers from West Africa to the north of Portuguese America (1770-1800)

In the mid-eighteenth century, a new economic policy in the north of Portuguese America through changes in the productive logic of exploitation and agricultural production model was implemented and in “types” of workers in the region - Amerindians to Africans. Maranhão, one of the main captaincies of the region, got different fruits of this transformation, intensified the production of cotton, structured rice production on a large scale and increased the input volume of African slaves. We intend, therefore, from the colonial experience in Maranhão with the economic policies instituted by the colonial governors, to demonstrate the production of rice growing in Maranhão and its immediate relationship with African workers during the second half of the eighteenth century, especially the last three decades.

Keywords: portuguese colonization, north of portuguese America, economic policy.

Reinaldo dos Santos Barroso Junior

AUTORES - BIOGRAFIAS

Benigna Zimba

Benigna Zimba é Professora Associada na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, Moçambique, e Doutorada em História de África pela Universidade de Michigan, EUA. É especialista na área de “Gênero e Mulher” com particular relevo para as temáticas da Mulher e escravatura; Mulher e resistência; e Mulher no Movimento Libertação Nacional em Moçambique. De entre os cargos mais recentes destacam-se o de Vice-Reitora Interina da Universidade Pan-Africana sob a égide da União Africana; e o de Consultora para a Comissão da Verdade & Justiça, bem como do “Museu intercontinental da escravatura” na República das Maurícias. No vasto leque de publicações de sua autoria destacam-se: (i) *A Mulher Moçambicana na Luta de Libertação Nacional: Memórias do Destacamento Feminino* (2013); (ii) *Slave Routes and Oral Tradition in Southeastern Africa* (2005); (iii) *Mulheres invisíveis: Gênero e Políticas Comerciais no Sul de Moçambique* (2003). (bezimba62@gmail.com)

Daniel Strum

Graduado em Economia pela Universidade de São Paulo (USP), mestre e doutor em História pela Universidade Hebraica em Jerusalém, Daniel Strum estuda os mecanismos coercitivos e reputacionais que promoveram a expansão dos mercados no comércio atlântico moderno. Foi pesquisador visitante nos departamentos de Economia em Stanford e de História em Yale. Recebeu o prêmio Clarival do Prado Valladares em história do Brasil, a Hanadiv Fellowship em história europeia (Israel) e as bolsas para doutorado da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Portugal) e do Reitor da Universidade Hebraica em Jerusalém. Seu livro *O comércio do açúcar: Brasil, Portugal e os Países Baixos (1595–1630)* foi publicado em português (Versal) e em inglês (Stanford University Press). Atualmente é professor no Departamento de História na Universidade de São Paulo. (danistrum@gmail.com)

José Newton Meneses

José Newton Coelho Meneses é Professor Associado do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais. Autor dos livros *O Continente Rústico* (2000), *Artes Fabris e Ofícios Banais* (2013), *Uma história da Veterinária* (2012) e *História & Turismo Cultural* (2004). Pesquisa principalmente a História de Minas Gerais nos séculos XVIII e XIX e tem como temas principais de investigação a História cultural da alimentação, os manuais técnicos de agricultura nos séculos XVIII e XIX, os ofícios mecânicos, os elementos materiais da cultura e a interpretação do patrimônio cultural. (jnmenezes@uol.com.br; jnmenezes@gmail.com)

Júnia Ferreira Furtado

Júnia Ferreira Furtado é professora titular no Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG/Brasil) e pesquisador visitante no Departamento de História da Universidade Federal Fluminense. Realizou mestrado e doutorado em História Social na USP, foi pesquisadora visitante nas universidades de Princeton, Stanford, EHESS, Newberry Library, ICS da Univ. de Lisboa, Nova de Lisboa e de Buenos Aires e também Professora Visitante na Universidade de Princeton no primeiro semestre de 2001. Tem vários livros publicados sobre a história colonial de Minas Gerais, entre eles “Chica da Silva e o contratador dos diamantes: o outro lado do mito” (Companhia das Letras, 2003, Menção Honrosa Casa de las Américas 2004), traduzido como *Chica da Silva: a Brazilian slave of the Eighteenth Century*. (Cambridge University Press, 2008); “Homens de Negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas Minas

setecentistas” (Hucitec) e “Diálogos Oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português” (Ed.UFMG) e, mais recentemente, “Oráculos da Geografia iluminista: Dom Luís da Cunha e Jean Baptiste Bourguignon D’Anville na construção da cartografia do Brasil” (Ed.UFMG, 2012, que está no prelo em Chicago University Press), cuja pesquisa recebeu o Prêmio Clarival do Prado Valadares, de 2011, que resultou no livro “O mapa que inventou o Brasil” (Odebrecht/ Versal, 2013), agraciado com o Prêmio Jabuti de 2014, 1º. lugar na categoria de Ciências Humanas. (juniaff@gmail.com)

Leonor Freire Costa

Leonor Freire Costa é docente da Universidade de Lisboa, no Instituto Superior de Economia e Gestão, onde leciona História Económica e Empresarial, História Económica de Portugal e Economia, Instituições e Desenvolvimento no âmbito de cursos de segundo ciclo. É investigadora do Gabinete de História Económica e Social. Iniciou os seus trabalhos académicos com estudos de História Colonial e Marítima nos séculos XVI e XVII. No decurso da sua carreira como investigadora, tem participado em projectos de trabalho no âmbito mais geral da história económica de Portugal, centrando-se nos impactos do império, quer na dimensão fiscal, quer na dimensão da evolução económica e social. Recentemente os temas de história financeira justificaram um projecto financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia sobre moeda e crédito em economias pré-modernas, do qual foi investigadora responsável. Entre os trabalhos publicados, constam O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580-1663), CNCDP, Lisboa, 2002, Vol.I-II; História Económica de Portugal (1143-2011), (em co-autoria com Pedro Lains e Susana Munch Miranda), Lisboa, Esfera dos Livros, 2011; versão inglesa An economic History of Portugal (1143-2011), Cambridge, Cambridge University Press, 2016; O Ouro do Brasil, (em co-autoria com Maria Manuela Rocha e Rita Martins de Sousa), Lisboa, Imprensa Nacional, 2013. Entre artigos sobre a economia do império e seus impactos, destaca-se “Social Capital and economic performance: trust and distrust in Eighteenth-century gold shipments from Brazil”, (em co-autoria com Maria Manuela Rocha e Tanya Araújo), European Review of Economic History, vol 15, 2011, pp.1-27; e “The Great Escape? The contribution of the empire to Portugal’s economic growth, 1500–1800”, em co-autoria com Jaime Reis e Nuno Palma, European Review of Economic History, vol. 19, 2015, 1-22. (leonorc@iseg.ulisboa.pt)

Leonor Diaz de Seabra

Leonor Diaz de Seabra é professora associada da Universidade de Macau desde 2013, tendo sido na mesma universidade professora assistente (2007-2013) e universitária (1996-2007). Possui doutoramento pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto com uma Tese em HISTÓRIA sobre: “A Misericórdia de Macau (séculos XVI a XIX): Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio” e mestrado em Estudos Luso-Asiáticos (variante de HISTÓRIA), do Instituto de Estudos Portugueses da Universidade de Macau, com uma tese sobre “As Relações de Macau com o Sião”. (ldseabra@hotmail.com)

Lourenço Gomes

Doutor em História, Professor Auxiliar da Universidade de Cabo Verde (Uni-CV) e Vice-Presidente do Conselho Científico de CSH. Atualmente, desempenha as funções de docente e coordenador na Área/Curso de História. É investigador do Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, do Centro de Investigação em Desenvolvimento Local

e Ordenamento do Território/Uni-CV e da The Antonio de Noli Academic Society, com sede em Itália, do qual foi presidente. É também membro fundador da Cátedra Amílcar Cabral na Uni-CV e da Academia Cabo-verdiana de Ciências e Humanidades. Além de publicações em revistas de especialidade, deu à estampa seis obras bibliográficas, sendo três da sua própria autoria: *Urbe memória e crítica da arte – Centro Histórico da Praia* / 2011, das Edições Uni-CV; *Ribeira Brava: a urbe – história e crítica das suas obras de arte* / 2014, editada pelo IPC; e, *Palácio da Presidência: Ontem e hoje (Cidade da Praia)* / 2016, editada pela Presidência da República de Cabo Verde. Incluem-se ainda na sua produção editorial, três livros como co-autor. Vem tendo relevante participação, como organizador e conferencista de eventos científicos nacionais e internacionais. (lourenco.gomes@docente.unicv.edu.cv)

Margarida Machado

Nasceu em Ponta Delgada, onde fez o Liceu e o Conservatório Musical. Licenciou-se em História, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e fez o seu doutoramento, na área de História Moderna, em 2001, na Universidade dos Açores, onde é Professora Auxiliar do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais. Tem dedicado o seu estudo à economia e sociedade Micaelense com particular enfoque no século XVIII, nomeadamente sobre as Elites Mercantis, sobre o tabaco e os escravos. Alguns dos livros editados: *Agricultura. Abastecimento. Conflitos de Poder. S. Miguel 1766 a 1806*, 1994, Ponta Delgada, Edição *Jornal da Cultura*; *Uma Fortuna do Antigo Regime: A Casa Comercial de Nicolau Maria Raposo (1769-1816)*, 2006, Cascais, Editora Patrimónia. Conjuntamente com outros escreveu (entre outros): “O contrato do tabaco nos finais do Antigo Regime e início do liberalismo: sua importância na economia açoriana”, in Santiago de Luxán (dir.), *Política y hacienda del tabaco en los Imperios Ibéricos (siglos XVII-XIX)*, 2014, Altadis, Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, Madrid, pp.155 a 1756. Coordenação do livro, *Para a História da escravatura insular nos séculos XV a XIX*, Ponta delgada, Edição Centro de História de Além Mar (CHAM)7 FCSH da Universidade nova de Lisboa e Universidade dos Açores, 2015. “The Portuguese Empire (1760-1815): The Contractor State in Peace and Wartime”, in “International Journal of Maritime History.” Volume: XXV, nº1, 2013, pp.265-270. “A incessante procura de viabilidade económica e o contributo dos particulares”, in Arturo Teodoro de Matos, Avelino Freitas de Meneses e José Guilherme Reis Leite (coord), *História dos Açores, Angra do Heroísmo*, IAC, 2008, vol.I, pp.473-508. É autora ainda de vários artigos, publicados em actas de congressos e de colóquios, bem como de revistas de especialidade. Colaborou com várias entradas na Enciclopédia dos Açores e no edicionary. Investigadora do Centro de História de Além-Mar (CHAM) da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores, coordena o núcleo dos Açores. É Directora do Coordenadora do Mestrado de História Insular e do Atlântico da mesma Universidade. (maria.mm.machado@uac.pt)

Maria de Deus Manso

Maria de Deus Beites Manso concluiu a Agregação - em 2008. É Professor Auxiliar com Agregação na Universidade de Évora. Publicou 26 artigos em revistas especializadas e 17 trabalhos em actas de eventos, possui 20 capítulos de livros e 7 livros publicados. Possui 61 itens de produção técnica. Participou em 99 eventos no estrangeiro e 109 em Portugal. Orientou 3 teses de doutoramento, orientou 4 dissertações de mestrado e co-orientou 2 nas áreas de História e Arqueologia, Outras Ciências Sociais e Outras Humanidades. Em 2014 coordenou 1 projeto de investigação. Atualmente participa em 1 projeto de investigação. Atua nas áreas de Humanidades com ênfase em História e Arqueologia

e Humanidades com ênfase em Outras Humanidades. Nas suas atividades profissionais interagiu com 23 colaboradores em co-autorias de trabalhos científicos. No seu curriculum os termos mais frequentes na contextualização da produção científica, tecnológica e artístico-cultural são: Economia, Império Português, Sociedade, António China, escravo de Cochim, mundo luso-espanhol e séculos XVI e XVII. (mdbm@uevora.pt)

Maria Manuela Rocha

Maria Manuela Rocha foi docente da Universidade de Lisboa, no Instituto Superior de Economia e Gestão, onde lecionou História Económica e Empresarial. Atualmente é investigadora do Gabinete de História Económica e Social. Iniciou seus trabalhos académicos sobre história social e distribuição de riqueza e rendimento. No decurso da sua carreira de investigadora tem desenvolvido trabalhos no âmbito da história financeira e do crédito. Entre os trabalhos publicados destacam-se Propriedade e Níveis de Riqueza. Formas de Estruturação Social em Monsaraz na 1ª Metade do Séc. XIX, Lisboa, Edições Cosmos, 1993; vários artigos sobre mercado de crédito em Lisboa, “Actividade creditícia em Lisboa (1770-1830)”, *Análise Social*, Quarta Série, Vol. 31, No. 136/137, (1996), pp. 579-598, “Crédito privado em Lisboa numa perspectiva comparada (séculos XVII-XIX)”, *Análise Social*, Quarta Série, Vol. 33, No. 145 (1998), pp. 91-115. Nos últimos anos centrou o seu trabalho no projecto sobre remessas de ouro do Brasil, com especial destaque para os trabalhos em co-autoria, “Social Capital and economic performance: trust and distrust in Eighteenth-century gold shipments from Brazil”, (em co-autoria com e Tanya Araújo), *European Review of Economic History*, vol 15, 2011, pp.1-27; e O Ouro do Brasil, (em co-autoria com Leonor Freire Costa e Rita Martins de Sousa), Lisboa, Imprensa Nacional, 2013.

Mariana Sales

Mariana Sales é doutora em História Cultural pela Université Lyon 2 e UNICAMP. Ex-bibliotecária na Biblioteca Santa Genoveva (BSG), Paris. De 2009 a 2012 foi encarregada da valorização do legado do americanista Ferdinand Denis (1798-1890), conservado no departamento da Reserva da BSG. Autora da proposição de classificação da coleção Ferdinand Denis como patrimônio da humanidade pela UNESCO, no programa MOWLAC (Memory of the World, Latin America and the Caribbean), obtida em 2012, no âmbito de uma colaboração com o CREPAL, Université Sorbonne Nouvelle Paris 3 e o IEL, Universidade de São Paulo. Atualmente estuda os usos políticos dos livros e manuscritos ibéricos na primeira biblioteca de Mazarino e os trabalhos de Gabriel Naudé. Pesquisadora no Centro Mare Liberum (UNICAMP), CRES (Centre de Recherches sur l’Espagne) e CREPAL (Centre de recherches sur les pays lusophones) Sorbonne Nouvelle Paris 3. (oimarisales@gmail.com)

Maria Nazaré Ceita

Maria Nazaré Ceita, natural de S. Tomé e Príncipe é licenciada em História com especialidade em Antropologia pela Universidade de S. Petersburgo/ Rússia (1988); pós-graduada em Desenvolvimento Sócio-Económico, Economia e Estratégias pelo ISCTE, Instituto Universitário de Lisboa (1991) e mestre em História de África pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (2006). É desde 2013 doutoranda na área do Desenvolvimento Sócio- Económico no Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, onde está a desenvolver uma dissertação sobre a participação da mulher rural no desenvolvimento sócio-económico de S. Tomé e Príncipe no período de 1950-1990. Ocupou, entre outros muitos cargos, o de Directora Geral da Cultura (1995-

2010), da Biblioteca Nacional (2010-2014) e foi membro do Conselho de Administração da Escola do Património Africano de Porto Novo/ Benim (2007-2009). É docente do Instituto Superior Politécnico da Universidade de STP e da Universidade Lusíada de STP. (ceitanazare@yahoo.com.br)

Nunziatella Alessandrini

Nunziatella Alessandrini é doutorada em História Moderna. É investigadora integrada no CHAM com bolsa da FCT com o projecto *Elites mercantis e nobreza em Portugal: o caso da família italiana dos Affaitati (sécs. XVI-XVII)*. A sua pesquisa centra-se no estudo das relações entre Itália e Portugal na Época Moderna e no estudo da presença de mercadores italianos em Lisboa nos séculos XVI e XVII. É co-organizadora de 6 ciclos de conferências luso-italianas. Foi coordenadora do projecto de reabilitação do arquivo da Igreja do Loreto financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian (2014-2015) e atualmente coordena o projeto de investigação financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian *Marcas de água do acervo documental da Igreja de Nossa Senhora do Loreto, em Lisboa: séculos XVI e XVII*. É coordenadora do grupo de investigação “Economias, agentes e culturas mercantis”. É directora do Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Loreto de Lisboa. (lella.45@hotmail.com)

Odílio Fernandes

Odílio Fernandes, MSc. Sociologia Rural (Universidade de Columbia – Missouri/EUA) é Assistente de Investigação no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIESO), da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Agostinho Neto, em Luanda, Angola, cujas áreas de investigação são: sociologia rural, sociologia histórica, sociologia dos conflitos, sociologia da religião e sociologia do quotidiano. Odílio Fernandes é membro da Sociedade de Sociologia Rural de Missouri e da Sociedade Angolana de Sociologia. No domínio da sociologia publicou “A Maiombola como Arte Sobrenatural de Enriquecimento: Considerações sobre a Mercantilização do Oculto”, Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais, 2015, Vol. V, (9), pp. 101-108; *As Rotas da Incompreensão: Uma análise histórico-sociológica do mundo social Ndongo a partir de textos europeus dos séculos XVI e XVII*, 2014, Editora Kilombelombe, Luanda, Angola; “Os azares de Nossa Senhora da Muxima: Um percurso de trocas, movimentações milagrosas e intolerância”, 2013, Revista Angolana de Sociologia, Vol. 12, pp. 41-57, “Sentido e poder de Georges Balandier: A antecipação de sentir o poder dos sistemas sociais”, 2011, Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais, Vol. IV (2), pp. 497-504. (odiliotfernandes@hotmail.com)

Reinaldo dos Santos Barroso Junior

Mestre em História pela Universidade Federal da Bahia (2010), doutorando em História pela Universidade Federal do Pará, Professor Adjunto da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), Professor Assistente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Pesquisador Associado do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre África e o Sul Global (NEAFRICA) e Pesquisador Colaborador do Slave Wreck Project (SWP). Desenvolve pesquisa sobre o tráfico negreiro a partir da África Ocidental para o Norte da América Portuguesa e a economia do arroz no Maranhão na segunda metade do século XVIII. (silesius2001@yahoo.com.br)

Vicente Paulino

Vicente Paulino é Professor Convidado da Universidade Nacional Timor Lorosa'e

(UNTL), Director da Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa da UNTL e Editor-Chefe da VERITAS - Revista Científica da Universidade Nacional Timor Lorosa'e. Doutorado em Estudos da Literatura e Cultura/especialidade em Cultura e Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, é investigador colaborador do CEMRI-UAb e do CLEPUL e membro do Conselho de Política Científica da Associação Internacional de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa. Tem participado e apresentado comunicações em vários eventos científicos de dimensão nacional e internacional, tendo publicado livros (em co-autoria) como “Metodologias e estratégias de aquisição da leitura aos alunos do ensino básico” (2014) e “Língua, Ciência e Formação de Professores em Timor-Leste” (2016) e organizado o livro “Timor-Leste nos Estudos Interdisciplinares”. Tem ainda vários textos publicados em capítulos de livro, revista e atas de conferências. (vicentepaulino123@gmail.com)

Normas de publicação

A Revista Internacional em Língua Portuguesa (RILP) surgiu como manifestação do desejo de interconhecimento e de intercâmbio de todos os que, na América, na Europa e na África falam português no seu quotidiano, e se preocupam com a sua utilização e o seu ensino. A revista surge como um modo de aproximar as culturas que na língua portuguesa encontram expressão, ou que a moldam para se exprimirem.

Com uma tiragem anual de 300 exemplares, e editada desde 1989, é uma publicação interdisciplinar da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP) que circula a nível nacional e internacional, com especial destaque nos países de língua oficial portuguesa e Macau (RAEM), através das instituições de ensino superior membros da AULP e centros de investigação com interesse no domínio científico da revista.

Normas para Autores:

1. Os artigos submetidos a apreciação têm de ser originais e inéditos. Uma vez submetidos os artigos ao processo de avaliação da RILP, em momento algum poderão ser submetidos a outras revistas. Os textos têm de ser obrigatoriamente apresentados em língua portuguesa e devem respeitar as normas referentes ao acordo ortográfico de 2009.
2. Os artigos devem ter preferencialmente até 10.000 palavras, incluindo notas, bibliografia e quadros. Os textos devem ser entregues num documento em formato Word (ou compatível), estilo de letra Times New Roman, tamanho 12, espaçamento a um e meio.
3. Os artigos devem ser acompanhados de um resumo de cerca de 150 palavras – com uma versão em português e outra em inglês – de quatro a seis palavras-chave e de um ficheiro em formato Word (ou compatível) com os dados de identificação do autor (instituição, categoria, áreas de especialização e elementos de contacto eletrónico).
4. As ilustrações, quadros, figuras e mapas deverão ser numerados e enviados em ficheiro à parte em formato jpeg ou png. O autor deve ainda indicar os locais onde os mesmos devem ser inseridos.
5. As citações de fontes alheias têm de respeitar a legislação em vigor relativa aos direitos de autor.
6. A RILP segue as normas de referenciação bibliográfica contidas na 16ª edição do manual de citação de Chicago (Chicago Manual of Style. 2010. 16th ed. Chicago: University of Chicago Press). As referências bibliográficas dos textos em língua portuguesa, castelhana, francesa e italiana deverão preferencialmente, ser inseridas em notas de rodapé de página. As referências bibliográficas dos textos em língua inglesa deverão ser inseridas em corpo de texto, ambas respeitando as normas de citação adotadas.
7. Os textos submetidos serão, num primeiro momento, analisados pelo conselho editorial, podendo ser rejeitados ou submetidos a processo de arbitragem científica. Os artigos aceites serão, em seguida, submetidos a um ou dois árbitros, através de um sistema de revisão cega de pares. A decisão final sobre a publicação do artigo proposto, num dos números da RILP, será tomada pelo Conselho Editorial, considerando os pareceres dos árbitros.
8. Os autores, individuais ou coletivos, dos artigos publicados conferem à RILP o exclusivo direito de publicação, podendo o artigo sofrer alterações e revisões de forma, ou propósito de adequá-lo ao estilo editorial da RILP.
9. Os autores, individuais ou coletivos, dos artigos publicados na RILP receberão dois exemplares da revista cada. Se solicitado, poderá também ser disponibilizada uma cópia em formato PDF.

Os artigos e as dúvidas deverão ser submetidos para RILP@AULP.ORG.



澳門基金會

FUNDAÇÃO MACAU